MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1975

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1975

ÍNDICE

Páginas

Páginas

I — INTRODUÇÃO GERAL

ASSUNTOS AMERICANOS

As relações do Brasil com a **América Latina** tiveram particular realce no ano de 1975. Sobressaem as visitas feitas pelo Presidente Geisel ao **Uruguai** e ao **Paraguai,** durante as quais foram firmados importantes Acordos com as duas Repúblicas vizinhas. O Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai, e seus dez atos complementares, e o Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai constituem instrumentos modelares nas relações entre países. Com o Paraguai foram formalizados novos entendimentos que propulsionam a grande obra que é a represa de Itaipu.

Ainda no contexto do encontro presidencial de Rivera, foi concedida pelo Banco do Brasil uma linha de crédito de US$ 50 milhões para a aquisição pelo Uruguai de bens de capital brasileiro.

Progrediu, de forma acentuada, a implementação do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Jaguarão. As principais obras do projeto compreendem a construção de uma barragem e central hidrelétrica em Passo do Centurião sobre

o Rio Jaguarão, bem como o respectivo sistema de transmissão, uma barragem de acumulação em Talavera, no Uruguai, e um sistema de irrigação e drenagem além de trabalhos de dessalinização.

O Presidente Ernesto Geisel visitou Assunção em dezembro. Na cidade mato-grossense de Campo Grande, por ocasião de Exposição agropecuária e industrial, os dois Chefes de Estado mantiveram amplo e profícuo intercâmbio de opiniões, conforme enfatizado em pronunciamento presidencial.

Além da assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, que tem características de acordo-quadro, determinaram-se, no rio Paraguai, o domínio territorial e a soberania do Paraguai sobre a Ilha de Porto Murtinho, e do Brasil sobre a Ilha do Chapéu. Ainda no encontro de Assunção, se procedeu à restituição ao Governo paraguaio do "Livro de Ouro", peça de inestimável valor histórico.

No contexto dos atos assinados durante o encontro de Assunção, a Eletrobrás abriu uma linha de crédito em favor de Itaipu Binacional no valor de aproximadamente US$ 3,5 bilhões.

Também com o objetivo de agilizar a construção da hidrelétrica de Itaipu, o Banco do Brasil concedeu, em agosto, à "Administración Nacional de Electricidad" (ANDE), empréstimo de US$ 50 milhões, destinados a integralizar a parte paraguaia na Itaipu.

Merecem especial relevo, igualmente, os projetos de instalação de nova fábrica de cimento e de implantação de usina siderúrgica no Paraguai; e o recapeamento da estrada Caaguazu—Puerto Presidente Stroessner. Os três empreendimentos têm recebido a constante atenção do Governo brasileiro, de modo a possibilitar a sua implementação dentro do menor prazo.

Em retribuição à visita que fez em julho a Brasília o Chanceler peruano, o Ministro Azeredo da Silveira visitou oficialmente o

Peru, ocasião em que foram firmados o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos territórios Amazônicos e o Convênio de Cooperação Turística. A reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, realizada em Lima e inaugurada pelos dois Chanceleres, deu novo impulso à cooperação econômica e comercial entre os dois países, através de uma série de recomendações tendentes a dinamizar o intercâmbio. Nesse sentido, o Banco do Brasil abriu ao Peru uma linha de crédito de US$ 15 milhões para a aquisição de bens de capital. Também foram objeto das deliberações da Comissão Mista, iniciativas de estímulo ao desenvolvimento regional.

Em setembro, veio a Brasília o então chanceler da **Argentina,** Embaixador Angel Robledo. A visita permitiu o exame conjunto de questões de interesse nas relações bilaterais. No setor energético, prosseguiram os estudos sobre o aproveitamento do trecho limítrofe do Rio Uruguai e de seu afluente Rio Pipiri-Guaçu, entre o Brasil e a Argentina. A elaboração desse projeto, já em fase conclusiva e realizado em conjunto com a empresa congênere argentina, possibilitará a execução, em futuro próximo, de empreendimento de grande envergadura para ambos os países. No setor de comunicações, foi assinado convênio, entre a Embratel e a empresa argentina Entel, para a interconexão dos sistemas de telecomunicação brasileiro e argentino, por via terrestre.

O Brasil recebeu a visita do Chanceler da **Venezuela,** com o qual foram examinados aspectos inéditos na cooperação bilateral. Também nos visitaram, respectivamente em fevereiro e março, os Ministros da Fazenda e do Planejamento daquele país. Em novembro, reuniu-se em Caracas a Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, que recomendou a exportação de bauxita brasileira e o início de conversações sobre a aquisição do carvão venezuelano.

As relações brasileiro-chilenas se caracterizaram pelo desenvolvimento da cooperação e pelo estreitamento dos contatos. Assim, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

visitou, em setembro, Santiago, e o Chefe do Estado-Maior Geral do Exército do **Chile** esteve no Brasil em dezembro. No plano econômico, reuniu-se o grupo de trabalho para o incremento das importações, pelo Brasil, de cobre metálico.

A cooperação entre o Brasil e a **Bolívia** foi incrementada com a concessão de créditos pelo Brasil para programas prioritários: dez milhões de dólares para estudos de viabilidade dos projetos industriais do pólo de desenvolvimento; e empréstimos no valor de dez e quarenta milhões de dólares, para a constituição do Fundo de Desenvolvimento Boliviano. Foi impulsionada a interligação dos sistemas ferroviário e rodoviário dos dois países. Nesse sentido, visitou a Bolívia, em julho, o Ministro dos Transportes do Brasil.

Desenvolveram-se as relações com o **Equador,** através do intercâmbio de visitas oficiais e de programas de cooperação. Por sua vez, a vinda, em maio, a Brasília do Ministro das Comunicações da **Colômbia** se assinalou pela conclusão de três importantes convênios sobre telecomunicações.

O Brasil reconheceu no dia da independência a nova República do **Suriname** e com ela estabeleceu relações diplomáticas.

Intensificaram-se as relações do Brasil com o **México,** a **Guiana** e a **América Central.** Também se estreitaram os laços com os países do **Caribe** com os quais mantemos relações.

Em 1975 o Brasil aderiu ao Tratado da Antártida, o que deverá possibilitar, a prazo tão curto quanto possível, uma efetiva participação brasileira na região antártica.

Tiveram particular ênfase as consultas, tanto bilaterais, quanto multilaterais, do Governo brasileiro com os **Estados Unidos da América.**

Por três vezes — em maio, por ocasião da V Assembléia Geral da OEA, em setembro, ao ensejo da XXX Assembléia Geral

das Nações Unidas, e em dezembro, durante a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, em Paris — o Ministro Azeredo da Silveira entrevistou-se com o Secretário de Estado americano. A convite do Governo, visitou o Brasil o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Inter-Americanos, William Rogers. Visitou-nos, outrossim, o Subsecretário para Assuntos de Comércio, Charles Robinson, cuja vinda se relacionou com a instalação do Grupo Consultivo Econômico Brasil—Estados Unidos.

No plano bilateral, foi renegociado o Acordo de Pesca. Houve certo recrudescimento de tendências protecionistas nos Estados Unidos da América, o que contribuiu para criar preocupações quanto às perspectivas de desenvolvimento do comércio entre os dois países. Nesse sentido, foram conduzidas consultas de alto nível para a eventual solução dos problemas decorrentes.

No plano multilateral, prosseguiram os contatos, que se caracterizaram por um diálogo construtivo, como nas conversações para a conclusão do III Convênio Internacional do Café.

Por seu lado, as relações com o **Canadá** também se desenvolveram. Intensificaram-se, outrossim, os contatos com vistas a um ulterior estreitamento dos laços econômicos e comerciais entre os dois países.

Relações Interamericanas e Sistema Econômico Latino-Americano

As expectativas que se haviam criado no decorrer de 1974 no que diz respeito às relações interamericanas foram, em parte, frustradas em 1975.

A terceira reunião informal de Ministros teve de ser cancelada, face à reação latino-americana a dispositivos considerados discriminatórios da nova Lei de Comércio estadunidense. O "Novo Diálogo" — entendido **strictu sensu** como o conjunto

de tais reuniões informais — contribuiu, assim, através do informalismo dessas reuniões a facilitar as discussões sobre os grandes temas do relacionamento América Latina—Estados Unidos da América. Entretanto, não foi bastante para dar continuidade no tempo às reuniões, que devem ter, para se tornarem efetivas, a possibilidade de encaminhar suas conclusões para canais institucionais.

A Comissão Especial encarregada de estudar o Sistema Interamericano e propor medidas para sua reestruturação (CEESI) encerrou, em 1975, sua quinta e última etapa de trabalhos, sem que seu relatório à V Assembléia Geral da OEA apresentasse aos Estados-Membros soluções consideradas capazes de promover a desejada revitalização da Organização ou mesmo sua desburocratização. Ao extinguir a Comissão, a Assembléia incumbiu o Conselho Permanente da tarefa de prosseguir com os estudos pertinentes, sobretudo quanto às emendas à Carta da Organização e aos projetos de Convenção Interamericana sobre Segurança Econômica Coletiva para o Desenvolvimento e sobre Cooperação para o Desenvolvimento. Unicamente em relação à reforma do TIAR considerou a Assembléia estar o tema suficientemente debatido, decidindo, em conseqüência, convocar uma Conferência de Plenipotenciários para a firma do Protocolo de Emendas ao Tratado, a qual teve lugar em San José da Costa Rica, em julho.

A chamada "questão de Cuba" teve prosseguimento em 1975 por insistência de alguns países interessados em restabelecer relações com o regime de Havana, ou em impedir que o Tratado se debilitasse ulteriormente, em decorrência de novos reconhecimentos feitos em desobediência às referidas sanções. Convocada a XVI Reunião de Consulta para logo após a Conferência de Plenipotenciários sobre o TIAR, na Costa Rica, adotou-se ali resolução que, sem proceder propriamente ao levantamento das sanções, deixou os Estados-parte do Tratado em liberdade para continuar a aplicá-las ou não, segundo os interesses nacionais de cada um. O Brasil absteve-se na votação dessa Resolução, em coerência com a postura assumida

em Quito e tendo em vista que, no que se refere a Cuba, o interesse nacional brasileiro constitui, de qualquer maneira, o único elemento determinante da posição brasileira.

Cabe, finalmente, ressaltar a constituição de um Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) como foro de cooperação, consulta e coordenação latino-americanas no campo econômico. Em torno desses objetivos, ficarão congregados — quando entrar em vigor o Convênio Constitutivo firmado a 17 de outubro, no Panamá — 25 países latino-americanos. A constituição desse Sistema exclusivamente latino-americano não deixa de ser resultado das crescentes frustrações causadas pela ineficiência dos mecanismos de cooperação interamericanos e pelas indefinições da política hemisférica norte-americana. Não obstante esse fato, a adesão brasileira ao SELA foi desde logo condicionada a que o novo Sistema constituísse foro de cooperação latino-americana, e não de confrontação da América Latina com outros países individualmente ou grupo de países.

ALALC

O Brasil participou ativamente da evolução do processo de integração latino-americana, entendida como movimento que se desenrola nos planos, regional, sub-regional e bilateral, nos quais pôde o intercâmbio desenvolver-se de forma bastante satisfatória. Contribuiu para tanto a manutenção dos produtos negociados na ALALC à margem das restrições eventualmente aplicadas às importações brasileiras, em vista de dificuldades de natureza conjuntural. Essa diretriz de cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito do Tratado de Montevidéu beneficiou fortemente os nossos parceiros da ALALC, pois a elevação de alíquota para terceiros países ampliou consideravelmente a margem de preferência para os produtos importados da Zona.

Bacia do Prata

No âmbito do Tratado da Bacia do Prata, o Brasil prosseguiu em seus esforços com vistas à implementação dos programas de integração física e desenvolvimento econômico e social da região.

A esse propósito, merece especial menção a VII Reunião de Chanceleres realizada em Cochabamba, no mês de maio, que, através de sua Resolução n.º 56, escolheu a Bolívia como país-sede do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

ÁFRICA SUBSAÁRICA

O ano de 1975 caracterizou-se pela continuada expansão da ação diplomática brasileira junto aos países africanos. Acentuou-se a aproximação com as nações vizinhas de além-mar, tanto no campo político, quanto no cultural, econômico e comercial. Assim, nos contatos mantidos pelo Ministro Azeredo da Silveira com os Chanceleres africanos por ocasião da XXX Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, ficou evidenciada a resposta positiva ao esforço brasileiro, a que vem correspondendo o crescente interesse dos países das áreas nas suas relações com o Brasil.

Já agora, encerrado o processo de independência política dos países lusófonos — estabelecemos relações diplomáticas com todas as novas nações de língua portuguesa que se tornaram independentes em 1975: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. É determinação do Governo brasileiro explorar amplamente as avenidas que se abrem para a cooperação com esses países em vários níveis. Essa cooperação

estará fundamentada nos princípios da vantagem recíproca, do respeito mútuo e da não-ingerência nos negócios internos de outros países.

Intensificou-se, por outro lado, o intercâmbio de visitas oficiais. Além da visita do Presidente Albert Bernard Bongo, do Gabão, que promoveu sobretudo o estreitamento dos laços econômicos e culturais entre os dois países, estiveram no Brasil os Chanceleres Victor Saúde Maria, de Guiné-Bissau; Munyua Wayiaki, do Quênia; J. R. L. Kotsokoane, do Lesoto, e Rupiah B. Banda, do Zâmbia.

Ainda no decorrer de 1975, chegaram a Brasília seis missões de nível ministerial procedentes da Costa do Marfim, de Angola e da Nigéria. A par disso, outras altas autoridades, dos setores financeiro e universitário, aqui mantiveram contato com suas contrapartes brasileiras.

Teve especial significado a visita do Chanceler brasileiro à Costa do Marfim, com resultados promissores para o desenvolvimento do intercâmbio, sobretudo nos setores de manufaturados e de telecomunicações.

Com o apoio governamental, desenvolveu-se o intercâmbio com o mercado subsaárico. Nos dois sentidos, o valor total do comércio ascendeu a trezentos milhões de dólares, o que indica taxa de crescimento bastante apreciável.

Teve, outrossim, particular realce a exportação de serviços de empresas brasileiras, conforme se verifica pelo levantamento da concorrência para a construção de estrada de rodagem de cerca de seiscentos quilômetros na Mauritânia, e pela realização de importantes obras de telecomunicação na Nigéria.

Cresceram, igualmente, as exportações de veículos brasileiros para Gana e Nigéria, e de barcos pesqueiros para Angola.

Finalmente, o êxito obtido na participação de expositores brasileiros na Feira Internacional de Kinshasa sublinha a crescente aceitação alcançada pelo produto nacional no mercado africano.

ORIENTE PRÓXIMO

O esforço governamental brasileiro para o estreitamento e desenvolvimento de nossas relações com a maior parte dos países do Oriente Próximo teve continuação em 1975.

Os contatos nos mais diversos níveis prosseguiram, ensejando relacionamento cada vez mais intenso e proveitoso. Assim, recebemos e realizamos importantes visitas, relativas a países amigos da região. Esteve em Brasília, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Coveite. Nessa ocasião, foi assinado Acordo de Cooperação Econômica, que abre promissoras perspectivas no intercâmbio entre os dois países.

Também deve ser referida, entre outras, a vinda ao Brasil de Missão Econômica do Iraque, com vistas a incrementar o intercâmbio entre os dois países e, em especial, para discutir a eventual colocação de usinas e refinarias de açúcar pelo Brasil naquele país. Foi, igualmente, tratada a possibilidade de instalação no Iraque de uma fábrica de montagem de veículos brasileiros.

Por sua vez, o Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil, visitou o Marrocos, quando teve oportunidade de observar o pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Casablanca. Outras autoridades, tais como o Presidente do Banco do Brasil e o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, estiveram em missão oficial na região, com o propósito de intensificar a cooperação nos campos econômico, comercial, técnico

e financeiro. Os acordos com a Arábia Saudita, Líbia e Irã representam resultados concretos dessa política de ampliação e dinamização de nossas relações com o Oriente Próximo.

No que respeita à Argélia, houve um incremento pronunciado no intercâmbio, com uma pauta de exportações brasileiras de manufaturados bastante diversificada. No setor de serviços, firma brasileira assinou contrato para a elaboração de estudos para uma ferrovia de 420 Km, o que implicará a colocação dentro em breve de 150 técnicos naquele país.

Assinale-se, outrossim, no quadro da cooperação brasileiro-argelina, a conclusão de protocolo de constituição de Sociedade de Infra-estrutura Ferroviária, sociedade de economia mista que reúne um consórcio brasileiro e o Governo argelino.

ÁSIA E OCEANIA

Continuou a desenvolver-se o esforço nacional de incrementar o comércio e os contatos com os países da área. Nesse sentido, o Governo brasileiro providenciou a instalação de Embaixadas em Daca, Jacarta e Pequim.

A visita do Vice-Primeiro Ministro do Japão, Takeo Fukuda, confirmou o propósito do Governo japonês de assegurar a continuidade da cooperação bilateral, a despeito das dificuldades conjunturais acarretadas pela crise energética. Ênfase particular foi dada à manutenção de compromissos assumidos com relação aos empreendimentos conjuntos em estudo nos setores de exploração de alumínio, produção de polpa de papel e no desenvolvimento do setor siderúrgico. Confirmou-se, outrossim, na oportunidade a visita do Presidente Geisel ao Japão em 1976.

Quanto à República Popular da China, aprofundou-se o estudo das possibilidades concretas de cooperação entre os dois países, especialmente dos interesses comerciais que permitam expandir o intercâmbio bilateral. As exportações brasileiras, por enquanto, têm-se concentrado nas vendas de açúcar. Quanto às importações, foram assinados contratos para a compra de matéria-prima químico-farmacêutica, havendo boas perspectivas de intercâmbio nesse setor.

EUROPA

Europa Ocidental

O acontecimento marcante do ano de 1975 foi o aprofundamento das relações com os países da Europa Ocidental.

Os contatos de natureza bilateral foram estreitados e intensificados. O Ministro das Relações Exteriores visitou oficialmente a República Federal da Alemanha, o Reino Unido, a França e Itália. Ao encerrar a sua estada em Roma, o Chanceler foi recebido em audiência especial por Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Especialmente digno de menção, foi o incremento que tiveram as relações com a República Federal da Alemanha. Pelos seus aspectos de transferência de Tecnologia, o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado no mês de junho, em Bonn, pelos Ministros Azeredo da Silveira e Hans Dietrich Genscher, constitui etapa histórica do desenvolvimento nacional. Em novembro, ao retribuir a visita, o Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha firmou o Protocolo de Cooperação Financeira. Antes,

em julho, estivera no Brasil o Ministro de Estado Parlamentar das Relações Exteriores, Hans Jürgen Wischenewski.

Finalmente, em dezembro, foram trocados em Brasília, os instrumentos de ratificação do Acordo de Bitributação entre os dois países, cuja negociação se iniciara há sete anos.

Como resultado das visitas do Ministro Azeredo da Silveira ao Reino Unido, à França e à Itália, foram estabelecidos mecanismos de consulta, de alto nível, que permitirão o debate regular e periódico de todas as questões de interesse comum, de ordem tanto multilateral, quanto bilateral. Assim, o "Memorando de Entendimento", firmado com o Governo britânico, a criação da "Grande Comissão" com a França, e da "Comissão de Consulta Política" com a Itália, representam instrumentos que hão de criar condições para um exame conjunto mais detido dos diferentes setores de intercâmbio, ampliando as perspectivas que se abrem no relacionamento bilateral.

Visitaram ainda o Brasil em 1975, o Senhores Luigi Ciriaco de Mita, Mario Martinelli, e Francesco Cattanei, respectivamente Ministros do Comércio Exteriores e dos Transportes, e Subsecretário das Relações Exteriores, da Itália. Do Reino Unido, cabe particular menção às visitas dos Senhores David Ennals, Ministro das Relações Exteriores, e David Owen, Ministro da Saúde e Previdência Social. Merecem registro ainda as visitas oficiais dos Ministros franceses da Agricultura, Christian Bonnet, e do Comércio Exterior, Norbert Ségard.

No âmbito do Mercado Comum Europeu, o Governo brasileiro continuou a desenvolver vigorosa atividade no sentido de evitar os efeitos de certas medidas discriminatórias da Comunidade ou de seus membros individualmente sobre as exportações brasileiras para a área.

Em setembro, foram estabelecidas relações com a República da Irlanda, único país da Europa Ocidental onde o Brasil ainda não possuía representação diplomática.

Europa Oriental

No tocante ao relacionamento do Brasil com os países do Leste Europeu, o Itamaraty desenvolveu basicamente sua atuação no sentido de ampliar e diversificar o intercâmbio comercial.

Implementando diretriz presidencial e, tendo em vista a existência de consideráveis saldos acumulados com todos os países europeus orientais, o Itamaraty, através da Coleste (Comissão de Comércio com a Europa Oriental) procurou estimular as compras brasileiras naqueles países, como uma das alternativas visando, não apenas a corrigir o desequilíbrio do balanço de pagamentos, mas também a promover um intercâmbio comercial crescente.

Realizaram-se em 1975, reuniões de Comissões Mistas com a Polônia e a Bulgária (janeiro), Tchecoslováquia e União Soviética (março), e Romênia (maio). Cabe assinalar, nesse contexto, a conclusão de Acordo sobre fornecimento de Maquinaria e Equipamento da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS, e do Protocolo de Intenções para a venda de minério de ferro à Polônia e para a compra, pelo Brasil, de carvão coqueificável polonês.

Em junho, visitou o Brasil o Presidente da República Socialista da Romênia, Nicolae Ceausescu. Por ocasião dessa visita, foram assinados diversos acordos, com vistas ao desenvolvimento do intercâmbio econômico-comercial, científico e tecnológico entre os dois países.

Por sua vez, as relações comerciais do Brasil com a República Democrática Alemã foram institucionalizadas pela assinatura, em novembro, do acordo de Comércio e Pagamentos.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O sistema multilateral teve a seu crédito em 1975 um número de reuniões e conferências de indiscutível significado para o futuro da cooperação internacional e para a criação de uma ordem mundial eqüitativa e estável.

No plano estritamente político, a XXX Sessão da Assembléia Geral aprovou resoluções de importância para o encaminhamento das questões de desarmamento, para a solução de problemas coloniais, especialmente os resultantes da desintegração do império colonial português, e para a solução de conflitos políticos, como o do Oriente Médio, capazes de pôr em sério risco a paz e a segurança internacionais.

Dentre os inúmeros temas constantes da Agenda da XXX Sessão, receberam especial ênfase os itens sobre descolonização, no tratamento das questões da Namíbia e da Rodésia e sobre discriminação racial. A atuação brasileira se pautou por sua posição tradicional de repúdio a toda e qualquer forma de colonialismo, de discriminação racial e de racismo.

Quanto à situação no Oriente Médio, o Brasil manteve nas Nações Unidas sua posição de princípio. Sem deixar de reconhecer a Israel, o direito à existência como Estado, o Brasil reconhece, igualmente, os direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, condição essencial a uma paz justa e duradoura na região. Reafirmou também sua posição tradicional no sentido de concitar Israel a acatar as decisões e resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, em particular as que se referem à ocupação de territórios pela força.

A III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar realizou a sua terceira sessão, sem que conseguisse chegar ao término da sua complexa tarefa. Entretanto, já se esboçaram as linhas-de-força de uma solução global de conciliação que atenda as reivindicações de países desenvolvidos e de subdesenvolvidos, de potências marítimas e de estados ribeirinhos, harmonizando-as numa nova ordem pública dos oceanos que permita a utilização produtiva e pacífica dos recursos econômicos do meio marinho, sem prejuízo dos usos clássicos do mar. No decorrer de 1976, a Conferência prosseguirá em sua tarefa, havendo fundadas expectativas de que possa chegar a um acordo final.

No México, realizou-se a Conferência do Ano Internacional da Mulher, que tanto interesse despertou em todo o mundo. O Brasil viu com satisfação os resultados alcançados, pois o Plano Mundial de Ação por ela aprovado leva em consideração as diferenças nacionais, culturais e sócio-econômicas, cujo desconhecimento conduziria inevitavelmente ao fracasso as medidas de cooperação internacional que se deseje promover na matéria.

No plano econômico, a VII sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas ensejou um debate amplo dos elementos principais que caracterizam a crise econômica internacional, de modo a permitir o encaminhamento de soluções que atendam os interesses da comunidade internacional na sua totalidade e que minimizem os efeitos adversos da crise sobre a economia dos países em desenvolvimento. O Brasil teve a oportunidade de sugerir a negociação de um acordo de comércio norte-sul, o que deve ser objeto de debate pelos órgãos especializados das Nações Unidas.

No campo da **política comercial,** houve recrudescimento das tendências protecionistas. No plano multilateral, os dois principais temas tratados continuaram a refletir as dificuldades existentes e a exigir espírito inovador na procura de soluções por parte dos países envolvidos: A) criação de Nova Ordem Econômica Internacional, idéia surgida na VI Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas; B) as Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs), em curso no âmbito do GATT, e decorrentes da Declaração de Tóquio (1973), que afirmava a disposição dos países signatários a dar início a nova rodada de liberação do comércio internacional e de rever as próprias regras desse comércio, contidas no GATT, levando em conta, inclusive, os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento.

No contexto dos esforços tendentes à criação da Nova Ordem Econômica Internacional, realizou-se a VII Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, que se dirigia especificamente a promover o desenvolvimento e a cooperação econômica internacionais. Foi então apresentada pelo Brasil proposição para a negociação de instrumento específico destinado a regular o comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (uma vez que o GATT fora elaborado, fundamentalmente, para regular o comércio entre países desenvolvidos de economia de mercado). A idéia do Acordo Norte-Sul foi endossada pelos demais países em desenvolvimento, havendo o Grupo dos 77 apresentado um projeto de resolução sobre a matéria à XXX Sessão Ordinária. Dada a extrema complexidade e relevância do assunto, a decisão sobre o referido projeto de resolução foi transferida para a XXXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1976.

Com ativa participação brasileira, sobretudo nos tópicos de acesso das manufaturas e semimanufaturas dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos e no de transferência de tecnologia, a VII especial adotou uma resolução **omnibus** cobrindo questões relativas a comércio internacional, assuntos financeiros e monetários, ciência e tecnologia, industrialização, assuntos alimentares e agrícolas, e cooperação entre países em desenvolvimento.

Por sua vez, iniciou-se a fase substantiva da NCMs, com a constituição de seis grupos de negociação. Nesses grupos, tem-se empenhado o Brasil em obter a aceitação de princípios que impliquem, na prática, em tratamento diferenciado favorável aos países em desenvolvimento em todas as áreas de negociação (tarifária, não-tarifária e normativa). Alguns resultados muito parciais foram obtidos nesta fase preliminar das negociações, admitindo os países desenvolvidos a viabilidade de tratamento diferenciado na área de subsídios e direitos compensatórios. Entretanto, dada a ampla gama de interesses envolvidos, os resultados até agora obtidos não podem ser considerados satisfatórios.

No plano bilateral, o Brasil teve de enfrentar dificuldades, por um lado, relativas à capacidade de manter o ritmo de expansão de suas exportações, encontrando barreiras crescentes para a colocação de seus produtos, principalmente nos mercados da Comunidade Econômica Européia, dos Estados Unidos e do Japão; e, por outro lado, relativas à necessidade de contenção do valor crescente de nossas importações.

Com respeito à CEE, os principais obstáculos ao desenvolvimento do intercâmbio residiram no fechamento do mercado comunitário para a carne bovina fresca, e refrigerada e congelada; e nas medidas restritivas a exportações brasileiras de certos produtos têxteis para o mercado alemão ocidental.

Ainda no contexto das relações com a CEE, cabe particular menção da visita de Sir Christopher Soames, Vice-Presidente

da Comissão das Comunidades Européias ao Brasil, e da realização da 1.ª Reunião da Comissão Mista, prevista no Acordo Comercial, assinado entre o Brasil e a CEE.

Quanto aos Estados Unidos, o recrudescimento de tendências protecionistas pôde ser observado na imposição de taxas compensatórias contra os calçados exportados pelo Brasil para aquele país. Além disso, foram iniciadas investigações para a eventual imposição de taxas compensatórias sobre as exportações brasileiras de bolsas de couro e óleo de mamona.

Com vistas ao exame conjunto e equacionamento dos problemas surgidos nas relações econômicas dos dois países, têm sido realizadas consultas de alto nível. Para tanto visitaram o Brasil o Subsecretário de Estado para Assuntos de Comércio e o Vice-Representante Especial do Presidente dos EUA para Negociações Comerciais.

Em matéria de **política financeira,** o Brasil participou da Assembléia de Governadores do BID em São Domingos, que decidiu sobre a incorporação ao Banco de países de fora do Hemisfério, e sobre financiamento destinado ao Banco de Desenvolvimento do Caribe. Também compareceu à Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, realizada em Dacar, que se ocupou de fórmulas sobre o aumento da cooperação internacional para o financiamento de projetos de desenvolvimento sócio-econômico no continente africano.

Desenvolveu-se a cooperação financeira com a República Federal da Alemanha e o Reino Unido. Foram, outrossim, assinados Acordos para evitar a dupla tributação da renda com a Suécia, a Áustria e a República Federal da Alemanha. Encontram-se em negociações o Acordo com o Canadá e a revisão do Acordo de 1967 com o Japão.

No domínio dos **produtos de base,** foi negociado o III Convênio Internacional do Café. O Acordo inova em relação aos instrumentos precedentes, sobretudo através de sistema misto de

quotas, pelo qual 70% da quota global anual serão distribuídos em função do histórico dos totais de venda dos membros exportadores, e os 30% restantes proporcionalmente à participação anual dos estoques de cada produtor nas reservas mundiais. Essa característica deverá obrigar boa parte dos membros produtores a uma adequada preparação interna para a manutenção e administração de estoques exportáveis, em benefício da maior estabilidade do mercado cafeeiro mundial. Dentro do novo convênio, e apesar das fracas perspectivas de exportação brasileira nos próximos dois ou três anos (decorrente da escassez causada pelas geadas), ao Brasil deverá manter sua tradicional participação no mercado, em torno de 32%.

O novo Acordo Internacional do Cacau foi negociado sob os auspícios da UNCTAD. Entrará em vigor a partir de 1.º de outubro de 1976. As principais modificações introduzidas dizem respeito a aperfeiçoamentos nos diversos mecanismos e em suas formas de operação. Elevou-se de forma substancial a faixa de preços e estabeleceu-se a regra do reexame periódico dessa faixa.

O Brasil participou das duas reuniões do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA). Foi dado forte impulso à organização, que congrega, para fins de consulta e coordenação, 22 produtores da da região.

No que concerne à pesca, foram renegociados os acordos de pesca de camarão entre o Brasil e quatro países, a saber, Estados Unidos, Trinidad-e-Tobago, Barbados e Países Baixos (pelo Suriname). Note-se que o acolhimento das novas condições apresentadas pelo Brasil veio reforçar a aceitação, de fato, de nossa soberania sobre o mar territorial de duzentas milhas, embora reservas de ordem jurídica continuem a figurar nesses instrumentos.

No setor de energia, dois temas sobrelevam: a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, e o Acordo de

Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Brasil e a RFA.

Convocada por iniciativa do Presidente da França, a Conferência representa um esforço da comunidade das nações (representada por oito países industrializados e dezenove em desenvolvimento) no sentido de buscar soluções pragmáticas para a crise econômica internacional, exacerbada após a elevação dos preços do petróleo em outubro de 1973. Durante 1975, realizaram-se duas reuniões preparatórias, seguidas de uma reunião inaugural, em nível ministerial, que criou quatro comissões de trabalho: Energia, Matérias-Primas, Desenvolvimento e Questões Financeiras. Proporcionando a oportunidade para equacionamento adequado dos problemas de relacionamento econômico entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento, a Conferência de Paris terá condições para progredir com vistas a atingir os seus objetivos, no curso de 1976, quando deverá concluir seus trabalhos.

O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre o Brasil e a RFA constitui evento dos mais importantes nas relações externas brasileiras. As dimensões do acordo em matéria de cooperação internacional sobre energia nuclear não têm precedentes. Cobre toda a gama de utilizações para fins pacíficos: a) prospecção, extração e beneficiamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos de urânio; b) produção de reatores nucleares e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes; c) enriquecimento de urânio; d) produção de elementos combustíveis; e) reprocessamento de combustíveis irradiados.

Com efeito, o Acordo prevê a transferência de um pacote tecnológico completo que permitirá o desenvolvimento, no Brasil, de todo o chamado ciclo de combustível, com notável influência na progressão do setor energético, na indústria nacional de equipamentos pesados e componentes, e no estímulo à formação de recursos humanos na indústria nuclear e campos afins.

Em volume de vendas, merecem menção as Feiras de Santiago (dezoito milhões de dólares), Peru (dezoito milhões e quinhentos mil dólares) e Feira Internacional do Couro de Paris (dezesseis milhões de dólares), bem como a da Indústria Naval de Oslo (oitenta milhões de dólares).

Quanto ao turismo, vale destacar, dentro da orientação de estreita coordenação com a EMBRATUR e demais órgãos compatentes no setor, o apoio à participação na I Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, bem como a contribuição prestada ao 45.º Congresso Mundial da "American Society of Travel Agents" (ASTA).

No campo das pesquisas e estudos de mercado, o Itamaraty cuidou da elaboração dos "Estudos Estratégicos de Mercado", que objetivaram identificar e selecionar produtos não-tradicionais de exportação do Brasil e avaliar as possibilidades de sua colocação em cerca de 120 mercados do mundo, bem como, examinar mercados prioritários para cada produto não-tradicional identificado na oferta brasileira.

No tocante a mercados externos, selecionaram-se 36 países, entre os mais importantes destinatários das exportações brasileiras nos últimos anos: CEE "ampliada", Estados Unidos, ALALC, Japão, países da AELC (países nórdicos. Áustria, Suíça e Portugal), alguns países da África ao sul do Saara (África do Sul, Costa do Marfim, Nigéria, Zaire), e do Oriente Médio (Arábia Saudita, Coveite, Irã, Iraque, Egito e Argélia).

Esses estudos permitiram a elaboração de dois instrumentos técnicos de avaliação: a) uma tabela de prioridades de "produtos, por mercado" e, b) uma tabela de prioridades de "mercados, por produto", dentre os não tradicionais.

Em conseqüência desse trabalho, passou-se aos estudos, em profundidade, de "marketing" de produtos brasileiros exportáveis considerados altamente prioritários, os quais, em virtude de seu elevado grau de detalhamento técnico e econômico, foram contratados junto a firmas internacionais de consultoria.

Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Brasil e a RFA.

Convocada por iniciativa do Presidente da França, a Conferência representa um esforço da comunidade das nações (representada por oito países industrializados e dezenove em desenvolvimento) no sentido de buscar soluções pragmáticas para a crise econômica internacional, exacerbada após a elevação dos preços do petróleo em outubro de 1973. Durante 1975, realizaram-se duas reuniões preparatórias, seguidas de uma reunião inaugural, em nível ministerial, que criou quatro comissões de trabalho: Energia, Matérias-Primas, Desenvolvimento e Questões Financeiras. Proporcionando a oportunidade para equacionamento adequado dos problemas de relacionamento econômico entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento, a Conferência de Paris terá condições para progredir com vistas a atingir os seus objetivos, no curso de 1976, quando deverá concluir seus trabalhos.

O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre o Brasil e a RFA constitui evento dos mais importantes nas relações externas brasileiras. As dimensões do acordo em matéria de cooperação internacional sobre energia nuclear não têm precedentes. Cobre toda a gama de utilizações para fins pacíficos: a) prospecção, extração e beneficiamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos de urânio; b) produção de reatores nucleares e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes; c) enriquecimento de urânio; d) produção de elementos combustíveis; e) reprocessamento de combustíveis irradiados.

Com efeito, o Acordo prevê a transferência de um pacote tecnológico completo que permitirá o desenvolvimento, no Brasil, de todo o chamado ciclo de combustível, com notável influência na progressão do setor energético, na indústria nacional de equipamentos pesados e componentes, e no estímulo à formação de recursos humanos na indústria nuclear e campos afins.

Quanto a **transportes e comunicações,** o Brasil participou ativamente da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO). Assinale-se, a esse respeito, a localização, no Brasil, do Escritório do Conselheiro Regional da IMCO para a América Latina, que será inaugurado nos primeiros meses de 1976.

O Brasil participou, outrossim, no campo dos transportes aéreos, de reuniões de consulta realizadas com os Estados Unidos da América, a Jordânia, a Espanha, a França, e o Reino Unido.

No tocante a transportes terrestres, cabe menção das reuniões da Comissão Nacional Coordenadora dos Assuntos relativos ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 19 de outubro de 1966. Também devem ser consignadas a VI Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes dos Países do Cone Sul, e as reuniões bilaterais com o Paraguai, Uruguai e Argentina.

Finalmente, merece especial referência a interconexão dos sistemas brasileiro e argentino de telecomunicações, através de Foz do Iguaçu, prevista para o segundo semestre de 1977, e possibilitada pelo acordo entre a EMBRATEL e a ENTEL.

PROMOÇÃO COMERCIAL

Em termos de promoção comercial, o Itamaraty pôs em execução, no ano findo, mais um Programa de Promoção Comercial no Exterior, em que se prevêem as atividades destinadas a apoiar a ação governamental e empresarial para a venda de bens e serviços ao exterior, de forma a, sem envolver realização de operações de comércio, aproximar, tanto quanto

possível, a oferta brasileira da demanda estrangeira, segundo objetivos e prioridades definidos em harmonia com as diretrizes básicas do Governo e em função da conjuntura do comércio internacional.

De execução anual, o Programa compreende a adoção de medidas que visam, desde a coleta e a circulação junto aos potenciais interessados de variegadas informações de caráter comercial, a realização e a participação de Feiras e Exposições no Exterior, até às operações de apoio a empresários e à elaboração de estudos e pesquisas de mercado com vistas às exportações brasileiras de bens e serviços.

No campo de informações comerciais, assinala-se a edição de publicações especializadas, como as revistas "Comércio Exterior" e "Brasil Comércio e Indústria", esta última publicada em três idiomas (inglês, francês e alemão) e a atividade do Centro de Documentação de Comércio Exterior, que reúne, processa e divulga publicações de interesse da promoção comercial. Nesse domínio, vale registrar a atividade do fornecimento ao empresariado nacional e estrangeiro de informações de mercado.

No campo das mostras e turismo foram patrocinadas 57 feiras em 28 países, de que participaram 1.226 expositores.

O Itamaraty divulgou, ademais, feiras e exposições realizadas em todo o mundo e de que o Brasil não participa oficialmente, com o propósito de orientar o empresário brasileiro na escolha de certames de que lhe convenha participar.

Dentre as Feiras de 1975, 10 se realizaram nas Américas, 8 na Europa Ocidental e 10 na África, Ásia e Oceania de que resultaram exportações estimadas em 206 milhões de dólares, malgrado as dificuldades que continuaram a caracterizar o comércio internacional naquele ano.

Em volume de vendas, merecem menção as Feiras de Santiago (dezoito milhões de dólares), Peru (dezoito milhões e quinhentos mil dólares) e Feira Internacional do Couro de Paris (dezesseis milhões de dólares), bem como a da Indústria Naval de Oslo (oitenta milhões de dólares).

Quanto ao turismo, vale destacar, dentro da orientação de estreita coordenação com a EMBRATUR e demais órgãos compatentes no setor, o apoio à participação na I Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, bem como a contribuição prestada ao 45.º Congresso Mundial da "American Society of Travel Agents" (ASTA).

No campo das pesquisas e estudos de mercado, o Itamaraty cuidou da elaboração dos "Estudos Estratégicos de Mercado", que objetivaram identificar e selecionar produtos não-tradicionais de exportação do Brasil e avaliar as possibilidades de sua colocação em cerca de 120 mercados do mundo, bem como, examinar mercados prioritários para cada produto não-tradicional identificado na oferta brasileira.

No tocante a mercados externos, selecionaram-se 36 países, entre os mais importantes destinatários das exportações brasileiras nos últimos anos: CEE "ampliada", Estados Unidos, ALALC, Japão, países da AELC (países nórdicos. Áustria, Suíça e Portugal), alguns países da África ao sul do Saara (África do Sul, Costa do Marfim, Nigéria, Zaire), e do Oriente Médio (Arábia Saudita, Coveite, Irã, Iraque, Egito e Argélia).

Esses estudos permitiram a elaboração de dois instrumentos técnicos de avaliação: a) uma tabela de prioridades de "produtos, por mercado" e, b) uma tabela de prioridades de "mercados, por produto", dentre os não tradicionais.

Em conseqüência desse trabalho, passou-se aos estudos, em profundidade, de "marketing" de produtos brasileiros exportáveis considerados altamente prioritários, os quais, em virtude de seu elevado grau de detalhamento técnico e econômico, foram contratados junto a firmas internacionais de consultoria.

Em um terceiro nível, através da análise de Planos de Desenvolvimento Econômico e Social internacionais, inicialmente na América Latina e Caribe, África e Oriente Médio, o Itamaraty procurou detectar oportunidades, a médio e longo prazos, para empresas brasileiras no tocante à prestação de serviços de consultoria e elaboração de projetos, bem como ao fornecimento de material de construção e bens de capital brasileiros destinados a obras locais de infra-estrutura.

Finalmente, a expansão das atividades do MRE em matéria de "estudos estratégicos", determinou a elaboração de "PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS" sobre diversos países, e que abrangem, para cada país, uma análise completa e atualizada da conjuntura econômica interna, financeira externa, intercâmbio comercial, investimentos, balanço de pagamentos bilateral com o Brasil, além dos principais acordos de caráter econômico, comercial, financeiro ou tributário com o Brasil.

Foram realizados, em 1975, os perfis econômicos-comerciais dos seguintes países: R.F.A., Iraque, Itália, França, Reino Unido. Iniciou-se a reformulação do da Arábia Saudita.

Através das chamadas Operações de Promoção Comercial, o Itamaraty atua em cinco áreas: apoio a exportadores e importadores, visitas de importadores ao Brasil, missões comerciais, captação de investimentos e operações especiais.

No quadro dessas atividades, foram coordenadas importantes transações na América Latina — venda de aviões e locomotivas de fabricação brasileira e na África subsaárica — onde merecem particular relevo o crescente intercâmbio com a Nigéria, a construção de rodovia na Mauritânia e numerosas obras de engenharia civil na Argélia.

Com vistas ao treinamento de pessoal para a execução de tarefas de promoção comercial, o Itamaraty realizou o "III Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial", e iniciou o "I Ciclo de Trei-

namento de Especialistas em Promoção Comercial", o primeiro com o objetivo de atualizar os diplomatas chefes de Setores de Promoção Comercial com as modernas técnicas de promoção de exportações, bem como o de colocá-los em contato direto com as autoridades e os exportadores brasileiros ligados às exportações; e o segundo destinado a preparar técnicos de nível superior, por meio de treinamento no Brasil durante 6 meses e estágio de dois anos em serviço de promoção comercial na rede diplomática e consular do Itamaraty.

ASSUNTOS CULTURAIS

Desenvolveram-se os programas brasileiros de **cooperação intelectual,** seja através das universidades, seja através dos Centros de Estudos brasileiros, situados em áreas de interesse cultural prioritário.

Houve particular incremento nas atividades relacionadas com as universidades. Assim, elevou-se entre outros, o número de bolsas de estudo para pós-graduação no Brasil concedidas a universitários estrangeiros, bem como o de estudantes-convênio, que têm sua entrada na Universidade brasileira determinada por força de acordo cultural firmado com o país de nacionalidade respectiva.

Verificou-se, outrossim, no que concerne aos países latino-americanos e africanos, a existência de crescente interesse em recorrer às universidades brasileiras para a formação de seus quadros superiores. Por sua vez, de parte dos países mais industrializados, observou-se pronunciado interesse em ampliar os programas de cooperação. Para tanto há-de ter

contribuído de forma preponderante a crescente repercussão da cultura brasileira no exterior.

Diversas providências administrativas foram adotadas para melhor aparelhar os Centros de Estudos Brasileiros na difusão da cultura brasileira em países do Hemisfério e iniciou-se o exame da abertura de tais Centros de Estudos também em países africanos.

Em matéria de **difusão cultural,** foi estimulada a divulgação da cultura brasileira no exterior, em especial nos campos musical e de artes plásticas. Programou-se a participação nacional em dois importantes festivais, a serem realizados em breve, ambos diretamente relacionados com a presença da arte negra no Brasil: o "II Festival Mundial de Artes Negras de Lagos", e o Festival Folclórico Norte-Americano, com o tema "A Diáspora Africana".

No contexto do II Plano Básico para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o MRE participa como órgão setorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Nesse sentido, em coordenação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, estruturou o Itamaraty programa com vistas a promover a coleta de dados científicos no exterior, através da rede de Missões diplomáticas e Repartições consulares, cabendo-lhe, em conseqüência, o processamento primário e a transferência de tais informações e referências às entidades científicas brasileiras.

Esse sistema de captação tecnológica — designado pela sigla SICTEX — objetiva fortalecer a capacidade de absorção e criação de tecnologia pela empresa nacional, pública e privada, bem como propiciar a consolidação de uma infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica, sobretudo na área governamental.

Por outro lado, aperfeiçoaram-se os sistemas de avaliação e revisão de **cooperação técnica** multilateral. Para ampliar os

seus efeitos foram elaborados esquemas para a complementação financeira dos recursos externos com fundos em moeda nacional.

Houve acentuada melhoria na qualidade e metodologia dos projetos desenvolvidos no Brasil em bases bilaterais. Os países industrializados ocidentais que nos prestam assistência técnica passaram a observar as diretrizes brasileiras para a cooperação técnica externa, dentro do sistema interministerial de coordenação da cooperação técnica externa, que tem como peças centrais o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Através dessa coordenação, foi possível ampliar os benefícios dessa forma de cooperação da parte de tais países desenvolvidos.

A cooperação técnica entre países em desenvolvimento vem recebendo particular atenção do Governo brasileiro. Através dessa interação de conhecimentos, técnicas e experiências, abrem-se novas perspectivas de alternativas tecnológicas, muitas vezes de maior adequação às peculiaridades e necessidades de cada país. Ao lado da realização de visitas e missões, de caráter preparatório, as atividades se orientam para a formulação de projetos integrados, no que respeita às duas regiões prioritárias da cooperação técnica brasileira: América Latina e África Subsaárica.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

A rede consular brasileira foi objeto de especial atenção pela necessidade de sua reestruturação, com a dupla finalidade de transformá-la em centro de apoio à ação diplomática das Embaixadas nos diversos campos e aperfeiçoar seus meios de

prestar assistência aos cidadãos brasileiros de passagem ou residentes no exterior. O estudo das condições de funcionamento das Repartições consulares visa a permitir maior colaboração para a atuação da Embaixada, ensejando o aproveitamento máximo dessas possibilidades de assistência.

Foi criada a categoria de Vice-Consulado, e extinta a de Consulado Privativo. Ajustou-se, em conseqüência, a hierarquização das Repartições consulares brasileiras à Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

Por outro lado, a rede consular brasileira teve as suas instalações ampliadas e melhor aparelhadas em várias cidades, onde se faziam necessárias providências nesse sentido. Assim, foram alugados prédios para as Chancelarias dos Consulados em Santiago, Santa Cruz de la Sierra e Liverpool, bem como alugadas casas para residência dos Cônsules em Santa Cruz de la Sierra e Ciudad Bolivar. Procedeu-se, outrossim, a extensas obras de reforma do próprio nacional do Consulado-Geral no Porto. Enfim, com vistas à construção da futura sede do Consulado do Brasil, foi adquirido terreno em Puerto Presidente Stroessner.

De conformidade com a política governamental, dar-se-á atenção prioritária, no trabalho de reaparelhamento, à América Latina. Dentre as obras previstas, encontram-se as relativas às novas repartições consulares em Ciudad Bolivar, Paissandu e Puerto Presidente Stroessner.

Em matéria de passaportes, as alterações de maior relevo foram a criação de passaporte de serviço, em substituição ao especial; e a fabricação pela Casa da Moeda de todos os tipos de cadernetas de passaporte e de "laissez-passer". O fabrico nacional de tais documentos acarretará, entre outros benefícios, uma economia de divisas da ordem de duzentos mil dólares anuais. Dotou as novas cadernetas de melhores condições de segurança, além de melhorar-lhes o aspecto.

Com vistas a atender às condições excepcionais criadas por um afluxo de cerca de dezoito mil imigrantes, o Governo estabeleceu um sistema **ad hoc** de tramitação unificada, com ação integrada dos diferentes setores competentes em controle de estrangeiros, identificação civil e profissional, concessão de permanência, registro de estrangeiros e tratamento alfandegário. Boa parte desses imigrantes, procedentes sobretudo de Portugal, Angola e Moçambique, apresenta níveis bastante satisfatórios de qualificação para os diversos ramos da atividade econômica.

ADMINISTRAÇÃO

Haja vista a crescente presença diplomática brasileira no exterior, e as decorrentes necessidades de compra e ampliação de locais de trabalho e representação, foi atribuída particular ênfase à aquisição e construção de imóveis em áreas consideradas prioritárias ou em cidades onde tais providências se impusessem como solução para instalação ou reinstalação condigna da Missão.

Assim, foram adquiridos prédios para as residências em Bogotá, São José da Costa Rica e Lisboa, bem como dois terrenos destinados à futura construção da Chancelaria e da Residência consular para o Consulado em Puerto Presidente Stroessner. Foram também incorporados ao Patrimônio da União a propriedade vizinha à Embaixada em Washington e o lote contíguo ao terreno doado pelo Governo da Guiné para construção da Embaixada em Bissau.

Deu-se início ao projeto de construção da nova Chancelaria da Embaixada em Buenos Aires, e entabularam-se negociações

para compra dos imóveis onde se encontram instaladas as Residências das Embaixadas em Quito e São Salvador.

Por sua vez, no âmbito da Secretaria de Estado, foram realizadas obras nos Blocos Administrativo e Representativo, visando à conservação e melhoria das atuais instalações.

Foram concluídos os estudos preliminares para a construção de edifício anexo às presentes instalações do Ministério, o qual abrigará o Instituto Rio-Branco, bem como a Biblioteca, a Mapoteca e o Arquivo Histórico, que ainda se encontram, parcial ou totalmente, no Rio de Janeiro. Também foram ultimados os projetos para construção dos prédios de moradia funcional do Ministério, os primeiros a serem construídos pelo Itamaraty desde a mudança da Capital.

Nesse sentido, está iniciada a construção de quatro blocos de apartamentos destinados aos funcionários diplomáticos lotados em Brasília. Além desses blocos, situados na SQS 213, foram preparados projetos para cinco blocos destinados a funcionários administrativos. Em ambos os casos, tratam-se de construções especificamente projetadas para o Itamaraty.

O padrão salarial dos funcionários diplomáticos no exterior foi adequado em 1975 às contingências da situação inflacionária mundial e à desvalorização da moeda utilizada nas transações financeiras internacionais do Governo brasileiro. Na Secretaria de Estado, verificou-se uma ampliação, em virtude de diretrizes governamentais, de funções de assessoramento superior, bem como o estabelecimento de funções de assessoramento intermediário.

Quanto ao pessoal administrativo pôde ser quase totalmente concluída a implantação do Plano de Classificação de Cargos, o que trouxe inegável melhoria salarial para este quadro de servidores do Itamaraty.

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

O contínuo crescimento do fluxo de mensagens entre a Secretaria de Estado e as Missões no exterior tornou necessária reavaliação nos sistemas de comunicações e nos métodos de tratamento, guarda, recuperação e disseminação de informações.

Para atender à demanda, procedeu-se não só a amplo reaparelhamento das instalações elétricas e telegráficas, bem como à modernização setorial no equipamento de circulação de mensagens. Também foram desenvolvidos os estudos para o emprego das técnicas de comutação e distribuição automática de mensagens, já em parte utilizadas pelo Itamaraty em suas comunicações com Europa e África.

Em convênio assinado pelo Itamaraty e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em 24 de março, se regulou a prestação de assistência técnica para projetos de modernização técnica e institucional do MRE, pelo desenvolvimento de um sistema integrado de informações. No contexto desde convênio, assinou-se carta reversal com a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR) da SEPLAN, definindo o programa de trabalho relativo ao "Projeto Documentação", que visa ao desenvolvimento de um sistema de arquivo de documentos correntes.

Incluirá este sistema as etapas de coleta, expurgo, conservação, tratamento, recuperação e disseminação dos documentos em trânsito no MRE.

Por sua vez, a microfilmagem virá contribuir para reduzir o espaço físico ocupado pela documentação, além de tornar mais fácil e rápido o processamento da informação. Essa importante

inovação, em matéria de sistematização da informação, objetiva ainda viabilizar a integração do sistema de transmissões telegráficas internacionais com o sistema central de informações. Possibilita, igualmente, o acesso a centros internacionais que utilizam microformas.

Deu-se prosseguimento à política de aumento do acervo bibliográfico do Itamaraty, de forma a fazer da Biblioteca do Ministério um dos instrumentos realmente úteis para as pesquisas que informam a tomada de decisão dos diversos setores. Outrossim, foi criada a **Resenha de Política Exterior do Brasil**, que reúne trimestralmente os principais documentos oficiais sobre a ação diplomática brasileira.

Em 23 de dezembro, foi assinada a Portaria n.º 425, que altera a redação dos artigos 111 a 125 do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. As modificações introduzidas objetivaram dar maior especialização às áreas do Departamento de Comunicações e Documentação, criação duas novas unidades: a Divisão de Divulgação Documental e a Coordenadoria Técnica. Ao mesmo tempo, atendeu-se à necessidade de concentrar serviços afins na Seção de Correspondência Postal.

IMPRENSA

Além da ação orientada junto à imprensa estrangeira e, no seu aspecto setorial de política exterior, junto à imprensa brasileira, releva mencionar duas atividades específicas do Itamaraty voltadas para a difusão de nosso país no exterior.

Em julho, foi assinado convênio com a Fundação Anchieta de São Paulo. Objetiva a criação, a médio prazo, de sistema

regular de programas de rádio e, sobretudo, de televisão com emissoras de outros países, assim como o desenvolvimento de projetos de aperfeiçoamento de pessoal de tele-radiodifusão em centros no Brasil e no estrangeiro. A esse respeito, as primeiras iniciativas já permitem aquilatar as possibilidades de implementação do citado convênio. Representantes da TV-Cultura mantiveram contatos em Abdijã com estação televisora da Costa do Marfim, tendo sido concertada a primeira transmissão via satélite entre esse país e o Brasil, por ocasião da visita oficial do Ministro Azeredo da Silveira. Também em decorrência de tal acordo, a televisão portuguesa disporá de documentários atualizados sobre aspectos diversos da realidade brasileira.

Por outro lado, procedeu-se à coleta de informações, através da rede diplomática e consular brasileira na América Latina, África e Oriente Médio, acerca do interesse de emissoras locais por transmissões em ondas curtas procedentes do Brasil em espanhol, inglês, francês e árabe. Amostragem das respostas recebidas revela haver boa receptividade a uma série de transmissões sobre a realidade nacional. Com base nos resultados obtidos, há elementos suficientes para um exame conjunto com a Rádio Nacional da exeqüibilidade da reformulação do atual sistema de transmissões internacionais daquela emissora com a finalidade de adequá-lo à demanda já identificada em áreas focais de atuação diplomática.

INSTITUTO RIO-BRANCO

Durante o ano de 1975, realizaram-se dois concursos com vistas a selecionar candidatos para a carreira: um concurso de provas com acesso direto ao cargo inicial da carreira e o

exame vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Nos dois casos, o formato dos programas foi modernizado e eliminados alguns requisitos que tendiam a obstaculizar maior representatividade regional e social dos integrantes da carreira.

Por outro lado, foram tomadas as primeiras providências para a transferência do Instituto Rio-Branco para Brasília, o que virá a permitir maior integração entre as atividades formativas do Instituto e as necessidades do Ministério das Relações Exteriores. Procedeu-se, outrossim, à revisão dos programas do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata com o objetivo de torná-los mais adequados às atuais necessidades da profissão.

Foi aprovado pelo Senhor Ministro de Estado novo Regulamento para o Instituto Rio-Branco. Consideravelmente mais flexível que o anterior, tenderá a agilizar eventuais ajustes futuros, quando as novas condições da Carreira assim o exigirem.

Finalmente, o ano de 1975 marcou o reconhecimento do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior. Dessa maneira, o parecer do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministro da Educação e Cultura, atribuiu ao Instituto Rio-Branco a designação de estabelecimento de nível superior.

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

Com a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, a Inspetoria-Geral de Finanças do Itamaraty passou, em 1975, de órgão encarregado exclusivamente do controle da execução

orçamentária da Secretaria de Estado a órgão controlador de todos os recursos do Ministério, isto é, Secretaria de Estado e Repartições no exterior. Em termos quantitativos, o controle exercido em 1974 sobre Cr$ 141 229 000,00, correspondentes ao Orçamento do MRE e Encargos Gerais da União, passou a ser feito sobre Cr$ 891 719 000,00 em 1975.

Por outro lado, procedeu-se à implementação do Decreto n.º 74 439, de 1974, que incumbiu do acompanhamento da execução orçamentária as Inspetorias-Seccionais de Finanças. Em vista dessa determinação legal, o órgão único de contabilidade analítica da Secretaria de Estado passou da Divisão de Orçamento e Programação Financeira para a Inspetoria-Geral de Finanças.

Ainda em decorrência da extinção da Delegacia do Tesouro, foi constituída na IGF uma Seção de Receita, para a contabilização da renda consular e levantamento das tomadas de contas dos responsáveis. Para tanto, implantou-se sistemática própria a fim de assegurar o efetivo controle da arrecadação da renda consular, adotando-se, inclusive novos e mais racionais modelos dos documentos de trabalho.

II — PARTE EXPOSITIVA

ASSUNTOS AMERICANOS

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

As relações entre o Brasil e a Argentina, incentivadas pela História e pela Geografia, caracterizaram-se por dinâmica evolução nos fluxos recíprocos de comércio. Nesse contexto de complementaridade, ambos os mercados reforçam a sua interdependência, ocupando posições de destaque no comércio exterior global dos dois países.

Cabe, assim, registrar que, além de haver o Brasil se constituído, nos últimos anos, no segundo mercado para produtos argentinos e cabendo à Argentina o nono lugar entre nossos principais clientes, já existem, nessas correntes comerciais, vários produtos cuja exportação se faz de forma exclusiva ou em proporção superior a 90% para um outro país. Por outro lado, o intercâmbio comercial bilateral vem atingindo patama-

res ascendentes, apesar da difícil conjuntura do mercado internacional nos últimos anos.

Contrariando tendência iniciada em 1972, quando o Brasil passou a ter déficits constantes em seu intercâmbio com o país vizinho, dados preliminares referentes ao ano findo indicam, para o período considerado, uma correção desse saldo negativo em nossa balança comercial bilateral.

No setor energético, cumpre registrar a conclusão e entrega, aos Governos do Brasil e da Argentina, de um Relatório Geral sobre o Estudo do Aproveitamento do Trecho Limítrofe do Rio Uruguai e seu Afluente Rio Pipiri-Guaçu, entre o Brasil e a Argentina. O referido relatório baseou-se nos trabalhos realizados por um consórcio de consultores de engenharia "HIDRENED". Os estudos foram executados em decorrência de Convênio assinado pela Eletrobrás em 14 de março de 1972 com a empresa argentina "Agua y Energia Eléctrica-Ayee", pelo qual ambas as empresas de eletricidade decidiram regular as condições de execução de um estudo conjunto para o citado trecho fluvial argentino-brasileiro.

A conclusão de fase tão importante do enunciado projeto viabilizará, em futuro próximo, a realização de um empreendimento conjunto de grande envergadura para ambos os países.

Os estudos realizados sugerem três aproveitamentos principais que, de montante a jusante, são: RONCADOR/PANAMBI (1 000 000 KW, podendo atingir 2 700 000 KW); GARABI (803 000 KW, com possibilidade de gerar futuramente 1 820 000 KW) e SÃO PEDRO (371 000 KW, alcançando 745 000 KW na fase final).

No plano das comunicações, em 5 de agosto foi assinado, em Puerto Iguazu, pela Empresa Brasileira de Telecomunicações — Embratel — e a Empresa Nacional de Telecomunicações — Entel — um Convênio para a interconexão dos sistemas de Telecomunicações brasileiro e argentino, na região de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, destinada a conectar as redes nacio-

nais da Argentina e do Brasil. Sendo a Argentina o maior parceiro econômico do Brasil na região e, conseqüentemente, nosso maior correspondente em telecomunicações, adquiriu relevo singular a realização do mencionado Convênio.

Nos termos do enunciado documento, a Embratel e a Entel, nas partes que respectivamente lhes correspondam, providenciarão os projetos, construções e instalações, bem como a forma de operação da conexão, de modo a oferecer a capacidade de 960 canais telefônicos (4 Khz) por canal de RF e um canal de televisão monocromático ou em cores (525 ou 625 linhas) com seu canal de som. A escolha do tipo de equipamento será feita de comum acordo entre as empresas, tendo em vista as características técnicas e facilidades de operação e manutenção. De acordo, outrossim, com o que dispõe aquele instrumento jurídico, a Embratel e a Entel envidarão todos os esforços para que a conexão esteja em condições de operar comercialmente no segundo semestre de 1977.

Em setembro, o Governo brasileiro recebeu a visita do Chanceler Angel Federico Robledo. Em Brasília, o então titular do Palácio San Martin participou de várias cerimônias, havendo inclusive assistido à parada militar do dia da Pátria, no palanque de honra, ao lado do Senhor Presidente da República. Quando de sua estada no território nacional, o Chanceler argentino visitou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, os Presidentes do Senado e da Câmara Federal, bem como o Presidente do Supremo Tribunal Federal. A visita em apreço transcorreu em clima de grande cordialidade, em que se exaltaram os vínculos de boa vizinhança e de fraterna colaboração que unem tradicionalmente as duas Nações.

De 10 a 12 de dezembro, realizou-se no Rio de Janeiro uma reunião bilateral da Subcomissão de Transporte da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC). A reunião em apreço adotou, **inter alia,** as seguintes decisões:

a) aumento da capacidade nominal de carga de cada país (frota de transporte) de 11 para 13 mil toneladas;

b) recomendar a habilitação de novos pontos de fronteira, dentre os quais "Bernardo Yrigoyen-Dionísio Cerqueira", considerado prioritário para o tráfego bilateral Brasil—Argentina;

c) encaminhamento favorável para a questão da remessa de divisas de empresas nacionais de transporte operando em um e outro país, o que deu ensejo à posterior solução favorável do assunto;

d) concordância na convêniência de se elaborar, para transporte público de passageiros, documento único;

e) recomendar a ambos os Governos o estudo de factibilidade de construção de ponte unindo Puerto Iguazu a Porto Meira;

f) recomendar a ambos os Governos a criação de comissões nacionais, que manterão contatos regulares entre si, com vistas a coordenar a metodologia dos custos de exploração aplicáveis aos regimes tarifários dos respectivos países. Tal política se faria em função das características dos tráficos e modos operativos das empresas habilitadas para o transporte internacional;

g) de acordo com recomendação da Sexta Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes do Cone Sul, ambas as delegações acordaram gestionar junto a seus respectivos Governos a constituição de um Grupo de Trabalho dependente da citada Subcomissão, a fim de estudar os aspectos assistenciais, médicos e hospitalares, em benefício dos tripulantes dos veículos das empresas habilitadas para o transporte internacional, ao operarem em território estrangeiro. O dito Grupo de Trabalho estaria integrado por representantes dos organismos técnicos competentes e entidades empresariais e sindicais; e

h) recomendar aos organismos competentes respectivos que estudem a possibilidade de um acordo, para que as apólices de responsabilidade civil contratadas no território de um dos países, tenham validade no outro.

O ano de 1975 constituiu marco histórico nas relações de perfeita inteligência e boa vizinhança tradicionalmente existentes entre o Brasil e o Estado Oriental.

Atendendo a honroso convite do Presidente Juan María Bordaberry, o Presidente Ernesto Geisel, acompanhado pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, dos Transportes, do Interior, pelo Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República e pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, visitou a vizinha República a 12 de junho, havendo-se encontrado nessa data, em Rivera, com o Primeiro Mandatário uruguaio — ocasião em que os Chanceleres de ambos os países firmaram importantes atos internacionais para a política de íntima colaboração ora seguida pelas duas Nações. Pela sua magnitude e variedade — englobando o vasto espectro das oportunidades de dinâmica cooperação bilateral impostas pela geografia e por interesses nacionais convergentes — os mencionados atos internacionais ocupam na História das relações brasileiro-uruguaias posição similar à dos mais importantes acordos formalizados pelos dois países no decurso do século passado, que assentaram as bases para o seu tradicional relacionamento harmônico.

Em Rivera, foram celebrados um Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, um Protocolo de Expansão Comercial, um Convênio sobre Transporte Marítimo, um Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre, um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, um Acordo por Troca de Notas pondo em vigor o Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo Brasileiro-Uruguaio, um Acordo por Troca de Notas relativo à execução de obras para a definitiva contenção do trecho final e da Barra do Arroio Chuí, um Acordo por Troca de Notas criando um Grupo **ad hoc** brasileiro-uruguaio, que estudaria meios e modos de implementar-se a colaboração brasileira na construção da central hidrelétrica de Palmar, um Acordo por Troca de Notas

referente ao estabelecimento de interconexão dos sistemas elétricos dos dois países e um Acordo por Troca de Notas em que o Brasil oferece financiamento à lavoura do trigo no Uruguai, comprometendo-se a comprar os saldos exportáveis aos preços internacionais. Outrossim, os Presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central do Uruguai formalizaram na mesma data um Convênio de Crédito para a aquisição de bens de capital brasileiros, no montante de US$ 50 milhões.

Em detalhe, os enunciados documentos internacionais versaram sobre o seguinte:

i) Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Dos atos firmados com o Estado Oriental constituiu o de maior relevo, representando um "acordo-quadro" — fonte dos demais instrumentos negociados — abrangendo **ipso facto** a ampla gama das possibilidades de colaboração entre os dois países, impostas pela atual dinâmica de suas relações.

Abrange o articulado daquele documento cláusulas de ordem política, econômica, financeira, comercial, científica, técnica, cultural e turística, prevendo ademais em seu artigo XXII que, "além dos instrumentos internacionais previstos no presente Tratado e dentro do espírito que o informa, as Altas Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias aconselharem, protocolos adicionais ou outro tipo de atos internacionais sobre todos os assuntos de interesse comum".

ii) Protocolo de Expansão Comercial.

É considerado pelas Partes Contratantes como um dos mais importantes atos complementares ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio. Visa a ampliar e diversificar os fluxos de comércio recíprocos, levando em conta a situação do Uruguai de país de menor desenvolvimento econômico relativo, no contexto da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Tem duração de três anos, prorrogáveis automaticamente

por prazos idênticos, até o fim do período de transição previsto no Tratado de Montevidéu e no Protocolo de Caracas.

iii) Financiamento Brasileiro à Triticultura Uruguaia.

O Governo do Brasil oferece colaboração para o desenvolvimento em larga escala da lavoura do trigo no Uruguai, que compreenderia inclusive a outorga de financiamento específico e a compra de saldos exportáveis, aos preços internacionais. Como passo preliminar para a concretização dessa assistência bilateral, é convidado a visitar o Brasil um grupo de técnicos uruguaios especializados em trigo, para tomar conhecimento de todos os aspectos relacionados com a produção, industrialização e comercialização do produto no território nacional.

iv) Convênio sobre Transporte Marítimo.

Estabelece, como ponto básico, a obrigatoriedade do transporte, em navios brasileiros e uruguaios, das mercadorias objeto do intercâmbio comercial bilateral. Ademais, prevê que os armadores dos dois países concluirão entre si um acordo sobre tarifas e serviços, bem como o respectivo regulamento, noventa dias após a troca dos instrumentos de ratificação. Tem duração de cinco anos, renovável automaticamente por igual período.

v) Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre.

Trata-se do primeiro instrumento do gênero a ser negociado pelo Brasil nos últimos anos. Constitui, portanto, uma experiência nova e de certo modo pioneira. O referido ajuste limita-se a fixar normas gerais, que seguem, em grande parte, o espírito do Convênio sobre Transporte Marítimo. Tem prazo de duração de 3 anos e prevê que seja objeto de aperfeiçoamento.

vi) Financiamento Brasileiro à Hidrelétrica de Palmar.

A nota em apreço — tendo presente o artigo VII do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, que registra o desejo do

Governo do Brasil de cooperar, dentro de suas possibilidades, na construção da represa hidrelétrica de Palmar — propõe a constituição de um Grupo de Trabalho binacional, de seis membros, para estudar meios e modos de tornar imediatamente efetiva a nossa colaboração no particular.

vii) Interconexão Energética.

Considerando o atual déficit energético de que padece o Uruguai, impeditivo do seu desenvolvimento, e os resultados satisfatórios obtidos com as interconexões elétricas estabelecidas em 1965 entre cidades fronteiriças dos dois países, nos termos do Acordo em tela seria feito um estudo pelas entidades competentes de ambos os países com vistas a examinar a viabilidade de interligação entre a Central Termelétrica Presidente Médici, em Candiota, e a Central Hidrelétrica de Rincón del Bonete, no Rio Negro. Dentro do prazo de seis meses seria elaborado um relatório conclusivo a respeito do assunto.

viii) Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

As Partes Contratantes comprometem-se a executar, de comum acordo, programas e projetos de cooperação técnica e científica. Os referidos programas e projetos serão objeto de ajustes complementares, que especificarão todos os dados pertinentes. O Acordo referido terá validade de três anos, prorrogável automaticamente por iguais períodos.

ix) Entrada em Vigor do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo.

Em 21 de julho de 1972 foi concluído em Montevidéu um Acordo, por troca de notas, entre os dois Governos, relativo à definitiva fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo Brasileiro-Uruguaio. Havendo o Congresso Nacional aprovado o citado ajuste, foi o mesmo posto em vigor pela troca de notas em epígrafe.

x) Acordo sobre Obras de Contenção do Trecho Final e da Barra do Arroio Chuí.

Objetiva realizar as obras de contenção do trecho final e da Barra do Arroio Chuí, no linde entre os dois países, consoante critério fixado pela Comissão Mista de Limites e de caracterização da Fronteira Brasil—Uruguai. Implementa, por conseguinte, o Acordo de 21 de julho de 1972, sobre a definitiva fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo Brasileiro-Uruguaio.

xi) Linha de Crédito de US$ 50 milhões para a Aquisição de bens de capital no Brasil.

O citado financiamento foi formalizado em Rivera, juntamente com os demais atos, pelo Presidente do Banco do Brasil e pelo Presidente do Banco Central do Uruguai. Os bens de capital brasileiros, importados ao amparo do referido crédito, se beneficiarão do tratamento alfandegário e não-alfandegário mais favoráveis.

Havendo o Brasil e o Uruguai concluído, no segundo semestre de 1975, o processo legislativo de aprovação interna do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, do Protocolo de Expansão Comercial, do Convênio sobre Transporte Marítimo e do Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre, deverão brevemente ser trocados pelos dois Governos os respectivos instrumentos de ratificação.

Paralelamente à celebração dos citados atos internacionais, no quadro do intercâmbio brasileiro-uruguaio, os fluxos de comércio recíproco tenderam a maior equilíbrio, com a aquisição, pelo Brasil, de 50 000 toneladas de trigo e de vinte e cinco mil toneladas de carne — produto este destinado a processamento e reexportação pelos frigoríficos brasileiros interessados.

No período considerado, a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim prosseguiu ativamente seu trabalho em prol do aproveitamento de vasta

área fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai, que abrange cerca de 62 250 Km^2 em território uruguaio. Foram realizados marcantes progressos para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Jaguarão, que compreende, **inter alia,** a construção de uma barragem e central hidrelétrica em Passo do Centurião, sobre o Rio Jaguarão, bem como o respectivo sistema de transmissão, uma barragem de acumulação em Talavera, no Uruguai, e um sistema de irrigação e drenagem, além de obras de dessalinização.

De 4 a 5 de novembro último, realizou-se no Rio de Janeiro uma Reunião Técnica Bilateral sobre Transporte de Carga e de Passageiros, que adotou relevantes medidas para o incremento do transporte viário entre os dois países. Dentre as decisões então adotadas sobressaem:

a) a criação de uma Subcomissão de Transportes Terrestres, no âmbito da Comissão Geral de Coordenação estabelecida pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975. Essa Subcomissão seria composta de técnicos que se reuniriam, periodicamente, para examinar aspectos operativos do transporte rodoviário internacional entre ambos os países; b) a realização de estudos sobre a viabilidade econômica do estabelecimento de uma linha entre Uruguaiana e Salto; c) o prolongamento, **ad referendum** de ambos os Governos, da linha Montevidéu—Porto Alegre, da seguinte forma: no território brasileiro, até a cidade de São Paulo, com seções em Florianópolis e Curitiba, e no território uruguaio, até a cidade de Paissandu, com seções em San José de Mayo e Trinidad.

No setor de integração física, ficaram praticamente concluídos nos lados brasileiro e uruguaio, os trabalhos de construção da ponte internacional da Barra do Quaraí. O referido empreendimento, que terá importância notável para o aumento do intercurso humano e de carga entre as populações dos dois países nas áreas adjacentes ao Rio Uruguai, deverá ser inaugurado em inícios de 1976.

A ponte em apreço foi construída pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem em cumprimento a Notas trocadas pelos Governos de ambos os países em 21 de julho de 1973. Localiza-se no Rio Quaraí, próxima à sua margem uruguaia, aproximadamente a 10 km da cidade oriental de Bella Unión. Tem extensão total de 672,87 metros, havendo seu custo sido orçado em Cr$ 19 milhões.

PARAGUAI

O ano de 1975 foi marcado, no que respeita às relações brasileiro-paraguaias, por dois encontros presidenciais, fato que bem ressalta o perfeito entendimento entre os dois países e a ampla gama de iniciativas que se inserem no campo da cooperação mútua. Em 9 de março de 1975, o Presidente Alfredo Stroessner, atendendo convite que lhe dirigira o Presidente Ernesto Geisel, participou, em Campo Grande, da inauguração da XXXVII Exposição Agropecuária e Industrial promovida pela Associação de Criadores do Sul de Mato Grosso. O encontro entre os dois Altos Mandatários na cidade mato-grossense permitiu amplo e profícuo intercâmbio de opiniões sobre a atualidade internacional e sobre temas das respectivas conjunturas nacionais, cuja identidade de posições é perfeitamente sintetizada pela seguinte passagem do discurso que o Presidente Geisel pronunciou na ocasião: "identificados no que se refere aos principais temas da estrutura das relações internacionais, solidários na implementação da política de integral aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento que se oferecem no âmbito regional, irmanados, em suma, na luta que os une em prol dos objetivos de progresso econômico e social, Brasil e Paraguai revigoram, criam e fortalecem vínculos cada vez mais numerosos que expressam os altos interesses comuns em domínios políticos, econômicos e comerciais".

O segundo encontro presidencial se deu durante os dias 3, 4 e 5 de dezembro, quando atendendo a convite do Presidente do Paraguai, o Presidente Ernesto Geisel visitou Assunção,

fazendo-se acompanhar pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Exército, Fazenda, Transportes, Educação e Cultura, Minas e Energia e Ministro-Chefe da Casa Militar da Presidência da República. A ocasião foi marcada por importantes atos, dentre os quais: a) assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai; b) assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927; c) entrega a ambos os Governos do Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes (GEIPOT), em decorrência do compromisso assumido pelo Governo brasileiro em 1974; d) restituição ao Governo paraguaio do "Livro de Ouro", confeccionado com jóias das senhoras paraguaias e ofertado ao Marechal Francisco Solano Lopes. Ainda durante a visita em questão, foi assinado, entre a Eletrobrás e a Itaipu Binacional, contrato pelo qual a primeira concede recursos da ordem de 31,4 bilhões de cruzeiros, equivalentes a cerca de US$ 3,5 bilhões a mais importante operação de financiamento já realizada por entidade brasileira.

Em termos sucintos, descrevem-se a seguir os aspectos principais de cada um dos atos acima citados:

I) Tratado de Amizade e Cooperação.

Trata-se de instrumento abrangente e flexível, com características de acordo-quadro, que contempla a extensa gama de interesses comuns aos dois países, estabelece diretrizes básicas de cooperação e prevê a institucionalização, através de instrumentos complementares, de mecanismos adequados à implementação dos objetivos nele fixados ou reafirmados.

A colaboração acordada abarca as mais diversas áreas das relações políticas, econômicas, financeiras, comerciais, científicas, técnicas, culturais e turísticas.

O Tratado institui a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação, órgão de consulta e coordenação de assuntos de inte-

resse comum que englobará os órgãos paraguaio-brasileiros setoriais atualmente existentes. Cada seção nacional da Comissão Geral será presidida pelo respectivo Ministro das Relações Exteriores.

II) Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927.

Tendo em vista as dificuldades que há vários anos vêm sendo encontradas pelos demarcadores brasileiros e paraguaios no seu empenho de determinar a adjudicação — e conseqüente demarcação — das ilhas situadas no Rio Paraguai, entre a foz do Rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra, os dois Governos resolveram aplicar o disposto no artigo XIII do Protocolo de Instruções, firmado no Rio de Janeiro a 9 de maio de 1930, que lhes faculta tomar uma decisão final nos casos de dúvidas ou discordâncias que não possam facilmente ser afastadas pelos demarcadores de ambos os lados.

Baseados nos resultados dos estudos efetuados recentemente pela Marinha de Guerra do Brasil e pela Marinha do Paraguai naquele trecho do Rio Paraguai, o Brasil, pelo Protocolo Adicional em apreço, reconheceu o domínio territorial e a soberania do Paraguai sobre a ilha conhecida como Porto Murtinho ou Banco das Três Barras pelos brasileiros, e denominada Ilha Margarita pelos paraguaios, enquanto que o Paraguai, pelo mesmo instrumento, reconheceu o domínio territorial e a soberania do Brasil sobre a ilha conhecida como do Sombrero pelos paraguaios e denominada ilha do Chapéu pelos brasileiros.

O Protocolo Adicional consigna, ainda, a decisão dos dois Governos de empreender, no mais breve prazo possível, através da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil—Paraguai, os trabalhos relativos à adjudicação das demais ilhas do segmento fronteiriço do Rio Paraguai, no trecho situado entre a foz do Rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra, podendo a Comissão Mista, se julgar necessário, fazer

uso, para tal fim, dos trabalhos técnicos que ofereçam os Governos.

III) Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai.

O documento submetido à aprovação dos dois Governos corresponde à concretização do compromisso assumido pelo Governo brasileiro, mediante troca de notas celebrada em Assunção, a 10 de setembro de 1974, no sentido de realizar os estudos especificados com o Governo paraguaio no setor de transportes, visando à formulação de Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes dos dois países.

O estudo em questão, efetuado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (GEIPOT), constitui base objetiva para o estabelecimento de plano de orientação e a definição de política eficiente de integração dos sistemas de transportes dos dois países.

O plano de trabalho traçado pelo GEIPOT se orientou no sentido de, não só identificar os projetos e obras a serem incluídos no Plano de Assistência Técnica e Econômica a ser firmado entre os dois países, mas também no de estabelecer custos dos empreendimentos selecionados e cronogramar as obras correspondentes. De acordo com este plano de trabalho, os levantamentos realizados compreendem: a) estudo de viabilidade técnico-econômica da interligação dos sistemas ferroviários do Brasil e do Paraguai; b) plano diretor de transporte fluvial no Rio Paraguai, de Assunção à Foz do Rio Negro; c) plano de melhoramentos nas rodovias: Concepción—Pedro Juan Caballero; Cel. Oviedo-Bella Vista; e Caaguazu—Puerto Presidente Stroessner. Implantação dos trechos: Vallemi—Ruta 5; e Bella Vista—Ruta 5; d) elaboração de termos de referência para execução dos estudos de engenharia decorrentes das recomendações do Plano Diretor; e, e) estudos dos aspectos legais, aduaneiros e fiscais para a dinamização dos transportes entre os dois países.

IV) Restituição ao Governo Paraguaio do "Livro de Ouro".

Segundo Gustavo Barroso (in "Anais do Museu Histórico Nacional", vol. X, 1949, págs. 5 a 11), o precioso álbum, obra do ourives Ramón Franco, foi "encontrado pela cavalaria nas suas (do Presidente Solano Lopes) bagagens, depois do episódio do Cerro Corá e trazido para o Rio de Janeiro, tendo os Ministros de Estado tido a intenção de oferecê-lo a D. Pedro II. O Imperador, porém, recusou a oferta da peça, de valor inestimável, tanto intrínseco, como histórico". Esse episódio é confirmado, com especificações altamente sugestivas, em carta que D. Pedro II dirigiu, em 20 de abril de 1870, ao então Ministro da Guerra, Barão de Muritiba, cujo trecho pertinente, transcrito por Heitor Lyra, in "História de D. Pedro II", Vol. I, pág. 544, é de teor seguinte:

"O álbum contém atas de oferecimento que fizeram as paraguaias, dos diversos partidos territoriais, de suas jóias e alfaias, para a sustentação da guerra. Entendo que deve ser entregue ao Governo paraguaio, mas intercedendo o nosso Ministro a favor dessas paraguaias, e sobretudo dos membros de suas famílias, varões, a fim de que não sofram por causa de tal oferecimento, se isso for preciso. Eu, em nenhum caso, fico com o álbum."

Ao proceder à entrega da referida peça ao Presidente Stroessner, o Presidente Geisel pronunciou palavras que, ao registrar a emoção vivida naquele momento, exprimiram a certeza de que o gesto do Governo brasileiro que então se cumpria, seria entendido como mais uma demonstração inequívoca e altamente significativa da fraterna amizade e do carinho ao povo paraguaio.

V) Contrato entre a Eletrobrás e a Itaipu Binacional.

Por esse instrumento, a Eletrobrás abriu linha de crédito em favor da entidade binacional no valor de aproximadamente US$ 3,5 bilhões, tratando-se do maior contrato de financia-

mento de uma só obra registrado na história dos grandes empreendimentos mundiais, não somente pelo montante global, mas também pelos excepcionais prazos de carência e de reembolso, normalmente não encontrados no mercado financeiro internacional.

Dessa forma, e nesta única operação, Itaipu Binacional teve assegurados cerca de 87% dos requisitos em moeda nacional, e 62% de suas necessidades totais de recursos, complementando de maneira significativa, contribuições anteriores da União, FINEP, BNH, Banco do Brasil, e da própria Eletrobrás, que montavam a aproximadamente 10% dos aportes em moeda nacional.

No dia 8 de janeiro de 1975, o Chanceler paraguaio, Raúl Sapena Pastor, visitou oficialmente, a convite do Governo brasileiro, a cidade de Brasília. Na oportunidade, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai mantiveram amplas conversações sobre temas internacionais, regionais e de interesse de ambas Nações, logrando perfeito entendimento em todas as matérias. No transcurso da visita, foram realizados os seguintes atos, caracterizados por sua importância no conjunto das relações bilaterais: 1) Troca dos Instrumentos de Ratificação do Protocolo Adicional ao Tratado de Itaipu sobre Relações de Trabalho e Previdência Social dos Trabalhadores, Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores de Serviço; 2) Assinatura do Acordo Administrativo Complementar sobre Higiene e Segurança do Trabalho Aplicável aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu; 3) Assinatura do Acordo Administrativo Regulamentador da Prestação de Serviços Médicos aos Trabalhadores da Itaipu; e 4) Troca de Notas para o Estudo das Possibilidades de Aproveitamento Energético dos Rios do Alto Paraná.

Além da dinamização das relações em todos os campos relacionados com a consecução dos objetivos comuns de desenvolvimento econômico-social de ambas Repúblicas, o núcleo do relacionamento brasileiro-paraguaio no período continuou

a ser, naturalmente, constituído pelo somatório de esforços dos Governos de Brasília e Assunção com a finalidade de implementar o disposto no Tratado de Itaipu.

Em cumprimento ao disposto no Acordo, por troca de notas, de 10 de setembro de 1974, foi assinado, em 8 de agosto de 1975, em Brasília, contrato pelo qual o Banco do Brasil concedeu à "Administración Nacional de Electricidad" (ANDE) empréstimo de 50 milhões de dólares destinado a integralizar a parte paraguaia na Itaipu.

De outra parte, o ano passado marca o início efetivo da fase concreta da construção do grande empreendimento, através da assinatura, no dia 6 de outubro, em cerimônia realizada no próprio canteiro das obras da futura hidrelétrica, de contrato entre a Itaipu e o consórcio de firmas empreiteiras exclusivamente brasileiras e paraguaias para a construção do canal de desvio e barragem de enrocamento da margem esquerda.

Além de Itaipu e da entrega a ambos os Governos do Plano Diretor da Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, temas já abordados anteriormente, há, pelo menos, três assuntos de especial relevância que merecem menção à parte, e que bem demonstram a feição altamente dinâmica da estrutura do relacionamento bilateral: instalação de nova fábrica de cimento no Paraguai; implantação de usina siderúrgica no país vizinho; e recapeamento da estrada Caaguazu—Puerto Presidente Stroessner.

No que diz respeito à instalação de nova fábrica de cimento, em decorrência da concretização dos objetivos do Tratado de Itaipu, saliente-se o adequado encaminhamento que o assunto recebeu por parte das mais altas autoridades paraguaias. O empreendimento, embora ainda em fase de estudos, deverá, juntamente com o projeto de modernização da usina de Vallemi, ter profundas implicações para a dinâmica da economia guarani.

O projeto de construção de usina siderúrgica no Paraguai, de excepcional importância para o desenvolvimento econômico do país vizinho, já conta com o arcabouço jurídico necessário. Foi criada, em 25 de junho de 1975, a empresa "Aceros del Paraguay — ACEPAR", constituída de capitais paraguaio e brasileiro, e que deverá brevemente iniciar os trabalhos de construção da usina, marcando, certamente, nova fase em termos de história econômica daquele país amigo. Ressalte-se ainda que, no dia 11 de dezembro de 1975, uma das empresas brasileiras participantes do capital da ACEPAR, assinou com esta entidade, na qualidade de vencedora da respectiva concorrência aberta em novembro, contrato no valor de US$ 13,600.000.00 aproximadamente, para a execução global do projeto definitivo, construção e montagem final da usina siderúrgica.

Quanto às obras de recapeamento da estrada de rodagem que liga Caaguazu a Puerto Presidente Stroessner, previstas no Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes dos dois países, há contatos em curso entre as autoridades brasileiro-paraguaias no sentido de ser assegurada cooperação no campo financeiro e técnico para a consecução do empreendimento. O significado da recuperação do leito da estrada, em ritmo acelerado, se prende ao desenvolvimento do projeto de Itaipu de acordo com o cronograma previsto.

Por fim, as transações comerciais entre o Brasil e o Paraguai têm registrado, nos dois sentidos, grande incremento nos últimos anos, estimuladas que são pela situação geográfica, pelo adensamento das relações em todos os setores e pelas realizações no campo da infra-estrutura física, dentre as quais sobressaem as ligações rodoviárias asseguradas pela Ponte da Amizade e seu desdobramento na rodovia do Atlântico (Assunção—Paranaguá) e, mais recentemente, pela Ponte sobre o Rio Apa.

A esses fatos se acrescem as iniciativas tomadas com vistas à dinamização do intercâmbio recíproco, tais como as facili-

dades administrativas e consulares, os projetos de assistência técnica com vistas a desenvolver, no Paraguai, a produção de bens a serem exportados para o Brasil, a abertura de linhas de crédito em favor do Paraguai, a aceleração dos trabalhos da Comissão Mista de Comércio e Investimentos Brasil—Paraguai e, de forma muito especial, a execução de Plano de Ação em favor do Paraguai, cujo desdobramento, no Brasil, incluiu acurada pesquisa do mercado brasileiro para produtos de exportação paraguaios.

Todos esses fatores contribuíram para uma mudança altamente satisfatória no curso do intercâmbio, cuja tendência anterior relativa a um desequilíbrio em favor do Brasil se vem modificando em virtude de um substancial crescimento registrado no fluxo das vendas paraguaias para o mercado brasileiro. Segundo as cifras disponíveis, o Brasil ocupa atualmente a primeira posição como fornecedor do Paraguai e a segunda posição como comprador de produtos paraguaios.

CHILE

As relações brasileiro-chilenas se caracterizaram pelo desenvolvimento dos laços de amizade e cooperação existentes entre os dois países. Essa tendência se configura nos mais variados setores: o intercâmbio comercial registra níveis de excepcional vitalidade; as linhas de crédito brasileiras para a importação pelo Chile de bens de capital e equipamentos tendem a esgotar-se rapidamente e a serem renovadas e ampliadas; as oportunidades de empreendimentos conjuntos começam a despertar o interesse crescente de empresários de ambos os países; iniciativas para o melhor aproveitamento dos setores complementares das duas economias se consubstanciam em iniciativas concretas, como a proposição brasileira de reservar ao cobre chileno parcela expressiva de suas necessidades atuais; a cooperação técnica experimenta incremento considerável, através do intercâmbio de especialistas e concessão de bolsas de estudo, nos mais variados campos de atividade.

No plano dos contatos oficiais, registre-se a visita que o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General-de-Exército Antonio Jorge Correa, realizou a Santiago como Chefe da Delegação brasileira às festividades comemorativas do 165.º Aniversário da Independência do Chile. Por sua vez, o Chefe do Estado-Maior Geral do Exército do Chile, General-de-Divisão Gustavo Alvarez Aguila, visitou o Brasil, de 13 a 23 de dezembro último, cumprindo extenso programa em São Paulo, Brasília, Manaus e Rio de Janeiro.

Nos dias 10 a 12 de setembro, realizou-se, em Santiago, a I Reunião do Grupo de Trabalho previsto na Ata Final da III Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, com a finalidade de estudar as medidas tendentes a, no quadro de um programa a longo prazo e a nível governamental, aumentar o fluxo de importações do Brasil de cobre metálico chileno, bem como a investigar novas possibilidades relacionadas com o abastecimento do mercado brasileiro de concentrados de cobre provenientes do Chile. A premissa básica de decisão brasileira de deslocar para o Chile (e para o Peru) parte substancial das importações de cobre encontra-se na alta prioridade atribuída às relações com os países latino-americanos. Nesse contexto, se sobrelevam os propósitos de colaboração mutuamente proveitosa em todos os setores da atividade econômica, inclusive no aproveitamento dos recursos naturais.

A reunião serviu para ampla e detalhada troca de informações sobre aspectos da atualidade cuprífera de ambos os países, bem como para abordagem preliminar das iniciativas tendentes a maior colaboração no setor. Foram também examinadas alternativas de intensificação das relações no contexto mais amplo do intercâmbio de bens e serviços, tendo ficado acordado, no texto do comunicado conjunto, que as matérias examinadas no curso das conversações exploratórias serão retomadas por ocasião da realização da próxima reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira.

No campo comercial, a par do crescente dinamismo demonstrado pelos termos do intercâmbio bilateral, registram-se iniciativas governamentais tendentes a uma ainda maior intensificação das relações comerciais, através de um conhecimento mais aprofundado das relações prevalecentes em um e outro país. A visita de missão empresarial chilena ao Brasil, em setembro de 1975, atende àquele objetivo. Em decorrência dos contatos mantidos a nível de empresários, ficou decidida a celebração de um Convênio empresarial, primeiro instrumento desse gênero assinado pelo Chile, que cria Comitês empresariais nacionais em ambos os países, com a finalidade de promover melhor aproveitamento das oportunidades comerciais existentes nos dois países.

Finalmente, com a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica e Científica, durante a III Reunião da Comissão Especial de Coordenação, incrementou-se a cooperação técnico-científica, especialmente nos setores da habitação e urbanismo, comunicações, mercados de capitais e estudos monetários.

BOLÍVIA

As relações Brasil—Bolívia foram marcadas, em 1975, de modo especial, pela implementação das disposições estabelecidas no Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, assinado em 24 de maio de 1974 em Cochabamba, bem como dos compromissos assumidos no Comunicado Conjunto então assinado pelos Presidentes do Brasil e da Bolívia.

No âmbito do referido Acordo foi assinado, em 29 de agosto de 1975, convênio de abertura de crédito entre o Banco Central do Brasil e a República da Bolívia, no montante de US$ 10 milhões, para estudos de viabilidade dos projetos industriais do pólo de desenvolvimento, nos quais estão incluídos os estudos referentes ao Acordo sobre gás natural.

Foram celebrados, outrossim, nessa ocasião, dois acordos de empréstimo entre o Banco Central do Brasil e a República da

Bolívia, no montante de US$ 10 milhões e US$ 40 milhões, respectivamente, os quais efetivam o apoio do Governo brasileiro à constituição do Fundo de Desenvolvimento Boliviano, na forma prevista no mencionado Comunicado Conjunto presidencial.

Cumpre ressaltar que o perfeito entendimento alcançado nas negociações com as autoridades bolivianas tem-se refletido positivamente nos trabalhos empreendidos pelas seções brasileira e boliviana do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, previsto no Acordo de Cochabamba. Neste sentido, realizou-se, em dezembro, em Santa Cruz de la Sierra, a primeira reunião do referido Comitê, ocasião em que foram discutidos temas referentes à troca de informações, ao andamento dos trabalhos das seções brasileira e boliviana e à definição das metas a serem atingidas pelo Acordo de Cooperação e Complementação Industrial.

No item referente a gás e fertilizante, os principais pontos constantes da Ata Final da referida reunião foram os seguintes:

a) as duas partes puseram-se de acordo sobre a necessidade da conclusão de estudos com vistas a garantir o abastecimento de gás do mercado brasileiro nas quantidades previstas no Acordo de Complementação Industrial;

b) a delegação brasileira manifestou disposição no sentido de eventual abertura de crédito para fornecimento de materiais destinados à construção de um gasoduto e ao desenvolvimento dos programas bolivianos no setor;

c) as negociações a respeito do fornecimento de gás serão estabelecidas diretamente entre a Petrobrás e a **Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos,** em data próxima a ser acordada por ambas as empresas;

d) a parte brasileira concordou em prestar informações à parte boliviana sobre os estudos de mercado e a situação atual dos projetos de fertilizantes básicos no Brasil.

Com relação ao item siderurgia, as comissões brasileira e boliviana procederam à troca de ampla gama de informações sobre as indústrias do setor de cada país, principalmente as siderúrgicas de Mutum e Urucum.

No item relativo a finanças, energia, água e infra-estrutura, os trabalhos do Comitê pautaram pela revisão e avaliação de inúmeros projetos a serem implementados no âmbito do Acordo de Cochabamba, destacando-se os seguintes pontos:

a) recomendação no sentido de que seja acelerado o projeto de uma fábrica de cimento, considerado indispensável para a execução do pólo de desenvolvimento do Sudeste boliviano, bem como o exame de parte do Governo brasileiro da possilidade de assegurar as condições necessárias à venda do cimento boliviano no Brasil;

b) a Comissão boliviana solicitou especial atenção para o Projeto de Navegabilidade Fluvial fundamental para desenvolver o Pólo do Sudeste, havendo a parte brasileira confirmado a disposição de seu Governo de efetuar os trabalhos de recuperação de navegação do Canal de Tamengo e tomado nota da preocupação boliviana no tocante à reabilitação do Canal de Tuyuyú;

c) a Comissão brasileira manifestou estar de acordo em estudar a possibilidade de cooperação financeira do Brasil para o Projeto Rositas em apoio à conclusão de estudos e execução de obras através de créditos em termos comerciais;

d) ademais, convieram ambas as partes promover, tão logo possível, uma viagem a Washington de missão conjunta boliviano-brasileira para iniciar junto ao BID e o BIRD as negociações necessárias para a obtenção de financiamento para a

construção do setor boliviano do gasoduto previsto no Acordo de Cochabamba.

Outro ponto de alta importância no contexto das relações Brasil—Bolívia, no ano de 1975, foi representado pela implementação dos estudos relativos ao Plano Diretor de Vinculação Rodoviária entre os dois países, principalmente quanto ao trecho Corumbá—Santa Cruz de la Sierra, bem como os entendimentos a que chegaram as autoridades brasileiras e bolivianas para a execução dos projetos de engenharia final das ligações ferroviárias entre Santa Cruz e Cochabamba e entre Corumbá e Santa Cruz. Deste modo, a interligação dos sistemas ferroviários e rodoviários dos dois países ensejará para a Bolívia uma saída para o Atlântico, de enorme significado para aquele país.

No âmbito de tais entendimentos, o Ministro dos Transportes do Brasil, atendendo a convite do Ministro Julio Trigo Ramirez, titular dos Transportes, Comunicações e Aeronáutica Civil da Bolívia, esteve em visita àquele país, nos dias 23 e 24 de julho último, quando, entre outras iniciativas, procedeu à inauguração de diversas obras recomendadas pelas Notas Reversais de 4 de abril de 1972, dentre as quais cabe menção a inauguração da balsa colocada pelo DNER no Rio Mamoré para ligar as cidades ribeirinhas de Guayaramerin e Guajará-Mirim, e à inauguração da ponte sobre o Arroio Baía, entre Vila Epitácio (Brasil) e Cobija (Bolívia). Durante a visita do Ministro Dirceu Nogueira, houve, ademais, a troca de notas relativas à ligação ferroviária Cochabamba—Santa Cruz, e foi abordada a situação geral das realizações previstas no "Plano Diretor de Ligações Rodoviárias Brasil—Bolívia".

Com o objetivo de ampliar ainda mais os entendimentos iniciados naquela oportunidade, o Ministro Dirceu Nogueira convidou, por intermédio do Itamaraty, o Ministro Júlio Trigo para visitar o Brasil.

Com referência à cooperação entre os dois países em matéria de petróleo, cabe menção especial a abertura de escritório de representação, no Rio de Janeiro, da **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos,** empresa estatal encarregada de toda a atividade relativa a combustíveis na Bolívia. Com o objetivo de dotar a referida representação oficial boliviana de facilidades para o desempenho de suas atividades no Brasil, encontra-se em fase de implementação a assinatura de Acordo sobre o assunto.

No âmbito do Convênio celebrado entre os dois países, para o estabelecimento no Porto de Santos de Entreposto de Depósito Franco para mercadorias em trânsito da Bolívia, cabe menção ao fato de haver o Governo boliviano, através de sua Embaixada em Brasília, apresentado ao Itamaraty solicitações no sentido de serem superadas algumas dificuldades que estariam encontrando certas empresas exportadoras daquele país para armazenar e embarcar suas cargas. Com vistas a obviar tais dificuldades, o assunto foi tratado durante a estada do Ministro dos Transportes na Bolívia quando este afirmou ser a fórmula mais adequada para corrigir o problema a construção de armazéns para a estocagem das mercadorias até o embarque dos navios.

Em função dos entendimentos havidos e de solicitação da Chancelaria boliviana de providências no sentido de equacionar de forma global os problemas referentes à armazenagem e ao trânsito de mercadorias bolivianas em território nacional, encontram-se em vias de implementação as medidas tendentes a dar solução definitiva sobre o assunto, a partir de gestões realizadas pelo Itamaraty junto ao Ministério da Fazenda.

PERU

O ano de 1975 marcou nova etapa nas relações bilaterais entre o Brasil e o Peru, graças à linha de ação seguida com vistas a explorar de forma realista as potencialidades que ofereciam ambos os países em termos de cooperação.

Dentre os eventos que marcaram positivamente o relacionamento brasileiro-peruano, cabe menção especial à visita a Lima, no início de novembro, do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, que foi recebido em audiência especial pelo Presidente da República do Peru, General-de-Divisão EP Francisco Morales Bermudez Cerrutti, e manteve conversações com o Chanceler peruano. Na mesma ocasião, o Chanceler brasileiro inaugurou formalmente a III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica e assinou o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos bem como o Convênio de Cooperação Turística, os quais criam importantes vínculos de cooperação entre os dois Governos em áreas de interesse mútuo. Ambos os acordos haviam sido objeto de recomendação da Comissão Mista em sua II Reunião em Brasília.

A visita em apreço foi uma retribuição à ser realizada ao Brasil em julho pelo Ministro das Relações Exteriores do Peru, General-de-Divisão EP Miguel Angel de la Flor Valle, recebido em audiência especial em Brasília pelo Senhor Presidente da República. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru trocaram então impressões sobre as relações bilaterais entre seus países, dando especial ênfase ao incremento da cooperação científica, técnica e econômica, bem como à elevação do intercâmbio comercial a nível condizente com o volume global de comércio de cada um deles.

Quanto ao intercâmbio comercial, em setembro, foram iniciadas em Lima negociações sobre o incremento do comércio bilateral. Tais negociações visavam à formulação de programa a longo prazo e a nível governamental, que assegurasse o abastecimento constante e regular do mercado brasileiro de cobre, bem como oferecesse oportunidades comerciais para produtos brasileiros.

Ao final da aludida reunião preparatória, foi assinado comunicado conjunto em que se afirmava o interesse dos dois países em celebrar acordo geral sobre fornecimento de produtos a longo prazo e contratos específicos de compra e venda.

Dando seqüência a esses entendimentos, acordou-se na III Reunião:

a) projeto de Convênio de Expansão Comercial a ser submetido à aprovação dos respectivos Governos. Deverá estimular acordos comerciais em nível governamental, bem como contratos a curto, médio e longo prazo entre organismos e empresas dos dois países sobre o fornecimento de produtos constantes de uma lista indicativa anualmente preparada. O mencionado Convênio de Expansão Comercial inovará substancialmente os ajustes de comércio até agora firmados pelo Brasil, ao incorporar o conceito de garantia de suprimento de mercado;

b) o fornecimento de cobre metálico, será objeto dos contratos e/ou convênios aludidos a ter por base a firme reserva para o Peru, de até 35% da importação brasileira de cada tipo de cobre (catodos, eletrolítico, "wirebars", etc.), inclusive "blister" de cobre a partir de 1977. Caso o Peru não possa satisfazer a demanda brasileira de determinado tipo de cobre metálico, o Governo brasileiro procurará oferecer-lhe uma participação em outros tipos de cobre, de modo a compensar eventuais defasagens na proporção assegurada ao Peru;

c) facilidades para o armazenamento de produtos minerais de origem peruana em território brasileiro, em regime de "entreposto franco", na rede de armazéns da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio (COBEC);

d) a aquisição programada pelo Governo peruano de produtos agropecuários brasileiros, por intermédio da COBEC. A título indicativo, foram referidas as seguintes quantidades que o Peru desejaria importar em 1976: feijão de soja (47 000 toneladas), óleo de soja (20 000 toneladas), carne congelada (6 000 toneladas), miúdos de bovinos (4 000 toneladas), carne de ovinos congelada (1 500 toneladas), milho (400 000 toneladas);

e) projeto de acordo a ser submetido aos respectivos Governos para a instalação e funcionamento, na cidade de São Paulo, de um escritório da MINEROPERU Comercial;

f) a continuação e o incremento do comércio de petróleo e seus derivados, a ser realizado diretamente entre a Petrobrás e a Petroperu;

g) a confirmação de oferecimento de linhas de crédito a serem utilizadas pelo Peru na aquisição de bens de capital de fabricação brasileira, através da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, até um montante de US$ 15 milhões.

A Comissão Mista examinou, outrossim, assuntos ligados às áreas de transportes, comunicações, cooperação científica e técnica, cooperação em matéria de desenvolvimento regional e turismo.

Quanto aos transportes, constaram da Ata Final, no setor de aéreos, pontos específicos do interesse de companhias brasileiras, como o direito de cada parte de indicar, no seu território, quais as escalas a serem operadas pelos transportadores designados e a isenção do pagamento dos impostos sobre combustíveis e sobre a renda resultante de operações das companhias aéreas brasileiras no Peru. No setor de transportes fluviais, a Delegação brasileira fez entrega à Delegação peruana de projeto de Acordo Bilateral, que deverá ser submetido à consideração das autoridades competentes do Peru. No setor de transportes terrestres, as duas Delegações procederam à troca de informações sobre a conexão rodoviária Lima—Brasília.

No que se refere à área de comunicações, a Delegação brasileira entregou à Delegação peruana quatro projetos de Convênios sobre telecomunicações e serviços postais, três estudos sobre alternativas de integração e expansão da infra-estrutura dos serviços de telecomunicações entre os dois países, ha-

vendo prestado, outrossim, informações sobre o sistema brasileiro de telecomunicações por satélite e sobre a adoção e implementação do sistema PAL-M de televisão a cores.

Na área de cooperação científica e técnica, as duas Delegações expressaram sua satisfação pela celebração do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, concluído em Brasília por ambos os Governos em outubro de 1975 e cujo anteprojeto fora apresentado por ocasião da II Reunião da Comissão Mista. Em seu quadro foram examinadas as atividades de cooperação em diversos campos que deverão ser implementadas a curto prazo. Convém ressaltar o envio de missões e o intercâmbio de informações acordados como passo inicial para a implementação do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica.

Quanto à cooperação em matéria de desenvolvimento regional, foram as seguintes as iniciativas concertadas:

a) realização de consultas e estudos conjuntos sobre as ações que os dois países poderiam desenvolver em suas respectivas áreas amazônicas;

b) assinatura do Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos;

c) recomendação no sentido de se realizar em Iquitos, no primeiro trimestre de 1976, reunião do Comitê de Coordenação previsto no Acordo Sanitário de 1965;

d) criação de Grupo de Trabalho Brasileiro-Peruano, a nível técnico, que realiza estudos com vistas à adoção de medidas para ordenar o comércio fronteiriço.

No campo do turismo, aprovou-se Convênio de Cooperação Turística.

EQUADOR

O projeto da via Interoceânica, que deverá ligar o porto de San Lorenzo, no Pacífico a Manaus, continuou a merecer

especial atenção. Em particular, se objetivou criar condições para a rápida construção de trecho da citada Via — a rodovia Lago Agrio — Puerto Putumayo, inclusive através de concessão de financiamento do Banco do Brasil para a obra.

Promoveu-se intercâmbio de visitas de delegações da Escola Superior de Guerra ao Equador, e das três Academias de Guerra equatorianas ao Brasil. Cumpre, de resto, ressaltar que foi o Brasil o único país americano escolhido para figurar no itinerário da viagem de fim de curso das citadas Academias de Guerra.

Em maio, dentro do programa de assistência técnica, uma equipe de técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) ministrou, junto ao Corpo de Engenheiros do Exército equatoriano, um curso para formação de laboristas de solo.

COLÔMBIA

Por ocasião da visita a Brasília, em maio de 1975, atendendo a convite do Governo brasileiro, do então Ministro das Comunicações da Colômbia, Dr. Jaime Garcia Parra, foram assinados três importantes convênios sobre telecomunicações:

1.º Convênio de Cooperação Técnica sobre telecomunicações e Serviços Postais;

2.º Convênio de Serviços de Telecomunicações que prevê a elaboração dos seguintes acordos sobre o estabelecimento de:

a) circuitos telefônicos ou modificação dos existentes;

b) circuitos telegráficos e de telex;

c) circuitos de televisão;

d) características técnicas dos circuitos, instruções operacionais e normas administrativas para o funcionamento desses serviços.

3.º Convênio Operacional e de Exploração dos Serviços de Telecomunicações entre a Empresa de Telecomunicações do Amazonas S.A. e a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. do Brasil, e a Empresa Nacional de Telecomunicações da Colômbia, que dispõe sobre um serviço telefônico direto terrestre entre o Brasil e a Colômbia, através de circuitos via cabo entre Letícia e Tabatinga.

Anteriormente, por recomendação da II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica Brasileiro-Colombiana, realizou-se em Bogotá, nos dias 11 e 12 de março, a Reunião Técnica de Telecomunicações Brasileiro-Colombiana que serviu de preparação para a assinatura dos referidos convênios. As duas partes puseram-se de acordo sobre vários projetos, como os referentes à ligação telefônica entre os dois países e ao intercâmbio e cooperação técnica em matéria de telecomunicações.

Prosseguem os contatos para o exame das possibilidades de uma associação brasileiro-colombiana, com base na importação, pelo Brasil, de carvão colombiano e, pela Colômbia, de minério de ferro brasileiro. Nesse sentido, cabe salientar que por ocasião da assinatura dos mencionados Convênios sobre telecomunicações entre o Brasil e a Colômbia, o então Ministro das Comunicações da Colômbia, Senhor Garcia Parra, declarou, em discurso pronunciado no Itamaraty, que seu país estaria disposto a reiniciar as negociações de carvão com o Brasil, do momento em que estivesse organizada a Empresa Colombiana de carvão, recentemente criada. Pouco depois, em visita não-oficial ao Brasil, o Vice-Ministro de Minas e Energia reiterou o interesse colombiano no assunto.

VENEZUELA

O progresso de nossas relações com a Venezuela, em 1975, foi assinalado de modo bastante significativo pelas visitas de três Ministros de Estado venezuelanos ao Brasil, os titulares

das pastas da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores. O Senhor Héctor Hurtado, Ministro da Fazenda, visitou o Brasil em fevereiro, tendo examinado com as autoridades brasileiras a proposta de abertura de agência do Banco do Brasil em Caracas, assim como matérias de interesse da política venezuelana na América Latina, envolvendo sugestões relativas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), à criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e à constituição da Companhia de Suaves Centrales (Café da América Central).

Em março de 1975, visitou-nos o Doutor Gumersindo Rodriguez, Ministro do Planejamento, com o principal objetivo de observar aspectos dos sistemas de planejamento econômico e desenvolvimento regional brasileiro. O Ministro examinou, outrossim, com as autoridades brasileiras a possibilidade de cooperação financeira e industrial entre o Brasil e a Venezuela, especialmente nos campos das indústrias de construção naval, aeronáutica, siderúrgica, automobilística, agro-indústria e a indústria de fertilizantes.

O Ministro das Relações Exteriores, Doutor Ramon Escovar Salom, realizou visita oficial ao Brasil de 14 a 17 de junho. Reunidos em Brasília, os Chanceleres do Brasil e da Venezuela passaram em revista temas da atualidade mundial e continental e consideraram a proposta de criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). No plano das relações bilaterais, coincidiram na oportunidade e conveniência de intensificá-las nos diferentes setores, dando especial atenção ao intercâmbio comercial e à cooperação técnica, econômica e financeira. Com esse propósito, decidiram convocar a Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, a fim de examinar e recomendar o conjunto de medidas necessárias a dar nova dimenàs relações entre o Brasil e a Venezuela.

Para conversações sobre aspectos específicos em que se poderia desenvolver esse tipo de cooperação, visitando Caracas, de 10 a 12 de setembro, missão brasileira chefiada pelo Secre-

tário-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Doutor Elcio Costa Couto. Entre os assuntos tratados situam-se as propostas de abertura de agência do Banco do Brasil em Caracas e a criação de um mecanismo binacional para investimentos conjuntos e formação do comércio bilateral; o comércio de petróleo, carvão e bauxita; o lançamento de títulos brasileiros no mercado venezuelano e, ainda, o incremento do comércio e da cooperação técnica.

Em cumprimento à decisão tomada pelos Chanceleres do Brasil e da Venezuela e culminando os sucessivos entendimentos mantidos durante o ano entre autoridades brasileiras e venezuelanas, realizou-se em Caracas, de 3 a 5 de novembro, a III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica.

As Delegações brasileira e venezuelana recomendaram: a) o início de conversações para a importação, pela Venezuela, de 350 000 toneladas de bauxita brasileira, podendo essa quantidade elevar-se a 450 000 toneladas anuais; b) a ida à Venezuela de missão da Siderbrás para iniciar conversações sobre a possível compra de carvão venezuelano pelo Brasil; c) a visita de missão técnica brasileira à Venezuela para examinar as possibilidades de cooperação no campo financeiro; d) a cooperação técnica, mediante concessão de estágios pelo Brasil e a organização de visitas de técnicos venezuelanos nos setores agropecuários, de indústria naval, fazendário, de ciência e tecnologia, minas, habitação, problemas do menor, comercialização de produtos agrícolas, normas industriais, obras públicas, saúde, siderurgia, valores e educação.

As conversações sobre matéria financeira, durante a reunião da Comissão Mista, ganharam especial relevância no que diz respeito à abertura de agência do Banco do Brasil em Caracas. Os contactos mantidos com as autoridades venezuelanas na ocasião demonstraram estarem praticamente superadas as dificuldades para à abertura da sucursal pretendida pelo Governo brasileiro. Assim é que a Delegação venezuelana reco-

mendou a necessidade de que o pedido de abertura da agência em Caracas seja reformulado pelas autoridades brasileiras, a fim de ser examinado à luz das disposições da nova Lei de Bancos e outros Institutos de Crédito daquele país.

As duas Delegações coincidiram no interesse existente para o Brasil e a Venezuela nos seguintes aspectos ligados ao setor de comunicações, telecomunicações e serviços postais: a) estabelecimento de um enlace terrestre de telecomunicações entre os dois países; b) realização de estudos conjuntos nas áreas da utilização e distribuição de freqüências para serviços de radiodifusão, fixos e móveis; c) intercâmbio de informações nas áreas da administração de freqüências, televisão a cores e serviço móvel marítimo; d) utilização do satélite brasileiro para comunicações internas venezuelanas; e) assinatura de um acordo sobre correspondência agrupada.

A Delegação venezuelana apresentou ainda à consideração brasileira projetos de Acordo sobre Relações Cinematográficas, Acordo Complementar em Matéria de Cinema e Convênio sobre Turismo e convidou o Brasil a participar das operações do Escritório de Promoção Turística para a América Latina, a ser instalado em Caracas.

GUIANA

Dando prosseguimento à implementação das recomendações da Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, o Governo guianense designou quatro técnicos para cumprirem programa de visitas na área da Sudam, patrocinado pelo Governo brasileiro. A visita dos técnicos guianenses ao Brasil depende apenas de confirmação de datas.

SURINAME

Em 25 de novembro, data da independência, foi criada a Missão Diplomática do Brasil em Paramaribo, imediatamente após o

estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Suriname, em nível de Embaixada.

Aos festejos da independência do Suriname compareceu Missão especial chefiada pelo Senhor Ministro da Marinha, Almirante Azevedo Henning.

Realizou-se em Brasília, de 24 a 26 de junho, a Primeira Reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasil-Suriname. Foram as seguintes as principais recomendações: a) aceitação pelo Brasil de convite para participar da "Surinade XVI", com o fito de proporcionar melhor conhecimento por parte do Suriname das possibilidades brasileiras de exportação; b) interesse brasileiro em que informações, sobre licitações e concorrências públicas promovidas pelo Governo do Suriname sejam transmitidas, com suficiente antecedência, de acordo com os procedimentos normais, à Representação do Brasil em Paramaribo, de modo a facilitar habilitação por parte de firmas brasileiras; c) fornecimento de informações pelo Brasil sobre a futura conexão viária brasileira com a divisa do Suriname; d) conveniência de eventual aumento das freqüências da linha do Lloyd Brasileiro que liga portos brasileiros a Paramaribo; e) futura participação da "Suriname Shipping Company", no transporte de cargas entre os dois países; f) possibilidade de estaleiros brasileiros fornecerem navios de 300 a 1 000 toneladas ao Suriname; g) interesse do Suriname na manutenção de linha aérea comercial brasileira para Paramaribo; h) estímulo ao intercâmbio turístico; i) sugestão do Suriname para aperfeiçoamento das condições atuais das telecomunicações entre os dois países; j) disposição do Suriname em negociar acordo com o Brasil no tocante a encomendas postais; l) desejo do Suriname em obter assistência técnica para obras hidrelétricas; m) oferecimento brasileiro de oportunidade de treinamento e estudos de pós-graduação a cidadãos do Suriname nos campos da geologia, mineração, exploração florestal, pedologia, geodésia, agricultura, procriação animal e pesca.

MÉXICO

Celebrou-se, de 7 a 11 de abril de 1975, a primeira reunião do Comitê Permanente sediado em Brasília e no Rio de Janeiro, com o objetivo de cumprir o estabelecido quando da visita do Presidente Echeverria em julho de 1974, e de dar seguimento aos trabalhos da Comissão Mista bilateral.

A representação mexicana foi chefiada pelo Licenciado Jorge Izquierdo, Diretor Geral de Controle e Supervisão dos Organismos Descentralizados e Empresas de Participação Estatal, da Secretaria do Patrimônio Nacional. Nela estavam representados, entre outros setores, os de siderurgia, eletricidade e petróleo.

AMÉRICA CENTRAL

No contexto de um programa global de assistência a países amigos, foi oferecido um certo número de vagas em escolas militares brasileiras, de diversos graus. Dentre os países aos quais foi efetuado esse oferecimento contam-se Honduras e El Salvador.

No tocante à Costa Rica, prosseguiram as conversações bilaterais no sentido da preparação da II Reunião da Comissão Mista brasileiro-costarricense, prevista para realizar-se, em 1976, em Brasília. Visitou o Brasil o Vice-Presidente da Guatemala, Senhor Mario Sandoval Alarcón.

A comemoração do sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, a se realizar em 1976, propiciou duas visitas Vice-Presidenciais ao Brasil, a do Senhor Arturo Sucre, e, posteriormente, a do Senhor Gerardo Gonzalez, seu sucessor. O Senhor Gerardo Gonzalez transmitiu convite ao Presidente Ernesto Geisel para comparecer à Comemoração do Congresso Anfictiônico.

O Brasil prestou ajuda ao Haiti, por doação de Governo a Governo, transportando em aviões da Força Aérea Brasileira, os donativos destinados às vítimas de forte seca ocorrida naquele país em 1975.

São Domingos manifestou interesse em que integrantes de suas Forças Armadas participem de cursos especializados ministrados pelo Exército brasileiro. Nesse sentido, o Itamaraty contactou as autoridades competentes.

Intensificaram-se as relações do Brasil com Trinidad e Tobago. Além da venda de barcos pesqueiros de fabricação brasileira, prosseguiram as negociações com vistas à prestação de assistência brasileira, nos campos técnico e financeiro.

O Governo da Jamaica manifestou o desejo de que as relações diplomáticas com o Brasil se façam a nível de Missões permanentes. Até o presente, nossa Missão em Kingston é cumulativa, com o Panamá.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Governo procurou ativar as consultas com os Estados Unidos da América, tanto em assuntos bilaterais, quanto em assuntos multilaterais.

O Chanceler brasileiro encontrou-se por três vezes com o Secretário de Estado americano e as conversações, então havidas, prepararam o terreno para a assinatura do Memorando de Entendimento entre os dois países. A convite do Governo,

visitou o Brasil o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, William Rogers.

No plano da cooperação bilateral, pode-se destacar a renegociação do acordo de pesca concluído entre os dois países em 1972. No novo instrumento, em que se salvaguarda a posição de ambos os países em matéria de águas territoriais, aceitaram os Estados Unidos o princípio da substituição do acordo de cessão de áreas para operação de pesqueiros estrangeiros pela constituição de empreendimentos conjuntos, através dos quais a indústria brasileira de pesca atinja uma participação crescentemente significativa na captura de pescado nobre nas costas norte e nordeste do país.

No âmbito da Comissão Mista Executora do Acordo Brasil—Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos, foram iniciadas conversações com vistas à atualização do Acordo respectivo, para adaptá-lo não somente às novas necessidades brasileiras, mas também aos progressos técnicos de relevância na matéria.

Em foros internacionais de produtos de base, não obstante as conhecidas diferenças de posição entre os dois países, foi possível a manutenção de um diálogo construtivo com o Governo americano, especialmente no âmbito da Organização Internacional do Café, o que facilitou em grande medida a conclusão do III Convênio Internacional do Café, que apresenta boas perspectivas de aprovação pelo Executivo dos EUA.

Por outro lado, certa recrudescência de tendências protecionistas nos Estados Unidos da América, exemplificadas sobretudo na aplicação de direitos compensatórios a produtos de exportação brasileira, contribuiu para criar preocupações quanto às perspectivas de desenvolvimento do comércio entre os dois países. Consultas de alto nível foram conduzidas para o exame conjunto dos problemas surgidos nas relações econômicas, havendo visitado o Brasil, para esse fim, o Subsecretário para Assuntos de Comércio, Charles Robinson, durante cuja permanência foi instalado o Grupo Econômico Consultivo

Brasil—EUA, e o Vice-Representante Especial do Presidente dos EUA para Negociações Comerciais, Embaixador Yeutter, que participou das reuniões do Subgrupo Consultivo de Comércio.

CANADÁ

Prosseguiram as conversações para o estabelecimento de Comissão Mista, instrumento que ensejará o acompanhamento regular das relações econômicas e comerciais entre os dois países, além de permitir o tratamento sistemático de outras questões correlatas.

FRONTEIRAS

Procurou-se dotar as duas Comissões Demarcadoras de Limites de recursos humanos e materiais adequados para o desempenho de suas atribuições. Adquiriu-se, assim, em meados de 1975, sede própria para a Primeira Comissão, em Belém, destarte atendendo a necessidade que há muito se fazia sentir. Prosseguiu igualmente, durante o ano findo, a execução do plano de modernização e reequipamento de ambas as Comissões.

Tiveram bom andamento as atividades demarcatórias das duas Comissões de Limites. Na esfera da Primeira Comissão, efetuou-se em Brasília, de 7 a 10 de julho, a XLII Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites.

Como resultado dessa Conferência, intensificou-se o trabalho de adensamento dos marcos caracterizadores da fronteira com a Venezuela. Realizou-se a campanha da Cordilheira de Pacaraima, de 19 de agosto a 23 de novembro, durante a qual erigiram-se 169 marcos, numa extensão de 95 quilômetros, entre o BV-5 e o paredão leste do monte Roraima.

Por outro lado, concluiu-se a 6 de outubro, em Lima, acordo por troca de notas sobre a criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil—Peru. Esse ajuste estipula como objetivo prioritário o estabelecimento de uma sistemática de inspeção dos marcos limítrofes, bem como verificar a necessidade de adensamento da demarcação anterior, efetuada entre 1913 e 1927.

Reativaram-se, outrossim, os contatos com as autoridades colombianas. Neste sentido, representantes da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites viajaram em dezembro a Bogotá, onde mantiveram entrevistas com os integrantes da Comissão Colombiana visando a reencetar os trabalhos demarcatórios.

De 12 a 19 de agosto, efetuou-se no Rio de Janeiro, a V Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil—Argentina. Após sua realização, teve curso a Campanha da Comissão Mista, nos meses de outubro e novembro, durante a qual foi concluída a linha poligonal ligando os Marcos Principais das nascentes dos rios Peperiguassu e Santo Antônio, bem como prosseguiu o levantamento detalhado do divisor de águas entre aqueles dois marcos, para efeito do projeto de densificação de demarcação anterior, executada em 1902-1904. Determinaram-se suas coordenadas geodésicas.

Na fronteira com a Bolívia, tiveram prosseguimento os trabalhos de demarcação do Paralelo do Marco do Turvo e foram igualmente determinadas as coordenadas geodésicas — mediante rastreamento de satélites em ambos os casos de três marcos principais e do pilar de referência da nascente do rio Verde.

Finalmente, na fronteira com o Uruguai tomaram-se as providências iniciais para a coordenação e acompanhamento das obras a serem realizadas para a fixação da Barra do Arroio Chuí.

OEA

O V Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos realizou-se em Washington, de 8 a 20 de maio. Distinguiu-se dos períodos anteriores, no que diz respeito à técnica de debate por ter sido substituída a etapa de "Exposições Gerais", com que habitualmente se iniciavam os trabalhos, por conversações informais entre Chefes de Delegações. Proposta nesse sentido, de iniciativa do Panamá, foi aprovada na Comissão Preparatória da Assembléia-Geral, por consenso, tendo-se, no entanto recomendado aos Chefes de Delegações que, sem prejuízo das reuniões informais que decidissem realizar, suas conclusões deveriam revestir caráter formal, de maneira a deixar constância das mesmas e das posições dos Governos.

Nessa etapa dedicada às "conversações informais", discutiram-se principalmente questões relativas à Lei de Comércio Exterior de 1974 dos Estados Unidos da América; à situação dos países em desenvolvimento afetados pelos aumentos dos preços de certas matérias-primas e produtos industriais; à situação do Canal do Panamá; à reestruturação do Sistema Interamericano; e à situação dos direitos humanos no Chile.

Foram realizadas, durante a V Assembléia, eleições para os cargos de Secretário-Geral da Organização e de Secretário-Geral-Adjunto. Ao iniciar-se a Assembléia, havia duas candidaturas oficialmente lançadas para o cargo de Secretário-Geral:

a do Chanceler paraguaio, Raúl Sapena Pastor, e a do Chanceler da República Dominicana, Victor Gomez Berges. O Brasil se comprometera, muito antes do início da reunião, a apoiar o candidato do Paraguai, em todos os escrutínios em que se apresentasse. Entretanto, já iniciados os trabalhos da Assembléia, o Representante paraguaio junto à Organização comunicou a renúncia do candidato de seu Governo. A partir desse momento, o Brasil passou a apoiar o nome do Chanceler da República Dominicana. A Argentina, na mesma ocasião, formalizou a candidatura de seu Embaixador em Washington, Alejandro Orfila, o qual, já no oitavo escrutínio e por pequena margem de votos, foi eleito Secretário-Geral, com um mandato de quatro anos. Para o cargo de Secretário-Geral-Adjunto, foi escolhido o representante da Guatemala, Jorge Luiz Zelaya Coronado, com mandato de igual duração. Realizaram-se, igualmente, eleições para membros da Comissão Jurídica Interamericana e do Tribunal Administrativo.

Comissão Geral

Dos temas de agenda entregues à Comissão Geral, cumpre destacar os seguintes: a) necessidade de prestação de assistência adicional à República de Honduras; b) proclamação do Ano da Criança; c) Ano Internacional da Mulher; d) relatório do Conselho Permanente sobre a solicitação de Grenada para admissão como membro da OEA; e) informação acerca das negociações entre os Governos do Panamá e dos Estados Unidos da América sobre a questão do Canal do Panamá.

Comissão I: Assuntos Jurídicos e Políticos

A Comissão I foi encarregada de considerar, entre outros, os seguintes assuntos: a) estudo de um projeto de instrumento tendente a definir os casos de violação do princípio da não-intervenção; b) consideração do projeto de Convenção sobre Extradição; c) cumprimento da resolução referente à reforma

do Estatuto do Conselho Interamericano Econômico e Social e do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Comissão II: Assuntos Econômicos e Sociais

Coube a esta Comissão a consideração dos seguintes assuntos principais: a) a Lei de Comércio Exterior de 1974 dos Estados Unidos da América; b) situação dos Estados-Membros em desenvolvimento especialmente afetados pelo aumento dos preços de certas matérias-primas básicas e produtos industriais.

Comissão III: Assuntos Educacionais, Científicos e Culturais

À Comissão coube: a) analisar o relatório anual do CIECC à Assembléia Geral; b) Manual de operações para a Resolução de Mar del Plata.

Comissão IV: Assuntos Administrativos e Orçamentários

A Comissão IV incumbiu-se de: a) fixação das quotas dos Estados-Membros para o exercício 1975-76; b) possibilidade de incorporar o Fundo Rowe ao regime do artigo 87 das Normas Gerais; c) revisão do plano de Aposentadorias e Pensões do pessoal da OEA; d) criação de uma Comissão Assessora para Assuntos Administrativos e Orçamentários.

Dentre as Resoluções adotadas pela V Assembléia Geral, destacaram-se as relativas: a) à admissão de Grenada como membro da Organização; b) à reforma do Estatuto do CIECC; c) à Lei de Comércio Exterior de 1974 dos Estados Unidos da América; d) às negociações entre os Governos do Panamá e dos Estados Unidos sobre a questão do Canal do Panamá; e ao Protocolo de Reforma do TIAR; e f) ao relatório final da CEESI e cumprimento de suas recomendações.

Reforma do Sistema Interamericano

1) Reforma da Carta da OEA

Em obediência ao disposto nas Resoluções n.os 127 e 169, respectivamente oriundas do III e IV Períodos Ordinários de Sessões da Assembléia-Geral da OEA, a Comissão Especial Encarregada de Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação (CEESI), reuniu-se numa Quinta Etapa de Trabalhos e deu por concluída sua tarefa, a 20 de fevereiro de 1975, em Washington. O informe final da CEESI foi encaminhado à V Assembléia-Geral, realizada em 1975, que, na Resolução n.º 178, incumbiu o Conselho Permanente da Organização de rever e coordenar os textos propostos de emendas à Carta.

O Conselho Permanente encaminhou o assunto à sua Comissão Geral que, por sua vez, criou uma Subcomissão, composta de todos os países-membros da OEA, a fim de estudar a implementação do disposto da Resolução n.º 178.

A Subcomissão estudou exaustivamente, não somente os artigos já revistos pela CEESI, mas também a maioria dos textos da Carta vigente (com exceção dos capítulos III, XV e XVI), e propôs emendas e alterações na maior parte das vezes em questões de forma. A Subcomissão encaminhou seu relatório final à Comissão Geral do Conselho Permanente, havendo este iniciado seu trabalho, no final de 1975, de revisão das emendas até então apresentadas. Os debates sobre o assunto prosseguirão no decorrer de 1976, quando se poderá ter idéia mais precisa e definitiva das tendências que prevalecerão na reforma da Carta, seja em sentido conservador — de manutenção, em sua maioria, dos princípios consagrados na Carta reformada em 1967 e 1970 seja de alteração mais radical de seu texto.

2) **Projetos de Convenções Interamericanas sobre Segurança Econômica Coletiva para o Desenvolvimento e sobre Cooperação para o Desenvolvimento**

Não se verificou, na CEESI, consenso capaz de permitir a elaboração definitiva dos projetos apresentados em 1974, pelo Peru, sobre Cooperação para o Desenvolvimento e Segurança Econômica Coletiva. Emendas brasileiras a este último projeto inseriram-lhe a idéia de cooperação que inspirara o primeiro. Essas emendas ao texto peruano — que se limitava a propor um sistema de defesa coletiva semelhante ao do TIAR e aplicável aos casos de "agressões econômicas" — visaram adequá-lo à concepção brasileira de segurança econômica coletiva, mais abrangente e positiva por identificá-la como uma estratégia global para o desenvolvimento. O projeto de Convenção submetido pela CEESI à V Assembléia Geral — e por esta encaminhado ao Conselho Permanente, juntamente com o tema da Reforma da Carta da OEA — esse projeto incorpora, portanto, dispositivos que refletem a posição do Brasil, contrária à estratificação do poder no Continente e traduzível em princípios de ação dinâmica capaz de assegurar a segurança continental mediante o desenvolvimento harmônico das nações americanas.

3) **Conferência de Plenipotenciários para a Reforma do TIAR**

A Conferência de Plenipotenciários, realizada em São José da Costa Rica, de 16 a 26 de julho de 1975, foi convocada pela Assembléia-Geral da OEA, em conformidade com o disposto na Resolução 178, de seu V período ordinário de sessões, com o objetivo de examinar o Projeto de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, elaborado com base nas propostas da Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação (CEESI).

O texto oriundo da CEESI, depois de revisto e dotado de emendas complementares, transformou-se no Protocolo de Reformas ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, no qual

se refletiu a tendência da maioria dos países americanos de não submeter o Tratado a revisão profunda, conforme pretendiam México e Peru.

Do ponto de vista do Brasil, o novo texto do TIAR ajusta-se perfeitamente aos interesses nacionais: a área de segurança foi até mesmo aumentada no Atlântico Sul; conseguiu-se manter o valor dos mecanismos de solução pacífica de controvérsias do Sistema Interamericano, uma vez que o novo texto recomenda aos Estados americanos procurar resolver seus conflitos por processos regionais, antes de submetê-los aos das Nações Unidas; logrou-se definir os casos de agressão a que possam estar sujeitos os Estados-Partes do TIAR e incluir, entre eles, o envio de grupos irregulares ou mercenários; a Delegação do Brasil fez com que se substituísse no texto a expressão "segurança econômica integral" por "segurança econômica coletiva para o desenvolvimento"; o Brasil apoiou, por outro lado, emenda no sentido de alterar o regime de votação no caso de deixar sem efeito as medidas adotadas pelo Órgão de Consulta de acordo com os artigos 6.º e 8.º do texto do Tratado vigente.

O único instrumento do Sistema Interamericano efetivamente concluído pelos trabalhos de reforma foi o TIAR.

O Protocolo de emendas ao TIAR, firmado em Costa Rica pelo representante brasileiro — juntamente com os demais Estados-Parte do Acordo — deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional proximamente, para que se cumpra o processo constitucional de ratificação. O artigo VIII do Protocolo estabelece que o mesmo entrará em vigor, para os países que o tenham ratificado, quando dois terços dos Estados signatários houverem depositado seus respectivos instrumentos de ratificação junto à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos.

XVI Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores

A XVI Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores foi realizada em São José da Costa Rica no dia 29 de julho de 1975, com o objetivo de examinar o problema do restabelecimento de relações com Cuba pelos Estados-Partes no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Com a presença dos Chanceleres de Costa Rica, Honduras, México, Nicaraguá, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e de representantes de outros países-membros do TIAR, aprovou-se por 16 votos a favor, 3 em contra (Chile, Paraguai e Uruguai) e duas abstenções (Brasil e Nicaraguá), resolução pela qual se reafirma solenemente o princípio da não-intervenção e se deixa "em liberdade os Estados-Partes no TIAR para que, de acordo com a política e interesses nacionais de cada um, normalizem ou conduzam suas relações com a República de Cuba, ao nível e na forma que cada Estado julgar conveniente".

O resultado da votação não causou surpresas, uma vez que refletiu posições já assumidas pelos países americanos na XV Reunião de Consulta, realizada em Quito, em novembro de 1974. Entre a votação então verificada e a da Costa Rica, houve mudança de posição apenas de Estados Unidos da América, Bolívia, Guatemala e Haiti, que passaram da abstenção ao voto favorável, por considerarem que a fórmula de Costa Rica não implicava num "atestado de boa conduta internacional" para o Governo de Fidel Castro.

A Delegação do Brasil absteve-se de votar a referida Resolução, conforme mencionado acima, mantendo-se coerente com a linha adotada desde a reabertura da chamada "questão de Cuba".

X Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)

Realizou-se em Washington de 10 a 17 de março a X Reunião Anual do CIES, cujas discussões principais giraram em torno da Lei de Comércio Internacional dos Estados Unidos. Por iniciativa da Delegação do Brasil, os debates transcorreram no plano técnico desejado.

Em conseqüência, o clima que perdurou durante a reunião foi de entendimento: adotou-se um procedimento informal e evitaram-se declarações políticas, inclusive a nível de plenária. O documento final foi considerado satisfatório por representar um esforço conciliatório da Delegação dos Estados Unidos em relação à Lei de Comércio Internacional.

Foram, ademais, aprovadas Resoluções sobre as seguintes matérias: a) a V Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho — recomendada à Assembléia-Geral sua realização em novembro de 1975, na Guatemala; b) modificações ao Estatuto do CIES — submetido à Assembléia Geral texto dos artigos 29, 31 e 32 do Estatuto do Conselho; c) modificação do regime e regulamento dos Congressos Interamericanos de Turismo; d) avaliação profunda do programa de desenvolvimento dos mercados de capital.

VI Reunião do Conselho Interamericano Para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (CIECC)

Realizou-se no México, no período de 25 de janeiro a 3 de fevereiro de 1975, a VI Reunião do Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC). Naquela ocasião, foram realizadas eleições para os Comitês do CIECC: O Professor Heitor Gurgulino de Souza, Presidente do Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia (CICYT), foi reeleito para membro do referido Comitê. Posteriormente, durante a

reunião do CICYT, em Buenos Aires, de 26 a 29 de maio de 1975, o Professor Gurgulino de Souza foi reconduzido à Presidência do Comitê.

Comissão Jurídica Interamericana (CJI)

Durante o V Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da OEA, realizaram-se eleições para o preenchimento de duas vagas da CJI. Apresentaram-se apenas dois candidatos, do Chile e do Panamá, eleitos com o apoio do Brasil.

Com a reforma da Carta da OEA, alguns de seus artigos, referentes à CJI, deverão ser modificados. Na revisão dos textos da Carta houve proposta de aumento do número de membros da Comissão, que são onze atualmente, mas essa emenda deverá ainda merecer estudo mais aprofundado, tendo-se, inclusive, previsto consultas à CJI.

Junta Interamericana de Defesa (JID)

O Estado-Maior das Forças Armadas promoveu, em junho de 1975, um estágio de preparação para Civis e Oficiais Superiores, destinados a integrar a Representação das Forças Armadas do Brasil na JID. Tendo o EMFA solicitado que se fornecesse aos estagiários dados atualizados sobre países americanos, foram-lhes prestados esclarecimentos a respeito da OEA e da própria JID, e coordenados os contatos mantidos no Itamaraty.

No que diz respeito à Chefia da Representação do Brasil na JID, o General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos passou a exercê-la a partir de agosto de 1975. Havia ele sido designado pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, que, de acordo com o princípio de rotatividade estabelecido no Regulamento da Junta, cabia ao Brasil. Devido, entretanto, à sua qualidade de Oficial-General de maior hierarquia, foi incumbido de exercer, cumulativamente, a chefia da mencionada Representação.

Organismos Especializados da OEA

1) Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)

Foi reeleito o Doutor José Emílio Gonçalves de Araújo no cargo de Diretor Geral, por larga margem de votos. O novo mandato do Doutor Araújo inicia-se em 14 de janeiro de 1976 e terá duração de seis anos.

Realizaram-se, entre 28 de abril e 10 de maio, em Ottawa, a XX Reunião Anual do Conselho Técnico Consultivo e a XIV Reunião Anual da Junta Diretora do IICA, que tiveram por objetivo principal o estudo de assuntos técnicos relacionados com o desenvolvimento agrícola e rural nas Américas. Além disso, procedeu-se, na ocasião, à aprovação do programa-orçamento do Instituto para 1975-76. Foi igualmente aprovada a regulamentação do "Fundo Simón Bolívar", que havia sido criado, por iniciativa da Venezuela, em 1974, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento rural da América Latina e do Caribe.

No período de 16 a 21 de outubro, celebrou-se, em São José, Costa Rica, uma Reunião Extraordinária da Comissão Especial da XV Reunião Anual da Junta Diretora do IICA, convocada durante a reunião de Ottawa com o objetivo de prosseguir no processo de avaliação da implementação do Plano Geral do Instituto, de analisar aspectos relacionados com o projeto de programa-orçamento do organismo e de rever os preparativos para a VII Conferência Interamericana de Agricultura, prevista para 1976, ainda sem data e local fixados.

2) Instituto Indigenista Interamericano (III)

Em Janeiro de 1975, dentro de um programa de visitas a vários países americanos com o objetivo de gestionar o aumento das contribuições dos Estados membros do organismo, esteve no Brasil o Diretor do III, Doutor Gonzalo Rubio Orbe, quando entrevistou-se com os Ministros das Relações Exteriores, do

Interior e com o Presidente da Funai. À luz dos argumentos então apresentados pelo Doutor Orbe, e tendo em vista os interesses do Brasil no III, concordou-se com um aumento de 40% na quota brasileira, que passou de US$ 7,407.91 para US$ 10,371.20.

Em conseqüência, nas reuniões do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do III, que tiveram lugar na cidade do México, em junho de 1975, foi aprovado um aumento das contribuições de todos os Estados-membros. Na ocasião, foi convocada uma Reunião Extraordinária do mencionado Comitê Executivo, que se realizou em dezembro, na mesma cidade, com os debates concentrados em torno da revisão das metas do indigenismo, estabelecidas em 1940, da validade do Instituto e de seu Convênio Constitutivo.

3) **Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH)**

Realizou-se na cidade do México de 21 a 26 de julho de 1975, a XVI Reunião do Conselho Diretor do Instituto Panamericano de Geografia e História. Foram examinados os informes dos órgãos permanentes do IPGH, em que se consideraram propostas de projetos especiais, entre eles a elaboração de um mapa de Recursos Naturais das Américas, financiado pelo BID. Foram, igualmente, submetidas à consideração do Plenário da reunião várias medidas, entre elas o estudo de melhor aplicação dos fundos nos programas e projetos das reuniões nos próximos anos, exame da obtenção de meios e auxílios para melhoria da sede do Instituto, estabelecimento de consultas e iniciativas capazes de permitir que se apresente à próxima Assembléia Geral da OEA proposta de aumento de contribuições dos países membros do Instituto. A Delegação do Brasil, apresentou estudos geográficos realizados pela Comissão Nacional do Instituto e foi dada ênfase especial aos trabalhos geodésicos, por meio de satélites na Amazônia, ao crescimento da cartografia sistemática terrestre e náutica, bem como à modernização dos métodos de trabalho.

4) **Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)**

Proclamado 1975 como o "Ano Internacional da Mulher" nas Nações Unidas e na OEA, o Senhor Presidente da República emitiu mensagem alusiva ao evento em 8 de março.

O programa do "Ano Internacional da Mulher" foi preparado no Brasil por Grupo de Trabalho Interministerial, convocado pelo Itamaraty, ficando a Secretaria de Planejamento da Presidência da República encarregada de coordenar a mencionada programação interna. Em conseqüência, as comemorações brasileiras foram consolidadas em um programa-base, ficando os Ministérios encarregados da implementação das iniciativas relacionadas com sua respectiva área de atuação.

Nesse contexto, o Itamaraty encaminhou à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pedido da Comissão Interamericana de Mulheres no sentido de se lançarem no Brasil selos relativos ao evento, que foram emitidos em 25 de setembro de 1975.

No plano externo, a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada entre 19 de junho e dois de julho, com quase dez mil participantes, entre eles a CIM, representou o ponto mais importante das atividades dos Organismos ligados à mulher em 1975.

5) **Instituto Interamericano da Criança (IIC)**

Realizou-se em Caracas, entre 5 e 8 de agosto de 1975, a LV Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança, na qual foram discutidos os planos de trabalho do Organismo e seu orçamento para 1976-1977.

Aprovou-se, na ocasião, a indicação do Brasil como sede da LVI Reunião do IIC estando sua realização prevista para a segunda quinzena de maio de 1976.

O Instituto Interamericano da Criança patrocinou, juntamente com o Instituto Nacional de Proteção à Infância, do México, a realização de um Seminário Latino-Americano sobre o Bem-Estar da Infância, Família e Comunidades Rurais, que teve lugar na cidade do México entre 10 e 16 de novembro de 1975.

SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (SELA)

O Convênio Constitutivo do SELA foi assinado em 17 de outubro de 1975, na cidade do Panamá, por Plenipotenciários dos seguintes países:

Argentina
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Equador
El Salvador
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Jamaica
México
Nicaraguá
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Trinidad e Tobago
Uruguai e
Venezuela

Os representantes de Barbados e Granada, apesar de terem participado dos trabalhos de constituição do SELA, deixaram de assinar o Convênio, por razões de ordem Constitucional interna. Por proposta da Venezuela o Convênio do SELA passou a denominar-se "Convênio do Panamá".

A iniciativa de propor a criação de um Sistema Econômico Latino-Americano partiu dos Presidentes do México e da Venezuela, em carta que dirigiram, em 19 de março de 1975 a todos os Chefes de Estado ou de Governo da América Latina.

Dessa iniciativa mexicano-venezuelana resultou a convocação da Conferência sobre o SELA, de nível ministerial, que se reuniu no Panamá, em duas etapas: a primeira, de 29 de julho a 2 de agosto, e a segunda, de 15 a 17 de outubro. No intervalo entre as duas etapas e conforme Resolução aprovada na primeira, reuniu-se na mesma cidade, um Grupo de Trabalho, de alto nível, incumbido de elaborar o projeto de Convênio do SELA. Esse Grupo, por sua vez, sessionou de 15 a 27 de setembro e de 12 a 14 de outubro, tendo, nesta última oportunidade, exercido também funções de caráter preparatório, com vistas à Conferência que se seguiu, de nível ministerial. A Conferência teve como documento básico de seus trabalhos o Projeto de Convênio Constitutivo do SELA, elaborado pelo Grupo de Trabalho.

O texto finalmente aprovado atende plenamente aos interesses do Brasil, sendo de se ressaltar que graças à atuação da Delegação brasileira conseguiu-se inserir no documento ressalvas necessárias a que não se transformasse o SELA num foro de confrontação, ou que lhes fossem conferidos poderes supranacionais.

Assinado o Convênio do Panamá — que entrará em vigor para os países que o ratifiquem quando a maioria absoluta dos signatários houver depositado o instrumento de ratificação — a Reunião Ministerial aprovou Resolução sobre a entrada em funcionamento provisório dos mecanismos operacionais do SELA. Nos termos dessa Resolução, a Conferência de nível ministerial constituiu-se "de imediato em um Conselho Latino-Americano, com o objetivo de adotar as medidas para atingir os propósitos enunciados, no espírito do Convênio Constitutivo do SELA".

A reunião do Conselho Latino-Americano elegeu o Senhor Jaime Moncayo, ex-Ministro das Finanças do Equador, para o cargo de Secretário do SELA, a quem foi encomendada a convocação de um Comitê para tratar de assuntos orçamentários, do Regulamento do Conselho e de seu programa de trabalho imediato.

Ficou decidido, outrossim, que o Conselho deveria ser o foro para a adoção de posições conjuntas latino-americanas com vistas à Reunião do "Grupo dos 77". Aprovaram-se, ademais, resoluções de apoio à União de Produtores e Exportadores de Bananas e ao Grupo de Exportadores e Produtores Latino-Americanos de Açúcar, sem abordar, entretanto, a questão de uma eventual vinculação de ambas organizações ao SELA.

ALALC

O Brasil, a exemplo dos anos anteriores, manteve em 1975, no foro da ALALC, a nível técnico ou político, posição realista no que se refere ao processo de integração latino-americana, entendida como movimento regional, sub-regional e bilateral, aspectos de uma só realidade, que não pode seguir modelo único e rígido, mas adaptar-se à diversidade de problemas e situações dos países-membros.

No plano interno, o Itamaraty, através da Comissão Nacional para os Assuntos da ALALC (CNAALALC), em que têm assento representantes dos Ministérios econômicos, bem como da indústria, do comércio e da agricultura, ocupou-se de questões técnicas especializadas e decidiu casos relacionados com a problemática da ALALC. A esse propósito, a Subcomissão de Negociações, encarregada de estudos específicos sob a coordenação do Conselho de Política Aduaneira, concentrou seus trabalhos na negociação de ampliações e modificações dos

Acordos de Complementação Industrial de que o Brasil é signatário na ALALC.

No plano externo, o Itamaraty coordenou a participação brasileira nas reuniões técnicas e de negociação tarifária efetuadas no âmbito da Associação, com a colaboração dos órgãos públicos e privados interessados, e se fez representar nos encontros de maior importância, a saber, as XVI e XVII Reuniões da Comissão Assessora de Assuntos Monetários, a XII Reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária e a XII Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, na XV Sessão Ordinária da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, e nas negociações das ampliações dos programas de liberação e/ou dos setores industriais respectivos, dos Acordos de Complementação Industrial n.os 15, 16, 18 e 20 referentes respectivamente aos setores químico-farmacêutico, petroquímico, fotográfico e de corantes e pigmentos, áreas particularmente dinâmicas do parque manufatureiro latino-americano, e de tecnologia bastante desenvolvida.

De igual forma coordenou-se a participação do Brasil nas rodadas das Negociações Coletivas da ALALC, realizadas em Montevidéu, nos meses de agosto e de novembro. Os resultados dessas reuniões não foram definitivos no que se refere a acordo sobre os novos instrumentos e mecanismos para a dinamização do processo de integração no âmbito da ALALC. Foi possível, entretanto, identificar melhor as posições dos vários grupos — países "grandes" (Brasil, Argentina e México), países andinos medianos (Chile, Peru, Colômbia e Venezuela) e países de menor desenvolvimento relativo (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai) — no tocante ao chamado "pacote negociador" que abrange os principais temas das negociações: programa de liberação, acordos multi-setoriais por pares ou grupos de países, retirada de concessões andinas e tratamento aos países de menor desenvolvimento. Além disso, acordou-se, um **waiver** ao Uruguai, para que possa conceder concessões tarifárias não extensivas aos demais países da ALALC no âmbito dos

acordos bilaterais firmados com o Brasil e a Argentina em 1975 e 1974, respectivamente.

No âmbito tarifário bilateral, coube ao Itamaraty, com a assessoria dos órgãos brasileiros representados na CNAALALC, negociar o Protocolo de Expansão Comercial Brasil—Uruguai, firmado em 12.6.75 no encontro presidencial em Rivera, e coordenar os entendimentos com a parte uruguaia, em Brasília e em Montevidéu, no tocante às normas e procedimentos para as negociações tarifárias do programa de liberação estipulado no referido instrumento, e à inclusão dos produtos que cada uma das partes desgravará em benefício da outra.

Cabe finalmente destacar que o Brasil, não obstante as dificuldades de balanço de pagamentos em 1975, manteve a ALALC à margem das restrições impostas às importações, de acordo com a diretriz de cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito do Tratado de Montevidéu, beneficiando fortemente nossos parceiros alalqueanos, pois a elevação de alíquota para terceiros países ampliou consideravelmente a margem de preferência para os produtos importados da Zona.

TRATADO DA BACIA DO PRATA

De 26 a 29 de maio de 1975, realizou-se em Cochabamba a VII Reunião de Chanceleres, em que se expressou o vivo interesse brasileiro pela adoção de medidas tendentes a impulsionar a concretização dos objetivos traçados no Tratado da Bacia do Prata e nas atas das Reuniões anteriores.

Naquela oportunidade, foram aprovadas sete resoluções, dentre as quais cumpre destacar, pelo seu grau de importância a de

n.º 56 (VII) que consagra a decisão das delegações no sentido de escolher a Bolívia como país-sede do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Com relação ao mesmo tema, também foi incluída na Ata de Cochabamba a resolução n.º 57 (VII), que encerra recomendação ao Comitê Intergovernamental Coordenador quanto à necessidade de considerar as medidas que deverão permitir, a curto prazo, a entrada em funcionamento do referido Fundo.

Sobre o particular, ficou evidenciado, durante os trabalhos da VII Reunião de Chanceleres, o caráter prioritário atribuído pela delegação brasileira ao exame do estado atual do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro, e, neste sentido, merecem registro as palavras do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em seu discurso pronunciado naquela ocasião, quando manifestou desejo de que "o Fundo se torne um mecanismo ágil e eficaz, apto a impulsionar os trabalhos confiados ao CIC e aos diversos Grupos de Peritos".

Durante a Reunião, examinou-se, outrossim, o relatório preparado pelo CIC a respeito de diversos projetos previstos em atas de reuniões anteriores. Sobre o assunto, cabe menção à realização, em 1975, de duas reuniões, convocadas pelo CIC, de Grupos de Peritos, os quais adiantaram trabalhos em suas áreas específicas de atividades, com vistas à implementação de tais projetos.

Em abril, realizou-se em Assunção a II Reunião do Grupo de Peritos em Educação, durante a qual procedeu-se a extensa troca de informações relativas às atividades e experiências de cada país no setor. Os Peritos em Educação aprovaram recomendações sobre bolsas de estudo oferecidas pelo Brasil em nível de pós-graduação e em Núcleos de Assistência Técnica em planejamento e administração de universidades e, da mesma forma, sobre oferecimento brasileiro de filmes educativos para televisão preparados pelo Frontel. Foram igualmente apro-

vadas recomendações ligadas a atividades de rádio e tele-educação, a problemas de analfabetismo e ao intercâmbio de estudantes.

Na VI Reunião do Grupo de Peritos em Integração Energética (Projeto A-6), realizada no mesmo mês, em Brasília, foram aprovadas recomendações sobre questões ligadas ao intercâmbio de legislação e de estudos sobre interconexão energética na Bacia do Prata. Nessa oportunidade, examinou-se também um relatório do PNUD sobre o tema, havendo sido apresentadas recomendações no sentido de sua reformulação com vistas de melhor adequá-las aos termos de referência aprovados no CIC.

O Brasil participou ativamente de ambas as reuniões, e pôde contribuir de forma positiva para os resultados alcançados, dando mostras visíveis de sua cooperação no sentido de acelerar o processo de integração da Bacia do Prata.

ÁFRICA, ORIENTE PRÓXIMO,
ÁSIA E OCEANIA

ÁFRICA SUBSAÁRICA

As relações do Brasil com o continente africano se desenvolveram e se intensificaram no decorrer de 1975, em obediência à determinação governamental de estreitamento de contatos com os nossos vizinhos de além-mar. Conhecidos são os laços étnicos e culturais, que nos ligam aos povos africanos. Por outro lado, considerações políticas e econômicas nos aproximam dos novos países da África.

Países de Expressão Portuguesa

As relações do Brasil com **Angola** sempre se caracterizaram pelo escrupuloso respeito do processo político interno. Assim, foi criada em março de 1975 uma Representação Especial junto ao Governo de Transição, de que participavam representantes da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A categoria do chefe da referida Representação Especial tinha a equivalência do nível de Embaixador.

Em conseqüência dessa orientação, durante a vigência do Acordo de Alvor, os contatos mantidos com os três movimentos tiveram sempre presente a observância de tratamento paritário que lhes era dispensado. Foram convidados a visitar o Brasil os Ministros da Saúde, do Planejamento e da Educação, do Governo Provisório instalado em Luanda.

De acordo com política de ativa cooperação, o Governo brasileiro, em princípios de maio de 1975, enviou a Luanda um auxílio de emergência às vítimas dos conflitos que vinham ocorrendo naquela capital. O auxílio constituído por gêneros alimentícios, medicamentos e roupas — foi transportado pela FAB.

Em julho de 1975, agravaram-se em Luanda os conflitos entre os três movimentos. Essa situação **de facto** levou o Governo português, em 22 de agosto, a considerar transitoriamente suspensa a vigência do Acordo de Alvor.

Em conseqüência da luta interna, o governo sediado em Luanda passou a ser representado apenas, da parte angolana, pelo MPLA.

Destarte, ao reconhecer em 11 de novembro de 1975 — e portanto na data de sua independência — o Governo instalado em Luanda, o Brasil o fazia de conformidade com os princípios de sua política de não-intervenção e de respeito à autodeterminação.

Desenvolveu-se a cooperação do Brasil com a **Guiné-Bissau.** Foram objeto de consideração nesse sentido a participação do Mobral e projeto de instalação de um sistema de telecomunicações e de treinamento de técnicos, em desenvolvimento no Ministério das Comunicações.

Registre-se, também, a visita a Brasília em agosto, do Chanceler Victor Saúde Maria, da Guiné-Bissau. Entrevistou-se com o Ministro Azeredo da Silveira, tendo sido agraciado com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

No grupo dos países lusófonos, **Cabo Verde** mereceu especial atenção do Brasil que procurou contribuir para aliviar as dificuldades atravessadas pelo novo Estado, às vésperas de sua independência, sobretudo no setor do abastecimento. Em fevereiro, foram transportadas pela FAB vinte toneladas de gêneros alimentícios e medicamentos, logo seguidas de nova remessa, por via marítima, de 250 toneladas de gêneros alimentícios, roupas e medicamentos.

Missão brasileira visitou o arquipélago, nesta ocasião, para identificar os campos futuros de cooperação. Em julho, foi criada a Embaixada do Brasil em Praia, cumulativa com a Embaixada em Bissau.

Em junho, pouco antes da independência, Missão brasileira visitou o arquipélago de **São Tomé e Príncipe.** Manteve então contatos com o Doutor Miguel Trovoada, atual Primeiro Ministro. Foram discutidos os aspectos de futura cooperação e assistência técnica considerados vitais para o desenvolvimento do país. Cooperação no setor agropecuário e na organização de sistema bancário e alfandegário foi delineada.

Em 31 de dezembro, criou-se a Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe, cumulativa com a Embaixada em Lagos.

O Brasil acompanhou com atenção o processo de independência de **Moçambique,** que se completou em 25 de julho de 1975. Desejoso de colaborar com a população moçambicana, o Governo brasileiro participou, com uma doação monetária, do socorro internacional enviado às vítimas das inundações do vale do Limpopo.

Já no final do ano de 1975, foram estabelecidas relações diplomáticas. A Embaixada do Brasil em Lourenço Marques — hoje Maputo — foi criada por decreto de 31 de dezembro.

Visita do Ministro de Estado a Costa do Marfim

A convite do Senhor Arsène Assouan Usher, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, o Ministro Azeredo da Silveira visitou oficialmente a Costa do Marfim entre 22 e 25 de junho.

No plano bilateral, renovaram os dois chanceleres o propósito de mútua colaboração em todos os setores de interesse para ambos os países, em especial nos que dizem respeito ao desenvolvimento cultural, econômico e social de seus povos.

Os dois países convieram na necessidade de estabelecer uma ligação aérea direta entre ambos. Foi manifestado pelos dois Ministros interesse na colaboração entre as televisões marfiniana e brasileira.

Examinaram a situação do comércio internacional do café e expressaram a sua preocupação quanto ao baixo nível das cotações. Houve concordância, igualmente, na harmonização de posição para a renegociação de Convênio Internacional do Café.

Foi anotada a repercussão favorável, no comportamento do intercâmbio, do crédito brasileiro de dez milhões de dólares ao Governo marfiniano, com vistas ao financiamento da importação de produtos manufaturados e equipamentos.

Foi ressaltada a importância para a ampliação do intercâmbio comercial, da autorização concedida para o estabelecimento em Abidjan de sucursal bancária brasileira. No campo da assistência técnica, anotaram o propósito do Governo brasileiro de colaborar na construção de um Centro de Formação Profissional para a Indústria Têxtil.

Visita do Presidente do Gabão

A convite do Presidente Geisel, visitou oficialmente o Brasil, de 11 a 17 de outubro, o Presidente da República Gabonesa,

Senhor Albert Bernard Bongo. Além do Ministro dos Negócios Estrangeiros, El Konighi Okumba D'Okwastsegue, acompanharam o Presidente Bongo, os Ministros da Economia e Finanças, Paul Moukambi, do Planejamento, Desenvolvimento e Organização Territorial, Michel Anchouey, do Comércio e Indústria, Etienne Moussirou, e dos Transportes, Aviação Civil, Marinha Mercante e Estradas de Ferro, Georges Rawiri.

Os dois Presidentes ressaltaram a importância dos Acordos, então assinados, de cooperação cultural e de cooperação científica e técnica, para o desenvolvimento dos contatos entre os dois países. No campo das comunicações sociais, manifestou-se o interesse de assistência recíproca entre as televisões brasileira e gabonesa. No campo comercial sublinharam a necessidade de intensificar e diversificar o intercâmbio de mercadorias produzidas e manufaturadas em ambos os países. Reconheceram, também, a repercussão favorável que teria sobre o aumento do volume de intercâmbio bilateral a extensão, aos portos gaboneses, da linha de navegação brasileira para a costa ocidental da África.

Salientaram, ainda, a conveniência de estudos que facilitem a conclusão de Acordo Comercial, bem como de ajustes de garantias a investimentos para evitar a dupla tributação.

Dentro do interesse demonstrado pelo Brasil em participar do desenvolvimento econômico e social do Gabão, prontificou-se o Governo brasileiro a abrir linha de crédito em favor do Governo gabonês, no valor de 2,5 bilhões de francos CFA (10 milhões de dólares norte-americanos), destinados à compra de produtos manufaturados.

Visita de Chanceleres Africanos ao Brasil

Além da visita do Ministro Victor Maria, da Guiné-Bissau, estiveram no Brasil no decorrer de 1975 os Chanceleres de Quênia, Lesoto e Zâmbia.

A vinda do Ministro dos Negócios Estrangeiros da **República do Quênia,** Sr. Munyua Wayiaki, ensejou a oportunidade de uma análise conjunta da atualidade política internacional, de que resultou identificação de significativa faixa de coincidências de pontos de vista. Os Chanceleres do Brasil e do Quênia convieram em: a) reiterar a repulsa a todas as formas de segregação racial; b) reafirmar a plena soberania de cada Estado sobre os seus recursos naturais e seu direito de deles dispor livremente com o objetivo de assegurar o desenvolvimento econômico, o crescimento e o bem-estar social das populações; c) conjugar esforços na revitalização das relações econômicas entre os dois países, visando superar a inércia e as barreiras das dependências verticais.

Em agosto, visitou Brasília o Ministro dos Negócios Estrangeiros do **Reino de Lesoto,** Sr. J. R. L. Kotsokoane. As conversações então mantidas levaram ao estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Lesoto.

Durante a visita do Chanceler de **Zâmbia,** Sr. Rupiah B. Banda, foi examinada, entre outros assuntos, a conjuntura no sul do continente africano. Foi igualmente referida a conveniência de ser equilibrado o intercâmbio comercial, através de aumento das importações de produtos brasileiros. O Chanceler Banda esteve no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na capital paulista, entrevistou-se com o Governador Paulo Egidio Martins, que lhe assegurou colaboração em projetos de assistência técnica.

Outras Visitas de Personalidades Africanas ao Brasil

No decorrer de 1975, visitaram o Brasil: o Ministro das Minas e Energia da República da Costa do Marfim, Sr. Paul Gui Dibo; o Ministro do Ensino Técnico e Formação Profissional da Costa do Marfim, Sr. Ange-François Barry Battesti; o Ministro da Saúde do Governo de Transição de Angola, Dr. Samuel Abrigada; o Chefe do Estado-Maior da Polícia de Angola, Coman-

dante Armando Espírito Santo; o Ministro das Indústrias da Nigéria, Coronel Wushishi; e o Ministro da Agricultura da Nigéria, Sr. Bernard William Mafeni.

Também estiveram em nosso país os Senhores Georges Bokassa, filho do Presidente da República Centro Africana, A. Daubrey, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Agrícola da Costa do Marfim, e Vali Charles Diarrasouba, Reitor da Universidade de Abidjan.

Relações Econômicas e Comerciais

O intercâmbio com o mercado subsaárico continuou a desenvolver-se em 1975. O valor total do comércio nos dois sentidos atingiu uma ordem de grandeza de trezentos milhões de dólares, o que já constitui uma corrente significativa, em termos gerais.

Dentre os fatos mais significativos, assinalam-se a concorrência internacional vencida por companhia brasileira, na **Mauritânia,** para a construção de estrada de rodagem de cerca de 600 km (obra no valor de US$ 111 milhões); venda de vinte barcos pesqueiros a companhia angolana; exportação para **Gana** de carroceria de ônibus, e de dois conjuntos completos para industrialização da mandioca.

O comércio com a **Nigéria** continuou a ampliar-se de forma acentuada. Vasto esquema de cooperação vem sendo posto em execução, com o conseqüente incremento das exportações de bens e serviços brasileiros para aquele país. O intercâmbio se intensifica sobretudo no setor de comunicações, construção civil, consultoria técnica, e de transportes. Por sua vez, a indústria automobilística exportou 10 500 veículos para a Nigéria.

Quanto ao **Zaire,** note-se a participação de firma brasileira no projeto hidrelétrico de Ingá, próximo à desembocadura do rio

Zaire. Também compareceram 51 expositores brasileiros à IV Feira Internacional de Kinshasa, o que proporcionou um volume de negócios estimados em quatro milhões de dólares.

Cooperação Técnica

As atividades de cooperação técnica com a África subsaárica tem registrado substancial aumento. No momento executam-se projetos de cooperação técnica com o Senegal, Mali, Gana, Nigéria, Zaire, Benim, Costa do Marfim, Camarões e Guiné-Bissau.

Conta-se desenvolver a cooperação — a exemplo da realizada com a Guiné-Bissau — com os demais países africanos de expressão portuguesa, que ficaram independentes no decorrer de 1975.

Relações Diplomáticas

Em 1975 o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Repúblicas de Guiné Equatorial, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Alto Volta, Níger e Angola, e com o Reino do Lesoto.

A rede diplomática brasileira na África Subsaárica elevou-se para dez Embaixadas-sede (África do Sul, Angola, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Quênia, Senegal e Zaire) e dezenove Embaixadas cumulativas (Alto Volta, Benim, Cabo Verde, Etiópia, Gabão, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Lesoto, Mali, Maurício, Mauritânia, Niger, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia).

ORIENTE PRÓXIMO

Continuou o Ministério das Relações Exteriores a tomar ou estimular iniciativas tendentes, na área política, a desenvolver nossas relações com países do Oriente Próximo em todos os campos.

Nesse contexto, foram estabelecidas relações diplomáticas plenas com o Estado do **Coveite** — quarto fornecedor de petróleo no Oriente Próximo ao Brasil — por ocasião da visita oficial a Brasília, em fins de março, do Xeque Sabah Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah, Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país. No decorrer da mesma visita, foi assinado Acordo de Cooperação Econômica, que cria Comissão Mista para coordenar a cooperação entre os dois países. Outrossim, a formação da "Companhia de Investimentos Árabe-Brasileira" (ABICO) com a participação de capitais brasileiras e coveitianos, e a visita ao Coveite de delegação empresarial chefiada pelo Presidente do Banco do Brasil constituíram fatores altamente positivos para o estreitamento das relações entre as duas nações.

Com a **Arábia Saudita** — primeiro fornecedor de petróleo ao Brasil — o governo brasileiro assinou em abril Acordo de Cooperação Econômica e Técnica. A coordenação da cooperação entre os dois países ficará a cargo de Comissão Mista criada pelo citado instrumento.

Atendendo a convite formulado pelo Governo do **Marrocos,** o Senhor Severo Fagundes Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio, visitou aquele país por ocasião da XXVI Feira Internacional de Casablanca, na qual o Brasil esteve presente com um Pavilhão demonstrativo de alguns setores da Indústria nacional. Compareceram 35 expositores, cujos contatos com

importadores marroquinos demonstraram a possibilidade da realização de negócios estimados em cinco milhões de dólares. Na mesma época, em Brasília, os dois países concluíram um Acordo sobre Transportes Aéreos.

Com a **Argélia,** sobressaem negociação e rubrica de Acordo sobre Transportes Marítimos, a ser brevemente assinado, e a constituição de Sociedade de Infra-Estrutura Ferroviária, resultante da associação de consórcio de empresas construtoras brasileiras com o Governo Argelino através do Ministério dos Transportes. O programa previsto de construções dessa Sociedade na Argélia deverá atingir US$ 2 bilhões em 10 anos.

Na Feira Internacional de Argel, a participação brasileira — com a presença de 46 expositores — importou na venda de um milhão de dólares em produtos manufaturados, o que significa um progresso notável em relação à participação do ano anterior (vendas de 120 mil dólares e treze expositores).

Com respeito ao **Egito,** note-se a participação de 25 expositores brasileiros na VIII Feira Internacional do Cairo. Verificou-se, outrossim, a abertura de boas perspectivas para o intercâmbio, sobretudo no setor de fornecimento de serviços.

Missão chefiada pelo Secretário-Geral da Indústria e do Comércio, Dr. Paulo Vieira Belotti, assinou, em Trípoli, Protocolo que cria a Comissão Mista Brasil—**Líbia** com vistas ao incremento da cooperação econômica e comercial entre os dois países. No período considerado, o Governo brasileiro concedeu "agrément" ao primeiro Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Líbia a residir no Brasil, o qual já apresentou suas credenciais.

Como resultado de entendimentos mantidos por Missão em Teerã, chefiada pelo Presidente do Banco do Brasil, foi concluído, em Brasília, por troca de Notas, acordo que instituiu a Comissão Mista Brasil—**Irã** com o objetivo de ampliar a cooperação entre os dois países nos campos comerciais, técnico e financeiro.

No propósito de, na medida do possível, compensar os elevados dispêndios de divisas com a importação de petróleo, o Brasil realizou, em 1975, enorme esforço, tanto oficial, quanto empresarial, no sentido de ampliar a participação no mercado do Oriente Próximo para os nossos produtos de exportação e para a tecnologia avançada de que já dispomos em alguns setores.

Parte do mencionado esforço foi a participação do Brasil, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores, nas Feiras Internacionais de Trípoli, Cairo, Casablanca, Argel, Teerã e Bagdá. Igualmente sob o patrocínio do Itamaraty, realizou-se a II Exposição Industrial Brasileira no Coveite. Algumas dessas participações incluíram mostras representativas de produtos industriais brasileiros de médio e grande porte.

Em apoio a essa política, a Companhia Paulista de Comércio Marítimo inaugurará em breve uma linha regular para a região, cobrindo o seguinte percurso: Santos, Paranaguá, Rio Grande, Buenos Aires, Dar-Es-Salaam, Mombasa e Portos do Golfo Arábico-pérsico, retornando ao Brasil via Canal de Suez.
Do lado próximo-Oriental, merece referência a vinda ao Brasil, no período, das seguintes Missões: 1) Missão Econômica do **Iraque,** destinada a examinar a possibilidade de fornecimento pelo Brasil de usinas e refinarias de açúcar e de uma fábrica de montagem de veículos brasileiros; 2) Missão Egípcia da Boa Vontade, com o objetivo de expor ao Governo brasileiro as posições do Governo do Egito sobre a situação no Oriente Próximo; 3) Missão Conjunta Marroquino-Mauritaniana com vistas a gestionar o apoio do Governo brasileiro para as posições do Rei Hassan II e do Presidente Ould Daddah quanto à questão do Saara Ocidental; e 4) Missão do Governo de **Israel,** com a finalidade de apresentar às autoridades brasileiras as posições de seu país sobre a situação no Oriente Próximo.

No que se refere à situação no Oriente Próximo, o Governo brasileiro manteve a sua posição de princípio. Teve oportunidade de reiterar sua oposição à ocupação de territórios pela força e seu apoio aos inalienáveis direitos do povo palestino

à autodeterminação e à soberania, por considerar que o exercício de tais direitos constitui condição essencial para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região.

ÁSIA E OCEANIA

JAPÃO

As relações Brasil—Japão, em 1975, foram marcadas por intensa atividade, em entendimentos e contatos mantidos não só pelos canais diplomáticos formais, senão também através de missões oficiais e privadas com interesses específicos.

A visita ao Brasil do Vice-Primeiro Ministro do Japão, Sr. Takeo Fukuda, veio marcar mais uma etapa na aproximação política entre os dois países. De 19 a 27 de agosto, o Sr. Fukuda teve oportunidade de travar conhecimento direto com a realidade brasileira, como era seu desejo, visitando as grandes capitais do país e percorrendo a região amazônica. Como um dos principais responsáveis pela direção da economia japonesa, examinou com as autoridades brasileiras os grandes projetos de cooperação bilateral e confirmou o propósito do Governo de Tóquio de assegurar a continuidade dessa cooperação, a despeito das dificuldades conjunturais trazidas pela crise energética. Dentro desse contexto, o Vice-Primeiro Ministro nipônico reiterou o convite já formulado ao Presidente Ernesto Geisel para visitar o Japão em 1976.

Por parte do setor privado, de 27 de junho a 2 de julho, esteve no Brasil importante missão de sete líderes empresariais nipônicos, sob a chefia do Senhor Shigeo Nagano. Vieram estudar também os projetos de cooperação em curso, bem como novas

possibilidades de colaboração. Para tanto, entrevistaram-se com Ministros de Estado da área econômica e com representantes dos interesses privados brasileiros.

Para tratar do comércio entre os dois países, veio ao Brasil — de 2 a 14 de março — missão chefiada por alto funcionário do Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MITI), Senhor Eimei Yamashita, que se fez acompanhar por representantes das grandes **Trading Companies** nipônicas. Na ocasião, foram examinadas as possibilidades de expandir e diversificar as exportações brasileiras para o Japão, tendo em vista que o intercâmbio bilateral acusou em 1974 um **deficit** para o Brasil da ordem de 700 milhões de dólares. Note-se que o comércio Brasil—Japão superou, em 1974, a marca dos 2 bilhões de dólares, o que confere ao Japão o terceiro lugar entre os principais parceiros comerciais do Brasil.

O projeto de cooperação para o aproveitamento do cerrado brasileiro, dentro do Programa Polocentro, recebeu grande impulso no ano que findou, através de múltiplos entendimentos em nível técnico e político. Entre as missões japonesas que vieram ao Brasil com tal finalidade, cabe destacar a chefiada pelo Deputado Tadao Kuraishi, ex-Ministro da Agricultura do Japão em quatro gabinetes. Prosseguem os entendimentos sobre esse projeto pioneiro, que poderá abrir novas perspectivas de colaboração no setor agro-industrial entre os dois países.

Entre as altas autoridades brasileiras que visitaram o Japão, no decorrer de 1975, estão o Ministro das Comunicações — Quandt de Oliveira — e o Presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá.

São promissoras as perspectivas de desenvolvimento das relações nipo-brasileiras. Entre os grandes projetos de cooperação bilateral, ora em fase de estudos ou de negociação, podem ser citados o projeto Albrás (complexo para a produção de alumina-alumínio na Amazônia), as usinas siderúrgicas de

Tubarão (Espírito Santo) e de Itaqui (Maranhão), as empresas Flonibra e Cenibra para a produção de papel e reflorestamento, a empresa Nibrasco para pelotização de minério de ferro, além da eventual participação japonesa no financiamento da hidrelétrica de Tucuruí e na exploração do minério de ferro das reservas de Carajás.

Finalmente, a visita do Senhor Presidente da República ao Japão — programada para o ano de 1976 — trará novo impulso ao relacionamento nipo-brasileiro, permitindo um diálogo direto, no mais alto nível, entre os dois Governos. Em 1975, foi iniciada a preparação para a importante visita.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O ano de 1975 se caracterizou pelo início da implementação prática das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, de acordo com o Comunicado Conjunto de 15 de agosto de 1974.

Foram várias as iniciativas tomadas nesse sentido, a começar pela solução dos problemas de instalação das respectivas Embaixadas e Chancelarias. Dentro das peculiaridades locais, tais providências foram tomadas — tanto em Pequim como em Brasília — com a assistência dos respectivos Governos.

Os esforços brasileiros, nesta fase de levantamento das possibilidades concretas de cooperação entre os dois países, concentraram-se na identificação de interesses comerciais que permitam expandir o intercâmbio bilateral. Foram efetuados estudos aprofundados nesse sentido de modo a permitir uma ação sistemática no futuro próximo. Paralelamente, empresários brasileiros manifestaram interesse em conhecer de perto as potencialidades do grande mercado importador e exportador que representa a China, já tendo sido firmados alguns contratos diretos no setor dos produtos químicos e farmacêuticos.

Note-se que, desde 1972, o Brasil tem exportado açúcar para a República Popular da China, talvez o maior mercado potencial para esse produto. Desde então, têm sido ampliadas as vendas de Governo a Governo, através de contrato de longo prazo, entre o Instituto do Açúcar e do Álcool e a **Ceroilfood,** corporação chinesa encarregada da compra do produto no exterior.

A fim de avaliar novas frentes de comércio bilateral, esteve também em Pequim, em dezembro, o Senhor Cláudio Correa Lima, Assessor Especial da Diretoria Comercial da Petrobrás.

Do ponto de vista político, cabe mencionar que um grupo de deputados brasileiros visitou a República Popular da China, em outubro, tendo sido recebidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Chiao Kuang-Hua.

No campo da cooperação em outras áreas, autoridade do Ministério da Saúde — Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — visitou na República Popular da China, em outubro, centros de controle da esquistossomose. O Senhor Sylvio Padilha, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, visitou em novembro a República Popular da China, a convite da Federação Olímpica chinesa, interessada em expandir o intercâmbio esportivo entre os dois países.

FILIPINAS

Com a finalidade de conhecer a política habitacional brasileira, visitou o Brasil, de 9 a 16 de setembro, o Senhor Abraham Novales, Diretor de Planejamento da **Manila Building and Loan Association.** No Rio de Janeiro manteve conversações com a Diretoria do Banco Nacional de Habitação e visitou vários conjuntos residenciais construídos por aquela entidade.

Com o propósito de aumentar o intercâmbio comercial entre os dois países, esteve no Brasil no final de novembro missão

comercial integrada pelos Senhores Fred Elizalde, Presidente da Câmara de Comércio das Filipinas e Alberto Kanetti, Vice-Presidente da **English and Continental Group.** Por recomendação do Presidente Ferdinand Marcos, a referida missão examinou a possibilidade da instalação de um "Trade Center" na cidade de São Paulo. Para discutir o assunto, a missão entrevistou-se com o Governo daquele Estado e com diretores da Companhia de Promoção de Exportação de Manufaturados do Estado de São Paulo (Copeme).

Em Brasília, os integrantes da missão filipina foram recebidos pelo Senhor Severo Gomes, Ministro da Indústria e Comércio.

ÍNDIA

Por convite feito pelo Presidente da **Railroad Board,** visitou a Índia no dia 17 de fevereiro delegação da Rede Ferroviária Brasileira com a finalidade de estudar condições de importação de trinta e oito toneladas de material ferroviário, incluindo-se trilhos, placas e talhas.

Durante o ano de 1975, foi negociado com a Índia Acordo de Cooperação Técnica e Científica no campo da agropecuária.

CORÉIA DO SUL

O Superintendente da SUDEPE, Doutor Josias Luiz Guimarães, em 6 de outubro, visitou Seul onde entrevistou-se com autoridades coreanas do Ministério da Pesca.

Com o objetivo de tomar contato com a realidade econômica brasileira, esteve no Brasil — de 17 a 21 de setembro — missão econômica chefiada pelo Senhor Byung-Joo Cho, Presidente da **Korea Fire Insurance Co.** A organização do programa de visitas teve a participação da Confederação Nacional das Indústrias.

De 10 a 22 de junho, esteve no Brasil missão de autoridades e empresários sul-coreanos chefiada pelo Senhor Jew Won, membro executivo do Conselho de Assessoramento Econômico e Científico do Governo da República da Coréia. Durante a sua permanência entrevistou-se com o Senhor Severo Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio, o Doutor Stanley Fortes Baptista, Diretor-Geral do DNER, bem como com representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Confederação Nacional da Indústria e da Associação Brasileira de Sericicultura de São Paulo.

NEPAL

Na segunda quinzena do mês de novembro os Governos brasileiro e nepalês concordaram em estabelecer relações diplomáticas.

BANGLADESH

Em 28 de maio, o primeiro Embaixador do Brasil em Daca, Senhor Paulo da Costa Franco apresentou credenciais ao Governo de Bangladesh.

Para estudar a possibilidade de se promover venda direta de juta ao Brasil, esteve em visita ao nosso país, em agosto, o Senhor Khaled Rad, Gerente Geral da **Bangladesh Jute Export Corporation.**

INDONÉSIA

Foi instalada a Missão do Brasil em Jacarta, havendo, a 18 de janeiro, apresentado credenciais o primeiro Embaixador brasileiro depois da retomada das relações diplomáticas plenas.

HONG-KONG

Considerado um dos maiores armadores do mundo, o Senhor Y. K. Pao manteve contatos — no dia 4 de fevereiro — com

o Ministro das Minas e Energia, tendo sido recebido em audiência especial pelo Presidente Ernesto Geisel. O objetivo dessa consulta foi conhecer a economia brasileira, onde o armador de Hong-Kong pretende fazer vultosos investimentos no setor da construção naval e da indústria química.

AUSTRÁLIA

Com o objetivo de examinar as possibilidades de aumentar a cooperação científica e tecnológica entre os dois países, principalmente na área da agropecuária e energia nuclear, esteve em visita ao nosso país — de 19 a 26 de julho — o Senhor Guy B. Gresford, consultor de alto nível do Ministério das Relações Exteriores da Austrália.

Em agosto, o Lloyd Brasileiro inaugurou o transporte direto entre o Brasil e a Austrália.

PAPUA-NOVA-GUINÉ

De volta de Lima, onde participara da Conferência Ministerial do Conselho Interministerial dos Países Exportadores de Cobre (CIPEC), visitou o Brasil, de 23 a 26 de novembro, delegação Ministerial de Papua-Nova-Guiné. A comitiva, chefiada pelo Senhor Paul Lapun, Ministro das Minas e Energia, aqui manteve conversações com os diretores da Eletrobrás e Companhia Vale do Rio Doce.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O ano de 1975 registrou, como acontecimentos da maior importância nas relações teuto-brasileiras, as visitas dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da República Federal da Alemanha, respectivamente, a Bonn e a Brasília, durante as quais se firmaram significativos instrumentos de cooperação nuclear e financeira; as reuniões, em Bonn, das Comissões Mistas de Cooperação Científica e Tecnológica e de Coopeperação Econômica; e as visitas de altas personalidades alemãs ao Brasil.

Nos dias 26 e 27 de junho, esteve em visita oficial à República Federal da Alemanha o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Durante a visita, foram assinados o Acordo sobre Cooperação no campo dos Usos pacíficos da Energia Nuclear e o Acordo para Evitar a Bitributação de Renda.

Entre 17 e 19 de novembro, efetuou visita oficial ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Ale-

manha, Senhor Hans-Dietrich Genscher. Na ocasião, os Chanceleres do Brasil e da República Federal da Alemanha trocaram Notas, pondo em vigor o Acordo sobre Cooperação no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em junho do mesmo ano, assim como Protocolos de cooperação financeira, relativos a projetos de desenvolvimento econômico-social no Brasil.

Realizou-se nos dias 9 e 10 de outubro, em Bonn e em Colônia, a II Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, na presença do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro E. Saraiva Guerreiro, e do Secretário de Estado Parlamentar do Ministério da Economia da República Federal da Alemanha, Martin Grüner.

A Comissão examinou amplamente problemas ligados a investimentos alemães no Brasil, principalmente no tocante à transferência de tecnologia, ao acesso das firmas alemãs às fontes de financiamento brasileiras, bem como às importações de máquinas como investimento de capital. Apreciou, igualmente, questões referentes à formação de **joint-ventures** entre empresas alemãs, de pequeno e médio porte, com suas congêneres brasileiras.

Com finalidade de dar imediata aplicação às suas decisões, a Comissão criou e implantou as respectivas Secretarias Permanentes: no Brasil, a cargo do Banco do Brasil; e na República Federal da Alemanha, sob os cuidados do Serviço Federal de Informação de Comércio Exterior.

Nos dias 6 e 7 de outubro, em Bonn, ocorreu a V Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

O ano de 1975 continuou marcado pelo crescente interesse por parte de representativas personalidades alemãs em travar melhor conhecimento com a atualidade brasileira. Além de

considerável número de parlamentares e líderes do empresariado alemão, visitaram o Brasil, as seguintes personalidades de destaque da República Federal da Alemanha:

a) **Senhor Hans-Jürgen Wischnewski,** Ministro de Estado Parlamentar das Relações Exteriores — Entrevistou-se com o Presidente da República e manteve conversações com os Ministros das Relações Exteriores e das Minas e Energia, tendo permanecido no Brasil a 24 e 25 de julho;

b) **Deputado Federal Hans Werner Schmôle,** que presidia delegação da Organização de Juventude da União Cristã Democrática da Alemanha, Liga do Estado Vestfália-Lippe, em agosto, manteve contatos com autoridades ministeriais e parlamentares brasileiras;

c) **Deputado Bruno Heck e Professor Hermann Georgen, Presidentes da Fundação Konrad Adenauer e da Sociedade Teuto-Brasileira, respectivamente.** A 23 de outubro, avistaram-se com o Ministro, interino, das Relações Exteriores;

d) **Professor Karl-Heinz Sohn, Presidente da Sociedade Alemã para Cooperação Econômica.** Em fins de outubro, entrevistou-se com autoridades ministeriais brasileiras;

e) **Senhor Anton Jaumann, Ministro da Economia, Comércio e Transporte do Estado da Baviera.** Visitou, em caráter oficial, os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, tendo permanecido no Brasil de 28 de outubro a 8 de novembro;

f) **Doutor Hans-Hilger Haunschild, Secretário de Estado do Ministério de Pesquisa e Tecnologia.** Assinou contratos de implementação do acordo de cooperação nuclear, tendo permanecido no Brasil de 16 a 18 de dezembro.

Por sua vez, da parte brasileira, cumpre ainda destacar a visita a algumas cidades alemãs pelo novo Governador do Estado do Pará, Professor Aloysio da Costa Chaves, em companhia

de empresários paraenses, de 5 a 15 de janeiro; a visita à República Federal da Alemanha do novo Governador do Rio Grande do Sul, Doutor Synval Guazzelli, de 25 a 27 de fevereiro; a viagem do Secretário de Planejamento do Estado de Minas Gerais, Doutor Paulo Camilo Penna, por alguns países europeus, inclusice à República Federal da Alemanha, em dezembro.

Igualmente de importância, constituiu-se o Seminário sobre Investimentos no Brasil, organizado por iniciativa do Banco do Brasil e da Varig, em Frankfurt, em outubro, contando com a participação de vários representantes da média e da pequena indústria alemã.

Em novembro, o Ministério da Marinha encaminhou solicitação ao Itamaraty no sentido de que fosse verificada a possibilidade da criação do cargo de Adido Naval em Bonn e, em caráter cumulativo, na Haia. As Chancelarias alemã e holandesa responderam positivamente às consultas.

ÁUSTRIA

Em maio, realizou-se o Seminário Internacional de Salzburgo sobre Investimentos no Brasil, com a participação dos Ministros da Fazenda e Agricultura e do Planejamento, e outras altas autoridades do Governo brasileiro.

De 27 de outubro a 7 de novembro, visitou-nos missão comercial austríaca, com cerca de 40 integrantes, presidida pelo Senhor Rudolf H. Seidl, Vice-Presidente da Câmara Federal de Economia da Áustria. A missão percorreu os principais centros econômicos do País, mantendo contatos com empresários nacionais com vistas ao incremento do intercâmbio comercial e à constituição de **joint-ventures** entre firmas dos dois países.

BÉLGICA

Em fevereiro, visitou oficialmente a Bélgica o Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Espírito Santo.

Para contatos com empresas européias e entendimentos sobre possibilidade de investimentos no Brasil, foi à Bélgica, em dezembro, uma missão de empresários dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo.

Ainda em dezembro, representantes do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (Consider), visitaram instalações belgas de processamento de cobre e zinco.

CHIPRE

O principal evento relativo à crise existente em Chipre, em 1975, foi a proclamação, a 13 de fevereiro, do Estado Federado Turco-Cipriota na parte da ilha sob ocupação turca. Em junho, um projeto de Constituição foi aprovado pela comunidade turco-cipriota. Outrossim, durante o ano, prosseguiram as negociações intercomunais com vistas a alcançar solução institucional para a crise.

O Brasil, por intermédio de seu Representante Permanente nas Nações Unidas, tem reiterado sua posição de apoio à Resolução 3212 (XXIX), da Assembléia Geral, no sentido de se respeitar a soberania, independência e a integridade territorial de Chipre, assim como de deixar a solução dos problemas constitucionais entregue às duas comunidades cipriotas.

DINAMARCA

O fato de maior significação para o desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países foi a realização, a partir de 27 de novembro, do Seminário sobre Investimentos no Brasil. Participaram da reunião representantes de cerca de noventa das mais importantes empresas dinamarquesas. Durante os trabalhos foram trocadas informações sobre o mercado brasileiro, especialmente a respeito de oportunidades para investimentos estrangeiros.

Realizou-se, de 13 a 17 de julho, a visita de Missão oficial espanhola, chefiada pelo Senhor Agustin Hidalgo de Quintana Tarroba, Diretor Geral de Política Comercial do Ministério do Comércio.

Os integrantes da referida Missão avistaram-se, dentre outras autoridades brasileiras, com os Ministros da Fazenda, das Relações Exteriores, Planejamento e da Indústria e do Comércio, com o Secretário-Geral do Ministério dos Transportes e com os Chefes dos Departamentos da Europa e Econômico do Ministério das Relações Exteriores.

Durante as conversações, foi ressaltada a considerável expansão ocorrida nos últimos anos no intercâmbio comercial entre os dois países. Os visitantes opinaram que são magníficas as possibilidades de ainda maior incremento das exportações brasileiras. Expressaram que a existência de **deficit** contra a Espanha não constitui obstáculo ao crescimento das vendas brasileiras, mas manifestaram a esperança de que as mesmas sejam acompanhadas de maiores compras de produtos espanhóis pelo Brasil.

Durante sua estada, a missão ibérica realizou sondagens no sentido de identificar possibilidades de colocação, no mercado brasileiro, de bens e equipamentos de fabricação espanhola.

Por outro lado, manifestou o desejo de seu país de comprar eventualmente maiores quantidades de soja brasileira, bem como programar novas aquisições de café e continuar a absorver outros produtos, a exemplo do milho.

Ficou combinado que em 1976, nova Missão oficial deverá vir ao Brasil, a fim de prosseguir a exploração de oportunidades comerciais entre os dois países. Igualmente está programada a visita de importante grupo empresarial espanhol.

Como resultado de entendimentos iniciados em 1975, ficou prevista a realização, no primeiro semestre de 1976, em Madrid, de nova reunião da Comissão Mista Brasil—Espanha.

FINLÂNDIA

Realizou-se, em Belém do Pará, de 18 a 25 de maio, o Simpósio Brasil—Finlândia sobre o Desenvolvimento Florestal e a Indústria Madeireira, sob o patrocínio da Embaixada da Finlândia e do Banco da Amazônia S.A. Ao Simpósio, que teve por tema principal o aproveitamento da Amazônia e técnicas de reflorestamento, compareceram cinqüenta empresários finlandeses interessados em investir em projetos naquela região.

Na segunda quinzena de janeiro, visitou a Finlândia o novo Governador do Pará, Professor Aloysio Chaves, acompanhado de empresários paraenses.

Em outubro, esteve em Helsinki grupo de brasileiros ligados ao setor habitacional. A visita foi programada pelo Ministério das Relações Exteriores da Finlândia e teve por fim a troca de informações sobre a construção civil nos dois países.

FRANÇA

Visitas de autoridades e personalidades brasileiras à França

No âmbito das relações franco-brasileiras, destacou-se a visita do Ministro Azeredo da Silveira à França nos dias 23 e 24 de outubro.

O Chanceler brasileiro foi recebido em audiência pelo Presidente Giscard d'Estaing. Dentre os assuntos tratados, figurou o convite ao Presidente Ernesto Geisel para visitar a França no curso de 1976.

Do programa constaram, igualmente, entrevistas com os Ministros Michel d'Ornano, da Indústria e da Pesquisa, e Norbert Ségard, do Comércio Exterior.

No encontro mantido com o Ministro Jean Sauvagnargues, dos Negócios Estrangeiros, ficou confirmada a vinda do titular do Quay D'Orsay ao Brasil, no início de 1976.

Os Ministros das Relações Exteriores dos dois países decidiram instituir, em Acordo, a "Grande Comissão de Competência Geral", que servirá de quadro para o exame das relações franco-brasileiras nas áreas política, econômica e da cooperação cultural, científica e tecnológica.

Ao fim da visita, foi assinado um Comunicado Conjunto, em que os Ministros Azeredo da Silveira e Sauvagnargues reafirmaram os laços tradicionais de amizade e da mútua confiança existentes entre o Brasil e a França, reiterando a necessidade de intensificar, em todos os campos, as relações franco-brasileiras.

Convidado pelo Secretário de Transportes da França, visitou o Salão da Aeronáutica e do Espaço, em maio, o Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro de Estado da Aeronáutica.

No mesmo mês, esteve igualmente na França o Ministro Euclides Quandt de Oliveira, das Comunicações, em uma das etapas da viagem que realizou a diversos países europeus.

Por último, cabe mencionar a visita de representantes do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (Consider), que estiveram na França para conhecer unidades do setor metalúrgico daquele país.

Visitas de autoridades e personalidades francesas ao Brasil

Coube ao Itamaraty organizar a programação de viagens de autoridades governamentais e empresariais francesas que estiveram no Brasil no ano de 1975.

Em abril, esteve em visita ao Brasil o empresário francês, Senhor Jean Bertin, que realizou contatos na área dos Ministérios da Aeronáutica e dos Transportes.

Visitou o Brasil, em julho, o Ministro da Agricultura francês, Senhor Christian Bonnet que, em companhia do Ministro Alysson Paulinelli percorreu a zona cacaueira de Itabuna, na Bahia.

A visita, no período de 30 de outubro a 6 de novembro, do Senhor Norbert Ségard, Ministro do Comércio Exterior da França, revestiu-se da maior importância para o relacionamento bilateral com a França. Acompanhado de comitiva empresarial de cerca de 30 integrantes, o Ministro Ségard foi recebido por diversos Ministros de Estado, inclusive o das Relações Exteriores. Avistou-se também com os Governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro e com os presidentes da Petrobrás e Eletrobrás.

Por ocasião destes encontros, foram analisados numerosos projetos de cooperação econômica franco-brasileira, e ficou decidida a criação, dentro do quadro da "Grande Comissão", instituída em outubro de 1975, quando da visita do Chanceler brasileiro à França, de Comissão Econômica para a Indústria e o Comércio.

GRÉCIA

A 9 de junho, em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Embaixador da Grécia assinaram o Acordo de Comércio Brasil—Grécia, em substituição ao Acordo Provisório de Comércio e Pagamentos, de 1960, assim como textos correspondentes. O novo Acordo substitui o regime de pagamentos de "clearing", então vigente, pelo de moedas de livre conversibilidade. Estabelece, igualmente, incentivo à cooperação econômica, industrial e técnica, nos setores de interesse comum a ambas as economias, prevendo-se, para tanto, a criação de Comissão Mista.

REPÚBLICA DA IRLANDA

Em 1.º de setembro, os governos do Brasil e da República da Irlanda anunciaram sua decisão de estabelecerem relações diplomáticas ao nível de Embaixadores não-residentes.

Por Decreto publicado em Diário Oficial de 6 de outubro, foi criada a Embaixada do Brasil em Dublin, cumulativa com a Missão junto à CEE.

Segundo os entendimentos, ficará a cargo do Embaixador da Irlanda em Ottawa exercer, em caráter cumulativo, a chefia de representação diplomática irlandesa no Brasil.

ITÁLIA

Desenvolveram-se entre janeiro e setembro de 1975 as comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. O Itamaraty prestou às autoridades estaduais toda a colaboração com vistas à vinda ao Brasil, no quadro dos festejos, de autoridades, missões industriais e agrícolas, expositores e artistas italianos.

Nos dias 27 e 28 de outubro, o Ministro Azeredo da Silveira esteve em visita oficial à Itália. Foi recebido pelo Presidente da República, Giovanni Leone, e manteve encontros com os deputados Aldo Moro, Presidente do Conselho de Ministros, Mário Pedini, Ministro para a Pesquisa Científica e Tecnológica, e Luigi Ciriaco de Mita, Ministro do Comércio Exterior.

Nas conversações com o Senhor Mariano Rumor, Ministro dos Negócios Estrangeiros, houve consenso no interesse e utilidade de consultas periódicas para exame da situação internacional e do conjunto das relações entre os dois países nos campos político, econômico, social e da cooperação industrial, cultural, científica e técnica. Para esse fim, os dois Ministros trocaram notas, para a instituição da Comissão de Consulta Política, de alto nível, e criação de Comissão Empresarial Ítalo-brasileira.

No correr de 1975, as seguintes personalidades italianas visitaram o Brasil: Deputado Luigi Ciriaco de Mita, Ministro do Comércio Exterior; Deputado Francesco Cattanei, Subsecretário das Relações Exteriores, e Deputado Mário Martinelli, Ministro dos Transportes.

Promovido pelo Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA), realizou-se de 6 a 10 de outubro, em Porto Alegre, simpósio sobre o intercâmbio bilateral no campo da ciência e da tecnologia.

NORUEGA

Em maio, os principais estaleiros brasileiros estiveram representados na Feira da Indústria Naval Norshipping 75, em Oslo. Por ocasião do evento, em solenidade presidida pelo Ministro dos Transportes, General Dyrceu de Araújo Nogueira, os estaleiros EBIN S.A. contrataram a venda à Noruega de seis navios de carga geral, no valor de US$ 30 milhões.

Em 1975, foi concluída com êxito a transferência para o Montepio da Família Militar do Rio Grande do Sul controle acionário de Indústria de Celulose Borregaard, de Guaíba, que constituía o mais importante investimento norueguês no Brasil.

A entrada em vigor, em julho último, da Resolução 331 do Banco Central que instituiu a obrigatoriedade do depósito prévio de 180 dias, depois ampliado para 360 dias, entre outras, sobre as importações de bacalhau, foi objeto de diversas gestões da Embaixada da Noruega, uma vez que aquele produto é o principal da pauta de exportações da Noruega para o Brasil. O Governo brasileiro fez ver que se trata de medida temporária, de caráter geral, não discriminatória, que não deve servir de entrave maior à expansão do intercâmbio comercial entre os dois países.

PAÍSES-BAIXOS

No mês de maio, esteve nos Países-Baixos o Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira que,

entre outras atividades, manteve contatos com autoridades holandesas da área das comunicações e visitou as instalações da Philips em Amsterdam.

Em outubro, esteve no Brasil o Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros dos Países-Baixos, o Embaixador Emile Schife, para presidir à inauguração do novo prédio da Embaixada desse país em Brasília.

PORTUGAL

O Brasil, em virtude dos laços que nos unem a Portugal, tem acompanhado de perto a evolução dos acontecimentos naquele país, em especial a partir da nova fase política iniciada a 25 de abril de 1974.

Assim, em 1975, o Governo brasileiro prosseguiu na sua linha de ação pragmática, baseada nos princípios da autodeterminação e da não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outro. Graças a essa atitude, firme na defesa do interesse brasileiro, mas consciente do momento particular vivido pela Nação portuguesa, o Brasil pôde resguardar em todos os seus aspectos os interesses nacionais, sem prejuízo dos vínculos existentes entre os dois países.

O intercâmbio comercial não alcançou no ano passado os níveis de 1974, o que pode ser parcialmente imputado à flexão das exportações portuguesas no período.

As perspectivas da situação portuguesa apontam para a normalização da vida política. É de prever-se, portanto, a reativação de nossas relações bilaterais, o que recolocará Portugal no lugar que tem tradicionalmente ocupado no conjunto do relacionamento externo brasileiro.

REINO UNIDO

As tradicionais relações de amizade existentes entre o Brasil e o Reino Unido se desenvolveram de modo particular em 1975.

Sinal evidente desse fato foi o sensível aumento do número de visitas de alto nível a um e outro país.

Assinale-se, a esse propósito, a visita do Chanceler brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira a Londres, realizada em 21 e 22 de outubro.

Nessa oportunidade, o Ministro Azeredo da Silveira entrevistou-se com o Primeiro-Ministro britânico, Harold Wilson, com o Ministro de Estado das Relações Exteriores e Comunidade, James Callaghan, o Ministro de Estado da Defesa, Roy Mason, o Ministro de Estado da Energia, Anthony Wedgewood Benn, o Ministro de Estado do Comércio, Peter Shore, o Ministro da Agricultura, Frederick Peart, e com o Ministro do Desenvolvimento Ultramarino, Reginald Prentice.

Merece particular destaque a assinatura pelo Chanceler brasileiro e os Ministros James Callaghan e Peter Shore de um "Memorando de Entendimento". Esse documento prevê a realização regular de consultas em alto nível entre os Governos do Brasil e do Reino Unido, abarcando questões de mútuo interesse, assuntos políticos, econômicos e comerciais, cobrindo vasto espectro de temas referentes às relações internacionais.

As conversações mantidas com os Ministros britânicos integraram-se no espírito do Memorando. Foram então passados em revista os últimos acontecimentos do cenário internacional e examinadas as possibilidades de participação britânica no II Plano Nacional de Desenvolvimento e cooperação em diversos setores da economia brasileira, tais como o ferroviário, siderúrgico e de mineração.

De especial relevo para as relações bilaterais foram as visitas de David Ennals, Ministro das Relações Exteriores do **Foreign Office,** e de David Owen, Ministro da Saúde e Previdência Social do Reino Unido. O Senhor David Ennals, nos dias 22 e 23

de maio, avistou-se com o Ministro das Relações Exteriores e outras altas autoridades brasileiras. Nessa oportunidade, foram discutidos temas políticos de interesse mútuo, bem como assuntos referentes à viagem do Chanceler brasileiro a Londres. O Doutor David Owen visitou o Brasil em setembro, quando entrevistou-se com os Ministros da Saúde e da Previdência Social e com o Secretário-Geral das Relações Exteriores. Manteve igualmente contatos com autoridades dos Governos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Dentre os diversos parlamentares britânicos que vieram ao Brasil, mencione-se a visita de grupo de deputados do Reino Unido, liderados por Tam Dalyell, no período compreendido entre 23 de abril e 5 de maio. Roderick MacFarquhar, deputado pelo Partido Trabalhista, "Parliamentary Private Secretary" do Ministro David Ennals, visitou o Brasil entre 30 de agosto e 23 de setembro. Durante sua estada, deteve-se no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, onde realizou uma série de palestras e conferências. Finalmente, cumpre mencionar a viagem do deputado conservador Patrick Jenkin, porta-voz da Oposição em assuntos de energia, no final de setembro.

Nessa ocasião, avistou-se com o Ministro das Minas e Energia e demais autoridades brasileiras ligadas ao setor energético, bem como conheceu diversos projetos brasileiros nesse campo, dentre eles Itaipu.

Ainda no quadro das visitas realizadas por personalidades britânicas, o Senhor Richard Marsh, Presidente da British Railways, esteve no Brasil de 30 de junho a 5 de julho. Entrevistou-se com os Ministros de Relações Exteriores, Transportes, Indústria e Comércio e Planejamento, bem como altos funcionários relacionados com o setor de transportes. Nesses contatos, foram examinadas as possibilidades de participação britânica no programa brasileiro de expansão ferroviária, a concorrência para fornecimento de equipamento para a "Fer-

rovia do Aço" (Belo Horizonte—São Paulo) e a promoção de estágios de engenheiros ferroviários brasileiros em estabelecimentos britânicos, no âmbito do Acordo de Assistência Técnica em vigor.

SANTA-SÉ

Em outubro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores foi recebido em audiência pelo Santo Padre. Na ocasião foram focalizados assuntos gerais relacionados com as realizações e programas do Governo Federal em matéria de desenvolvimento econômico e social e com a atuação da Igreja no Brasil.

Na condição de Legado Pontifício ao IX Congresso Eucarístico Nacional, celebrado em agosto, em Manaus, esteve no Brasil o Cardeal Sebastião Baggio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos. Sua Eminência, que exerceu as funções de Núncio Apostólico no Brasil de 1964 a 1969, foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e homenageado pelo Ministro de Estado com um almoço no Itamaraty.

SUÉCIA

Em junho, realizou visita oficial à Suécia o Comandante Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações.

Foi inaugurado, em 14 de outubro, o escritório de representação do Banco do Brasil em Estocolmo, em cerimônia que contou com a presença do Presidente do Banco do Brasil, representantes do Banco Central do Brasil e do Riksbank da Suécia e de diretores de todos os bancos particulares suecos.

Em dezembro, delegação do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (Consider) visitou usinas de cobre e zinco na Suécia.

No mesmo mês, esteve naquele país missão do Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais (INDI), para tratar, com a Federação das Indústrias suecas, a Svenska Enskilda Banken e a Gataverken, da implantação de fábrica de papel em Minas Gerais.

SUIÇA

Realizou-se em Zurique, em fins de setembro, seminário sobre investimentos no Brasil, sob o patrocínio de grupo financeiro nacional (Unibanco). O Seminário contou com a participação de mais de cem empresários suíços, que receberam dados sobre a conjuntura econômica brasileira e sobre as possibilidades de investimentos no Pais.

Comércio de Carnes

Em maio, esteve no Brasil, como em anos anteriores, missão de técnicos ingleses chefiada pelo veterinário Grahan Wight, a fim de realizar visita de inspeção a frigoríficos brasileiros. O Doutor Wight mostrou-se bastante satisfeito com a qualidade do controle higiênico-sanitário e tecnológico exercido pelas autoridades brasileiras.

O Itamaraty participou dos entendimentos que precederam a vinda da missão, bem como das reuniões sobre o comércio de carnes, entre os técnicos ingleses e autoridades da Agricultura. Designou, outrossim, funcionário diplomático para acompanhar e assistir os visitantes durante sua permanência no Brasil.

Tendo o Ministério da Saúde da Itália estabelecido prazo excessivamente curto para a chegada de carnes eqüinas congeladas àquele país, com prejuízo para os interesses dos exportadores brasileiros, o Itamaraty, em coordenação com o Ministério da Agricultura, iniciou gestões junto à Embaixada italiana, a fim de que seja reconsiderada a medida em apreço.

EUROPA ORIENTAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a República Democrática Alemã foram institucionalizadas pela assinatura, em novembro, de Acordo de Comércio e Pagamentos. Este instrumento, que vem atender às necessidades de comércio em contínua expansão, mantém a moeda-convênio como meio de pagamento e dispõe a criação de Comissão Mista.

No âmbito da promoção comercial, a Coleste organizou e supervisionou a participação do Brasil na Feira da Primavera de Leipzig, realizada em março.

BULGÁRIA

No período de 28 a 30 de janeiro, realizou-se, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a segunda reunião da Comissão Mista Brasil—Bulgária, cujo principal objetivo se constituiu em encontrar alternativas viáveis para dinamizar as correntes de trocas entre os dois países.

HUNGRIA

Em julho, visitou o Brasil o Senhor Nandor Gyongyossy, Diretor do Banco de Importação e Exportação da Hungria, que entrevistou-se com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, altos funcionários do Banco Central, Ministério da Fazenda e Braspetro, com vistas a estimular maiores compras brasileiras em seu país, a fim de diminuir o **deficit** húngaro na balança comercial com o Brasil. Os contatos estabelecidos durante sua visita, que foi coordenada pela Coleste, revelaram promissoras possibilidades de êxito, com a contrapartida correspondente de vendas e manufaturados brasileiros à Hungria.

No campo da promoção comercial, a Coleste organizou e supervisionou o pavilhão brasileiro na Feira de Bens de Consumo de Budapeste, em outubro de 1975.

IUGOSLÁVIA

O Itamaraty acompanhou os contatos comerciais realizados entre empresas brasileiras e iugoslavas, dentre os quais cabe mencionar o que resultou na criação de uma **joint-venture,** reunindo as empresas Brasitália e Iugoauto, e que operará no setor de tratores. Além disso, procurou-se atenuar os constantes desequilíbrios na balança comercial entre os dois países, através do estímulo de compras brasileiras na Iugoslávia.

POLÔNIA

Entre os dias 13 e 15 de janeiro, realizou-se a Comissão Mista Brasil—Polônia, que deu lugar a aprofundado exame das características do intercâmbio comercial bilateral. Dentre a matéria tratada, destaca-se a assinatura de Protocolo de Intenções, firmado pelo Ministro Shigeaki Ueki e pelo Senhor Ryzard Strezelecki, Vice-Ministro do Comércio Exterior e da Navegação Marítima da Polônia. Previa-se neste Protocolo uma operação a longo prazo de venda de minério de ferro brasileiro e de compra de carvão siderúrgico polonês.

A fim de dar implementação definitiva ao Protocolo, no dia 21 de outubro, foram trocadas notas com a Embaixada da Polônia, às quais se acham anexados contratos de suprimento, no decênio 1975-1985, entre: a) a Companhia Vale do Rio Doce e a Weglokoks polonesa para o fornecimento de 14 800 mil toneladas de carvão siderúrgico ao Brasil; b) a mesma CVRD e a Stahlexport polonesa para o fornecimento de 11 900 mil toneladas de minério de ferro à Polônia.

Cabe ainda ressaltar que a execução do Protocolo Ueki-Strezelecki tenderá, a prazo imediato, a equilibrar nosso intercâmbio

com a Polônia, que, tradicionalmente, nos vinha sendo favorável por ampla margem. Se, contudo, forem apenas mantidos os níveis atuais das exportações brasileiras, a situação se modificará sensivelmente, no qüinqüênio 1980-1985, face ao desnível entre o valor do minério de ferro exportado e o carvão fornecido pela Polônia.

Antevendo essa situação, a Coleste vem cuidando de selecionar itens da pauta de exportações brasileiras — sobretudo manufaturados — suscetíveis de interessar o mercado polonês.

Entre os dias 14 e 19 de novembro foram conduzidas negociações, entre a empresa polonesa MINEX e a Magnesita S.A., de Belo Horizonte, para o fornecimento de magnesita, no prazo de dez anos, mineral que já vinha ocupando lugar de relativa monta na pauta de nossas exportações para a Polônia. Tais negociações, que merecem especial referência, pois, de um lado, representam iniciativa de cooperação pioneira entre empresas polonesas e brasileiras e, de outro, garantem importante reserva de mercado para o referido minério, concluíram-se em um contrato minutado pela MINEX e a Magnesita, que acertam: a) a venda de 250 mil toneladas, em lotes de 25 mil toneladas, no decorrer de dez anos; b) o pré-pagamento de 15 milhões de dólares pela MINEX, como garantia; e c) vendas imediatas no valor de 4 milhões de dólares.

No campo da promoção comercial, pode-se relacionar a participação brasileira na Feira Internacional de Bens de Consumo de Poznan, realizada entre os dias 7 e 14 de setembro de 1975, organizada e supervisionada, como nos anos anteriores, pela Coleste. Procurou-se, em 1975, não só aumentar o número de participantes brasileiros, mas também diversificar os setores da indústria brasileira ali representada.

ROMÊNIA

Com o objetivo de preparar a visita oficial do Presidente Nicolae Ceausescu ao Brasil, reuniu-se de 21 a 23 de maio, a III Co-

missão Mista Brasil—Romênia. Acordou-se então a troca de listas de produtos suscetíveis de somar-se aos já tradicionais nas pautas do comércio bilateral e de contribuir para a diversificação e expansão das trocas. A Delegação brasileira manifestou particular interesse na colocação de manufaturados e na conclusão de contratos, a médio e longo prazos, para fornecimento de produtos agropecuários. Na mesma oportunidade, foram negociados os acordos que vieram a ser assinados durante a estada do Presidente Ceausescu em Brasília.

A visita presidencial realizou-se de 4 a 7 de junho. Os Presidentes Geisel e Ceausescu assinaram então a Solene Declaração Conjunta, que enuncia os princípios sobre os quais se assentam as relações bilaterais, fixa as metas para o desenvolvimento dessas relações e registra posições comuns sobre a temática internacional e multilateral.

Em nível ministerial, concluíram-se os seguintes acordos entre os dois países:

a) Acordo de Comércio e Pagamentos — substitui o anterior, de 1961, e visa a disciplinar o intercâmbio comercial, mantendo a moeda-convênio como forma de pagamento;

b) Acordo relativo à Transferência de Tecnologia no Setor Farmacêutico — tem por objetivo facilitar a transferência de tecnologia de produção de matérias-primas farmacêuticas prioritárias da Romênia para o Brasil, segundo lista anexa ao Acordo, com vistas a possibilitar à iniciativa privada brasileira acelerar a implantação de unidades produtivas de tais matérias-primas, particularmente de vitaminas que não se produzem no Brasil;

c) Acordo relativo à Abertura de Linha de Crédito para Cooperação no Campo Siderúrgico — estabelece as condições gerais para a utilização de linha de crédito no valor de 150 milhões de dólares aberta pelo Governo romeno para financiar a aquisição de tecnologia, projetos e equipamentos romenos desti-

nados à execução dos programas de expansão da siderurgia nacional;

d) Convênio sobre Transporte Marítimo — cria condições para que o intercâmbio bilateral disponha de sistema de transporte marítimo, dotado de estrutura de fretes adequados e estáveis;

e) Protocolo de Entendimento no Campo da Mineração — promove o envio, pelas empresas brasileiras de mineração, de missões técnicas à Romênia, para identificar, analisar e avaliar possíveis formas de cooperação.

Ainda por ocasião da visita presidencial foram assinados dois contratos entre empresas brasileiras e romenas: a) entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Mineralimportexport, para a venda de 25 milhões de toneladas de minério de ferro à Romênia, no período 1976-1985; b) entre a Petrobrás e a Industrialexport, pelo qual a última abriu linha de crédito à primeira, no valor de 30 milhões de dólares, para a compra de equipamento destinado à prospecção e à extração de petróleo. Parcela substancial dessa linha de crédito já foi utilizada pela Petrobrás em operações que impulsionaram também a ação de vendas da Braspetro no mercado romeno, apontada como bastante promissora.

O Presidente Ceausescu estendeu a sua visita ao Estado de São Paulo, onde foi hóspede do Governo estadual.

TCHECOSLOVÁQUIA

Realizou-se, de 3 a 5 de março, a VI Reunião da Comissão Mista Brasil—Tchecoslováquia, quando se examinaram as possibilidades de intensificação do intercâmbio comercial entre os dois países, bem como sua diversificação, através da inclusão gradativa de manufaturados e semimanufaturados brasileiros.

No âmbito da promoção comercial, a Coleste organizou e supervisionou a participação do Brasil na Feira de Bens de Consumo de Brno, realizada no mês de abril.

UNIÃO SOVIÉTICA

Entre 19 e 24 de março, realizou-se a IV Reunião da Comissão Mista, quando foram debatidas e examinadas as características do comportamento do intercâmbio comercial bilateral, com vistas à sua dinamização. Das discussões mantidas resultaram importantes medidas, dentre as quais cumpre ressaltar o "Acordo sobre Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS", assinado em Brasília, em 24 de março, pelo Ministro Azeredo da Silveira e pelo Senhor Alexei Manjulo, Vice-Ministro do Comércio Exterior da URSS. Pelo Acordo, o Brasil poderá comprar, com financiamento de até 10 anos e a juros que oscilarão entre 4,5% e 5%, maquinaria e equipamentos à União Soviética, que em contrapartida, compromete-se a utilizar os recursos daí decorrentes na aquisição de mercadorias brasileiras, das quais 30% corresponderão a manufaturados e semimanufaturados.

Como decorrência imediata do Acordo, assinava-se, no mesmo dia de sua conclusão, um **contract outline** entre a Energo-Machexport e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) para o fornecimento de cinco turbinas e geradores, respectivamente de 178 mil KW e 195 mil KW, que equiparão a usina hidrelétrica de Sobradinho, em construção às margens do Rio São Francisco. O contrato definitivo foi assinado em junho e encontra-se já em etapa de execução.

Com o estímulo dos dispositivos do Acordo de 24 de março, uma orientação eminentemente pragmática passou a ser dada às iniciativas brasileiras nas suas relações comerciais com a URSS, procedimento que se estendeu, também, aos demais países socialistas. Procurando evitar uma corrente exportadora

fragmentada em diferentes empresas, optou a Coleste por emprestar seu apoio a **tradings** que se dispusessem a operar na área, já que, por sua própria estrutura, estariam em condições de atuar como agentes de compra e venda. Assim, a Braspetro, uma das mais importantes **tradings** brasileiras, opera atualmente na URSS, obtendo, mercê da posição da Petrobrás como compradora do petróleo soviético (US$ 80 milhões em 1975), resultados altamente promissores, com a introdução de produtos manufaturados e semimanufaturados (calçados, confecções, fios sintéticos, farelo de soja e **unsweeted chocolate**), sem detrimento da exportação de produtos primários.

Em dezembro, visitou a União Soviética missão da Companhia Vale do Rio Doce, com vistas à colocação de minério de ferro granulado, de alto teor, especialmente adaptável a fornos de carga direta utilizados pela siderúrgica soviética. Em contrapartida, foram examinadas possibilidades favoráveis para a aquisição pelo Brasil de maquinaria para a concentração e beneficiamento de minério, bem como de tecnologia para altos-fornos.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

XXX Assembléia-Geral

As principais questões examinadas durante a XXX Assembléia-Geral se relacionam com as áreas de maior tensão internacional. Com efeito, o ponto central dos debates foi o desdobramento da Questão da Palestina em novas condenações a Israel, e a resolução que declara o sionismo como uma forma de discriminação racial. O problema colonial, por outro lado, girou em torno da independência de Belize, do Saara Ocidental e de Timor. A projetada reunificação das duas Coréias constituiu, também, um tema que chegou a cindir a Assembléia.

Reafirmamos nosso apoio ao direito dos palestinos à autodeterminação e à soberania, por entender que a implementação desses direitos constitui pré-requisito à solução do conflito do Oriente Médio. Dando seqüência a posições definidas já em 1974, apoiamos resoluções que exprimiam aspirações legítimas de africanos com relação ao **apartheid,** à Namíbia, à Rodésia do Sul, e a territórios ainda sob dominação colonial.

No plano econômico, o Brasil também marcou sua presença com propostas construtivas, entre as quais se destaca, pela sua importância a longo prazo, o início do exame referente ao Acordo de Comércio Norte-Sul. A reafirmação da soberania permanente sobre recursos naturais e a defesa dos direitos da mulher constituíram, igualmente, tópicos aos quais demos contribuição positiva. No plano político, sustentamos firmemente o princípio da não-proliferação das armas nucleares, defendendo, simultaneamente, o direito dos países em desenvolvimento de terem acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos. Apoiamos decisões referentes ao prosseguimento das conversações multilaterais em torno do Direito do Mar e dos usos pacíficos do Espaço Exterior. Recomendamos medidas objetivas com relação à revisão da Carta, que permitissem, numa primeira etapa, a identificação dos artigos que efetivamente merecem ser objeto de modificação. Evitamos, nesse sentido, as sugestões demasiadamente ambiciosas que levariam a uma revisão ideal, preferindo uma reforma realista, que levasse em conta a experiência acumulada ao longo dos anos de existência da Organização.

Cabe, finalmente, assinalar que o Brasil ampliou consideravelmente sua ação e influência diplomático-parlamentar, principalmente junto ao grupo africano, graças a nova orientação de sua política externa, definida a partir de 1974. Agindo em consonância com os interesses nacionais, mantivemo-nos à margem de comprometimentos automáticos com blocos parlamentares das Nações Unidas, examinando cada questão exclusivamente sob a ótica brasileira. Reduzimos, ao mesmo tempo, as áreas de divergência, potenciais ou atuais, com afro-asiáticos e latino-americanos, sem nos engajarmos numa solidariedade integral que a posição emergente do Brasil na comunidade das nações não recomendaria.

ECOSOC

Em sua qualidade de corpo executivo dos programas das Nações Unidas nos campos econômico, social, dos direitos hu-

manos e assuntos conexos, coube ao ECOSOC, em duas sessões principais, deliberar sobre agenda excepcional tanto em termos de volume de trabalho quanto pela importância dos tópicos. Por outro lado, a conjuntura internacional, marcada pelo agravamento da crise financeira, parecia destinada a acentuar as divergências Norte-Sul e refletir-se no Conselho, ampliando a latitude de confrontação entre países industrializados e países em desenvolvimento.

No exame dos tópicos de caráter social e humanitário abordados pela sessão de primavera (58.º período), tais como População, Desarmamento, Entorpecentes, Condição da Mulher, Direitos Humanos, Década de Ação para o Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, Regiões Africanas Afetadas pela Seca, manteve o Brasil uma posição moderadora, procurando smpre imprimir sentido objetivo e realista aos trabalhos do ECOSOC. Nossa participação e intensa atividade em várias Comissões do Conselho, como a de População, Estatística e Entorpecentes, e nos diversos Comitês, tais como o Consultivo sobre a Aplicação de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, o de Revisão e Avaliação, e o de Habitação, Construção e Planejamento, deram à atuação brasileira um crédito natural, reforçado pela política de aproximação com os grupos árabe, africano e asiático já delineada na XXIX Assembléia Geral.

No debate sobre a discriminação racial, reafirmamos nossas posições contra o racismo e, especialmente, contra o **apartheid**, assinalando o extraordinário relevo com que foi comemorado no Brasil o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Reiteramos, por outro lado, nossa solidariedade com os países africanos afetados pela seca, endossando medidas tendentes a canalizar a ajuda internacional àquelas nações. Sobre a condição da mulher, o Brasil reafirmou seu apoio à convocação da Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México e anunciou o desejo de contribuir para o

seu pleno êxito. No que se refere à população, o 58.º ECOSOC prestou-se à defesa de conceitos e princípios pelos quais propugnamos na Conferência de Bucareste.

Os trabalhos do 59.º período de sessões tiveram como ponto de convergência a preparação da VII Assembléia Especial e o diálogo sobre os principais tópicos ligados ao estabelecimento da nova ordem econômica internacional. O objetivo de nossa atuação consistiu em propiciar a criação de mecanismos institucionais suscetíveis de permitir mais equânime ordem econômica internacional, em perfeita sintonia com os países em desenvolvimento. A contribuição brasileira fez-se sentir em todas as instâncias de negociação no seio do grupo dos 77 e no diálogo deste com os países desenvolvidos. Embora realizada às vésperas da reunião ministerial dos Não-Alinhados e da VII Sessão Especial da Assembléia Geral, o 59.º ECOSOC permitiu uma ampla avaliação da situação econômica internacional e a manutenção de um diálogo que haveria de aprofundar-se mais tarde em outros foros.

Meio Ambiente

O Brasil participou da III Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), que se realizou em Nairóbi, de 17 de abril a 2 de maio de 1975.

No curso dos debates, a Delegação brasileira advogou a atribuição de maior ênfase para os programas de desenvolvimento, treinamento e transferência de tecnologia.

No contexto dos princípios essenciais da nossa política ambiental, o Brasil ressaltou, sempre que oportuno, o conceito da proteção ao meio ambiente sem prejuízo do desenvolvimento.

Um dos pontos mais importantes da III Sessão do UNEP foi o exame do item dos recursos naturais compartilhados.

No âmbito desse item da agenda da III Sessão do UNEP, aprovou-se decisão que autorizou o Diretor Executivo do Programa a constituir um grupo intergovernamental de peritos, para redigir princípios básicos que possam orientar a conduta dos Estados, na utilização dos recursos naturais compartilhados.

O Brasil considera que o UNEP, como foro eminentemente ecológico, não constitui o órgão adequado para a elaboração de regras jurídicas, tarefa que deveria ser realizada pela Comissão de Direito Internacional, à luz dos subsídios técnicos fornecidos pelos organismos especializados.

Em razão da relevância do tema, essencial ao progresso econômico de um país em desenvolvimento como o nosso, o Brasil decidiu integrar o referido Grupo Intergovernamental de Peritos, ao lado de dezesseis outros países, reunidos pela primeira vez, em Nairóbi, de 12 a 23 de janeiro de 1976.

O Ministério das Relações Exteriores coordenou a visita ao Brasil do Senhor Vicente Sánchez, Representante Regional do UNEP para a América Latina, ocorrida nos dias 7 e 8 de outubro de 1975.

No Itamaraty, o Senhor Sánchez participou da reunião de trabalho, que contou com a presença de representantes da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Conselho de Política Urbana do Ministério do Interior (CNPU), do PNUD em Brasília e dos Chefes de áreas interessadas do Ministério das Relações Exteriores.

No decorrer da visita, o Senhor Sánchez caracterizou a sua viagem como uma missão exploratória, destinada a estudar a melhor forma de aproximação do UNEP com os países da área. Comunicou a criação recente, na Cidade do México, do Escritório Regional do UNEP, para a América Latina e ressaltou a importância do Brasil, no campo do meio ambiente, apresentando uma exposição detalhada sobre as atividades do UNEP, nas suas diversas áreas.

O Senhor Sánchez foi ainda recebido na Secretaria de Planejamento da Presidência da República e na Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), estabelecendo contatos com o Conselho de Desenvolvimento Social.

O Itamaraty coordenou a participação brasileira na Conferência Internacional sobre Esquistossomose, que se realizou no Cairo, de 17 a 25 de outubro de 1975, sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Registrou-se ainda a participação brasileira em numerosos encontros, reuniões e seminários, no campo do meio ambiente, tais como: Reunião de Peritos sobre o Sistema Internacional de Cadastramento (IRS), Nairóbi, de 20 a 24 de janeiro; Reunião de Peritos sobre o impacto da produção e utilização de energia no meio ambiente, Nova York, de 24 a 26 de fevereiro; Seminário Inter-regional sobre Desenvolvimento Integrado de Bacias Hidrográficas, Budapeste, de 16 a 26 de setembro; Reunião de Peritos em Monitoreamento de Poluição Oceânica, Nairóbi, de 8 a 18 de dezembro.

Sempre que se realizaram reuniões sobre meio ambiente, onde o comparecimento brasileiro não foi possível, o Itamaraty esteve atento ao desenrolar dos trabalhos e resultados alcançados. Assim, acompanhou de perto inúmeros encontros internacionais sobre o tema, tais como: Conferência Internacional sobre a Proteção do Meio Ambiente nos países socialistas (Budapeste — junho); Simpósio Internacional sobre Sistemas Globais de Direito de Águas (Valência — setembro); I Congresso Ibero-Americano de Meio Ambiente (Madrid — outubro).

População

O interesse das Nações Unidas por questões demográficas data praticamente de sua criação. Com efeito, em 1946, foi estabelecida pelo Conselho Econômico e Social a Comissão

de População, cuja XVIII Sessão realizou-se em Nova Iorque, de 10 de fevereiro a 7 de março de 1975.

Os debates giraram em torno, principalmente, das decisões aprovadas durante a Conferência Mundial sobre População, realizada em agosto de 1974, em Bucareste. Nesse particular, a atuação da delegação do Brasil pautou-se pela preocupação em não permitir que se alterassem os princípios e as disposições do Plano Mundial de Ação que reflete de forma considerável, em sua substância, a orientação da política demográfica brasileira.

De fato, o mencionado plano preserva o direito soberano dos Estados de formularem e implementarem suas políticas populacionais, de acordo com as condições específicas de cada país, e rejeita quaisquer tentativas de se aplicar uma solução única para problemas distintos.

Em consonância com esta orientação geral, a delegação brasileira se opôs à sugestão de que se estabelecessem metas e datas, de caráter universal, para programas demográficos. Da mesma forma, manifestou-se contrária à idéia de que os governos devessem obrigatoriamente prestar informações, em prazos predeterminados, ao Secretariado das Nações Unidas, sobre os assuntos que este julgar pertinentes.

Direito do Mar

Coube ao Itamaraty preparar a participação brasileira na III Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada de março a maio de 1975 em Genebra.

O objetivo da Conferência é o de concluir uma Convenção que defina o regime jurídico dos mares, do solo e do subsolo correspondentes, de vez que as Convenções de Genebra de 1958 não se mostraram capazes de atender às necessidades da comunidade internacional no tocante à utilização do meio marinho e dos seus recursos.

A atuação da Delegação do Brasil na III Sessão da Conferência sobre o Direito do Mar pautou-se pelo propósito de conseguir o maior endosso possível para os princípios que inspiraram o Decreto-lei n.º 1 098, de 1970, que amplia a extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas, bem como pela defesa dos interesses globais do Brasil, enquanto nação em desenvolvimento. Nessa linha, a posição brasileira foi a de procurar maximizar os direitos do Estado costeiro nas 200 milhas adjacentes às suas costas, e de favorecer fórmulas que assegurem o benefício da exploração dos recursos dos fundos marinhos aos países em desenvolvimento.

Os debates da sessão de Genebra contribuíram para tornar mais nítida a posição de certos países, de maneira a que se identificassem com mais precisão os pontos de convergência e de desacordo. Tem-se, hoje, uma idéia mais clara dos aspectos que terão necessariamente de ser versados na futura Convenção, para que esta venha a ser aceita por uma maioria substancial de países.

Foi procurando traduzir as tendências mais marcantes e majoritárias da Conferência, que os Presidentes das três Comissões (Fundos Marinhos, Águas sob Jurisdição Nacional e Poluição/ Pesquisa Científica) elaboraram textos únicos sobre os assuntos de suas respectivas comissões, a fim de que possam servir de base para negociação na próxima sessão da Conferência.

Espaço Exterior

No quadro das atividades desenvolvidas nos órgãos especializados das Nações Unidas encarregados de examinar assuntos relativos ao uso pacífico do Espaço Exterior, realizaram-se as reuniões dos Subcomitês Técnico-Científico e Jurídico e do Comitê do Espaço Exterior. Debateram-se itens relevantes tais como a elaboração de tratado sobre a lua, o sistema de transmissão direta por satélites e as implicações legais da teledetecção.

Sobre todos os assuntos especiais, o Itamaraty mantém permanente coordenação com a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), onde estão representados os setores da administração interessados na matéria.

Desarmamento

No âmbito dos assuntos de desarmamento, o ano de 1975 caracterizou-se pela continuação dos trabalhos da Conferência do Comitê de Desarmamento, por uma extensa agenda na XXX Assembléia-Geral e pela Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação.

A CCD, em suas duas sessões, pouco avançou novamente no sentido do desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional. Afastada, progressivamente, dos grandes temas do desarmamento, fruto dos entendimentos bilaterais entre as duas superpotências, a CCD dedicou as suas atenções a problemas que podem ser classificados como colaterais. Assim tratou, a CCD, dos seguintes temas: Zonas Desnuclearizadas, Explosões Nucleares Pacíficas, Guerra Ecológica, Armas Químicas e Acordo para a cessação de todos os testes nucleares (CTB).

O Brasil participou dos trabalhos da CCD, atribuindo prioridade ao problema das armas químicas e ao do Acordo-Geral para a cessação de todos os testes nucleares (CTB).

No que tange às armas químicas, apesar de inúmeros documentos de trabalho introduzidos, nenhuma ação negociadora eficaz foi empreendida. Os EUA e a URSS não pretendem desvincular o problema das armas químicas de seus interesses militares e estratégicos de caráter global. Deduz-se que qualquer entendimento sobre o assunto, no âmbito da CCD, fica subordinado a uma prévia negociação de caráter bilateral entre as duas superpotências.

A posição do Brasil acha-se consubstanciada em Memorandum do Grupo dos 12 (CCD/400), que estabelece que qualquer acordo visando à erradicação total das armas químicas não poderia prejudicar a aplicação pacífica de elementos químicos para o processo de desenvolvimento tecnológico.

Retomando, muitas vezes, estudos elaborados a seu pedido pela CCD, a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou várias resoluções, destacando-se as relativas às zonas desnuclearizadas, às explosões nucleares pacíficas e à questão das armas químicas.

Na qualidade de observador, o Brasil acompanhou a Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação. O desenrolar dos trabalhos demonstrou o fracasso das grandes potências em cumprir as suas obrigações no que tange a um efetivo processo de desarmamento, à ajuda tecnológica aos países em desenvolvimento na aplicação da energia nuclear para fins pacíficos e ao estabelecimento de um sistema de segurança coletivo.

Ano Internacional da Mulher

Em vista da proclamação, pela Resolução 3010 (XXVII), da Assembléia-Geral das Nações Unidas, do ano de 1975, como "Ano Internacional da Mulher", e da conseqüente criação do Comitê Consultivo para o Ano Internacional da Mulher, do qual o Brasil é membro, foi tomada uma série de providências com vistas à comemoração, no plano interno e internacional, do Ano Internacional da Mulher.

Em janeiro de 1975, o trabalho preparatório iniciou-se com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, convocado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado pelos representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dos Ministérios do Trabalho, Educação e Cultura, Justiça e Previdência Social, além dos chefes de áreas inte-

ressadas do Itamaraty, com vistas à coordenação e elaboração do Programa do Ano Internacional da Mulher no Brasil e à preparação de diretrizes gerais para a atuação da Delegação Brasileira na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher.

Assim, representante brasileiro participou da reunião do Comitê Consultivo para o Ano Internacional da Mulher, realizado em Nova Iorque, de 3 a 14 de março. Ainda no mês de março, celebrou-se o Dia Internacional da Mulher, que se comemora anualmente no dia oito. A passagem da data foi assinalada por envio de mensagem do Presidente da República ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

O ponto central do Ano Internacional da Mulher, no âmbito mundial, foi a realização da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, na Cidade do México, no período de 19 de junho a 2 de julho.

Em todas as atividades, nesse campo, o Governo brasileiro buscou expressar a sua efetiva solidariedade com o propósito central da Conferência do México de conferir à mulher a plena igualdade diante da lei, em todos os países e em todos os campos onde inexista, e a participação igualitária na promoção do desenvolvimento econômico e da paz, no contexto dos objetivos gerais traçados para o Ano Internacional da Mulher. A essa solidariedade veio somar-se a expressão da firme intenção do Governo brasileiro de ampliar, cada vez mais, participação da mulher nas tarefas de modernização da sociedade brasileira, adotando todas as medidas que se tornarem necessárias para assegurar mais dinamismo à sua presença, em todos os planos.

Pode-se concluir que as deliberações da Conferência do México levaram a resultados bastante satisfatórios para o Brasil. O Plano Mundial de Ação, que emergiu da Conferência, manteve posição de respeito fundamental às características de cada nação, apresentando equilíbrio e flexibilidade suficientes

para permitir a sua adaptação a cada país e seu processo específico de desenvolvimento. Refletiu, sobretudo, tal como o Brasil o defendeu, uma atitude de harmonia entre o homem e a mulher, empenhados ambos, na construção de um mundo de justiça e de paz.

O Itamaraty ocupa-se da implementação das decisões do Ano Internacional da Mulher, que terá o seu prosseguimento na "Década das Nações Unidas para a Mulher e o Desenvolvimento", que se prolongará até 1985.

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

Em março de 1975, foi comemorado no Brasil o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. A cerimônia principal realizou-se no Itamaraty sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na presença dos Chefes das Missões Diplomáticas, membros das Comissões de Diplomacia da Câmara e de Relações Exteriores do Senado, Ministros de Estado e chefes de escritórios das Nações Unidas no Brasil.

O principal orador foi o Deputado Célio Borja, Presidente da Câmara dos Deputados. Antes de pronunciar seu discurso foram lidas as mensagens do Senhor Presidente da República, do Secretário-Geral Kurt Waldheim e o texto de resposta do Governo brasileiro.

Em todas essas manifestações o Brasil reiterou seu repúdio às práticas do **apartheid.**

Visita ao Brasil de Missão das Nações Unidas do Comitê Especial contra o Apartheid

Em julho de 1975, realizou-se a visita ao Brasil da Missão do Comitê Especial contra o **Apartheid,** chefiada pelo Embaixador Eustace Seignoret.

Em Brasília, foi cumprido extenso programa com visitas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e ao Presidente da Câmara dos Deputados e duas reuniões de trabalho presididas pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Na oportunidade, o Brasil reafirmou sua posição de condenação ao **apartheid** e anunciou a contribuição de dez mil dólares para o Fundo Fiduciário destinado a expandir as atividades de informações das Nações Unidas sobre o **apartheid.**

Em seu relatório, o Embaixador Seignoret, ao agradecer a hospitalidade recebida, faz referências elogiosas ao Brasil pelas manifestações de apreço e consideração ao Comitê e pelas medidas específicas tomadas visando à intensificação de campanha contra o **apartheid.**

Prevenção do Crime e Tratamento de Delinqüentes

Participou o Brasil do V Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Tratamento de Delinqüentes, realizado em Genebra, de 1 a 12 de setembro de 1975, de cuja agenda mereceram especial atenção os seguintes itens:

a) Mudanças nas formas e dimensão da criminalidade transnacional e nacional;

b) Legislação criminal, procedimentos judiciários e outras formas de controle social na prevenção do crime;

c) Papel da polícia e de outros agentes da defesa da lei;

d) Tratamento de criminosos;

e) Conseqüências econômicas e sociais do crime.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Na qualidade de membro eleito pelo período novembro de 1974 — novembro 1977, o Brasil participou, em 1975, da LXV à LXVIII Sessões do Conselho. Nessa última sessão, realizada nos dias 27 e 28 de novembro, foi o Brasil eleito, em primeiro escrutínio, para uma das quatro vagas no Comitê Intergovernamental UN/FAO do Programa Mundial de Alimentos, com mandato até 31 de dezembro de 1978. Esse Comitê, por decisão aprovada posteriormente pela Resolução 3404 da XXX Assembléia-Geral das Nações Unidas, passou a denominar-se "Comitê de Políticas e Programas de Assistência Alimentar". O Representante brasileiro às reuniões do Conselho foi, como de praxe, o Representante Permanente junto à FAO.

Dentro do Programa Mundial de Alimentos, foram prorrogadas em dezembro de 1975, por mais um ano, as operações do projeto BRA-541 — Alimentação nas Escolas Secundárias da Bahia, a fim de completar a utilização dos recursos ainda disponíveis. O PMA assumiu o compromisso de um novo projeto para o Brasil, de proporções bem mais amplas. Esse projeto deverá ser elaborado pelo Ministério da Educação — Superintendência da Campanha Nacional de Alimentação Escolar — em colaboração com o PNUD e o PMA, e com a assistência do Ministério das Relações Exteriores.

A Delegação do Brasil à XVIII Sessão da Conferência realizada em Roma, de 8 a 27 de novembro, foi presidida pelo Ministro da Agricultura.

Elevou-se a 136 o número de membros da Organização, com a entrada de cinco novos Estados-membros: Cabo Verde, Papua, Nova Guiné, Baamas, Granada e Suriname.

Coube ao representante brasileiro saudar o novo Diretor-Geral, Dr. Edouard Saouma, cuja eleição, por aclamação, como candidato único, foi também proposta pelo Brasil.

Salientaram-se na XVIII Conferência duas tendências principais, a de descentralização e a revisão do programa da FAO. Uma sessão especial do Conselho ficou de ser convocada para o primeiro semestre de 1976, com vistas às alterações propostas. Entre os interesses defendidos pelo Brasil, ressalta a proposta de nossa iniciativa na VII Sessão Especial das Nações Unidas sobre um acordo geral de comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Acentuou também a delegação a importância das discussões do mercado mundial da carne bovina, questão que foi englobada em resolução geral sobre o mercado de produtos de base.

O Prêmio Doutor B. Sen foi atribuído na XVIII Conferência ao Doutor Joaquim Santiago, perito que desde 1971 presta valiosos serviços, como fitopatologista, a projeto de melhoramento da produção de trigo em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Prosseguiram os trabalhos do **Codex Alimentarius,** Comissão Mista da FAO/OMS, encarregada da preparação de projetos de normas, com a finalidade de proteger a saúde dos consumidores.

Destacam-se entre os órgãos governamentais que colaboram com o **Codex Alimentarius,** além do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional de Normas e Padrões de Alimentos (CNNPA), do Ministério da Saúde, e a Divisão de Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos Alimentares (DIPOA), do Ministério da Agricultura. O Brasil é o representante da América Latina no Comitê Executivo da Comissão do **Codex Alimentarius.**

Em 1975, o Brasil participou das seguintes reuniões do **Codex Alimentarius:**

— VIII Sessão do Comitê de Produtos de Carne Processados, no âmbito da FAO e da OMS, em Copenhague, Dinamarca, de 10 a 14 de março;

— VIII Sessão do Comitê de Resíduos de Pesticidas, no âmbito da FAO e da OMS, Haia, de 3 a 8 de março;

— XVII Sessão do Comitê Misto FAO/OMS de Peritos Governamentais sobre o Código de Princípios referentes a Leite e Produtos Lácteos, em Roma, de 14 a 19 de abril;

— X Sessão do Comitê de Aditivos Alimentares, Haia, de 2 a 17 de junho;

— XII Reunião do Comitê sobre Frutas e Vegetais Elaborados, Washington, de 19 a 23 de março;

— X Sessão do Comitê de Etiquetagem de Alimentos, em Ottawa, de 26 a 30 de março;

— XII Período de Sessões do Comitê de Higiene de Alimentos, em Washington, de 12 a 16 de maio;

— Seminário sobre Administração da Indústria de Leite, em Copenhague e Skaade, Dinamarca, de 16 de junho a 7 de julho;

— II Sessão do Comitê para Gelados Comestíveis, Estocolmo, de 23 a 27 de junho;

— X Sessão do Comitê sobre Pescado e Produtos Pesqueiros, Bergen, Noruega, de 29 de setembro a 4 de outubro;

— IX Sessão do Comitê sobre Alimentos para Usos Dietéticos Especiais, Bonn, Alemanha, de 22 a 26 de setembro;

— X Período de Sessões do Grupo Misto ECE/Codex Alimentarius de Peritos em Padronização de Alimentos Rapidamente Congelados, Genebra, de 6 a 10 de outubro;

— VIII Sessão do Comitê sobre Gorduras e Óleos, Londres, de 24 a 28 de novembro.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Realizou-se em Genebra, de 4 a 26 de junho a LX Reunião da Conferência Internacional do Trabalho. A delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro do Trabalho.

Assinalem-se, em particular, nessa Conferência, a eleição do Brasil, com expressiva votação, para Membro-Titular Governamental do Conselho de Administração, bem como a aprovação de projeto brasileiro de resolução sobre a reabilitação e reintegração profissional de pessoas incapacitadas.

O discurso do Chefe da Delegação brasileira no plenário ressaltou a valorização do homem pelo trabalho, a importância do II Plano Nacional de Desenvolvimento e a meta brasileira de melhoria de atendimento ao trabalhador, das condições e do meio ambiente do trabalho.

Na CXCVII Sessão do Conselho de Administração, realizada logo após a eleição dos novos membros (Genebra, junho de 1975), foi o Brasil designado:

a) Titular da Comissão de Programa, Orçamento e Administração do C.A.;

b) Titular da Comissão de Programas de Atividades Práticas do C.A.;

c) Titular do Conselho do Centro Internacional de Aperfeiçoamento Técnico e Profissional (Centro de Turim);

d) Suplente da Comissão de Atividades Industriais do C.A.

Na CXCVIII Sessão do Conselho de Administração (Genebra, 10 a 21 de novembro) o Professor Arnaldo Sussekind, como Representante do Brasil no Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico (Centro de Turim), foi eleito para o Comitê Consultivo de Programas do referido Conselho,

onde as representações governamentais são constituídas de apenas três membros. Os outros dois eleitos são nacionais da Itália e da França.

Na Comisão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações da Repartição Internacional do Trabalho, o Professor Arnaldo Sussekind, dadas as suas funções no Conselho, teve de renunciar ao cargo que exercia, a título pessoal. Foi substituído, também a título pessoal, por indicação do Diretor-Geral, pelo Professor Antônio Ferreira Cesarino Júnior.

No ano de 1975, começaram os preparativos para a Conferência Mundial Tripartida sobre Emprego, Distribuição da Renda, Progresso Social e Divisão Internacional do Trabalho, programada para Genebra de 4 a 17 de junho de 1976. No mês de novembro, o Senhor A. Pathmarajah veio ao Brasil como representante do Diretor-Geral da RIT e coordenador da Conferência, para contatos com as autoridades brasileiras.

O Brasil participou também, no quadro da OIT, da Conferência Técnica Marítima Preparatória, que se realizou de 13 a 24 de outubro, em Genebra.

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

Participou o Brasil da XVII Sessão do Congresso Mundial de Meteorologia, realizada de 28 de abril a 23 de março de 1975.

Entre os programas científicos e técnicos da Organização merecem especial menção o Programa de Vigilância Meteorológica Mundial (VMM), o Programa de Investigação Global da Atmosfera (GARP), do qual faz partte o Experimento Tropical do Atlântico (GATE), e Primeiro Experimento Global do GARP (FGGE), que deverá entrar em fase operacional em inícios de 1978.

Representante brasileiro participou da II Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental do FGGE, que se realizou em Genebra, de 22 a 26 de setembro de 1975.

De acordo com resolução do VI Congresso Mundial de Meteorologia, foi criado o Comitê Consultivo de Hidrologia Operativa, constituído de dois representantes de cada associação regional, e presidido pelo Presidente da Comissão de Hidrologia. Tem como finalidade assessorar o Comitê Executivo nos assuntos de Hidrologia. O Brasil é membro do Comitê Executivo, com mandato que se estende até 1977.

Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

No âmbito da AIEA realizaram-se duas reuniões da Junta de Governadores, respectivamente em fevereiro e junho, a que compareceu o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, representante brasileiro naquela Junta.

Durante a XIX Conferência-Geral, realizada em setembro, foi formalizado e aceito o oferecimento do Brasil para sede da XX Conferência-Geral.

Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI)

Na IX Sessão Conferência da COI, realizada em Paris de 22 de outubro a 4 de novembro de 1975, o Brasil foi reeleito, em primeiro escrutínio, para o Conselho Executivo. A VI Sessão do Conselho do qual o Brasil já era membro, realizou-se nos dois dias imediatamente anteriores, no mesmo local.

A Conferência reune-se uma vez cada dois anos e o Conselho três vezes no período bienal entre-sessões.

A participação brasileira dos programas da COI é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores com o Estado-Maior da Armada e a Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Na IX Conferência da COI, por iniciativa do Brasil, foi aprovado projeto de resolução que extinguiu o Grupo de Trabalho, criado em 1967, sobre questões jurídicas ligadas às Pesquisas Científicas sobre o Oceano, ou Comitê legal. O ponto de vista brasileiro é o de não ser a COI foro adequado para o tratamento de assuntos jurídicos.

Comissão Internacional da Pesca da Baleia (CIB)

Desde dezembro de 1973, o Brasil faz parte, novamente, da Comissão Internacional da Pesca da Baleia (CIB), cuja convenção havia denunciado em dezembro de 1965.

A XXVII Conferência da Comissão, realizada em Londres, no mês de junho, estabeleceu as quotas máximas para a captura da baleia nas diversas áreas. Segundo a praxe, os Estados-membros da CIB estabelecem entre si, de comum acordo, a alocação dessas quotas máximas fixadas pela Comissão. Esta última, pela letra da Convenção, não intervém no rateio. A convenção limita-se a fixar as quotas globais e estabelecer normas quanto às diferentes capturas. A reunião para a alocação das quotas da CIB entre os países interessados na pesca das baleias **espadarte** e **minke** no hemisfério sul teve lugar, a convite do Governo japonês, em Tóquio, de 14 a 20 de agosto de 1975.

Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA)

No âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, CICAA, realizaram-se em novembro a IV Reunião

Ordinária da CICAA e a IV Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Investigações e Estatística. A representação do Brasil esteve a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Instituto de Pesca da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

No decorrer da reunião, tornou-se claro que o sistema de cotas deverá ser aplicado à pesca do atum, uma vez que várias espécies estão no ponto máximo de exploração.

Organização Mundial de Turismo (OMT)

A OMT substitui a antiga União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT) da qual o Brasil era membro.

Realizou-se em maio a Assembléia inaugural da OMT, a que compareceu delegação brasileira chefiada pelo Presidente da Embratur.

No decorrer da I Assembléia da OMT o Brasil foi eleito para presidir a Comissão Regional de Turismo das Américas.

Instituto Internacional do Frio (IIF)

O Brasil retomou sua participação no IIF em 1974, por solicitação do Ministério da Agricultura e de outros órgãos da administração pública. Atualmente o IIF em convênio com a FAO e com a ONU promove estudos e pesquisas relacionados com o levantamento da situação alimentar mundial.

Em 1975 realizou-se em Moscou o XIV Congresso do IIF, de que participou representação brasileira, na qualidade de observador.

Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM)

Realizou-se em maio a XI Conferência-Geral de Pesos e Medidas. A delegação brasileira foi integrada pelo Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e pelo Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, além de representante do Itamaraty.

Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)

Participou o Brasil da XXVIII Assembléia Mundial de Saúde, realizada de 13 a 30 de maio, com delegação chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério da Saúde.

O Brasil é membro do Comitê Executivo da OPAS desde 1974. Nesta qualidade, participou da XXIII Sessão desse órgão, que se reuniu em Washington, de 29 de setembro a 8 de outubro. Presidiu a Delegação brasileira o Ministro da Saúde.

A atuação da delegação e os contratos estabelecidos pelo Ministro da Saúde constituíram contribuição positiva para os interesses do Brasil na cooperação sanitária internacional e para a maior assistência técnica, em projetos de saúde pública.

Cruz Vermelha

Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados.

A II Sessão Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados realizou-se em Genebra, de 3 de feve-

reiro a 18 de abril. Deu seguimento aos trabalhos relativos ao exame dos projetos de Protocolo I (Conflitos Internacionais) e Protocolo II (Conflitos Não-Internacionais) Adicionais às Convenções de Genebra de 1949, de que é depositário o Governo Suíço.

Tais projetos de protocolos adicionais foram redigidos originariamente pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e por um grupo de peritos governamentais. Sofreram, tanto na I quanto na II Sessão da Conferência, várias emendas. Algumas dessas emendas deverão ser ainda examinadas pela III Sessão da Conferência, cuja realização é prevista para o período de 21 de abril a 11 de junho de 1976.

A Delegação brasileira à II Conferência foi chefiada pelo Embaixador Carlos Calero Rodrigues. Contou, ainda, com representantes do Ministério da Justiça e do Estado-Maior das Forças Armadas.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA COMERCIAL

As atividades do Ministério das Relações Exteriores, durante o ano de 1975, devem ser encaradas a partir do quadro da crise econômica internacional que, iniciada no final de 1973, aprofundou-se nesse último ano, atingindo seu ponto mais agudo em diversos países industrializados e afetando crescentemente as economias dos países em desenvolvimento, em virtude da extrema vulnerabilidade destes diante do comportamento das economias dos países desenvolvidos.

Assim, o ano de 1975 se caracterizou por um reforço das tendências protecionistas, trazendo dificuldades adicionais para as negociações do âmbito multilateral e bilateral. No primeiro, dois grandes assuntos tiveram continuidade, em 1975, refletindo as dificuldades acima apontadas e exigindo espírito inovador na procura das soluções por parte dos países envolvidos: a) a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, idéia surgida na VI Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU e que envolveu o trabalho de todos os organismos das Nações Unidas na área econômica, com reflexos também na Conferência de Paris sobre Cooperação Econômica

Internacional; e b) as Negociações Comerciais Multilaterais, em curso no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), que tiveram origem na Declaração de Tóquio (1973), que afirmava a disposição dos países signatários a dar início a nova rodada de liberação do comércio internacional e de rever as próprias regras desse comércio, contidas no GATT, levando em conta, inclusive, os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento.

No quadro das relações bilaterais de comércio, o Brasil teve de enfrentar dificuldades, por um lado, relativas à capacidade de manter o ritmo de expansão de suas exportações, encontrando barreiras crescentes para a colocação de seus produtos, principalmente (em função da importância destes mercados para nossas exportações), nos mercados da Comunidade Econômica Européia, dos Estados Unidos e do Japão; e, por outro lado, relativas à necessidade de contenção do valor crescente de nossas importações.

RELAÇÕES MULTILATERAIS

A VII AGNU Especial e a Proposta Brasileira de Acordo Norte-Sul

Da VI Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas (março/abril de 1974), nasceu a idéia de se promover o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, mais justa, em que os países em desenvolvimento teriam voz ativa nas decisões relativas aos sistemas comercial, financeiro e monetário internacionais, sistemas esses que deveriam ser reformulados com o objetivo básico de colocá-los ao serviço da causa do desenvolvimento econômico e da diminuição da distância que separa as economias avançadas das dos chamados países em desenvolvimento. A Declaração e o Programa de Ação aprovados na época foram objeto de forte confrontação entre os dois grupos de países, tornando bastante restrita a possibilidade de sua aplicação.

Para 1975, estava prevista a realização de uma VII Sessão Especial da AGNU, dedicada ao desenvolvimento e à cooperação econômica internacional (1.º a 12 de setembro). A consciência de que, por um lado, era necessário evitar que as negociações que se desenrolavam no seio do sistema das Nações Unidas chegassem a um impasse, em virtude da completa incompatibilidade das posições dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento, e de que, por outro lado, esses últimos não deveriam abrir mão de seus objetivos fundamentais de atingir uma ordem internacional mais eqüânime, guiou a atuação brasileira na preparação da VII Sessão Especial e na participação nessa reunião.

Durante o processo de preparação, a Missão do Brasil junto às Nações Unidas procurou, em conjunto com outras Delegações ativas do Grupo dos 77, limitar a agenda da reunião em apreço, concentrando-se em alguns temas considerados fundamentais e dando, assim, o primeiro passo na direção do restabelecimento de diálogo mais aberto e menos conflitivo com os países desenvolvidos de economia de mercado, integrantes do Grupo B na ONU. Essa posição teve sucesso e contribuiu decisivamente para um maior clima de entendimento durante a VII Especial.

Empenhado em que se adotassem medidas concretas no sentido de superar as dificuldades encontradas pelos países em desenvolvimento nas atuais condições que regem o comércio internacional, o Brasil propôs que se negociasse um instrumento específico destinado a regular o comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (uma vez que o GATT fora elaborado, fundamentalmente, para regular o comércio entre países desenvolvidos de economia de mercado). A idéia do Acordo Norte-Sul foi endossada pelos demais países em desenvolvimento, havendo o Grupo dos 77 apresentado um projeto de resolução sobre a matéria à XXX Sessão Ordinária da AGNU. Dada a extrema complexidade e relevância do assuntc a decisão sobre o referido projeto de resolução foi transferida para a XXXI Sessão Ordinária da AGNU, em 1976.

Com a participação ativa da Delegação brasileira, sobretudo nos pontos de maior interesse para nós (como o de acesso das manufaturas e semimanufaturas dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos e o de transferência de tecnologia), a VII Especial adotou uma resolução **omnibus** cobrindo questões relativas a comércio internacional, assuntos financeiros e monetários, ciência e tecnologia, industrialização, assuntos alimentares e agrícolas e cooperação entre países em desenvolvimento. As conclusões aí acordadas servirão de guia para as negociações subseqüentes no foro das Nações Unidas e de subsídio para os trabalhos da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional (Conferência de Paris), a ter lugar em 1976. O único ponto da agenda não incluído na mencionada resolução foi o de reestruturação do sistema econômico e social das Nações Unidas, matéria que continuará sendo debatida em 1976.

Negociações Comerciais Multilaterais

Na área do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), destaca-se o início da fase substantiva das Negociações Comerciais Multilaterais (a chamada "Rodada Tóquio" de negociações), em fevereiro de 1975, com a realização da quarta reunião do Comitê encarregado de organizar as referidas negociações — o Comitê de Negociações Comerciais, criado em 1973 pela Declaração Ministerial de Tóquio. Este Comitê criou, em sua reunião de fevereiro, seis grupos de negociação, a saber:

a) Grupo de Tarifas;

b) Grupo de Barreiras Não-Tarifárias;

c) Grupo de Agricultura;

d) Grupo de Produtos Tropicais;

e) Grupo de Setores;

f) Grupo de Salvaguardas.

O funcionamento dos grupos acima durante o ano de 1975 possibilitou uma melhor definição da posição de diversos países sobre essas matérias, havendo o Brasil tido atuação destacada em seus trabalhos.

Em algumas áreas, tais como a de produtos tropicais, já houve acordo sobre o processo inicial de negociação, havendo o Brasil, à luz desse acordo, apresentado listas específicas de pedidos dirigidos a determinados países desenvolvidos, os quais não reagiram até o momento a esses pedidos.

Do ponto de vista brasileiro, porém, os resultados até agora alcançados não têm sido plenamente satisfatórios, apesar da prioridade que se decidiu conceder ao setor de produtos tropicais, de grande interesse do Brasil, e do acordo já havido no sentido de que tratamento diferenciado deverá ser aplicado à área de subsídios e direitos compensatórios, outra área à qual o Brasil tem atribuído muita importância nas negociações.

Procurando fazer com que os interesses dos países em desenvolvimento sejam devidamente levados em conta nas negociações em apreço, os trabalhos da Delegação brasileira têm-se concentrado na necessidade de que deverão ser urgentemente fixados procedimentos especiais de negociação para esses países em cada uma das áreas de negociação. A Delegação brasileira levantou, também, na reunião do Comitê de Negociações Comerciais, realizada em dezembro de 1975, o problema da reestruturação do Acordo Geral a fim de adequá-lo às necessidades dos países em desenvolvimento. Foi suscitada pelo Brasil a possibilidade de criação de mecanismos institucionais próprios, dentro da estrutura dos grupos de Trabalho das NCM's para o exame específico da reestruturação do GATT. A preocupação brasileira com esta matéria foi bem recebida pelas demais delegações, ficando uma decisão definitiva sobre o assunto para uma posterior reunião do Comitê.

Outras Questões de Interesse do Brasil no Âmbito do GATT

Ainda no que tange ao GATT, tratando-se de um ano em que a economia mundial passou por um período difícil, várias foram as medidas de salvaguarda analisadas pelas Partes Contratantes, sendo que muitas dessas medidas foram adotadas por razões de dificuldades de balanço de pagamentos.

No que se refere ao Brasil, tendo solicitado um "waiver" (derrogação) às Partes Contratantes do GATT para renegociar a sua lista de concessões tarifárias no âmbito desse Acordo, o Governo brasileiro, após concluir esse difícil processo de renegociação em 1974, pôs em vigor sua nova lista de concessões através do Decreto n.º 75 772, de 26 de maio de 1975. Para salvaguardar os interesses da indústria nascente brasileira, foram excetuados alguns itens, com relação aos quais as Partes Contratantes do GATT, em sua sessão anual, realizada em dezembro de 1975, aprovaram outro "waiver" permitindo ao Brasil iniciar novo processo de renegociação com os países interessados.

O Brasil levou, além disso, ao conhecimento das Partes Contratantes do GATT, medidas adotadas em defesa de sua economia no ano de 1975. Assim sendo, está atualmente em análise no Comitê de Balanço de Pagamentos do GATT a exigência brasileira de depósito prévio no Banco Central do Brasil da importância correspondente no valor FOB de determinadas mercadorias importadas.

Quanto ao Protocolo de Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento (aprovado no âmbito do GATT em 1971), está sendo estudada a possibilidade de sua ampliação, havendo alguns países em desenvolvimento solicitado sua adesão ao mesmo no ano de 1975. O Brasil votou, **inter alia,** favoravelmente ao pedido do Paraguai de adesão ao referido Protocolo.

Ainda na área do GATT, o Brasil foi durante o ano de 1975, integrante efetivo do Órgão de Supervisão de Têxteis, entidade

criada dentro do GATT, pelo Acordo Relativo ao Comércio Internacional de Têxteis (conhecido por Acordo Multifibras) e destinada a examinar todas as questões decorrentes da aplicação desse Acordo. Finalmente, cabe ressaltar a visita em maio ao Brasil do Diretor Geral do GATT, Senhor Olivier Long, o qual manteve contatos sobre assuntos relativos ao comércio internacional, às negociações Comerciais Multilaterais e à participação do Brasil no GATT, com várias autoridades brasileiras da área econômica.

Atividades da UNCTAD

A maquinaria interna da UNCTAD esteve voltada, no curso de 1975, para a preparação da IV Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, realizada em Nairóbi, em maio de 1976. Desde cedo houve acordo entre os diversos grupos de países a respeito de dois pontos: 1) a agenda da IV UNCTAD deveria ser mais seletiva do que a das Conferências anteriores, concentrando-se em assuntos que estivessem já amadurecidos para a tomada de decisões; e 2) deveriam levar-se em conta os resultados das reuniões e negociações internacionais em curso ou por se realizar durante o ano, especialmente a VII Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU.

Assim, a XV Junta de Comércio e Desenvolvimento concentrou seus trabalhos no exame dos temas que deverão ser levados à IV UNCTAD. A participação brasileira nesse debate guiou-se pela preocupação de fazer incluir na listagem de temas aqueles considerados prioritários para nós, e com relação aos quais fosse possível esperar algum resultado concreto da IV UNCTAD. A Junta aprovou a seguinte lista de temas: produtos de base, manufaturas e semimanufaturas, tendências recentes do comércio internacional e o desenvolvimento, questões financeiras e monetárias, transferência de tecnologia, países de menor desenvolvimento relativo e outras categorias especiais, questões institucionais, cooperação entre países em desenvolvimento e relações comerciais entre países de diferentes sistemas

econômicos e sociais. O Brasil participou, ainda, ativamente do processo de preparação das reuniões prévias latino-americanas e do Grupo dos 77 com vistas à IV UNCTAD.

Entre as demais atividades da UNCTAD durante o ano, devem ser mencionadas as seguintes reuniões: I Sessão do Comitê de Transferência de Tecnologia e sessões de grupos de trabalho sobre questões ligadas a esse tema; VII Sessão do Comitê de Manufaturas; Grupo Intergovernamental sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo; e Grupo de Peritos sobre Práticas Comerciais Restritivas. As reuniões sobre tecnologia serão tratadas em item a parte. Deve ser mencionado, ainda, que a UNCTAD participou do processo de exame e avaliação de meio-período da Estratégia Internacional do Desenvolvimento, o que também será tratado em outro ponto deste relatório.

O Comitê de Manufaturas dedicou parte de seus trabalhos a assuntos vinculados às Negociações Comerciais Multilaterais NCM's, em curso no GATT. Com respeito a esses temas, a preocupação brasileira foi de reforçar conceitualmente os ganhos já obtidos pelos países em desenvolvimento nas NCM's e evitar a duplicação de esforços dos dois foros. Com relação aos temas não vinculados às NCM's, foram aprovadas três resoluções bastante positivas: uma sobre reclassificação tarifária para produtos de interesse dos países em desenvolvimento (inclusive artesanais e tropicais, processados ou não), uma segunda sobre cooperação com a UNIDO para a implementação da Declaração e do Plano de Ação de Lima (ver item próprio neste relatório) e a terceira convocando e estabelecendo os termos de referência de um Grupo de Peritos sobre Práticas Comerciais Restritivas.

Esse Grupo de Peritos, de que participou o Brasil, finalizou a identificação das práticas capazes de resultar em aquisição e abuso de situação de dominação de mercado, nos níveis nacional e internacional, além de iniciar discussão sobre possíveis mecanismos de consultas entre governos nessa matéria. O Grupo voltará a se reunir em 1976, para terminar a tarefa que lhe foi confiada pelo Comitê de Manufaturas.

O Grupo Intergovernamental sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo reuniu-se para examinar o progresso na implementação de medidas especiais em favor dessa categoria de países e recomendar novas iniciativas possíveis. O Brasil participou do grupo em apreço e colaborou na redação da resolução emanada do conclave, em que são identificadas as medidas a serem adotadas nas diversas áreas em favor dos MDR's. O Grupo voltará a se reunir em 1977.

Tecnologia: UNCTAD/OMPI

Em 1975, reuniu-se pela primeira vez o Comitê de Transferência de Tecnologia da UNCTAD, organismo pela criação do qual o Brasil se bateu durante vários anos. A sessão do Comitê foi precedida por reuniões de Grupos de Peritos Governamentais, cujo trabalho serviu de subsídio para as decisões daquele órgão. O Grupo destinado a redigir um Código de Conduta sobre Transferência de Tecnologia, de que fez parte o Brasil, reuniu-se duas vezes no ano, tendo chegado a um consenso sobre a estrutura do código. Os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos de economia de mercado apresentaram suas propostas de anteprojeto de código, sem que um texto comum fosse negociado, uma vez que está pendente a decisão sobre a natureza jurídica do futuro documento, decisão essa que deverá ser tomada na IV UNCTAD.

Outro Grupo de Peritos cujos trabalhos foram examinados pelo Comitê de Transferência de Tecnologia foi o encarregado de estudar a reforma do sistema internacional de patentes. O Brasil tem dado a essa matéria importância prioritária, de modo a obter que o sistema de patentes, construído em função dos interesses particulares do inventor, seja modificado para contribuir para o desenvolvimento tecnológico dos países em desenvolvimento. Essa tarefa tem sido dividida entre a UNCTAD e a OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), cabendo à primeira manifestar-se sobre os aspectos econômicos, comerciais e desenvolvimentistas do assunto, enquanto

à segunda cabe o próprio exercício de reformar a Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial (documento internacional básico do sistema de patentes), e, de um modo geral, as atribuições técnico-jurídicas na matéria.

No seio do Grupo de Peritos da UNCTAD, o Brasil atuou procurando que se elaborassem diretrizes conceituais destinadas a orientar o trabalho da OMPI. Nesse sentido foi aprovado um documento de "conclusões acordadas".

O Comitê de Transferência de Tecnologia da UNCTAD, além dos dois assuntos mencionados, examinou o outro tema que será debatido na IV UNCTAD sob o ponto "Transferência de Tecnologia": promoção da capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento. Foi aprovada uma resolução que procura dar maior impulso ao tratamento desse tema (ainda relegado a segundo plano) na UNCTAD, inclusive através da possibilidade de esse organismo vir a prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento.

Na OMPI, o trabalho de revisão da Convenção de Paris teve início com a realização de duas reuniões do Grupo de Peritos convocado para estudar a matéria. Seus resultados ainda têm caráter exploratório.

Deve ser citada ainda a realização da segunda sessão do Comitê Permanente para a Aquisição de Tecnologia, da OMPI, o qual é fruto de uma crescente atividade dos países em desenvolvimento (e especificamente do Brasil) nessa Organização que tradicionalmente tratava dos problemas de propriedade industrial sob o prisma dos interesses dos países desenvolvidos. Em sua sessão de 1975, o Comitê examinou questões como a da elaboração de lei-modelo sobre invenções e **know-how,** publicações sobre oportunidades de licenciamento, prestação de assistência técnica, informação sobre patentes e seleção de tecnologia apropriada.

Transnacionais

Os problemas suscitados pela atuação das empresas transnacionais e a necessidade de se elaborarem princípios que deveriam orientar tal atuação vêm sendo discutidos em dois foros de cujos trabalhos o Brasil tem participado: o interamericano e o das Nações Unidas.

No âmbito interamericano, o Grupo de Trabalho sobre Empresas Transnacionais, criado pela Conferência de Chanceleres Americanos (Washington, 1974), com o objetivo de "fixar princípios aplicáveis às empresas transnacionais" realizou três reuniões preparatórias até janeiro de 1975, quando os trabalhos foram paralisados em decorrência dos problemas surgidos, com a aplicação por parte dos Estados Unidos da sua Lei de Comércio, que provocou sérios protestos por parte dos países latino-americanos. Em conseqüência, não se realizou a reunião de Chanceleres da América, que teria lugar em Buenos Aires em março, e que trataria, **inter alia,** do tema das transnacionais.

Surgido o impasse, essa discussão, paralisada por alguns meses, foi, em substância, transferida para o âmbito institucional da OEA, com a criação de um Grupo de Trabalho sobre Empresas Transnacionais, pelo Conselho Permanente daquele organismo, e com base na Resolução CP/154, de julho de 1975. A referida Resolução refere-se à discussão de princípios sobre a atuação das transnacionais que poderão servir de base à futura elaboração de um código de conduta sobre a matéria.

O trabalho que se desenvolve no plano hemisférico poderá contribuir para o esforço que se realiza nas Nações Unidas no sentido de disciplinar a atuação das transnacionais, a nível mundial. Criado no Conselho Econômico e Social em dezembro de 1974 através da Resolução 1973, o Comitê Intergovernamental sobre Empresas Transnacionais, que se reunirá anualmente, realizou sua primeira reunião em março de 1975, e tem produzido estudos e pesquisas sobre transnacionais, tendo ainda como objetivo, a formulação, em um segundo momento,

de um Código de regras de conduta aplicáveis à generalidade das empresas transnacionais.

Estratégia Internacional do Desenvolvimento

A Estratégia Internacional do Desenvolvimento foi aprovada pela XXV Assembléia-Geral da ONU, como documento programático da II Década do Desenvolvimento. Idealizou-se, na época, uma operação de exame e avaliação bienal de sua implementação, a ser realizada em níveis nacional, regional, setorial e internacional. Em 1975, realizou-se a chamada avaliação de meio-período, para a qual estava prevista uma possível revisão da Estratégia, à luz dos resultados obtidos e das modificações ocorridas no cenário internacional.

Ao nível nacional, o Brasil realizou avaliação (através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República), contida em documento enviado às Nações Unidas como subsídio para os trabalhos da Organização.

Ao nível regional, foi realizada o XVI período de sessões da CEPAL, em Port-of-Spain (Trinidad-e-Tobago), que se dedicou à tarefa da avaliação relativa à América Latina, tendo sido aprovada, em conseqüência, a Avaliação de Chaguaramas.

Ao nível setorial, a principal contribuição foi realizada pela UNCTAD. A Junta de Comércio e Desenvolvimento dedicou sua VI sessão especial ao tema, ocasião em que se começou o processo de revisão do texto da Estratégia, de modo a adaptá-lo às resoluções sobre Nova Ordem e às modificações ocorridas no panorama internacional, em virtude da crise econômica.

Tirando proveito das contribuições produzidas nos diversos níveis, o Comitê sobre Exame e Avaliação, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), continuou o trabalho de revisão iniciado pela UNCTAD. Não foi possível, em virtude do pouco

tempo disponível, iniciar-se processo de negociação de textos entre os diversos grupos, tendo o "Grupo dos 77" apresentado proposta integrada de revisão da EID, enquanto o Grupo B apresentou algumas propostas de modificações específicas, no entendimento de se manter o texto básico. O assunto não chegou a ser considerado na sessão de verão do ECOSOC, envolvido com a preparação da VII AGNU especial. A XXX Assembléia-Geral Ordinária das Nações Unidas limitou-se a aprovar resolução avaliativa, deixando o processo de revisão para ser terminado em 1976.

UNIDO: II Conferência-Geral

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) realizou em Lima, de 12 a 27 de março, sua segunda Conferência-Geral, destinada a examinar, de forma abrangente, os problemas de industrialização, desenvolvimento e cooperação internacional, além de questões institucionais ligadas ao incremento da eficiência da Organização. O Brasil foi o idealizador e se mantém um dos principais defensores da UNIDO como um organismo forte no seio das Nações Unidas, capaz de se desincumbir de sua tarefa de promover a industrialização nos países em desenvolvimento, **inter alia** através da cooperação internacional. Nesse sentido, a Conferência foi o foro adequado para se obter uma decisão favorável à transformação da UNIDO em agência especializada das Nações Unidas, com maior autonomia administrativa e financeira que a permitida por seu atual **status.** Essa decisão, apesar da resistência dos Grupos B (países desenvolvidos de economia de mercado) e D (países socialistas da Europa Oriental), foi obtida, nos termos de uma recomendação, e o processo continua em curso, através da criação de um Comitê Intergovernamental destinado a elaborar um projeto de Estatuto para a futura agência.

Em termos de definição geral da política a ser seguida pela comunidade internacional na promoção do desenvolvimento

industrial das nações em desenvolvimento e na cooperação internacional nesse campo, foram aprovados uma Declaração e um Plano de Ação (ditos "de Lima"), na redação dos quais a Delegação brasileira teve atuação intensa. Os documentos foram elaborados dentro do espírito da Declaração e do Programa de Ação sobre uma Nova Ordem Econômica Internacional, refletindo, ainda, nas inúmeras reservas feitas pelos países desenvolvidos, e no voto negativo dos Estados Unidos à Declaração e ao Plano de Ação como um todo, a confrontação que se mantinha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A apreciação dos resultados da Confência de Lima pela maquinaria ordinária da UNIDO e pela VII sessão especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas se fez de modo a procurar diminuir as áreas de discordância, sem que resultados substanciais tenham sido atingidos.

De qualquer forma, a revitalização da UNIDO, fruto de esforço conjunto do "Grupo dos 77", já vem sendo obtida, através da redefinição das suas prioridades e das reformulações internas que vêm sendo empreendidas enquanto a Organização não é definitivamente transformada em agência especializada. Assim, a idéia da criação de um Fundo de Desenvolvimento Industrial, contida no Plano de Ação de Lima, foi debatida na IX Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial e na VI Sessão do Comitê Permanente da Junta, realizadas no decurso do ano. Com a criação do Fundo, o que se espera obter ainda em 1976, a UNIDO já poderá dispor de maiores recursos e ter ação mais eficaz.

RELAÇÕES BILATERAIS

ESTADOS UNIDOS

Em fins de 1974, os Estados Unidos aprovaram a sua Lei de Comércio, a qual concede ao Executivo norte-americano poderes especiais de negociação ou de aplicação de medidas de defesa da economia, o que, de um lado, permitiu aos norte-

americanos participar das Negociações Comerciais Multilaterais do GATT (e possibilitou, assim, o início da fase substantiva dessas negociações) e pôr em vigor o seu esquema generalizado de preferências, e, de outro, deu instrumentos excepcionais ao Executivo para a adoção de medidas protecionistas.

Entre as medidas de natureza protecionista adotadas pelos Estados Unidos, com repercussões no ano de 1975, destaca-se a imposição em dezembro de 1974, e ainda não decorrente da aplicação da Lei do Comércio, de taxas compensatórias contra os calçados exportados pelo Brasil para aquele país. Além disso em 1975, foram iniciadas investigações por parte dos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras de bolsas de couro e óleo de mamona, com vistas à eventual aplicação de novas medidas protecionistas.

Através do título V da Lei de Comércio, os Estados Unidos puseram em vigor, a exemplo do que vem sendo feito por outros países desenvolvidos e dando cumprimento a Resolução passada em 1968 na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o seu esquema generalizado de preferências, segundo o qual, com relação a determinados produtos, as tarifas norte-americanas são eliminadas para importações provenientes de países em desenvolvimento. O referido esquema não beneficiou a todos os países em desenvolvimento, conforme recomendava a resolução da UNCTAD e vinha sendo a linha adotada por outros países desenvolvidos, tendo excetuado de seus benefícios, por exemplo, os países-membros da OPEP.

Ainda no contexto das relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, deve-se assinalar a visita ao Brasil em julho de 1975 do Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos Norte-Americanos, Senhor Charles W. Robinson. Nas reuniões realizadas com o Senhor Robinson no Itamaraty, e com a presença de autoridades de várias áreas do Governo brasileiro, ficou decidida a criação de um Grupo Consultivo sobre Assuntos Econômicos entre os dois países, que se reunirá pelo

menos uma vez por ano com o objetivo de examinar assuntos econômicos de interesse mútuo, aos níveis global, hemisférico e bilateral e consultar e procurar identificar soluções para problemas econômicos específicos. Foi igualmente criado um subgrupo consultivo de comércio, que também se reunirá pelo menos uma vez ao ano, e que já realizou sua primeira reunião em outubro de 1975, ocasião em que se discutiram questões relativas às Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, bem como questões de natureza bilateral.

Finalmente, quanto ao comércio de produtos têxteis entre os dois países, foram iniciados, em Brasília, em junho de 1975, contatos exploratórios, visando a uma eventual renegociação, no quadro do Acordo Multifibras assinado no GATT, do acordo entre têxteis de algodão firmado entre o Brasil e os EUA, em outubro de 1970. Contatos posteriores foram mantidos, ainda em Brasília, em outubro de 1975, tendo sido acertado para início de 1976 a realização das primeiras negociações formais, com vistas à revisão do acordo existente, ou à celebração de um novo acordo.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

No âmbito das relações comerciais entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia, dois pontos devem ser ressaltados, durante o ano de 1975: a visita de Sir Christopher Soames, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Européias, ao Brasil e a realização da I Reunião da Comissão Mista, prevista no Acordo Comercial, assinado entre o Brasil e a CEE.

Entre os dias 27 de setembro e 1.º de outubro, Sir Christopher Soames, realizou visita oficial ao Brasil, oportunidade em que manteve contato com autoridades brasileiras da área econômica. Foram discutidos vários assuntos ligados ao intercâmbio comercial entre o Brasil e a CEE, às Negociações Comerciais Multilaterais, fluxos financeiros em auxílio a países em desen-

volvimento e as repercussões sobre as exportações brasileiras da assinatura de tratados preferenciais, como os firmados com países do Mediterrâneo e o Acordo de Lomé.

Esse último acordo concede amplas vantagens comerciais e financeiras a países em desenvolvimento da África, do Caribe e do Pacífico. Os países latino-americanos, entre os quais o Brasil, que não são beneficiados por acordos semelhantes, e pelos quais podem vir a ser prejudicados, têm gestionado junto à Comunidade maior atenção a seus interesses.

Em outubro, reuniu-se, em Bruxelas, a Comissão Mista, prevista no Acordo Comercial não preferencial assinado em 1973 entre o Brasil e a CEE. Foram abordados os seguintes temas principais: esquema geral de preferência da CEE; exportações brasileiras de manteiga de cacau e de café solúvel; política comunitária de contenção das importações de carne bovina, política brasileira de incentivo às exportações e medidas brasileiras de redução do déficit da balança de pagamentos. Na ocasião decidiu-se criar uma Subcomissão destinada a examinar as exportações de manteiga de cacau e de café solúvel para o mercado comunitário bem como recomendar as medidas necessárias para que o benefício que o mencionado acordo de Comércio objetivava garantir a esses dois produtos seja efetivamente obtido.

A questão do fechamento do mercado comunitário para a carne bovina fresca, e refrigerada e congelada — altamente prejudicial às exportações brasileiras — foi tema de debate ao nível bilateral (na Comissão Mista), ao nível do diálogo da CEE com a América Latina, em particular, e com os principais exportadores de carne, em geral, e nos foros criados no GATT, dentro e fora das Negociações Comerciais Multilaterais. O Brasil sempre procurou deixar patente seu interesse pela reabertura do mercado comunitário, que fora, em anos anteriores, o principal destinatário de nossas exportações.

Durante o ano de 1975, foram, além disso, realizadas gestões junto à CEE, visando à inclusão, dentro do esquema de Preferências da Comunidade para 1976, de uma série de produtos brasileiros, entre os quais sucos cítricos, óleo de mamona, máquinas de costura, flores cortadas, melaço, fios de rami e algumas espécies de camarões. Nossas gestões resultaram praticamente infrutíferas, dada a crescente tendência protecionista da CEE.

Finalmente, em março de 1975, a Comunidade Econômica Européia propôs o início de negociações de um acordo sobre têxteis, no quadro do Acordo Multifibras do GATT. Antes que os contatos fossem iniciados, a CEE, em nome da República Federal da Alemanha solicitou consultas de emergência em consonância com disposições do Acordo Multifibras. Em conseqüência dessas conversações, foi assinado, em 9 de maio, um Memorando de Entendimento entre o Brasil e a CEE, em que ficaram registradas as posições divergentes e mediante o qual foram introduzidas algumas medidas restritivas a exportações brasileiras de certos produtos têxteis para o mercado alemão ocidental até a conclusão de um acordo mais abrangente entre o Brasil e a Comunidade. As conversações referentes a eventual conclusão de um tal acordo foram retomadas em Bruxelas, em outubro, tendo-se constituído tão-somente em contatos exploratórios. As primeiras negociações formais foram realizadas em dezembro e, dado seu caráter inconclusivo, deverão ser retomadas em 1976.

JAPÃO

As correntes protecionistas fizeram-se sentir em outros países, exigindo seguidas gestões da chancelaria brasileira. Constitui um exemplo de medidas dessa natureza, que se reflete nas exportações brasileiras, a restrição à importação de seda estabelecida em agosto de 1974 pelo Governo japonês e que continuou em vigor em 1975.

POLÍTICA FINANCEIRA

POLÍTICA FINANCEIRA MULTILATERAL

Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Com vistas à compatibilização das posições assumidas sobre a matéria nos diversos foros internacionais, o Itamaraty manteve estreita colaboração com o Ministério da Fazenda e com o Banco Central do Brasil no encaminhamento dos assuntos relativos à reforma do sistema monetário e à cooperação financeira internacionais.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Em coordenação com o Ministério da Fazenda e com o Banco Central do Brasil, o Itamaraty participou da XVI Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (São Domingos, 19-21 de maio, 1975) que, a par de matérias de caráter organizacional e técnicas, decidiu sobre a incorporação ao Banco de países de fora do Hemisfério e sobre financiamento destinado ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, temas estreitamente vinculados ao esforço de cooperação político-econômica entre os países do Hemisfério.

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

Coube ao Itamaraty coordenar posições e a representação do Brasil à VII Reunião do Comitê de Invisíveis e Financiamento

da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Genebra, 27 de outubro — 07 de novembro, 1975) que, como etapa preparatória à IV UNCTAD dedicou-se ao exame de temas suscetíveis de aperfeiçoar a cooperação econômica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Fundo Africano de Desenvolvimento

Por delegação de competência do Ministério da Fazenda, coube ao Itamaraty liderar a representação do Brasil na II Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento (Dacar, 05-09 de maio, 1975) que, entre outros temas, considerou fórmulas sobre o aumento da cooperação internacional, ratificados inclusive da parte do Brasil, para o financiamento de projetos de desenvolvimento sócio-econômico no Continente africano.

POLÍTICA FINANCEIRA BILATERAL

Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha

Em colaboração com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Banco do Brasil S.A., o Itamaraty ultimou, por Notas trocadas a 18 de novembro de 1975, dois Protocolos de Cooperação Financeira entre os Governos brasileiro e alemão, pelos quais o Instituto de Crédito e Reconstrução colocará à disposição do Governo brasileiro um crédito total de 130 milhões de marcos alemães destinados ao financiamento de diversos projetos de desenvolvimento econômico-social, considerados prioritários pelo Governo brasileiro, e ao repasse à pequena e média indústria, dos setores agrícola e manufatureiro, localizadas no Norte e no Nordeste do Brasil.

Cooperação Financeira com o Reino Unido

Em permanente articulação com as autoridades brasileiras e britânicas interesssadas, o Itamaraty cooperou na implementação, no Brasil, dos Projetos "Ampliação da Rede Hospitalar do Estado do Piauí" (£ 2.086.850) e "Eletrificação do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais" (£ 3.550.000), objetos de Acordos específicos, em 1974, no quadro do Acordo de Empréstimo Reino Unido—Brasil, de 20 de novembro de 1973.

Contencioso Anglo-Brasileiro

Concluídos os entendimentos entre representantes do Governo brasileiro, de uma parte, e do Governo e de empresas britânicas interessadas, de outra parte, foi o Executivo, pela Lei n.º 6 134, de 07 de novembro de 1974, autorizado a pagar indenização no valor de £ 4.295.672 pela encampação e desapropriação das companhias "The Manaos Harbour Ltd.", "The São Paulo (Brazil) Railway Co. Ltd." e "The Itabira Iron Ore Co."

Por troca de Notas, a 1.º de março de 1975, o Itamaraty ultimou Acordo entre os Governos brasileiro e britânico sobre o referido pagamento, o que encerrou, em definitivo, o contencioso anglo-brasileiro.

Comissão de Empréstimos Externos

O Itamaraty participou, através de seu representante, das deliberações da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPEX), órgão interministerial incumbido da disciplina do endividamento externo quando o mutuário for órgão estatal, de administração direta ou indireta, quando houver garantia do Tesouro Nacional ou quando o mutuante for um organismo internacional de crédito ou entidade financeira governamental.

Expansão da Rede Bancária Brasileira no Exterior

No decorrer de 1975, a rede bancária brasileira buscou consolidar sua presença no exterior através de um programa de abertura de escritórios e agências nas principais praças financeiras internacionais, programa cuja execução contou com ativa participação do Itamaraty. Inauguraram-se, assim, escritórios do Banco do Brasil S.A. em Estocolmo, Rotterdam, Roma e Toronto, enquanto prosseguiram os trabalhos de instalação do escritório em Quito.

POLÍTICA FISCAL

Comissão de Estudos Tributários Internacionais

No quadro geral dos incentivos à captação de investimentos estrangeiros para o Brasil, o Itamaraty manteve estreita colaboração com o Ministério da Fazenda, através da Comissão de Estudos Tributários Internacionais (CETI), desenvolvendo negociações de acordos internacionais para evitar a dupla tributação da renda.

Grupo de Peritos em Acordos para evitar a Dupla Tributação entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas

O Itamaraty participou dos trabalhos da VI Reunião do Grupo de Peritos em Acordos para evitar a Dupla Tributação entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento (Nova Yorque, 8-19 de dezembro, de 1975), promovida pela Organização das Nações Unidas, que, entre outros assuntos, explorou diretrizes para aperfeiçoar, no campo fiscal, a cooperação entre os dois grupos de países no que se refere à alocação internacional da renda, a procedimentos para troca de informações e a aspectos vinculados à não-discriminação.

Negociações Bilaterais

Assinaram-se, em 1975, os Acordos para evitar a dupla tributação da renda com a Suécia (25 de abril), com a Áustria (24 de maio) e com a República Federal da Alemanha (27 de junho). O acordo com o Governo do Canadá encontra-se em fase final de negociação. Foi iniciada, ainda em 1975, a negociação da revisão do Acordo para evitar a dupla tributação da renda concluído com o Japão em 1967.

PRODUTOS DE BASE

Café

A Organização Internacional do Café esteve inteiramente voltada para a negociação de novo convênio internacional sobre o produto, após dois anos em que vigorara apenas um acordo de cunho administrativo. Com base nos resultados obtidos no seio do Grupo de Trabalho para a Negociação do Novo Convênio, que realizou quatro reuniões durante o primeiro semestre do ano, foi possível concluir um instrumento internacional, com cláusulas econômicas, nas duas reuniões do Conselho da Organização, que tiveram lugar em junho-julho e novembro. Ao contrário dos acordos anteriores, elaborados sob o peso de grandes excedentes mundiais, o III Convênio Internacional do Café visa regular o mercado em situação de razoável equilíbrio entre a oferta e a demanda, conquanto as geadas ocorridas no Brasil tenham criado perspectivas de escassez nos próximos dois ou três anos.

O novo acordo incorpora diversas inovações com relação aos instrumentos precedentes, sobressaindo o sistema misto de

quotas, pelo qual 70% da quota global anual serão distribuídos em função da "performance" histórica de venda dos Membros exportadores, e os 30% restantes proporcionalmente à participação anual dos estoques de cada produtor nas reservas mundiais. À luz das atuais cotações no mercado internacional, é provável que o acordo entre em vigor sem que esteja em operação o sistema de quotas; não obstante, estabeleceram-se no acordo condições precisas de preço para a introdução do mencionado sistema, bem como para sua eventual suspensão, caso os preços voltem a se elevar de forma significativa. Vários outros dispositivos do convênio lhe garantem a flexibilidade necessária para adaptar-se às novas condições do mercado cafeeiro.

Ao longo do processo de negociação do novo acordo, o Itamaraty e o Instituto Brasileiro do Café cooperaram estreitamente na tarefa de fixação da posição brasileira, assim como nos entendimentos bilaterais e multilaterais efetuados com o propósito de harmonizar os interesses de produtores e consumidores. Nessa ordem de idéias, cabe destacar as conversações prévias mantidas com autoridades colombianas em Brasília, das quais resultou uma proposta conjunta Brasil—Colômbia que desempenhou importante papel no curso das negociações.

A coordenação Itamaraty-IBC estendeu-se também ao campo das relações bilaterais, com vistas a consolidar ou expandir a penetração do produto brasileiro no mercado mundial.

Cacau

Em Abidjan, no mês de maio, o Brasil e os demais membros da Aliança dos Produtores de Cacau iniciaram a elaboração da posição comum dos países produtores com vistas à negociação do Segundo Acordo Internacional do Cacau. As primeiras discussões com os países consumidores foram realizadas em Londres no mês de junho, no âmbito do Comitê Preparatório da Renegociação, criado pela própria Organização Inter-

nacional do Cacau. Nova reunião dos produtores ocorreu em julho, desta vez em Acra, durante a XXV Assembléia Geral da Aliança, quando, já de posse de estudos mais pormenorizados, os membros desse organismo estruturaram as posições que iriam defender, em comum, durante a Conferência Negociadora das Nações Unidas sobre Cacau. Precedida ainda por mais uma reunião do Comitê Preparatório em Londres, no mês de agosto, a Conferência, sob os auspícios da UNCTAD, realizou seus trabalhos em Genebra, de 22 de setembro a 20 de outubro.

O novo Acordo Internacional do Cacau estará aberto à assinatura e ratificação até 30 de setembro de 1976, devendo entrar em vigor a 1.º de outubro do mesmo ano, substituindo assim o instrumento ora vigente, que expira naquela data. Embora tenha mantido os mesmos princípios básicos do Acordo de 1972 (quotas, preços e estoque regulador), o convênio recém-celebrado introduz ponderáveis aperfeiçoamentos nos diversos mecanismos e em suas formas de operação, além de consagrar notável elevação da faixa de preços e estabelecer a regra do reexame periódico dessa faixa. Seu período de vigência será de três anos, podendo ser prorrogado, sem negociação, por mais dois anos.

Em todo o processo negociador coube ao Itamaraty a responsabilidade de articular a posição assumida pelo Brasil — depois de consultados os órgãos interessados na matéria — bem como de chefiar as Delegações brasileiras às várias reuniões realizadas.

Açúcar

A Organização Internacional do Açúcar prosseguiu na tarefa de estudar as bases técnicas de um novo convênio com cláusulas econômicas. O Itamaraty, em estreita cooperação com o Instituto do Açúcar e do Álcool, participou ativamente desta tarefa, uma vez que o Brasil integra o Comitê Consultivo estabelecido para tal fim. Foi de tal forma satisfatório o progresso

dos entendimentos de caráter técnico que já se contempla a realização de conferência negociadora do novo acordo no próximo ano.

Em âmbito regional, foi dado forte impulso ao Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), entidade criada em novembro de 1974, com o objetivo de congregar, para fins de consulta e coordenação, os 22 produtores da região. O Brasil participou das duas reuniões do Grupo (Puerto Plata, abril; e Lima, setembro-outubro), ocasiões em que se fortaleceu a estrutura da associação mediante a elaboração do Regulamento do Secretariado Permanente, sediado no México, e do esquema de contribuição financeira, bem como foram eleitos os membros da Diretoria e debatido o projeto de Estatutos do Grupo. Estas reuniões ensejaram, ainda, o exame conjunto do mercado pelos responsáveis pela política de vendas dos países-membros, recomendando-se medidas tendentes a aprimorar a comercialização externa do produto. Ademais, foram iniciadas as atividades do Grupo em matéria de divulgação de informações de mercado e intercâmbio tecnológico.

Finalmente, o Itamaraty emprestou apoio ao Instituto do Açúcar e do Álcool em diversas tratativas bilaterais, sobretudo com vistas à conclusão de contratos plurianuais para a colocação do produto brasileiro.

Pesca

Foram renegociados os acordos de pesca de camarão entre o Brasil e quatro países, a saber: Estados Unidos, Trinidad e Tobago, Barbados e Países Baixos (pelo Suriname). Obteve-se melhoria da taxa de operação devida pelos barcos dos mesmos países para operarem na área acordada em águas territoriais brasileiras e atualizaram-se as multas aplicáveis às embarcações que infringirem as disposições dos acordos. Mais importante ainda, o acolhimento das novas condições apresen-

iadas pelo Brasil veio reforçar a aceitação, de fato, de nossa soberania sobre o mar territorial de 200 milhas, embora reservas de ordem jurídica continuem a figurar naqueles instrumentos.

Por outro lado, foram fixadas novas diretrizes para política brasileira sobre pesca em nossas águas territoriais: no futuro, não mais serão celebrados acordos do tipo cessão de área, como os atualmente existentes; as empresas estrangeiras só poderão operar naquelas águas quando associadas a empresas de pesca brasileira, em empreendimentos conjuntos, no qual o capital nacional será sempre majoritário. Os próprios acordos acima citados já contêm disposição a respeito e determinam a redução gradual do número de embarcações que operam por conta de empresas estrangeiras, até sua total eliminação ao fim do prazo de duração daqueles atos.

As negociações dos acordos que disciplinarão os empreendimentos conjuntos deverão realizar-se no correr do ano de 1976; os trabalhos preliminares já começaram, tanto no Brasil como em países interessados no assunto.

Carne

A CEE, principal compradora de carne brasileira, impôs pesadas restrições às importações do produto. Além disso, a demanda diminuiu em todos os grandes países-compradores (Estados Unidos, Japão, Canadá). A oferta mundial ampliou-se, fruto do aumento do rebanho mundial (2%) e da produção (4%) desde 1974, principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Com a escassez de pastagens e o alto custo das forragens, cresceram os abates, prevendo a FAO que a curva máxima da produção só será atingida em 1976. Paralelamente, houve retração da demanda já em 1974, em virtude do processo inflacionário e da recessão nos países de economia de mercado. Em decorrência do excesso da oferta e da retração da demanda, os preços se mantiveram em baixa.

A conjuntura internacional refletiu-se no Brasil, onde, em 1974, exportamos 106 000 toneladas de carne e, em 1975, aproximadamente 63 000 toneladas. Até outubro último, havíamos exportado 34 498 toneladas (no valor de US$ 57 milhões) de carne bovina industrializada, e 5 266 toneladas de carne bovina congelada e resfriada (no valor de US$ 16 milhões). Dentro do esforço promocional do produto, o Ministério da Agricultura, em colaboração com o Itamaraty, a Braspetro e o setor privado, constituiu missão exploratória a alguns países da Europa e Oriente Médio. Visava-se precipuamente à pesquisa do mercado e a, eventualmente, fechar contratos de fornecimento de carnes e de frigoríficos, caminhões próprios, **know-how** sobre abastecimento e distribuição de carnes.

De 22 a 26 de setembro, realizou-se em Roma, a V Sessão do Comitê Intergovernamental da FAO, com a participação do Brasil, tendo a reunião avaliado as disponibilidades e necessidades do mercado internacional e as restrições da CEE às importações de carne.

Minérios

Em decorrência das reuniões de Nova Delhi, em janeiro, e de Genebra, em abril, foram elaborados e aprovados os estatutos da nova Associação dos Países Exportadores de Minérios de Ferro (APEF). O Brasil participou de ambas as reuniões, mas absteve-se, em Genebra, de dar seu endosso ao novo organismo. Em outubro, quando, já ratificados por um número suficiente de países, os estatutos da APEF entraram em vigor, o Governo brasileiro transmitiu ao Governo da Índia (país depositário), através de comunicação do Ministro das Minas e Energia ao Ministro do Comércio daquele país, sua decisão de não aderir, no momento, à Associação.

No tocante a outros minérios, cabe registrar a participação do Brasil no Comitê de Tungstênio da UNCTAD e o constante acompanhamento da evolução internacional dos mercados de estanho, bauxita e não-ferrosos.

Trigo

Após previsão de produção recorde em 1975, estimada em 3 500 mil toneladas, que tornava mais próxima a perspectiva de auto-suficiência no setor trigo nacional, as geadas (em julho) e as fortes chuvas (em setembro) fizeram cair a aproximadamente 1 500 mil toneladas a safra nacional, impondo-se, em 1976, importação de mais de 3 300 mil toneladas (no valor aproximado de US$ 500 milhões), para um consumo estimado de 4 800 mil toneladas.

O total de trigo importado em 1975 foi da ordem de 2 milhões de toneladas no valor aproximado de US$ 300 milhões, o que significa economia de divisas em relação a 1974 (quando adquirimos 2 165 mil toneladas, no valor aproximado de US$ 400 milhões), decorrente da baixa cotação internacional no decorrer de 1975. Na realidade, em 1975 o mercado internacional de trigo esteve instável, mas em baixa com relação a 1974 (em novembro de 1974, o preço era de US$ 197.00 a tonelada; em junho de 1975, caiu a US$ 123.00), devido principalmente às perspectivas de produção recordista dos Estados Unidos e à ausência de notícias de quebra sensível de safra na União Soviética, só conhecida em julho de 1975.

As últimas previsões do Conselho Internacional do Trigo para a produção mundial são de 350 a 355 milhões de toneladas, total pouco maior que o de 1974 (352 milhões). Os cinco principais exportadores (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e CEE) contarão provavelmente com mais ou menos o mesmo estoque do período anterior (25 milhões de toneladas). Supõe-se, portanto, caso não se confirmem novas grandes compras da União Soviética, que os preços se estabilizarão em torno dos níveis atuais (US$ 150.00).

De 28 de abril a 5 de maio, realizou-se em Winnipeg, Canadá, negociação entre Representantes da Junta Canadense do Trigo e da SUNAB, para compra de trigo segundo o Acordo de 1972. Na ocasião, foi assinado contrato entre os dois órgãos para

aquisição pelo Brasil de 300 mil toneladas de trigo canadense (CWRS n.º 3) ao preço de Can$ 148.00 por tonelada FOB, para embarques em junho, agosto e setembro.

Como anteriormente ajustado, os mesmos Representantes reuniram-se no Rio, de 21 a 27 de outubro último, tendo sido adquiridas as últimas 100 mil toneladas previstas no contexto do Acordo de 1972. Foi também assinado, em Brasília, novo Acordo com o Canadá para compra de um mínimo de 900 000 e um máximo de 1 500 000 toneladas de trigo canadense, 400 000 toneladas já tendo sido negociadas na mesma ocasião, para entrega em maio, junho e julho de 1976.

A Argentina, com um excedente exportável previsto de 3 500 000 toneladas, compareceu às concorrências da Junta do Trigo no Rio, no final do ano, tendo vendido 100 000 toneladas de trigo argentino, para embarque em janeiro de 1976, ao preço FOB de US$ 152.00.

O CIT prorrogou, com a adesão do Brasil, a Convenção Internacional do Trigo, 1971, por mais um ano, até julho de 1976, e iniciou estudo num Grupo preparatório criado para esse fim, com vistas a concluir um novo Acordo Internacional de Trigo em bases econômicas. Os Estados Unidos apresentaram proposta para um acordo de estoques, considerada pouco eficaz pela CEE, que prefere seja o assunto tratado no âmbito do GATT.

Outros Produtos

Entre os outros produtos primários a merecerem a atenção do Itamaraty, assinalem-se o sisal, afetado por forte queda de suas cotações, bem como o chá, frutas cítricas (ambos na esfera da FAO) e borracha (no âmbito do GIESB). No que concerne ao sisal, o Brasil esteve presente a VIII e IX Sessões do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras da FAO, onde foi examinada a conjuntura desse produto e estabelecidas quotas

de exportação no âmbito do chamado Arranjo Informal sobre Sisal e Henequém.

Energia

O problema energético, latente há alguns anos, mas dramatizado pela quintuplicação dos preços do petróleo, continuou a ocupar o centro das preocupações da economia mundial e brasileira no ano de 1975. Em nível internacional, o panorama apresentou os seguintes aspectos principais: 1) queda do consumo de energia, sobretudo petróleo, em todos os países da OCDE e conseqüente retração da demanda do produto;

2) diminuição da produção dos países da OPEP para evitar que o excesso de oferta no mercado viesse a provocar insuportáveis pressões baixistas;

3) esforços, nem sempre bem sucedidos, dos países da OCDE de se associarem e coordenarem suas políticas energéticas, com o objetivo de diminuir sua dependência do petróleo da OPEP — tentativa de fortalecimento da Agência Internacional de Energia, criada em novembro de 1974, para fazer frente ao cartel de produtores de óleo;

4) demonstração de força e coesão da OPEP ao aumentar em setembro, os preços do petróleo, quando as condições de mercado pareciam desfavoráveis aos produtores;

5) realização da conferência proposta pelo Presidente da França, inicialmente chamada de Conferência de Energia e depois intitulada Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional. Houve duas reuniões preparatórias da Conferência — abril e outubro. Nessas oportunidades, principalmente na última, e em contatos informais entre os países participantes — Brasil, Arábia Saudita, Argélia, Comunidade Econômica

Européia, Estados Unidos, Índia, Irã, Japão, Venezuela e Zaire — tratou-se da organização da Conferência. Em dezembro, realizou-se, em Paris, a reunião inaugural, a nível ministerial, que criou quatro comissões de trabalho — Energia, Matérias-Primas, Desenvolvimento e Questões Financeiras. Da fase preparatória para a seguinte, a participação na conferência foi aumentada de 17 membros, a saber: Argentina, Austrália, Camarões, Canadá, Egito, Indonésia, Iraque, Jamaica, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Espanha, Suécia, Suíça, Iugoslávia e Zâmbia.

No tocante à energia nuclear, o panorama internacional apresentou-se incerto. Por um lado, muitos países demonstraram intenção de prosseguir ou implantar programas de construção de centrais nucleares para produção de eletricidade, como alternativa mais econômica para as centrais a petróleo ou carvão; por outro, em diversos países desenvolvidos, setores da população empreenderam campanhas antinucleares, procurando salientar as desvantagens da alternativa nuclear: perigos de roubos e desvios por terroristas; possibilidade de acidentes nucleares de graves conseqüências; e, mais recentemente, falta de apreciável vantagem econômica, em virtude dos custos crescentes de construção das centrais e do aumento exagerado do preço do urânio. Tais reações fizeram-se sentir com maior grau nos Estados Unidos, mas ocorreram igualmente na Alemanha Federal, França e Suécia.

Realizaram-se diversas reuniões sobre a cooperação internacional no campo nuclear: começaram os trabalhos preparatórios para a conferência sobre a transferência de tecnologia nuclear, a realizar-se no Irã, em 1977, e a Conferência da Agência Internacional de Energia Atômica celebrou sua XIX Sessão, em Viena, tendo os representantes de todos os países presentes reafirmado sua certeza na validade da opção nuclear como fonte de energia para fins pacíficos. Foi aceito o convite do Brasil para que a XX Sessão tenha lugar no Rio

de Janeiro, em setembro de 1976, devendo essa ser a terceira vez que a Conferência se reúne fora da sede da AIEA em Viena.

Foi fundado em Londres, em junho de 1975, o Instituto Internacional do Urânio, congregando produtores efetivos e potenciais do Mineral de cinco países: Austrália, Canadá, França, África do Sul e Reino Unido. Incorporado como companhia limitada, é constituído por empresas privadas dos países em apreço e duas entidades governamentais: o Comissariado de Energia Atômica da França e a Urânio do Canadá. Seu objetivo principal é promover o uso do urânio para fins pacíficos, tendo seu presidente deixado claro que não se trata de uma OPEP do urânio em perspectiva. No Brasil, merecem ser citados os seguintes pontos:

1) tentativas de reduzir o consumo de petróleo, principalmente através da contenção do consumo de gasolina, mediante aumento absoluto e relativo do preço do produto;

2) esforços no sentido de aumentar a produção energética nacional — programa nuclear, programa hidrelétrico, incremento da prospecção de petróleo e gás, autorização à Petrobrás de assinar contratos de risco, prosseguimento acelerado das pesquisas sobre exploração comercial do xisto betuminoso, planos de emprego de álcool etílico como combustível;

3) ação internacional com vistas a assegurar o abastecimento brasileiro de cru importado, ao mesmo tempo em que se procurou compensar as importações petrolíferas com o aumento de exportações para os mercados fornecedores;

4) participação brasileira na Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional;

5) assinatura do acordo nuclear com a República Federal da Alemanha.

Este último ato foi um dos mais significativos da política externa brasileira em 1975. O Brasil adotou a decisão de instalar centrais nucleares quando verificou ser impossível atender ao crescimento da demanda de energia elétrica, estimada em torno de 10% anuais, apenas com exploração do potencial hidrelétrico. A alternativa nuclear foi considerada a mais econômica e, sendo necessário o recurso à tecnologia estrangeira, a RFA foi escolhida como nosso principal parceiro, em função das condições apresentadas.

O acordo tem uma dimensão sem precedentes no tocante à cooperação internacional sobre energia nuclear, pois cobre praticamente todos os aspectos de seu emprego para fins pacíficos, a saber: a) prospecção, extração e beneficiamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos de urânio; b) produção de reatores nucleares e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes; c) enriquecimento de urânio; d) produção de elementos combustíveis e e) reprocessamento de combustíveis irradiados. A cooperação compreenderá também o intercâmbio das informações tecnológicas necessárias.

Os contratos comerciais decorrentes do acordo poderão alcançar um total de vários bilhões de dólares. Oito usinas nucleares serão construídas nos próximos 15 anos num total de 10 400 Mwe, cerca de metade da capacidade instalada de todas as usinas atualmente existentes no Brasil.

Para sua execução, a Nuclebrás, empresa estatal brasileira para a exploração da energia nuclear, constituída em fins de 1974, associou-se com várias empresas alemãs, criando subsidiárias, que se ocuparão de diversos itens da cooperação planejada. Duas centrais deverão entrar em funcionamento em 1982 e 1983.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes Marítimos

Foram as seguintes as reuniões marítimas bilaterais e multilaterais, de que participou o Itamaraty em 1975:

1) IV Sessão do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional, da UNCTAD. (Genebra, 27.01 a 07.02.1975);

2) Reunião do Grupo Latino-Americano sobre Seguros no Transporte Intermodal. (México, janeiro de 1975);

3) Primeiro **round** de negociações do Acordo Marítimo Brasil—França. (Brasília, 13.02.1975);

4) VIII Sessão do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional, da UNCITRAL (Nova York, 10 a 21 de fevereiro de 1975);

5) Negociações e rubrica dos Acordos Marítimo e Fluvial Brasil—Uruguai, assim como da Ata de Intenção, estabelecendo compromissos de realização de estudos, de troca de informações sobre aspectos econômicos, comerciais e operacionais do transporte fluvial e lacustre entre o Brasil e o Uruguai (Montevidéu, 7 a 9 de abril de 1975);

6) Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil—Argélia (Argel, setembro de 1975);

7) IV Conferência Portuária Interamericana (México, 05.11.75);

8) Reunião do Conselho Especial de Consulta e Negociação e do seu Grupo **Ad-hoc** sobre Transportes Marítimos, do CIES, da OEA (México, 01 a 05 de dezembro de 1975);

9) VII Sessão do Comitê de Transporte Marítimo da UNCTAD (Genebra, 10 a 21 de novembro);

10) Negociação e rubrica do Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil—Romênia (Brasília, julho de 1975);

11) Negociações finais e rubrica do Acordo Marítimo Brasil—França e da Ata que cria a Comissão Mista sobre Transportes Marítimos franco-brasileira (Paris, setembro de 1975).

Quanto ao Acordo com a Argélia, trata-se do primeiro instrumento desse tipo a ser negociado com um país árabe, com benefícios para as armações brasileira e argelina. E o convênio com a França representou o passo inicial no programa de cooperação entre os dois países no setor dos transportes marítimos, de modo geral. A criação da Comissão Mista, formada pelas autoridades de marinha mercante dos dois países, possibilitará um exame regular da evolução do intercâmbio marítimo franco-brasileiro, bem como canalizar a assistência técnica da França, no campo do combate à poluição marinha por petróleo, e ensejará a cooperação entre os dois países para a importação e exportação de navios e de equipamentos para a indústria naval.

Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO)

De acordo com sua política de defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, nas diversas reuniões promovidas pela IMCO, o Brasil preconizou o incremento da cooperação técnica, em favor das nações de menor desenvolvimento marítimo, como única fórmula capaz de assegurar o cumprimento das normas e recomendações emanadas da Organização; defendeu ainda o princípio de maior democratização da IMCO, mediante o acesso e maior participação dos países em desenvolvimento nos seus diversos órgãos decisórios, notadamente no Conselho.

A primeira dessas diretrizes resultou na localização, no Brasil, do Escritório do Conselheiro Regional da IMCO para a América Latina, com apoio material do Governo brasileiro. A criação desse Escritório, a ser inaugurado no primeiro trimestre de 1976 pelo Secretário-Geral da IMCO, Senhor C. P. Srivastava, contribuirá decisivamente para expansão das atividades de cooperação técnica no âmbito regional.

Em obediência à segunda meta, na IX Assembléia da IMCO, realizada em Londres, em novembro, logrou o Brasil eleger-se para a Categoria "B", reservada, nos termos do artigo 18 da Convenção constitutiva da IMCO, dos países de "maior interesse no comércio marítimo internacional". A mudança de posição do Brasil no Conselho, onde anteriormente tinha assento na Categoria "C" (área geográfica), assegura maior representatividade do mundo em desenvolvimento naquele colegiado.

Cumpre salientar que o Brasil foi o segundo candidato mais votado na eleição para a Categoria "B" do Conselho, não obstante estar concorrendo com grande número de potências marítimas tradicionais.

Por outro lado, configurando-se a maior participação brasileira na IMCO, reativou o MRE o Comitê Coordenador de Assuntos do organismo em apreço, integrado por representantes dos Ministérios da Marinha, dos Transportes e do Interior (SEMA), que se reúne uma vez por mês, no Itamaraty.

Há a registrar ainda a presença brasileira na Conferência sobre o Estabelecimento de um Sistema Global de Comunicações Marítimas por Satélite, patrocinada pela IMCO e pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Em sua primeira sessão, examinaram-se os princípios que deverão nortear o **International Maritime Satellite Organization** — INMARSAT, a quem incumbirá a implantação e administração do aludido sistema. Nova sessão foi convocada para fevereiro de 1976. Entrementes, um Grupo de Trabalho Intersessional, assistido

por um Comitê de Peritos Jurídicos, reuniu-se por duas vezes, buscando denominadores comuns para as divergências surgidas no curso da primeira reunião. O Brasil integra tanto o Grupo de Trabalho Intersessional, quanto o Comitê de Peritos Jurídicos.

Enumeram-se a seguir outras atividades da IMCO das quais participou o Brasil:

1) XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica da IMCO (Londres, 28 a 29 de maio);

2) XXXIV Sessão do Conselho da IMCO (Londres, 02 a 06 de de junho);

3) III Sessão do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, da IMCO (Londres, junho de 1975);

4) XXXIII Sessão do Comitê de Segurança Marítima da IMCO (Londres, 22 a 28 de setembro); e

5) IV Sessão do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho da IMCO (Londres, 20 a 24 de outubro de 1975).

Transportes Aéreos

VI Reunião de Consulta Brasil—Estados Unidos da América

Realizada no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 3 a 7 de novembro, por solicitação norte-americana, teve como principal objetivo examinar o pedido da **Pan American World Airways Inc.,** de estacionar uma aeronave no Aeroporto Internacional do Galeão para transportar os passageiros procedentes dos Estados Unidos até Congonhas (São Paulo).

Ao cabo da consulta, foi lavrada Ata registrando a concordância de ambas as Partes no sentido de que a **Pan American** ven-

desse bilhetes de qualquer ponto em que opera nos Estados Unidos, até São Paulo, transferindo, no Galeão, seus passageiros para aeronave afretada à empresa brasileira que os transportará até Congonhas, onde será feita a nacionalização, nos termos da Portaria do Ministério da Aeronáutica.

Reunião de Consulta com a Jordânia (Rio de Janeiro, 3 a 7 de março de 1975)

O encontro teve por objetivo o estabelecimento de um Acordo de Transporte Aéreo Regular entre os dois países.

Dos Quadros de Rotas negociadas constam as seguintes escalas:

Da Jordânia:

a) pontos na Jordânia; Cairo; Lagos: Acra ou Abidjan; Dacar; Rio de Janeiro e/ou São Paulo; Montevidéu ou Buenos Aires; Santiago;

b) pontos na Jordânia; Cairo; Trípoli ou Benghazi; Túnis; Argel; Dacar; Rio de Janeiro e/ou São Paulo; Montevidéu ou Buenos Aires; Santiago.

Do Brasil:

a) pontos no Brasil; dois pontos na África Ocidental; um ponto na África Central; um ponto na África Oriental; Amã; Teerã; Nova Délhi ou Tóquio, sendo que os pontos na África ainda não foram determinados;

b) pontos no Brasil; um ponto na África Ocidental; Argel; Túnis; Trípoli; Cairo; Amã; Teerã; Nova Délhi ou Tóquio.

O Acordo Aeronáutico Brasil—Jordânia foi assinado em 5 de novembro de 1975, em Brasília.

Reunião de Consulta com a Espanha (Madri, de 16 a 23 de abril)

No encontro decidiu-se:

I) aumentar a capacidade, sem acréscimo de freqüências, através de mudança de equipamento. A Ibéria, a partir de 19 de abril de 1975, embora continuando a operar apenas três vôos semanais para o Brasil, substituía um serviço de DC8-63, por um de DC-10 (opera atualmente dois DC-10 e um DC8-63). A Varig também teve sua oferta acrescida na mesma proporção;

II) procurar reservar o tráfego Brasil—Espanha para as empresas de bandeira; e

III) tendo em vista o aumento do tráfego espanhol para os países **além** Brasil, as autoridades brasileiras resolveram concordar com um acréscimo na quota de passageiros que a Ibéria pode transportar para o Sul.

II Reunião de Consulta com a França (Paris, de 29 de abril a 6 de maio)

Na oportunidade decidiu-se dar início à operação da aeronave Concorde para o Brasil; aumentar a capacidade; e modificar os Quadros de Rotas.

A Air France perdeu seus direitos de tráfego em Madri, passando a exercê-los em Casablanca, e estabeleceram-se quotas anuais de V liberdade para a mesma empresa entre o Brasil e Casablanca (1 200 passageiros) e entre o Brasil e os países do Sul (3 100).

A fim de complementar a Reunião de Consulta com a França, foi realizada, no Rio de Janeiro, uma reunião de caráter in-

formal na qual a Delegação brasileira concordou em examinar o eventual aumento das freqüências semanais para o Concorde, atualmente fixadas em duas: aumento da quota de passageiros, atualmente fixada em 3 100, que a Air France pode transportar entre o Brasil e os países ao Sul do Brasil; e a possibilidade de servir Manaus em vôos procedentes de Caiena ou Antilhas Francesas.

Antilhas Francesas

VI Reunião de Consulta com o Reino Unido — Rio de Janeiro, 1 a 5 de dezembro de 1975

Na Reunião de Consulta com o Reino Unido foi aprovado um novo Anexo ao Acordo sobre Transporte Aéreo de 31 de outubro de 1946 e um novo Quadro de Rotas. Decidiu-se, também, tornar insubsistente o Protocolo de Assinatura anexo ao referido Acordo.

Além do Acordo com a Jordânia, foi ainda assinado convênio aeronáutico bilateral com o Marrocos (Brasília, 30 de abril de 1975).

Durante o ano, o Itamaraty participou de todas as sessões plenárias realizadas pela Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, do Ministério da Aeronáutica, onde são tratadas as questões sobre transporte aéreo internacional em que o Brasil é parte interessada.

Transportes Terrestres

Reuniões da Comissão Nacional Coordenadora dos Assuntos Relativos ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 19 de outubro de 1966

Reuniu-se a Comissão Coordenadora no Rio de Janeiro, em Uruguaiana, Brasília e São Paulo, a fim de examinar as modi-

ficações ao Convênio, aprovadas em 1974, e estabelecer definições de caráter geral e permanente, fazendo constar de anexos os assuntos passíveis de modificações mais freqüentes. Introduziu-se maior flexibilidade na interpretação do conceito de reciprocidade e distribuição de tráfego ao se admitir que tal reciprocidade poderia ser alcançada através de compensações distintas.

Instalada no Rio de Janeiro, em sessão realizada na sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a Comissão Coordenadora sobre Transporte Internacional Terrestre examinou, em suas diversas reuniões, os seguintes pontos específicos: remessa de numerário, habilitação de novos pontos na fronteira, agenda da subcomissão de transportes da Comissão Especial Brasileiro—Argentina (CEBAC), transporte internacional do tipo porta a porta.

Reuniões Bilaterais sobre Transporte Terrestre

I) Reunião Técnica com o Paraguai (Rio de Janeiro, 19 de agosto — sede, DNER)

Examinou aspectos referentes à ligação Foz do Iguaçu—Puerto Presidente Stroessner, bem como a criação de linhas que atendam à demanda induzida pela construção da usina de Itaipu.

Quanto ao transporte de passageiros, decidiu-se conceder ao Paraguai dois prolongamentos semanais da linha Assunção—São Paulo, para o Rio de Janeiro, mantidas três freqüências já existentes para a capital paulista. No que tange ao transporte de carga, ficou patente o interesse paraguaio em incrementar as ligações rodoviárias com os portos brasileiros, sobretudo, Santos e Paranaguá. Encontrando dificuldades para fazer escoar suas exportações de carne, soja e madeira, a Delegação paraguaia concordou em que novas empresas brasileiras fossem habilitadas a operar entre o Brasil e o Paraguai.

II) **Reunião Técnica com o Uruguai (Rio de Janeiro, 4 a 5 de novembro — sede DNER)**

(V. Capítulo de Assuntos Americanos)

III) VI Reunião da Subcomissão de Transporte da Comissão **Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC) — (Rio de Janeiro, 10 a 12 de dezembro)**

(V. Capítulo de Assuntos Americanos)

IV) **VI Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes dos Países do Cone Sul (Assunção, Paraguai, 10 a 15 de novembro)**

No encontro de Assunção, os Ministros dos Transportes da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai aprovaram:

a) O Anexo II do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre referente ao Autotransporte Internacional por "Carreteira";

b) Levar aos órgãos competentes dos respectivos Governos, para ratificação, o Corpo Principal do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre e o Anexo II acima mencionado; e

c) Submeter às autoridades competentes dos respectivos Governos as modificações propostas nos Anexos I — aspectos Aduaneiros, e III — aspectos Migratórios, para críticas e recomendações.

Tendo em vista as atividades da V Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transportes dos Países do Cone Sul e a necessidade de atualização das informações sobre a Rede Fundamental de Transportes, os Ministros dos Transportes igualmente decidiram na VI Reunião:

I) estabelecer prazo de 120 dias para atualizar e completar a informação sobre a Rede Fundamental de Transportes; e

II) solicitar ao Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), a preparação de documento, sobre a Rede Fundamental de Transporte do Cone Sul, com os antecedentes mencionados no item 1.

Foram, também, estabelecidas as normas básicas para autorizar o transporte turístico através de Projeto de Convênio para o Transporte Turístico Internacional Terrestre.

Comunicações

No setor de assuntos postais, registrou-se a participação brasileira nas reuniões do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo de Estudos Postais, da União Postal Universal (UPU), e do Conselho Consultivo e Executivo da União Postal das Américas e Espanha (UPAE). O primeiro daqueles colegiados é o órgão permanente responsável pela continuidade dos trabalhos da UPU no período entre as reuniões do Congresso, seu órgão supremo; o segundo efetua estudos e emite pareceres sobre questões técnicas atinentes ao serviço postal; o último, por sua vez, se desincumbe, em bases regionais, de tarefas análogas àquelas atribuídas aos Conselhos da União Postal Universal.

Em telecomunicações, no âmbito multilateral, o Brasil se fez representar na XXX Sessão do Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), nas reuniões da Comissão do Plano Mundial do Comitê Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico de Radiocomunicações (CCIR), ambos da UIT. Participou, igualmente, da Feira Internacional de Telecomunicações (TELECOM/75), patrocinada pela UIT, e promoveu, no Rio de Janeiro, a Segunda Conferência Interamericana de Telecomunicações (II-CITEL).

O Conselho de Administração da UIT assume, entre duas Conferências de Plenipotenciários, o caráter de órgão máximo da União. Em tais condições, é de sua competência: traçar

diretrizes para a atuação dos órgãos permanentes, bem como exercer o controle financeiro dos mesmos; facilitar a implementação das normas e regulamentos adotados pela União; promover a cooperação técnica internacional com os países em desenvolvimento; exercer quaisquer outras atividades que lhe sejam atribuídas pela Conferência de Plenipotenciários.

A Comissão do Plano onde uma Vice-Presidência cabe ao Brasil, encarrega-se da elaboração de um Plano Mundial de Telecomunicações, levando em conta as diversas iniciativas de caráter regional.

Quanto ao Grupo Interino de Trabalho do CCIR, sua atividade oferece ao Brasil a possibilidade de obter subsídios à elaboração do plano brasileiro para a utilização das freqüências que lhe foram atribuídas pela Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações Marítimas (Genebra, 1974).

A TELECOM/75 teve como objetivo a divulgação das técnicas e dos equipamentos em utilização, atual ou futura, no mundo. Foi aberta à participação dos países-membro da UIT, seja como expositores, através de empresas governamentais e privadas, seja como observadores. Dada a potencialidade do evento como fator de estímulo para as trocas internacionais no setor, o Ministério das Comunicações fez instalar, naquela mostra, um estande brasileiro, do qual participaram cerca de vinte expositores, e que foi inaugurado pelo titular daquela Pasta, Comandante Quandt de Oliveira.

A CITEL é uma Conferência Especializada da Organização dos Estados Americanos, reunindo-se a cada quatro anos para tratar, em caráter regional, de problemas técnicos do setor de telecomunicações. Tendo promovido a realização da Conferência, o Brasil terá, nos próximos quatro anos, a atribuição de presidir e sediar o Comitê Diretivo Permanente, órgão executivo daquela entidade.

Cumpre registrar a atividade junto a países da América do Sul com vistas a promover a interligação dos sistemas nacionais de telecomunicações na região. Entendimentos nesse sentido, enquadrando-se numa perspectiva mais ampla de implantação da Rede Interamericana de Telecomunicações (RIT), estão sendo promovidos junto ao Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru e Venezuela. Outrossim, foi assinado, em agosto, acordo entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e a Empresa Nacional de Telecomunicaciones — ENTEL, da Argentina, prevendo, já no segundo semestre de 1977, a interconexão dos sistemas argentino e brasileiro de telecomunicações, através de Foz do Iguaçu.

Valendo-se da experiência adquirida internamente nos últimos anos, tem-se voltado a Administração brasileira de Comunicações para a prestação de assistência técnica aos países da área, em estreita coordenação com o Itamaraty.

Cabe ressaltar o trabalho que vem sendo realizado com vistas a fomentar a adoção de um sistema único de televisão a cores por parte dos países sul-americanos. Esta iniciativa visa a facilitar o intercâmbio de programas e de transmissões.

Outrossim, tiveram continuidade as iniciativas brasileiras de participação na implantação da Rede Pan-africana de Telecomunicações (PANAFTEL), projeto em realização no continente africano. A atuação brasileira, por Grupo de Trabalho Interministerial instituído sob a coordenação do Ministério das Comunicações, já obteve sucesso na abertura do mercado africano para a exportação de serviços de empresas nacionais.

Finalmente, foi firmado Acordo de Radioamadorismo com o Chile e autorizada a assinatura de instrumento semelhante com o Uruguai. Por outro lado, prosseguiram os entendimentos com a Noruega, Finlândia, Venezuela e França sobre a matéria.

PROMOÇÃO COMERCIAL

PROGRAMAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL

As atividades dos Projetos de Planejamento e de Programação foram desenvolvidas, em 1975, em dois níveis: primeiro, procurou-se chegar ao aperfeiçoamento de métodos e instrumentos de trabalho e, em seguida, objetivou-se intensificar e aprofundar sua utilização pelas unidades do Sistema de Promoção Comercial no Exterior.

Assim, a Secretaria de Estado, inicialmente, elaborou e remeteu aos Postos o Documento de Planejamento — DPL-76 — o qual contém informações e regras gerais de procedimento com vistas à preparação, pelos postos-SECOM e pelas Divisões do DPR, das respectivas propostas de programa de atividades e orçamento-programa. Para tanto, acompanhou-se, no primeiro semestre do ano findo, a evolução recente do Sistema de Promoção Comercial, procurou-se detectar os objetivos e diretrizes que a promoção comercial deveria, presumivelmente, perseguir e observar no presente ano. À luz desses fatos, determinaram-se a estrutura e o desdobramento do Programa de Promoção Comercial no Exterior-76, já correlacionando objetivos e atividades destinados a sua consecução.

Especificamente quanto à programação, foram reestruturados os métodos de trabalho, de que resultaram alterações no Documento de Planejamento — DPL-76 —, no Código Geral de Atividades — CGA — e nos formulários de Orçamento-Programa enviados aos Postos para a elaboração de suas propostas de trabalho para 1976.

De modo geral, a programação se consubstancia no preparo de dois documentos: o DPL já referido, e o Programa de Promoção Comercial no Exterior — DPCE. Nos dois casos, constitui um aprofundamento dos trabalhos de planejamento. Tratou-se, em suma, de testar e corrigir eventuais deficiências da programação orçamentária e de atividades eventualmente verificadas em 1975.

Com relação ao PPCE-76, elaborou-se o Manual de Análise das Propostas de Programa dos Postos no Exterior — MAn — o que resultou do desenvolvimento de técnicas já aplicadas em 1974.

Também no âmbito das operações de Programação foram realizadas reprogramações de itens de Propostas e Atividades e de Orçamento de várias unidades do Sistema, tanto em função de ajustes que se fizerem necessários às propostas iniciais dos Postos, quanto em função de mudanças de expectativas e prioridades.

Ainda em termos de Planejamento e de Programação, elaborou-se, em 1975, um "Documento de Avaliação". Constituem-no formulários de controle e avaliação, destinados a substituir os relatórios de atividades com vistas a simplificar e padronizar as tarefas de acompanhamento, pelos Postos e Secretaria de Estado, das atividades programadas para o Sistema de Promoção Comercial. Tratou-se de pôr em prática o previsto no PPCE-75, que incluiu no Projeto Organização e Controle a realização de levantamentos periódicos do desempenho das Unidades do Sistema e do emprego dado aos recursos orçamentários a sua disposição.

O primeiro Ciclo de avaliação, em caráter experimental, iniciou-se no final do primeiro semestre do ano findo com o objetivo de fornecer aos Postos instrumentos para que procedessem ao acompanhamento e à análise do desenvolvimento dos respectivos orçamentos-programas de promoção comercial. Aqueles formulários obedecem à mesma codificação do Código-Geral de Atividades e são simétricos aos formulários de programação já utilizados para a apresentação, pelos Postos/SECOM, das propostas de programas de atividades e custos.

Por outro lado, em função, seja das modificações acima referidas, seja do considerável aumento das atividades da Promoção Comercial que provocaram verdadeira hipertrofia dos trabalhos a cargo das três Divisões do DPR e do CIPEA, estudou-se a conveniência de se propor a reestruturação do DPR. Desses estudos verificou-se que numerosas e importantes atividades estavam sendo executadas de acordo com critérios inadequados às competências das Divisões existentes. Em conseqüência, por meio da Portaria n.º 403, de 8 de abril passado foram criadas duas novas Divisões no DPR: a de Operações de Promoção Comercial (DOC) e de Estudos e Pesquisas de Mercado (DEP). A Divisão de Programas de Promoção Comercial, a partir do segundo semestre, passou a centralizar, também, as atividades de natureza orçamentária e contábil do DPR, numa Seção de Assuntos Orçamentários e Financeiros — SOF. Essa centralização foi ditada pela necessidade de se estabelecer sistemática uniforme de execução e controle financeiro. Levou-se em conta, outrossim, o fato de que as Divisões do DPR, até então, deviam dirigir boa parte de seus recursos e esforços para solucionar problemas predominantemente administrativos com o conseqüente sacrifício de sua capacidade operacional.

Com a criação da SOF, a DPG passou a compreender quatro setores básicos: Planejamento, Programação, Controle, e Orçamento e Finanças, estando afetos a esse último as recém-descritas tarefas da SOF. Complementarmente, continuou a ocupar-se de atividades que serão a cargo da Divisão de Ope-

rações de Promoção Comercial (DOC): operações de apoio a empresários brasileiros no exterior, a importadores em visita ao Brasil, de Missões Comerciais estrangeiras, bem como representou o Itamaraty em Reuniões Mistas, além de tratar da cooperação técnica em promoção comercial.

De acordo com a programação constante do PPCE-75, o Itamaraty cuidou do treinamento de pessoal para a execução de tarefas de Promoção Comercial. Para tal, organizou e realizou dois cursos: o III Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial — III CTA-SECOM e o I Ciclo de Treinamento de especialistas em Promoção Comercial — I CITRE.

Com duração de seis semanas, em julho-agosto o III Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial reuniu vinte diplomatas lotados no exterior e cinco em serviço na Secretaria de Estado, com as finalidades básicas de: atualizar os conhecimentos dos participantes quanto às diretrizes principais da política econômica brasileira; aprofundar seu conhecimento dos mecanismos internos do Governo brasileiro para incentivo às exportações; familiarizá-los com as características do Sistema de Promoção Comercial no Exterior, como um todo; rever e discutir os aspectos mais relevantes das técnicas necessárias ao desempenho das funções atribuídas aos Setores de Promoção Comercial; e promover contato pessoal dos participantes com autoridades e empresários, com o objetivo de estender a divulgação dos serviços que presta e pode prestar o Itamaraty na assistência ao processo de comercialização externa dos produtos brasileiros.

Compreendeu o Curso:

1) exposições e debates sobre a política econômica do país;

2) exposições e debates sobre a política comercial externa;

3) exposições e debates sobre o sistema de promoção de exportações do Governo brasileiro (no Brasil e no exterior);

4) exposições e debates sobre aspectos estruturais e operativos do Departamento de Promoção Comercial;

5) exposições e debates sobre aspectos estruturais e operativos das Unidades no exterior do Sistema de Promoção Comercial do MRE;

6) exposições e debates sobre técnicas de promoção de exportações e seu adequado emprego;

7) estágio na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil;

8) contatos com autoridades locais, entidades de classe e exportadores nos principais centros econômicos do País;

9) seminário final de avaliação dos resultados dos cursos.

Às exposições e debates compareceram autoridades com atuação no campo do Comércio Exterior — Ministro da Indústria e do Comércio, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministro da Agricultura, representantes dos Ministros da Fazenda e de Minas e Energia. Paralelamente ao III CTA/SECOM, realizou-se um Ciclo Interno de Conferências, ministrado por Chefes de Departamento e de Divisão da Secretaria de Estado e encerrado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Já o I Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial — CITRE inaugurou uma série de Ciclos que deverão ter início a cada seis meses com o objetivo de formar recursos humanos em área sabidamente carente de técnicos qualificados, e de estabelecer mecanismos de cooperação mais estreita e proveitosa entre o Itamaraty, a iniciativa privada e organismos com atuação na área do comércio exterior.

Visa a treinar especialistas, portadores de diplomas de curso superior em economia e/ou administração e desdobra-se em 5 fases:

1) Recrutamento;

2) Seleção;

3) Treinamento intensivo no Brasil;

4) Treinamento em Serviço no Exterior — Embaixadas e Consulados brasileiros;

5) Reincorporação dos Participantes no mercado nacional de trabalho.

Implementado no quadro do convênio entre o Ministério das Relações Exteriores, através do DPR, e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (CIPEA), através do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), o I CITRE deve iniciar, em breve, sua quarta fase de Treinamento em Serviço no Exterior.

Ainda no que concerne a treinamento de pessoal para a promoção, direta ou indireta, das exportações brasileiras, mas no âmbito de cooperação técnica, procurou-se detectar, com a cooperação das unidades do Sistema, cursos e seminários internacionais ministrados nessa área, divulgar-lhes a existência entre entidades de classe, órgãos paraestatais, instituições ligadas ao comércio exterior e encaminhar ao patrocinador dos eventos em apreço as inscrições dos candidatos. Foram 13 os principais seminários e cursos do gênero de que participaram, pelo menos, um brasileiro por curso.

No que se refere às tarefas de Controle, foram examinados os Documentos de Avaliação (DAV) recebidos e preenchidos pelos postos e referentes ao Primeiro Semestre de 1975. A comparação das duas séries de formulários — o Orçamento-

Programa dos postos e o DAV — forneceu elementos preciosos para a comprovação da validade das modificações que se estudavam e que foram introduzidas no DPL, CGA e PPCE-76. Também comprovou as previsões em fase de planejamento e o acerto da criação do próprio DAV e a conveniência de que, eventualmente com algumas modificações, seja mantido para 1976 com a periodicidade semestral.

CONVÊNIO ITAMARATY/IPEA

Coube ao Convênio Itamaraty/IPEA (CIPEA) cuidar da execução de um dos quatro projetos prioritários aprovados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República com vistas à expansão e aperfeiçoamento das atividades de Promoção Comercial do MRE. Trata-se do Projeto Estudos Estratégicos de Mercado, incluído como prioritário no Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI)/Programa-Geral de Dispêndios (PGD) 1975-79.

O projeto tem por finalidade a realização de pesquisas sobre os mercados internacionais, como subsídios técnicos à promoção das exportações de produtos brasileiros e de serviços de consultoria e de engenharia de projetos a serem prestados por empresas nacionais no exterior.

No âmbito desse Projeto, o Subprojeto Diretor — DIR — constitui-se no modelo sobre o qual se alicerça grande parte do programa de pesquisas de mercados internacionais do MRE. Objetiva — no período de sua vigência — identificar e selecionar produtos não-tradicionais de exportação do Brasil e avaliar as possibilidades de sua colocação em mercados estrangeiros prioritários. A partir dos levantamentos da oferta brasileira e

da demanda nos mercados internacionais, está sendo elaborada uma dupla matriz, de um lado a de produtos prioritários em cerca de 120 mercados do mundo e, de mercados prioritários para os produtos não-tradicionais identificados na oferta brasileira.

Em 1975, atualizou-se a tabela básica de oferta brasileira exportável, de forma a abranger dados cobrindo o período 1970-1974, com a inclusão de novos produtos industrializados, surgidos na pauta de exportação nos dois últimos anos. Esses produtos foram selecionados mediante estudo estatístico e pesquisa de campo nas diversas regiões produtoras e exportadoras do Brasil.

No tocante a mercados externos, foi mantida, no programa de 1975, a seleção inicial de 36 países, entre os mais importantes mercados de destino das exportações brasileiras nos últimos anos: CEE "ampliada", Estados Unidos, Canadá, ALALC, Japão, países da AELC (países nórdicos, Áustria e Suíça), alguns países da África ao Sul do Saara (África do Sul, Costa do Marfim, Nigéria, Zaire), e do Oriente Médio (Arábia Saudita, Coveite, Emirados do Golfo Arábico, Irã, Iraque, Egito e Argélia). O comportamento de cada um dos produtos ou grupos de produtos constantes dessa tabela de exportação passou a ser estudado e analisado **in loco,** de forma a estabelecerem-se prioridades na promoção dos produtos brasileiros.

Os referidos levantamentos constituirão, de fato, dois instrumentos técnicos de planejamento e avaliação da promoção comercial no exterior:

a) uma tabela de prioridades de "produtos, por mercado" e,

b) uma tabela de prioridades de "mercados, por produto", com relação a todos os produtos não-tradicionais identificados na oferta brasileira e aos mercados estrangeiros selecionados no presente programa de atividades do DIR.

Com base nesses levantamentos, desenvolveu-se, outrossim, o Subprojeto Estudos Específicos — ESP. Os ESP constituem estudos aprofundados de mercado sobre os produtos brasileiros exportáveis considerados altamente prioritários, de acordo com os resultados das pesquisas realizadas no DIR. Tais estudos, em virtude de seu elevado grau de detalhamento técnico e econômico e em função de termos de referência predefinidos, foram contratados junto a firmas internacionais de consultoria, de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, com relação aos seguintes países: Reino Unido, França, República Federal da Alemanha, Países Baixos, Suíça, Suécia, Estados Unidos, Japão, Nigéria e alguns países do Golfo Arábico (Arábia Saudita, Coveite, Abu Dhabi e Dubai).

Com respeito à exportação de serviços técnicos por parte de empresas nacionais, está também sendo realizado o Subprojeto Análise de Planos de Desenvolvimento Econômico e Social — PD. Esse Subprojeto objetiva identificar, através da análise pormenorizada dos planos ou projetos nacionais ou setoriais de desenvolvimento econômico e social de países selecionados, inicialmente na América Latina e Caribe, África e Oriente Médio, oportunidades, a médio e longo prazos, para empresas brasileiras no tocante à prestação de serviços de consultoria e de engenharia de projetos, bem como ao fornecimento de material de construção e bens de capital brasileiros destinados a obras locais de infra-estrutura.

Finalmente, a expansão de atividades do MRE em matéria de estudos de mercados e economia internacional exigiu a inclusão de nova série de pesquisas, a partir de 1975, a saber: o Subprojeto Estudos Especiais Conjunturais-EC. Abrange esse Subprojeto estudos e pesquisas sobre problemas específicos, no campo do planejamento da política econômica ou comercial do MRE, surgidos em decorrência de variáveis não-previsíveis da conjuntura internacional, que passam a exigir redefinições imediatas na estratégia político-econômica do Governo, inclusive no terreno do intercâmbio comercial e, especialmente, na orientação do fluxo exportador.

No âmbito do Subprojeto, estão sendo periodicamente elaborados PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS sobre os principais países do mundo, industrializados, produtores de petróleo e em desenvolvimento. Os "Perfis" abrangem, para cada país, uma análise completa e atualizada:

a) da evolução recente da conjuntura econômica interna e de suas perspectivas a curto e médio prazos;

b) da conjuntura financeira externa, inclusive balanço de pagamentos, reservas internacionais e dívida externa;

c) do intercâmbio comercial com o Brasil, inclusive a nível de produtos específicos, com o estudo das principais barreiras tarifárias e não-tarifárias existentes no país estudado;

d) do balanço de pagamentos bilateral com o Brasil;

e) dos investimentos daquele país no Brasil e do Brasil naquele país, bem como da dívida externa bilateral;

f) dos principais acordos de caráter econômico, comercial, financeiro ou tributário entre o Brasil e aquele país.

Os "Perfis", que deverão ser elaborados regularmente, à razão de cerca de 10 (dez) por ano, constituem subsídios técnicos não somente para o Departamento de Promoção Comercial, mas também para outras unidades do MRE (Departamentos e Divisões geográficas ou funcionais), com respeito a negociações econômicas ou comerciais bilaterais ou multilaterais de toda espécie, incluindo: negociações de acordos bilaterais, trabalhos de Comissões Mistas, visitas de missões econômico-comerciais estrangeiras ao Brasil ou brasileiras ao exterior. Em 1975, foram elaborados ou atualizados "Perfis" sobre os seguintes países: República Federal da Alemanha, França, Itália, Iraque, Estados Unidos e Reino Unido, encontrando-se em elaboração estudos semelhantes sobre a Arábia Saudita e o Japão.

INFORMAÇÃO COMERCIAL

Sistema de Informações Comerciais (SIC)

Efetivou-se a implementação do Sistema de Informações Comerciais que passou a operar com 110 postos em 1975 (contra 43, em 1973, e 91, em 1974).

No que se refere à divulgação de oportunidades comerciais, atingiu-se o objetivo básico de assegurar maior funcionalidade ao fluxo de informações distribuídas, tendo-se, para tanto, realizado o cadastro de 7 000 firmas brasileiras, passando-se, ademais, a operar o sistema de malotes diretos com 15 empresas.

Com a nova organização dada ao "Cadastro-Geral de Destinatários" (CGD), as oportunidades divulgadas em 1975 elevaram-se a 5 676 018, contra 4 450 000, em 1974. Foram recebidos dos postos operadores do Sistema 24 000 Boletins de Oportunidades Comerciais, 1 850 Boletins de Concorrências Públicas e 2 200 Boletins de Oportunidades em Outros Países.

Ainda em 1975, foram instituídos três novos boletins de informação:

— **Boletim de Informação de Projeto** (BIP), visando divulgar os projetos de financiamento e de assistência técnica que deram entrada ou já tenham sido aprovados pelos seguintes organismos: BID, BIRD, AID, PNUD e FAD;

— **Boletim de Informação Cadastral** (BIC), visando instituir um sistema de cadastro e referências comerciais de firmas brasileiras e estrangeiras;

— **Boletim de Informação de Mercado** (BIM), visando servir de veículo para as informações sobre a comercialização de determinado produto em mercados específicos.

No que se refere a operações, foi processado um total de 350 reclamações comerciais, das quais 297 foram solucionadas na própria Divisão, encaminhando-se 53 à CACEX, para análise e providências eventualmente cabíveis.

Atendeu-se, ainda, a 1 447 consultas diversas do setor público e privado, de postos e missões estrangeiras, sobre indicadores de comercialização, a saber: dimensão do mercado importador, cotações de preços de produtos, tratamento tarifário, identificação de importadores, canais de comercialização, e outras informações características do mercado.

Programa de Pesquisa de Mercado

Foi cumprido todo o programa de pesquisas de mercado para o ano de 1975, tendo sido recebidas dos postos 64 pesquisas, das quais 60, após a devida análise, revisão e complementação, foram publicadas.

Deu-se seguimento, sempre no contexto do Programa de Informação Comercial, às tarefas de rotina da seção, tais como: encomenda de pesquisas aos postos, cobrança e controle das pesquisas encomendadas, revisão de texto das pesquisas, preparação das Guias de Seleção de Destinatários (GSD), controle das Guias de Remessa de Publicações (GRP), cabendo ressaltar, entre as tarefas em andamento, a seleção de produtos e países para fins de pesquisas de mercado e a atualização do quadro de acompanhamento das pesquisas já encomendadas.

Programa de Publicações

Foram publicados os números 23 a 28 da revista **Comércio Exterior,** com uma tiragem total de 216 mil exemplares.

Da **Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior,** da qual constam as séries MPB (Mercados para o Brasil), CEX (Como Exportar) e DIV (Diversos), foram publicados 200 500 exemplares, assim distribuídos:

— Série MPB — 113 500 exemplares — 43 títulos

— Série CEX — 68 500 exemplares — 14 títulos

— Série DIV — 18 500 exemplares — 3 títulos

No que se refere à revista comercial no exterior, foram publicados 177 000 exemplares, distribuídos da seguinte forma:

— **impressos em Hong Kong — Brazil Trade and Industry** (números de 20 a 31) — 96 000 exemplares, sendo 8 000 por tiragem;

— **impressos em Paris — Brésil Informations Industrielles et Commerciales** (números de 11 a 16) — 51 000 exemplares, sendo 8 500 por tiragem;

— **impressos em Hamburgo — Brasilien Handel und Industrie** (números de 7 a 12) — 30 000 exemplares, sendo 5 000 por tiragem.

Foi reeditado o **Guide to Investing in Brazil,** edição em inglês, providenciada pelo Consulado em Nova York e distribuída às Repartições no Exterior, num total de 20 000 exemplares.

Ainda dentro da Programação de 1975, foram publicados 10 000 exemplares do folheto **Publicações do Ministério das**

Relações Exteriores, discriminando os estudos da **Coleção de Estudos e Documentos de Comércio Exterior,** publicados nos anos de 1971 a 1975.

Centro de Documentação de Comércio Exterior (CDC)

O acervo do Centro de Documentação de Comércio Exterior foi enriquecido, em 1975, com 8 540 novas publicações, das quais 133 livros, 453 folhetos, 92 obras de referência e 7 862 periódicos.

O Centro providenciou, ainda, a edição de 52 números do **Boletim Bibliográfico** (relação do material incorporado ao CDC). Sua circulação foi estendida a firmas exportadoras, Repartições no exterior e diversos setores da Secretaria de Estado.

Foi intensificada a remessa de publicações aos postos através de GRP's (Guias de Remessas de Publicações), a fim de abastecê-los com os documentos indispensáveis à promoção comercial. No exercício de 1975, foram emitidas 16 759 GRP's, encaminhando um total de 57 759 publicações.

Procedeu-se, também, à elaboração de quadros estatísticos, com dados atualizados sobre o intercâmbio comercial com 39 países.

Deu-se ênfase especial ao Setor de Legislação de Comércio Exterior, o qual conta atualmente com coleções atualizadas de tarifas aduaneiras de 80 países.

Operações Especiais

Dentre as operações comerciais coordenadas pelo Itamaraty, destacam-se, na América Latina, a venda pela Empresa Brasileira de Aeronáutica — Embraer — de cinco aviões **Bandeirante** para a Força Aérea Uruguaia, e de dez aviões agrícolas **Ipa-**

nema para o Ministério da Agricultura e Pesca daquele país; além da exportação para **Empresa Nacional de Ferrocarris,** da Bolívia, em operação que contou com o financiamento do Banco do Brasil, de vinte e nove locomotivas, num valor total aproximado de US$ 15 milhões pela **General Electric do Brasil.** No campo do comércio Brasil—África, alcançaram grande desenvolvimento as relações com a Nigéria. O conjunto de contratos assinados e por assinar pelas firmas brasileiras (HIDROSERVICE, PROMOM, PROTEC/SOBRATEL, GRAHAM-BELL e ETE) com o Ministério das Comunicações nigeriano já atinge o montante global de aproximadamente US$ 120 milhões, compreendendo, além da prestação de serviços de consultoria, a realização de obras de instalação e manutenção da rede telefônica, construção de centrais e exportação de equipamentos.

Vale ressaltar, ainda, a atuação da Construtora Mendes Júnior na Mauritânia. Vencedora de concorrência internacional, a firma assinou contrato no valor de US$ 11 milhões para a construção de estrada de rodagem, já em execução, de cerca de 600 km. O Loyd Brasileiro e a Petrobrás também se têm beneficiado pela assinatura do contrato, em vista do frete gerado e das exportações de asfalto.

Contou, ainda, com a assistência do Itamaraty operação comercial de grande vulto com a Turquia. As firmas Mercedes Benz do Brasil S.A. e Tema Terra Maquinaria S.A., em função de adjudicação de concorrência aberta por **The General Directorate of YSE of The Ministry for Rural and Cooperative Affairs,** exportaram para aquele país caminhões, rolos compactadores e peças sobressalentes no valor aproximado de US$ 24 milhões, com financiamento do Banco do Brasil S.A.

Com o Oriente Médio, afora diversos negócios já entabulados pela Braspetro, concretizaram-se exportações volumosas de frangos congelados para o Coveite (500 toneladas exportadas pela Braspetro) e para o Líbano (2 000 toneladas exportadas pela Brascan Internacional S.A.).

Cabe ressaltar, ainda, a participação brasileira, coordenada pelo MRE, através da indicação de técnicos do Banco Central do Brasil, em seminário sobre investimentos, organizado pelo Departamento Comercial do Ministério do Exterior da Dinamarca como parte de um projeto de visita de missão de investidores dinamarqueses ao Brasil.

MOSTRAS E TURISMO

Nessa área, o Itamaraty vem desenvolvendo atividades de informações e realização de feiras e exposições (diretamente a cargo do Departamento de Promoção Comercial ou de responsabilidade de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares) e no campo do turismo.

A primeira daquelas atividades tem o propósito de divulgar feiras e exposições de que o Brasil participe. Assim, o calendário de eventos do ano de 1975 foi divulgado através de folhetos, onde foram fornecidas aos exportadores brasileiros as primeiras informações básicas. Visa, também, a colher informações sobre eventos desse tipo realizados em todo o mundo. Seu objetivo é pôr à disposição do empresário brasileiro informações que possam orientá-lo na escolha dos certames em que deverá apresentar seus produtos.

Com vistas a promover a exibição de manufaturados brasileiros no exterior, o Itamaraty organizou a participação em 57 mostras, no ano de 1975.

Dentre estas, 21 estiveram a cargo da Secretaria de Estado e 36 foram realizadas pelos Postos.

O referido programa, em 1975, patrocinou apresentações da indústria brasileira em 28 países, sendo 10 das Américas, 8 da Europa Ocidental e 10 da África, Ásia e Oceânia, nas quais estiveram presentes 1 226 expositores. A participação brasileira nesses certames deu lugar a exportações estimadas em US$ 206 milhões. Portanto, não obstante as dificuldades que continuaram a caracterizar o comércio internacional em 1975, foi possível, através da diversificação ainda maior dos mercados atingidos e de incremento substancial dos investimentos em relação a 1974, alcançar uma elevação da ordem de 45,7% com relação às exportações diretamente vinculadas à participação em feiras e exposições no correr de 1974. Quanto à relação custo/benefício, situou-se em torno de 1/54,50, índice de rendimento que pode ser considerado altamente satisfatório.

Turismo

As atividades do Itamaraty em matéria de promoção do turismo desenvolveram-se em coordenação com os demais órgãos do Sistema Nacional de Turismo e em estreito entendimento com a Embratur. O Itamaraty transmitiu aos órgãos competentes informações sobre turismo oriundas dos postos, deu apoio a promoções turísticas especiais no exterior e à representação brasileira em reuniões internacionais, tanto de caráter governamental, como não-governamental. Vale destacar a participação brasileira na I Assembléia-Geral da Organização Mundial de Turismo, realizada em Madri de 12 a 27 de maio de 1975, bem como o apoio prestado pelo Itamaraty ao XLV Congresso Mundial da **American Society of Travel Agents** (ASTA), realizado de 26 de outubro a 1.º de novembro de 1975.

Visitas de Importadores Estrangeiros ao Brasil

Em cooperação com a CACEX e entidades de classe, o MRE promoveu em 1975 a vinda ao Brasil de 33 importadores estrangeiros. Como de costume, procurou-se fazer coincidir a época das visitas com a realização, no Brasil, de feiras especializadas.

Vale destacar a realização, em colaboração com o Sistema Regional de Promoção de Exportações do Nordeste (Banco do Nordeste do Brasil/Sudene/Promoexports), de três missões de importadores estrangeiros àquela região, abrangendo os principais setores industriais nordestinos.

Além disso, foi prestada, em coordenação com a CACEX, COPEME, FIESP, FIERGS, AEB, CNI, Promoexports, e outras entidades, assistência a 74 importadores estrangeiros que visitaram o Brasil por conta própria.

PROGRAMA DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES NO EXTERIOR EM 1975

MOSTRA	PAÍS	DATA	SETOR
01. Exposição de Varejistas (Hilton Hotel – N. York)	Estados Unidos	05/08 janeiro	estande de informações
02. Exposição no SECOM do México	México	30/07 janeiro/fevereiro	médico-hospitalares
03. Salão do Automóvel (Coliseu – N. York)	Estados Unidos	01/09 fevereiro	autopeças
04. Feira de Ferragens de Toronto	Canadá	09/12 fevereiro	ferragens
05. Feira Internacional de Brinquedos (Coliseu – N. York)	Estados Unidos	16/18 fevereiro	brinquedos
06. Feira Internacional de Trípoli	Líbia	01/20 março	estande de informações
07. Feira Internacional do Cairo	Egito	10/31 março	indústria em geral
08. Exposição Int. de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos "INTERCON" (Coliseu – N. York)	Estados Unidos	08/10 abril	aparelhos elét. eletr.
09. Festival Internacional de Birmingham	Estados Unidos (Alabama)	12/27 abril	Indústria em geral
10. Feira Internacional de Milão	Itália	14/25 abril	estande de informações
11. Exposição no SECOM de Londres	Grã-Bretanha	16/30 abril	têxteis
12. Feira Internacional de Tóquio	Japão	21/30 abril	estande de informações
13. Exposição no SECOM de Los Angeles	Estados Unidos	22/25 abril	cerâmicas e azulejos
14. Feira Internacional de Hannover	R. F. Alemanha	24/02 abril/maio	estande de informações
15. Feira Internacional de Casablanca	Marrocos	24/11 abril/maio	indústria em geral
16. Feira da Indústria Naval de Oslo (NORSHIPPING'75)	Noruega	05/10 maio	indústria naval
17. Salão Internacional de Artigos de Couro (Hotel McAlpin – N. York)	Estados Unidos	06/08 maio	artigos de couro
18. Salão Internacional de Roupa de Cama e Mesa (Coliseu – N. York)	Estados Unidos	18/21 maio	roupas de cama e mesa
19. Exposição no SECOM de Londres	Grã-Bretanha	22/05 maio/junho	Pão de Açúcar trading
20. Exposição no SECOM do México	México	02/06 junho	madeiras e aglomerados da constr. civil
21. Exposição na Galeria Debret de Paris	França	02/06 junho	pedras preciosas e semi-preciosas
22. Feira Internacional da Alimentação de Bolonha	Itália	04/14 junho	estande de informações
23. Feira Internacional de Barcelona	Espanha	05/13 junho	estande de informações
24. Salão de Iguarias, de Confeitarias e de Bebidas do Pacífico (Pasadena Convention Hall-Los Angeles)	Estados Unidos	08/11 junho	produtos alimentícios e bebidas
25. Feira Internacional de Lisboa	Portugal	11/22 junho	indústria em geral
26. Feira Internacional de Kinshasa	Zaire	21/06 junho/julho	indústria em geral

Continua

(Conclusão)

MOSTRA	PAÍS	DATA	SETOR
27. Feira Internacional do Mobiliário de N. York	Estados Unidos	22/27 junho	mobiliário
28. Expo Int. Oceanográfica de Okinawa	Japão	20/18 julho/janeiro	oceanografia
29. Feira Internacional de Joalheria do Outono (American & Hilton Hotel - N. York)	Estados Unidos	26/30 julho	jóias
30. Semana da Moda de Calçados (Waldorf Astoria & Statler Hilton - N. York)	Estados Unidos	03/05 agosto	calçados
31. Feira Internacional de Cochabamba	Bolívia	03/18 agosto	indústria em geral
32. Feira Int. de Iguarias de Chicago	Estados Unidos	17/20 agosto	produtos alimentícios
33. Feira Internacional de Izmir	Turquia	20/20 agosto/setembro	estande de informações
34. Feira Internacional de Argel	Argélia	25/10 agosto/setembro	indústria em geral
35. Feira Internacional de Salônica	Grécia	31/21 agosto/setembro	estande de informações
36. Semana Int. de Couro de Paris	França	06/09 setembro	couro e calçados
37. Feira Int. de Mármores de Verona	Itália	06/14 setembro	estande de Informações
38. Feira ANUGA de Colônia	R. F. Alemanha	13/18 setembro	produtos alimentícios
39. Feira Internacional de Teerã	Irã	13/24 setembro	indústria em geral
40. Exposição no SECOM de Londres	Grã-Bretanha	18/02 setembro/outubro	bijouterias
41. Feira Agro-Industrial do Paraguai	Paraguai	19/30 setembro	indústria em geral
42. Exposição de Artigos de Couro da Costa Oeste (Anahein Convention Center - Los Angeles)	Estados Unidos	21/23 setembro	artigos de couro
43. Salão Nacional de Mercadorias (Coliseu - N. York)	Estados Unidos	21/25 setembro	ferramentas manuais
44. Feira Internacional de Guaiaquil	Equador	26/12 setembro/outubro	indústria em geral
45. Feira Internacional de Bagdá	Iraque	01/21 outubro	indústria em geral
46. Exposição na Galeria Debret de Paris	França	06/10 outubro	instrumentos de música
47. Exposição no SECOM do México	México	13/17 outubro	máquinas e ferramentas manuais
48. Salão Nacional de Confecções Esportivas Masculinas (Hotel Statler - N. York)	Estados Unidos	19/22 outubro	confecções esportivas masculinas
49. Exposição no SECOM de Londres	Grã-Bretanha	30/12 outubro/novembro	bens de consumo
50. Feira Internacional de Santiago	Chile	30/16 outubro/novembro	indústria em geral
51. Feira Internacional da Guatemala	Guatemala	30/17 outubro/novembro	indústria em geral
52. Exposição na Galeria Debret de Paris	França	03/07 novembro	artesanato
53. Exposição de Equipamentos de Hotelaria (Coliseu - N. York)	Estados Unidos	10/13 novembro	utensílios p/restaurantes, hotéis e motéis
54. Feira Int. do Pacífico em Lima	Peru	12/23 novembro	indústria em geral
55. Exposição no SECOM de Los Angeles	Estados Unidos	18/21 novembro	artigos de cama, mesa e banho
56. Feira SURINADE XVI em Paramaribo	Suriname	20/04 novembro/dezembro	indústria em geral
57 II Expo. Ind. Brasileira no Coveite	Coveite	27/05 novembro/dezembro	indústria em geral

ASSUNTOS CULTURAIS

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Atividades Assistenciais

a) Bolsas de Estudo

O programa de bolsas de estudo é instrumento básico para a difusão do Brasil no exterior. Um sistema adequadamente organizado de bolsas em níveis de graduação e pós-graduação difunde a imagem de sua estrutura universitária, assim como a de uma mentalidade voltada para a pesquisa e a renovação de conhecimentos.

Tais razões recomendam o aumento do número de bolsas de pós-graduação, que, em vista das restrições orçamentárias, vêm sendo concedidas em índices muito abaixo das solicitações recebidas.

Por outro lado, a dinamização de nossas relações culturais com a África Subsaárica — de que é testemunho a conclusão ou renegociação de acordos culturais com inúmeros países africanos — determinou uma reestruturação no sistema de bolsas de estudo, a fim de adequá-las às condições e necessidades específicas da região.

Assim, foram igualmente oferecidas bolsas em nível de graduação, prevista uma experiência inicial com trinta bolsistas, durante o ano de 1976. Tal medida tornaria possível a aplicação mais segura, em 1977, de um programa de cem bolsas de graduação.

Inserido na Programação-Geral de Treinamento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), e contando com ajuda financeira da Subin, Sudam, BASA e Fundação Ford, além de recursos próprios, está o Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM) com cinco participantes oriundos do Equador, Colômbia e Venezuela, no FIPAM/I, outros cinco da Colômbia, Bolívia, Peru e Equador, no FIPAM/II, e quatro do Equador, Peru e Venezuela, no FIPAM/III.

A experiência dos FIPAM/I, FIPAM/II e FIPAM/III constituiu-se em êxito absoluto.

Bolsas de Pós-Graduação distribuídas em 1975

Alemanha	6
Argentina	5
Bélgica	4
Bolívia	7
Colômbia	5
Costa Rica	8
El Salvador	5
Egito	1
Equador	5
Espanha	3
Estados Unidos	1
França	6
Grã-Bretanha	2
Guatemala	3
Guiana	1
Haiti	1

Holanda	1
Honduras	5
Itália	4
México	1
Nicarágua	3
Noruega	1
Panamá	5
Paraguai	5
Peru	5
Portugal	4
República Dominicana	5
Trinidad e Tobago	1
Uruguai	2
Venezuela	5
	110

b) Programa de Auxílio-Financeiro

O programa de auxílio-financeiro tem por objetivo colaborar na manutenção de bolsistas e estudantes brasileiros de pós-graduação no exterior, representando a participação do Itamaraty no plano de aperfeiçoamento de pessoal em universidades e instituições estrangeiras. Apesar de sua validade como instrumento de política cultural, seu valor permanecia sem alteração desde a sua criação, que data de cerca de 15 anos. Assim sendo, em 1975, foi elaborado um plano visando a sua progressiva elevação até níveis compatíveis com o aumento do custo de vida nos principais países europeus e nos Estados Unidos. Assim, em 1975, o auxílio-financeiro foi elevado para US$ 60,00 mensais, pagos semestralmente e prevê-se para 1976 sua elevação para US$ 80,00, aumentando-se também em cerca de 40% o número de auxílios concedidos. A seleção dos beneficiados obedece a critérios de prioridade em cursos, valor das bolsas e distribuição por áreas geográficas.

c) Programa de Estudantes-Convênio

O programa de estudantes-convênio, que matriculou em 1975 cerca de 1 300 novos estudantes latino-americanos e portugueses em universidades brasileiras, deverá atender a um número bem maior de estudantes estrangeiros em 1976, tendo em vista a demanda de vagas já efetuada por algumas embaixadas e a possibilidade de inclusão de estudantes africanos no programa.

Para a conveniente atualização do setor, bem como sua adaptação às novas diretrizes do ensino superior e aos termos do Protocolo assinado, em dezembro de 1974, com o Ministério da Educação e Cultura disciplinando a matéria, foram elaboradas novas instruções para o ingresso de estudantes estrangeiros em universidades brasileiras, sob o amparo de acordos culturais.

O programa de estudantes-convênio deverá integrar o maior número de instituições de ensino superior, com maior diversificação das carreiras oferecidas. Com esse intuito, o MEC encaminhou circular, em 1975, a **todas** as instituições brasileiras de ensino superior solicitando vagas para o programa de estudantes-convênio 1976, sendo de prever-se um número superior de vagas a serem oferecidas. Recorde-se que, para 1975, foram destinadas a esse programa 2 604 vagas das diversas carreiras.

d) Matrícula de Cortesia

De acordo com as normas internacionais de cortesia, o Governo brasileiro assegura a matrícula em seus estabelecimentos de ensino de dependentes de funcionários estrangeiros em missão no país. O Decreto n.º 71 835 dispõe sobre a matrícula em estabelecimentos de ensino superior, independentemente

de vagas, de estudantes dependentes de pessoas que se incluam nas seguintes categorias:

a) funcionários estrangeiros que figuram na lista diplomática ou na lista consular;

b) funcionários estrangeiros de organizações internacionais que gozam de privilégio e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização;

c) funcionários estrangeiros de missões diplomáticas, repartições consulares e organizações internacionais, não residentes no Brasil.

Os estudantes que se beneficiarem da matrícula de cortesia estão sujeitos ao pagamento de taxas e anuidades que forem cobradas, salvo disposições em contrário contidas em acordos internacionais, e às normas que regulam o ensino superior brasileiro.

Durante o ano de 1975, o Itamaraty atendeu a 70 (setenta) pedidos de matrícula de cortesia, em sua maioria para a Universidade de Brasília, atendendo-se da mesma forma solicitações para as universidades localizadas em outras capitais. Embora não se possa registrar tratamento de reciprocidade em outros países, tal medida por parte do Brasil tem colaborado para facilitar a instalação e adaptação ao país de funcionários estrangeiros e de seus dependentes, com reflexos positivos no relacionamento internacional do Brasil.

e) Convênios Universitários

A prática tem demonstrado que o estreitamento de relações com as universidades brasileiras, para as quais são encaminhados os estudantes estrangeiros bolsistas do MRE, proporciona resultados compensadores no sentido da maior dinamização e eficiência de todo o sistema de bolsas de estudo. Em vista disso, estão sendo assinados convênios com as univer-

sidades federais da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 1976, serão negociados acordos com as universidades do Paraná, Minas Gerais, Ceará, Campinas, Santa Maria, Pernambuco e Pará.

O Convênio já existente com a Universidade de São Paulo comprova a eficiência de tais instrumentos, que muito têm auxiliado a política cultural do Brasil no exterior. Os convênios em questão facilitam o recrutamento de professores para missões nos Centros de Estudos ou nos leitorados, facilitando de maneira efetiva o recebimento nessas universidades dos bolsistas do Itamaraty. Da mesma forma, visitantes estrangeiros recebem toda a assistência necessária em seus trabalhos de pesquisas ou durante estágios de curta duração.

Com excelentes resultados, o Itamaraty tem prestado todo apoio ao estabelecimento de acordos inter-universitários entre estabelecimentos brasileiros e entidades congêneres no exterior. Foram firmados convênios entre a Universidade de Bénin, no Togo, e as Universidades da Bahia, São Paulo e Brasília, estando previsto, para 1976, a assinatura de convênios entre a USP e a Universidade de Dacar. Tais convênios estipulam processos de intercâmbio entre as entidades interessadas, com vistas à concessão de bolsas de estudos, troca de informações técnicas e científicas e ao intercâmbio de professores, que muitas vezes se concretiza com a interveniência financeira do Itamaraty.

Centros de Estudos Brasileiros

Em 1975, foi instalado o Centro de Estudos Brasileiros na Cidade do México. Suas atividades iniciaram-se com êxito, no último mês de outubro, esperando-se que em 1976 já atinja sua capacidade plena de atendimento e torne-se, outrossim, em centro irradiador da cultura brasileira no México.

Em 1974, a rede de Centros abrangia 13 unidades, a saber: Assunção, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, La Paz, Georgetown, Montevidéu, Lima, Quito, Rosário, Santiago, São José e Washington.

A existência de Centros de Estudos Brasileiros na América Latina e a necessidade de se criarem outros na África se justificam pela necessidade de garantir para o Brasil participação no processo de evolução cultural dos países dessas áreas, criando pólo catalizador que permita a implementação de nossa política cultural em bases racionais permanentes.

Os Centros promovem, basicamente, o ensino da língua portuguesa, elemento essencial de comunicação cultural, e, em segundo lugar, a difusão dos aspectos culturais de civilização brasileira. Assim é porque, embora a política cultural, em sua área específica de ação, não vise a objetivos imediatos, nem seus resultados possam ser quantificados, repercute nos mais diversos aspectos das relações econômicas, comerciais e sociais.

Em 1975, foram totalmente reaparelhados e reformados os Centros de Estudos Brasileiros em Caracas, Lima, Montevidéu, Buenos Aires e Rosário. Instalaram-se auditórios para conferências, dotadas de moderna aparelhagem de som e de projeção, bem como elementos básicos para a encenação de peças teatrais; as salas destinadas aos alunos foram modernizadas, com decoração mais atraente e mais confortável.

Em 1976, tais reformas deverão ser estendidas aos CEBs em La Paz, Quito, São José da Costa Rica, Santiago e Georgetown, com a mesma finalidade.

Leitorados

Os leitorados têm como finalidade principal promover a divulgação do idioma português, bem como da cultura e civilização

brasileira, de modo a permitir um conhecimento cada vez maior do Brasil no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores mantém os seguintes leitorados no exterior:

01. ALEMANHA

1) Universidade Técnica de Berlim
2) Universidade de Erlangen-Nurnberg
3) Instituto de Estudos Luso-Brasileiros de Colônia

02. ÁUSTRIA

1) Universidade de Viena

03. CANADÁ

1) Universidade de Ottawa

04. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1) University of the Pacific — Elbert Covell College — Stockton
2) University of California — Berkeley
3) Pensylvannia State University

05. FRANÇA

1) Universidade de Aix-Marseille I (Aix-en Provence)
2) Universidade de Toulouse-Le Mirail
3) Universidade de Poitiers
4) Universidade de Grenoble III
5) Universidade de Caen

6) Universidade de Lyon II
7) Universidade de Paris III
8) Universidade de Paris IV
9) Universidade de Paris-Nord (Paris XIII-Villetaneuse)
10) Universidade de Nantes
11) Universidade Paul Valéry de Montpellier
12) Universidade de Lille III
13) Universidade de Bordeaux III
14) Universidade de Besançon
15) Universidade de Alta Bretanha — Rennes
16) Universidade de Saint-Etienne

06. INGLATERRA

1) Universidade de Bristol
2) Universidade de Essex
3) Universidade de Leeds
4) Universidade de Liverpool
5) Universidade de Manchester

07. ITÁLIA

1) Universidade de Bari
2) Universidade de Nápoles
3) Universidade de Roma

08. JAPÃO

1) Universidade de Nanzan (Nagoya)
2) Universidade de Sophia

09. MÉXICO

1) Universidade Nacional Autônoma do México

10. NIGÉRIA

1) Universidade do Ifé

11. PORTUGAL

1) Universidade de Coimbra
2) Universidade de Lisboa
3) Universidade de Porto

12. SENEGAL

1) Universidade de Dacar

13. SUÉCIA

1) Universidade de Estocolmo

14. SUÍÇA

1) Universidade de Zurique

Casas do Brasil no Exterior

O Itamaraty tem prestado apoio ao trabalho desenvolvido pelas Casas do Brasil em Londres e Madri, entidades que facilitam alojamento e alimentação a estudantes brasileiros naquelas Capitais.

No caso particular da Casa do Brasil em Madri, prevê-se, para 1976, uma maior intensificação das suas atividades. Deverá transformar-se efetivamente em centro de irradiação cultural brasileira na Espanha, com cursos de português e de civilização brasileira, exposições e conferências.

Acordos Culturais e Comissões Mistas

São os seguintes os acordos vigentes:

	Assinatura	Vigência	Local
R. F. Alemanha	09.06.1969	17.12.1970	Bonn
Argentina	25.01.1968	23.02.1969	Rio de Janeiro
Bélgica	06.01.1960	17.04.1965	Rio de Janeiro
Bolívia	29.03.1958	19.08.1969	La Paz
Camarões	14.11.1972	20.09.1973	Iaundé
Canadá	24.05.1944	24.05.1944	Rio de Janeiro
Chile	18.11.1941	08.12.1943	Santiago
Colômbia	20.04.1963	30.08.1974	Bogotá
Coréia	07.02.1966	20.10.1967	Rio de Janeiro
Costa do Marfim	27.10.1972	06.11.1973	Abidjan
Costa Rica	19.11.1964	18.09.1966	São José
Daomé	07.11.1972	22.04.1974	Cotonou
Egito	17.05.1960	24.12.1964	Rio de Janeiro
El Salvador	30.11.1965	04.01.1968	Rio de Janeiro
Equador	12.07.1973	27.06.1973	Quito
Espanha	25.06.1960	01.06.1965	Madrid
Estados Unidos 5,	19.10.1966	19.10.1966	Rio de Janeiro
França	06.12.1948	06.11.1950	Rio de Janeiro
Gana	02.11.1972	23.11.1973	Acra
Grã-Bretanha	16.04.1947	30.01.1949	Rio de Janeiro
Guiana	28.08.1968	07.05.1970	Rio de Janeiro
Haiti	05.07.1966	05.05.1973	Rio de Janeiro
Honduras	22.10.1957	12.03.1963	Rio de Janeiro
Índia	23.09.1968	26.06.1970	Rio de Janeiro
Irã	22.11.1957	28.12.1962	Rio de Janeiro
Israel	24.06.1959	06.04.1964	Rio de Janeiro
Itália	06.09.1958	01.03.1965	Rio de Janeiro
Japão	23.01.1961	18.11.1964	Tóquio
Líbano	30.08.1948	10.02.1950	Rio de Janeiro
México	20.01.1960	20.05.1965	Rio de Janeiro
Nicarágua	12.01.1953	28.12.1955	Rio de Janeiro
Nigéria	16.11.1972	24.01.1974	Lagos

	Assinatura	Vigência	Local
Países Baixos	12.10.1966	29.05.1968	Haia
Panamá	06.03.1944	11.03.1947	Rio de Janeiro
Paquistão	08.02.1968	26.09.1970	Islamabad
Paraguai	17.10.1973	30.11.1974	Assunção
Peru	28.07.1945	23.09.1955	Rio de Janeiro
Polônia	19.10.1961	02.12.1964	Brasília
Portugal	07.09.1966	20.04.1968	Lisboa
Quênia	02.02.1973	15.10.1973	Nairobi
Rep. Dominicana	09.12.1942	17.06.1943	Rio de Janeiro
Senegal	23.09.1964	23.06.1967	Brasília
Togo	03.11.1972	26.10.1973	Lomé
Trinidad e Tobago	09.11.1971	29.06.1974	Port-of-Spain
Tunísia	04.06.1968	30.08.1970	Rio de Janeiro
Uruguai	28.12.1956	14.06.1968	Montevidéu
Venezuela	22.10.1942	18.02.1944	Rio de Janeiro

As **comissões mistas** são instrumentos de ação previstos na maioria dos acordos culturais firmados pelo Brasil com vistas a velar pela correta implementação dos mesmos, avaliando resultados e sugerindo modificações visando a aperfeiçoá-los, bem como adaptá-los a novas situações.

Assim, no transcorrer de 1975, destacaram-se as reuniões da Comissão Mista Franco-Brasileira e da Comissão Mista Mexicano-Brasileira, ficando transferidas para 1976 as reuniões das Comissões com Portugal e com a Itália, já estando fixada também para novembro de 1976 a reunião mista com a Bélgica.

Organizações Internacionais

UNESCO

Em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Planejamento e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, bem como outros órgãos

governamentais interessados, o Itamaraty atua com vistas a coordenar as atividades brasileiras relacionadas com a UNESCO.

As áreas de execução do programa são as seguintes: educação, ciências exatas e naturais, aplicação das ciências ao desenvolvimento; ciências sociais, ciências humanas e cultura; informação. O orçamento geral da organização para o biênio 1975/76 foi de US$ 223,185,800. A procedência dos recursos é variada: US$ 94,680,000 constituem o próprio programa ordinário da Organização; US$ 80,790,000 provêm do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de que a UNESCO é o principal agente executor da área de educação, ciência e cultura; os restantes US$ 47,715,000 resultam de contribuições voluntárias de determinados países, participação em projetos financiados por instituições financeiras internacionais. A contribuição do Brasil para o biênio foi de US$ 1,183,928.

O conjunto das contribuições dos Estados-membros constitui os recursos do programa ordinário da Organização.

A cooperação técnica prestada pela UNESCO ao Brasil pode ser classificada, em linhas bastante amplas, em dois grupos: aquela que se processa a nível de projetos, que importa na concessão de financiamento, equipamentos e recursos humanos e em que geralmente se inclui uma contrapartida do Governo brasileiro; e, num segundo grupo, aquela que assume as mais variadas formas: conferências sobre temas específicos, envolvendo a educação, a ciência e a cultura; envio de peritos; concessão de bolsas de estudo, promoção de cursos e pesquisas.

Convém não esquecer a atuação normativa da UNESCO exercida, no campo específico de suas atividades, através do patrocínio de convenções multilaterais, que visam à defesa dos interesses da coletividade humana nos setores da educação, ciência e cultura. O Brasil é parte de muitas dessas convenções.

Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

A Comissão Nacional brasileira foi fundada pelo Decreto-lei n.º 9 355, de 13 de junho de 1946, com o nome de Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Seus estatutos foram aprovados pelo Decreto n.º 21 355, de 23 de junho de 1946, e modificados pelos Decretos n.ºs 38 283, de 19 de dezembro de 1955 e 51 986, de 2 de maio de 1963.

Com vistas à reforma do IBECC, encontra-se em fase final de elaboração um projeto de novos estatutos para a entidade que, uma vez concluído, será submetido à aprovação do Itamaraty e dos demais órgãos governamentais interessados.

OEA

O Brasil apresentou à OEA o VI Programa Nacional de Cooperação Técnica — documento preparado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e pelo Itamaraty, de acordo com as normas que regem a cooperação técnica no Brasil e já mencionadas na parte que trata da UNESCO neste trabalho — incluindo os projetos do programa regular e os projetos especiais.

União Latina

Cogitada desde 1946, pelo Ministro João Neves da Fontoura, a União Latina foi inicialmente estruturada pelo Congresso do Rio de Janeiro (1951), reunido com o propósito de estudar as bases de criação de entidade cultural para agrupamento dos países de língua e de cultura de origem latina.

Na reunião do III Congresso da União Latina (fevereiro de 1975), a Delegação brasileira participou ativamente dos debates e do processo de reorganização.

Decidiu-se:

a) o estabelecimento de esquema financeiro, com quadro realista de contribuições para manutenção de Secretariado adequado;

b) a aceitação da oferta da Venezuela para sede da União;

c) a criação de vínculos culturais e participação dos países africanos de expressão latina; e

d) a aprovação das linhas gerais de programas de divulgação cultural, entre países latinos, europeus e americanos.

DIFUSÃO CULTURAL

Divulgação Musical

PROGRAMAS RADIOFÔNICOS

O Itamaraty tem estimulado a manutenção de programas radiofônicos de música erudita e popular brasileira em emissoras no exterior, através das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, mediante subvenções, auxílios financeiros aos organizadores das emissões, remessa e doação de material gravado. Atualmente existem programas regulares de música brasileira em Buenos Aires, Rosário, Montevidéu e Lima.

Durante o ano de 1975, a gravação ao vivo do concerto de música contemporânea (realizado no Festival de Outono da Estíria em Graz, em outubro de 1974) foi retransmitida por cerca de vinte emissoras de rádio da Europa, entre as quais a BBC de Londres, a Rádio do Norte da Alemanha de Hamburgo e a Rádio do Oeste da Alemanha (Colônia).

Algumas das peças da coleção **Neue Brasilianische Klaviermusik,** em vias de edição pela firma Gerig, de Colônia, serão gravadas em 1976, em fita magnética, em produção de Internationes-Bonn. As fitas, de trinta minutos de duração, conterão comentários sobre as obras e sobre a música brasileira, falados em várias línguas, e colocadas pela Internationes à disposição de emissoras de rádio de todo o mundo.

O musicólogo alemão Dr. Detlef Gojowy, que esteve em junho e julho no Brasil já preparou programas sobre música brasileira contemporânea para as rádios RIAS (Berlim), Bremen (RFA) e de Zagreb, além de artigos em jornais e revistas.

O concerto do Outono de Varsóvia, com a participação do Quarteto de Cordas da UnB e dos pianistas Almeida Prado e Sônia Muniz, foi gravado pela emissora estatal de rádio da Polônia, para posterior retransmissão.

DISCOTECAS

Em 1975, foram adquiridos e distribuídos às Embaixadas 7 000 discos, para atualização e formação de discotecas, destinadas ao atendimento de emissoras, entidades e particulares interessados nas músicas popular e erudita brasileiras. Em 1976, esse número deverá ser aumentado, com o objetivo de manter atualizadas, na medida do possível, as discotecas das Missões.

Em virtude da escassez de gravações de música erudita brasileira no mercado, o Itamaraty tenciona editar, por sua conta, discos de música erudita brasileira, valendo-se de fitas originais já existentes e cujo lançamento, em caráter comercial, não apresenta interesse para as gravadoras.

Foram editados em 1975, graças a subvenções do MRE, dois discos, um com música eletrônica de Jorge Antunes (produzido pela Editora Mangione, do Rio de Janeiro), e o outro com

obras de Villa-Lobos, Mário Ficarelli e Lindembergue Cardoso (produzido pela firma RBM, de Mannheim).

DIVULGAÇÃO DA CRIAÇÃO MUSICAL BRASILEIRA

A exploração metódica das oportunidades que existem para tornar conhecida no exterior a produção de criadores de nível internacional como Marlos Nobre, Lindembergue Cardoso, José Antônio de Almeida Prado, Jorge Antunes, Cláudio Santoro e outros, permite projetar internacionalmente um dos setores mais criativos da cultura brasileira atual. A orientação que vem sendo seguida no setor inspirou-se na preocupação de apoiar a criação musical contemporânea brasileira através de subvenções à edição de partituras e lançamento de gravações no exterior.

De modo especial, vem o Itamaraty procurando facilitar a inclusão de verbetes e informações sobre compositores e música do Brasil em enciclopédias e dicionários importantes. Depois de conseguir ampliar consideravelmente o espaço reservado aos compositores brasileiros no 2.º volume do dicionário musical RIEMANN'S (Mainz, RFA), foram ensejados contatos diretos entre compositores brasileiros e fornecidos elementos de informação às seguintes publicações internacionais:

a) **Encyklopädie der Modernen Musik** (BAD Honnef, RFA);

b) **Dicionário Enciclopédico Geral** (Praga, editado pela Academia de Ciências da Tchecoslováquia);

c) **International Who's Who in Music** (Cambridge, Inglaterra);

d) **RILM Abstracts** (City University of New York, EUA);

e) **Groves Dictionary of Music and Musicians** (Londres, Inglaterra).

O Itamaraty encomendou, em 1975, obras aos compositores brasileiros Almeida Prado, Marlos Nobre e Edino Kriger (as duas últimas foram inclusive editadas e gravadas em disco por Turíbio Santos).

Estão sendo preparados e editados catálogos de obras dos seguintes compositores brasileiros: Bruno Kiefer, Willy Correa de Oliveira (já editados), Armando Albuquerque, Lindembergue Cardoso, Osvaldo Lacerda, Sérgio Vasconcellos Correa, Mario Ficarelli.

Em janeiro de 1975, com o co-patrocínio do Conselho Federal de Música da Alemanha, foram realizadas cerca de vinte conferências sobre música brasileira, em quinze cidades da Alemanha, pelos compositores Almeida Prado e Cláudio Santoro e pelo Professor Paulo Affonso de Moura Ferreira, da Universidade de Brasília.

APRESENTAÇÃO DE RECITAIS E CONCERTOS

A orientação adotada no sentido de dar prioridade à criação musical brasileira não elimina, contudo, a possibilidade de apoio a intérpretes brasileiros que excursionam pelo exterior e que estejam dispostos a incluir, em seus programas, pelo menos cinqüenta por cento de peças significativas de nossos compositores.

O Itamaraty, de conformidade com essa orientação, patrocinou em 1975 as excursões do Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília, da pianista Eudóxia de Barros, e igualmente concedeu apoio financeiro e assistência para o Grupo de Experimentação Musical, também da Universidade de Brasília. Assim, tornaram-se possíveis em 1975:

a) apresentações do Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília em nove países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia (onde

representou o Brasil nos festejos do Sesquicentenário da Independência do país vizinho);

b) apresentações do Grupo Experimental de Música da Universidade de Brasília em sete países da Europa Ocidental;

c) inclusão de um concerto de música brasileira no XIX Festival do Outono de Varsóvia;

d) execução da obra **Ensaio,** do compositor paulista Mario Ficarelli, sob a regência do autor e tendo como solista a soprano brasileira Anna Maria Kieffer, no Festival da Sociedade Internacional de Música Contemporânea (26.10.75) em Paris;

e) a partir de 15.11.75, recitais e conferências sobre música brasileira pela pianista Eudóxia de Barros, no Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia;

f) uma série de apresentações isoladas organizadas pelas representações diplomáticas do Brasil no exterior, aproveitando artistas brasileiros radicados em suas circunscrições, ou com a colaboração de intérpretes locais (por exemplo, na Argentina, França, Suíça, Estados Unidos e República Federal da Alemanha).

EVENTOS INTERNACIONAIS

Foi muito bem recebida a participação do Brasil no setor de música do Festival de Birmingham, no Alabama (EUA), onde música brasileira foi executada por grupos locais, por músicos brasileiros radicados nos Estados Unidos, e pelo Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília, o qual, juntamente com o **Ballet Stagium,** de São Paulo, realizou extensa série de apresentações em vários estados americanos, após apresentar-se em Birmingham.

Pela primeira vez em 19 anos de realização, um conjunto de câmera latino-americano — o Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília — foi convidado a participar do Festival

de Outono de Varsóvia, um dos eventos internacionais mais importantes no campo da música em todo o mundo.

Graças ao apoio do Itamaraty, que inclusive assume o pagamento de suas anuidades, a seção brasileira da SIMC (Sociedade Internacional de Música Contemporânea) tem participado das Assembléias-Gerais anuais da entidade, que reúne 30 países, e é considerada a mais representativa no plano internacional da música.

O Itamaraty vem apoiando a realização de diversos eventos musicais de caráter internacional no Brasil, como os Festivais de Curitiba e da Bahia, e os concursos Villa-Lobos e Internacional de Canto do Rio de Janeiro, através da concessão de passagens aéreas, a participantes estrangeiros.

Artes Plásticas

Em 1975, foi possível a programação e concretização de importante série de exposições que assinalaram a presença artística do Brasil em diversos países. A mais importante delas foi sem dúvida a grande exposição **Arte Gráfica Brasileira de Hoje,** com quase 200 obras dos principais gravadores e de artistas brasileiros, inclusive uma sala especial de Osvaldo Goeldi, que foi exibida em grandes museus europeus, como o Museu de Arte Moderna de Madrid, o Albertina de Viena, o Galliera de Paris e a Fundação Gulbenkian em Lisboa.

É intenção do Itamaraty realizar um maior esforço para ampliar a ação cultural brasileira na América Latina, área de prioridade para a atuação diplomática do Brasil.

Já em 1975, foram realizadas pelas Embaixadas em Montevidéu e Buenos Aires, importantes exposições de artistas brasileiros e uma grande mostra de tapeçaria, em museus e galerias, além de outras manifestações levadas a efeito no âmbito dos Centros de Estudos.

Foi igualmente organizada a exposição **28 Artistas do Brasil,** constituída de 140 obras de pintura, desenho e gravura, que foi apresentada em Bogotá, Medelin, Caracas, La Paz, Lima e Quito, além de outras exposições individuais apresentadas em capitais dos países andinos. No Centro de Estudos Brasileiros em Assunção, foram apresentadas diversas mostras de artistas brasileiros.

Dentre as várias exposições realizadas em 1975, no exterior, vale ressaltar:

a) mostra de tapeçarias de Nicola e Douchez, apresentada na Fundação Gulbenkian de Lisboa;

b) mostra de gravadores e desenhistas brasileiros, já mencionada, e apresentada em Viena, Paris e Lisboa;

c) mostra dos gravadores Grassmann, Darel, Fayga e Abrano, apresentada em Bruxelas, Estocolmo e Copenhague;

d) exposição coletiva de gravadores brasileiros apresentada no Festival de Spoleto;

e) três individuais diferentes de Fayga Ostrower, apresentadas em Roma, Genebra e Washington;

f) exposição **28 Artistas do Brasil,** já mencionada, apresentada em Bogotá, Medellin, Caracas, La Paz, Lima e Quito.

Na relação acima não estão incluídas as diversas exposições organizadas diretamente pelas Embaixadas, nem as mostras realizadas por artistas brasileiros convidados por galerias no exterior e que receberam auxílio financeiro do Itamaraty para transporte das suas obras e impressão de catálogos.

Fornecimento de Livros e Estímulo à Edição de Traduções Brasileiras no Exterior

Foram adquiridos importantes livros de consulta, para distribuição às bibliotecas das Missões Diplomáticas e Centros de Estudos Brasileiros, num total de cerca de 2 100 exemplares.

Por sua vez, aproximadamente 3 000 livros diversos foram destinados a Centros de Estudos, Universidades e escolas estrangeiras.

O Itamaraty tem procurado estimular a publicação, por editoras estrangeiras, de traduções de livros de autores brasileiros, mediante subvenção ou compromisso de compra antecipada, ou simples aquisição de certa parte da tiragem. Em decorrência desse esquema, tornou-se possível a edição inglesa de **São Bernardo,** de Graciliano Ramos; de **O Alienista,** de Machado de Assis, na Espanha; a edição argentina de **O Coronel e o Lobisomem,** de Antônio Cândido de Carvalho; de **Cais da Sagração,** de Josué Montelo, também na Inglaterra; da **Antologia de La Poesia Brasileña,** publicada na Espanha.

Por outro lado, o MRE está em entendimento com o Instituto Nacional do Livro visando ao fornecimento, na etapa inicial do projeto, de 20 bibliotecas básicas sobre temas brasileiros, para distribuição aos Centros de Estudos Brasileiros, Leitorados e Universidades estrangeiras com núcleos de estudos brasileiros.

Por ocasião da Comissão Mista Brasil—Espanha, foi rubricada minuta de acordo de co-edição de livros, a ser executado, da parte brasileira pelo Instituto Nacional do Livro e, da parte espanhola, pelo Instituto do Livro Espanhol. Serão sugeridos inicialmente 20 títulos de cada parte, a fim de que seja examinada a possibilidade de tradução e co-edição.

Com a colaboração da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional de Editores de Livros, foi organizada a participação brasileira na I Exposição-Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, onde o Brasil compareceu com grande número de livros de edição recente, os quais foram doados e incorporados à biblioteca do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires.

Divulgação de Artes Cênicas

DANÇA

Vale ressaltar o apoio dado ao **Ballet Brasileiro da Bahia,** que, em 1975, excursionou pela Argentina, bem como ao **Ballet Stagium,** de São Paulo, considerado o melhor grupo de dança moderna, que participou do Festival de Birmingham e realizou **tournée** pelos Estados Unidos em abril de 1975 e, em novembro do mesmo ano, representou o Brasil no Forum Internacional de Dança, em Paris.

CINEMA

A divulgação do cinema comercial brasileiro é atribuição da Embrafilme, empresa estatal subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Não obstante, o Itamaraty tem colaborado estreitamente com a referida empresa na organização de Semanas de Cinema Brasileiro em diversos países.

Em 1975, realizou-se a Semana de Cinema no Cairo, com grande êxito de público e inclusive resultados positivos do ponto de vista financeiro, pois possibilitou a negociação de diversos filmes. Outras semanas de cinema realizadas no México, em San Salvador e Copenhague tiveram resultados proveitosos.

No campo do cinema-documentário, o Itamaraty financiou os filmes, **O Mundo de Kumenchi,** sobre a vida indígena no Parque do Xingu, e **Rio, Samba e Carnaval,** os quais foram copiados em português, espanhol, francês, inglês, alemão, árabe e japonês, e distribuídos às Embaixadas. Além dos filmes acima, o MRE distribuiu 110 novas cópias de filmes documentários da série **Brasil, Retrato de um País** a grande número de Embaixadas.

O convênio assinado com o Instituto Nacional do Cinema em 1974, visando à criação de filmotecas brasileiras no exterior,

possibilitou a remessa à Embaixada em Lisboa do primeiro lote de 40 filmes-documentário em português. Já foram traduzidos para o francês, e se encontram em fase de sonorização, seis filmes-documentário sobre técnicas de futebol, para distribuição futura às Embaixadas nos países francófonos.

Produção e Distribuição de Material Informativo

Procedeu-se à redução das inúmeras publicações de pequena tiragem e de alcance reduzido e, em seguida, a sua substituição por alguns poucos folhetos padronizados e de caráter fundamental, impressos em tiragens elevadas, nas línguas de maior difusão.

A publicação do folheto **Brasil,** impresso na Holanda e destinado ao público estudantil de nível secundário, possibilitou atender às necessidades imediatas de 80% das Missões. A referida publicação foi impressa em espanhol (100 mil exemplares), inglês (100 mil exemplares), francês (50 mil exemplares), árabe (50 mil exemplares), húngaro (10 mil exemplares), neerlandês (5 mil exemplares), italiano (20 mil exemplares), japonês (20 mil exemplares) e em alemão (20 mil exemplares).

Além da série de folhetos acima, foi atualizada e reeditada, em novo formato, a publicação **Brazil, Challenge and Progress,** quase um pequeno livro de introdução ao Brasil, na qual o texto, bem cuidado e com informações mais extensas e diversificadas, é dirigido sobretudo a um público de nível educacional mais alto.

A reedição de **Brazil, Challenge and Progress** foi realizada com tiragem de 100 mil exemplares em inglês e 100 mil exemplares em espanhol, com nova feição gráfica e enriquecida com maior número de ilustrações.

Para atendimento à demanda do público escolar de nível primário, foi publicado folheto de tipo **dépliant,** com texto sucinto

e claro, e com abundância de fotografias coloridas, além de mapa e símbolos nacionais. Este folheto foi publicado com tiragem de 200 mil exemplares em inglês, 50 mil em francês, 50 mil em árabe e 50 mil em japonês.

Foram encomendadas, ainda, tiragens especiais de separata da revista **Américas,** inteiramente dedicada ao Brasil. Desta publicação foram impressos 20 mil exemplares em português, 50 mil em inglês e 80 mil em espanhol.

Todas as publicações acima foram produzidas para atender à demanda de informações de caráter genérico sobre o Brasil. Para suprir a falta de publicações em idiomas estrangeiros sobre as artes e a cultura brasileira, está sendo produzido pela Editora Abril, por encomenda do Itamaraty, uma publicação de 128 páginas sobre as artes brasileiras, com ilustrações a cores, que deverá conter um panorama abrangente da criação artística brasileira.

A **Revista de Cultura Brasileña,** também especializada em assuntos culturais brasileiros, continuou a ser publicada pela Embaixada em Madrid e distribuída a todas as Missões Diplomáticas brasileiras nos países de língua espanhola. A Embaixada em Buenos Aires iniciou em 1975, a publicação, em caráter regular, do boletim **Brasil Cultura** em espanhol.

Foram repartidas entre todas as Embaixadas 300 000 bandeiras brasileiras de papel, em formato pequeno, para distribuição a escolas e para uso em cerimônias de homenagem ao Brasil.

Cinqüenta Embaixadas receberam a coleção **Iniciação à Cultura Brasileira,** composta de 496 **slides** coloridos distribuídos em cinco álbuns, acompanhados de textos didáticos sobre arquitetura, escultura, pintura, gravura e conjuntos urbanos do Brasil.

Cooperação com Entidades Brasileiras

BIENAL DE SÃO PAULO

Cumpre destacar a intensa colaboração prestada à Fundação Bienal de São Paulo, materializada através de concessão de subvenção anual de 100 mil cruzeiros, da instituição do Grande Prêmio Itamaraty, no valor de 12 500 dólares, da formulação dos convites oficiais aos países por via diplomática, das gestões junto às autoridades aduaneiras para a obtenção de facilidades para a entrada das obras de arte, do pagamento de passagens internacionais e hospedagem para três membros do júri de premiação.

OUTROS CERTAMES

De igual maneira, o MRE tem emprestado a sua colaboração regular ao Museu Villa-Lobos, que organiza todos os anos o Festival Villa-Lobos, dedicado inteiramente à obra do grande mestre. Também neste caso, a divulgação do evento no exterior é feita por intermédio de nossas Missões Diplomáticas.

O Festival de Ouro Preto, organizado pela Universidade de Minas Gerais, tem igualmente recebido ampla colaboração, através da sua divulgação pelas Missões Diplomáticas brasileiras e pelo fornecimento de passagens a professores que vêm lecionar matérias de sua especialidade nos diversos cursos ministrados durante o Festival.

Vale assinalar também o prêmio de 1 000 dólares oferecido pelo Itamaraty no Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro, certame que vem ganhando crescente importância nos meios musicais internacionais.

Projetos Especiais

II Festival Mundial de Artes Negras na Nigéria — 1976

O Brasil, que já tomara parte no I Festival realizado em Dacar, em 1965, deverá participar do próximo certame com represen-

tação mais completa possível, procurando focalizar todos os aspectos da influência das culturas africanas na vida brasileira.

Haverá ainda exposições de livros sobre estudos afro-brasileiros e, caso seja possível, um local onde serão preparados e servidos pratos afro-brasileiros.

Tendo em vista a magnitude de nossa representação, será construído um pavilhão para exposições e demais manifestações brasileiras.

Para organizar a participação do Brasil no Festival, foi criado um grupo de trabalho que conta com a colaboração do MEC e de diversos especialistas, sob a coordenação geral do crítico de arte Clarival Valladares. Todas as tarefas de recrutamento, coleta de material de exposição, embalagem, transporte, impressão de catálogo, montagem do pavilhão em Lagos, foi confiada à firma com ampla experiência no campo da organização e execução de feiras comerciais brasileiras no exterior, inclusive na África.

Afigura-se particularmente feliz para o Brasil, a localização do II Festival Mundial de Artes Negras. No contexto cultural afro-brasileiro, avulta a importância de Lagos com os seus sobrados erguidos por mestres-de-obras vindos de Salvador, e onde se encontram tantas manifestações e tradições comuns aos dois povos.

Previsto inicialmente para 1974, o Festival de Lagos sofreu um primeiro adiamento para novembro de 1975 e, por ocasião da mudança de Governo na Nigéria, foi prorrogado para 1976, em data a ser fixada.

A participação brasileira prevê uma grande exposição sob o título **A África na Vida e na Cultura do Brasil,** que terá, ao mesmo tempo, caráter antropológico e artístico. Sua principal função será a de ilustrar as relações históricas e humanas

entre a África e o Brasil, as influências africanas na maneira de ser brasileira, as influências de retorno à África e as correspondências culturais.

A segunda parte da exposição constará de artistas plásticos brasileiros de origem africana ou com temática africana.

Durante o Festival, o Brasil deverá fazer demonstrações ao vivo das principais modalidades de música e dança de origem africana, inclusive de danças rituais do **candomblé,** possivelmente com o grupo de Olga de Alaketu.

Museu Afro-Brasileiro de Salvador

De acordo com o convênio assinado entre o Itamaraty, o Governo da Bahia, o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade da Bahia, foi criado o Museu Afro-Brasileiro de Salvador.

O Itamaraty enviou à África o Professor Pierre Verger, reconhecido especialista em assuntos afro-brasileiros, para coletar peças de artesanato das diversas etnias e culturas africanas, que constituirão o núcleo inicial do acervo do Museu.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No contexto do II Plano Básico para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), o MRE atua como órgão setorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). Essa atuação efetiva-se, por um lado, mediante participação no novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão interministerial responsável pela formulação de diretrizes para o SNDCT. Por outro

lado, ao MRE, como um dos órgãos setoriais do Sistema na área da informação científica e tecnológica, cabem atividades operacionais, especialmente no que se refere à coleta e disseminação da informação científica e tecnológica no exterior.

Nesse sentido, foi instituído o SICTEX que se fundamenta na atribuição ao Itamaraty da tarefa de "Coordenar a mobilização da rede de Missões Diplomáticas, Consulados, Representações junto a Organismos Internacionais e outras Repartições no exterior para a canalização de informações e referências, cabendo-lhe ainda o processamento primário e a transferência de tais informações e referências às agências internas".

Assim fundamentado, obedece o SICTEX às seguintes diretrizes específicas:

— deve ser intermediário entre as fontes externas de informação e as estruturas internas, constituindo-se no canal adequado para fornecimento e encaminhamento de informação técnico-científica de origem estrangeira para o país;

— devem ser concentrados esforços principais aos meios modernos de transferência de informações;

— deverá servir como auxiliar para a solução de problemas específicos, graças ao aproveitamento da rede externa do Ministério das Relações Exteriores no exterior.

A estratégia de implantação do SICTEX prevê ação progressiva, mediante a realização de projetos setoriais de caráter modular, que permitirão aos órgãos já existentes servirem como núcleo ou esquema-piloto para fins de desenvolvimento, ampliação e integração do SICTEX no Sistema Nacional.

Quanto à cooperação bilateral, desenvolveu-se a cooperação com a República Federal da Alemanha, no contexto do Acordo-Geral de Cooperação Científica e Tecnológica, notadamente nos campos de energia nuclear, de pesquisa espacial e aero-

náutica, de oceanografia, de documentação científica e processamento de dados.

Assim, no setor de pesquisa e desenvolvimento, por ocasião da Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira, foi evidenciado o interesse comum em harmonizar os padrões técnicos de ambos os países. Outros ramos a merecer atenção especial serão os relacionados aos dois projetos **Problemas de Zonas Tropicais Úmidas** e **Problemas de Zonas Semi-Áridas.**

Também no domínio da computação, ligada à educação e treinamento de técnicos em computação, está sendo ativada a cooperação.

Finalmente, na área de oceanografia foi previsto convênio especial de cooperação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor das ciências do mar, atingindo as seguintes áreas: sensoreamento remoto, programa de pesquisa e treinamento (envio de cientistas brasileiros à RFA), criação de Instituto Oceanográfico Nacional, Pesquisa do conjunto de fenômeno da ressurgência marítima, pesquisa sobre aquacultura em águas tropicais (lagoas).

As perspectivas de intensificação das relações com a França em ciência e tecnologia são promissoras, devendo o Convênio Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação Científica e Técnica, recentemente assinado em Paris entre o CNPq e o seu homólogo francês, o CNRS, propiciar o quadro adequado para esse desenvolvimento.

Assim, no âmbito do Convênio CNPq/CNRS está prevista maior troca de cooperação no campo das ciências fundamentais e da documentação científica. No domínio da Saúde, vários programas e pesquisas destinados a atingir a engenharia biomédica e a medicina tropical brasileira deverão ser desenvolvidos, da mesma forma que a informática deverá ser pesquisada junto aos organismos brasileiros especializados. No campo da eletrônica de ponta e suas aplicações à informática e à metro-

logia existem possibilidades de estabelecer-se intercâmbio imediato.

Há ainda um interesse comum no tocante ao uso da energia solar (formação e pesquisa sobre técnicas solares, com vistas à posterior aplicação a determinadas regiões brasileiras) e com relação à utilização pacífica da energia nuclear bem como com a pesquisa espacial que poderá desenvolver-se em ritmo crescente.

Missão japonesa visitou o Brasil em abril, tendo sido mantidos contatos preliminares a fim de intensificar a cooperação científica e tecnológica. Para tanto, o CNPq fez entrega, a essa Missão, de projeto de Convênio Científico e Tecnológico, em que apresenta as nossas áreas de interesse, entre as quais, Metalurgia (ferrosos e não-ferrosos), Engenharia eletrônica — Circuitos integrados e Física do Estado Sólido — Física de Partículas-Ótica.

Foi ventilada a possibilidade de os Governos brasileiro e australiano negociarem um acordo de cooperação científica e tecnológica. Entendimentos iniciais entre membros de missão australiana e autoridades do CNPq verificaram a existência de mútuo interesse nesse sentido.

Para o Brasil, o interesse maior reside na possibilidade de vir o citado acordo a propiciar programa de cooperação ligado principalmente ao setor agrícola (novas técnicas para as regiões áridas e semi-áridas), na produção de combustíveis líquidos, no setor de processamento mineral, entre outros. Dadas as características e dimensões geográficas continentais de ambos os países, existem amplas perspectivas de intercâmbio de informações com respeito às respectivas problemáticas ecológicas.

Existem boas perspectivas para o desenvolvimento da cooperação com a América Latina. Conquanto já tenhamos firmado acordo com o México, em matéria de ciência e tecnologia,

acordos ou convênios similares de cooperação mútua poderiam ser negociados com Argentina, Venezuela, Bolívia, Uruguai e Chile, entre outros países latino-americanos.

UNESCO

Programa do Homem e a Biosfera (MAB)

É programa interdisciplinar de pesquisas que toma por base a aplicação da ecologia no estudo das interrelações entre o homem e o meio ambiente. Será implementado em estreita cooperação com as organizações das Nações Unidas relacionadas ao assunto e com as organizações internacionais não-governamentais competentes.

O MAB propõe-se a focalizar: a) o estudo geral da estrutura e do funcionamento da biosfera e suas divisões ecológicas; b) a observação sistemática e a pesquisa das mutações provocadas pelo homem na biosfera e seus recursos; c) os efeitos globais dessas mutações sobre a própria espécie humana; e d) a obtenção de informações e de meios educacionais sobre esses assuntos.

A própria natureza do Programa conduz ao seu escopo amplo. De modo geral, o MAB abarcará assuntos de significado global ou regional, de preferência deixando os problemas de nível local e aqueles que possam ser tratados fora da esfera de cooperação internacional. Sendo intergovernamental, concentrar-se-á em atividades nas quais a intervenção e o apoio governamentais são condições de êxito.

O Brasil tem apoiado decididamente esse Programa e, desde a sua instituição, é um dos 25 países que compõem o seu Conselho Internacional de Coordenação.

Em 14 de outubro de 1974, o Decreto n.º 74 685 criou, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Brasileira do Programa **O Homem e a Biosfera,** encarregada de planejar, coordenar e supervisionar, no país, as atividades daquele Programa promovido pela UNESCO.

Portaria do Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores, publica em 12 de fevereiro, designou os membros da Comissão Brasileira.

Realizou-se a 21 de agosto, no Itamaraty, a sessão inaugural da Comissão Brasileira para o Programa **O Homem e a Biosfera,** sob a presidência do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores. À cerimônia de inauguração seguiu-se sessão regular de trabalho, tendo sido aprovado um Regimento Interno para a Comissão e criadas três Subcomissões Técnicas, a saber: a) para **O Homem e o Meio**; b) para **Áreas Naturais;** c) e para **Cooperação Internacional.**

Ainda através desse programa da UNESCO, desenvolve o MAB programa na área de ciências do meio ambiente, com o propósito de patrocinar pesquisas e atividades para:

— elaboração de métodos comuns ou comparáveis para a observação, coleta e análise de dados relativos às ciências do meio ambiente e aos sistemas naturais;

— publicação e difusão sob a forma de sínteses e de cartas temáticas dos conhecimentos científicos relativos ao meio ambiente e a seus recursos potenciais;

— formação de especialistas e técnicos, especialmente nos países em desenvolvimento, e a promoção de métodos interdisciplinares para essa formação;

— ajuda à criação ou reforço de instituições nacionais ou subregionais para o estudo, pesquisa, documentação e formação de quadros no domínio das ciências do meio ambiente e do estudo setorial ou integrado de recursos; e

— elaboração de mecanismos ou de instrumentos jurídicos que permitam pesquisas conjuntas sobre assuntos relativos ao meio ambiente ou à conservação de recursos de nível global, regional ou sub-regional.

OEA

Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia (CICYT)

O Brasil está atualmente representado no CICYT, sendo seu membro Presidente do Comitê. A participação brasileira na XIV Reunião do CICYT foi bastante ativa, sobretudo na discussão de projetos específicos: Projeto de Aproveitamento dos Recursos de Zonas Tropicais Úmidas, juntamente com a Colômbia e a Venezuela; Projeto de Prospecção de Xistos Betuminosos, com a colaboração do Uruguai; Projeto sobre Genética de Melhoramento Animal e Projeto sobre Habitação Popular, em conjunto com a Argentina.

Na XV Reunião do CICYT, o Brasil tomou parte nos debates acerca dos conceitos estabelecidos na Declaração de Tlatelolco e no Comunicado de Washington, oportunidade em que foi feita uma avaliação histórica do papel da tecnologia dentro do processo de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

CACTAL

A Conferência Especializada sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento da América Latina (CACTAL) inspira-se na Declaração dos Presidentes da América que, reunidos em Punta del Este, de 12 a 14 de agosto de 1967, reconheceram a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da América Latina.

O Brasil participou ainda da Reunião de Técnicos Governamentais recomendada pela CACTAL em Washington na qual foram criados dois Grupos de Trabalho para estudar, respectivamente, a formulação das bases de um Plano Integrado de Ciência e Tecnologia para a América Latina e analisar os Programas da OEA que guardam relação com ciência e tecnologia.

O MRE acompanhará o cumprimento e as possíveis adaptações que se farão necessárias para a implementação das recomendações apresentadas nessas Conferências.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Com a consolidação do processo de desenvolvimento brasileiro, as modalidades e o próprio escopo da cooperação técnica no Brasil, evoluíram no sentido de obtermos melhor rendimento dos programas em operação no país, à medida que nos tornávamos concomitantemente doadores de assistência a outros países em desenvolvimento. A experiência e o acompanhamento operacional de projetos e programas identificaram vários pontos de estrangulamento e fatores de perda de substância no rendimento da cooperação prestada.

O sistema federal para coordenação da Cooperação Técnica Internacional foi reformulado por Decreto de 1969, que instituiu sistema interministerial para coordenação da cooperação técnica internacional bilateral e multilateral. Sua principal característica é vincular a política externa do país com o sistema nacional de planejamento e as orientações e recomendações dos ministérios setoriais. As peças centrais do sistema são o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria de

Planejamento da Presidência da República. Além dos dois órgãos centrais participam do sistema todos os demais Ministérios, através de suas Assessorias Internacionais, as quais intervêm na aprovação dos projetos de sua área de competência e atuação. O novo sistema vem permitindo a compatibilização dos projetos de cooperação técnica internacional com os objetivos e prioridades nacionais, tal como definidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e respectivos planos setoriais e regionais.

Outra inovação importante foi a adoção, no esquema em vigor, da política de programar a médio prazo a cooperação técnica, através do preparo de um Programa Nacional de Cooperação Técnica (PNCT) para cada fonte doadora. Cada programa é estruturado de acordo com negociações prévias com as fontes doadoras e tendo em conta suas respectivas prioridades.

O fortalecimento da coordenação federal, decorrente do novo sistema, permitiu também determinar, pela primeira vez, os critérios e diretrizes para exame e aprovação dos projetos de cooperação técnica internacional.

A orientação básica é utilizar a cooperação técnica internacional como canal de transferência de conhecimento e tecnologia para o Brasil, principalmente naquelas áreas apontadas como prioritárias no II PND.

Assim, a integração sistemática da cooperação técnica internacional com os planos nacionais de desenvolvimento proporcionou ao Itamaraty bases sólidas para o desenvolvimento e aplicação de política a longo prazo, visando a ajustar a assistência externa às nossas necessidades.

Por sua vez, a iniciativa diplomática brasileira permitiu desenvolvermos as nossas relações de cooperação com a República Federal da Alemanha, o Canadá, a França, a Grã-Bretanha, o Japão e a Espanha, com os quais o volume e a sistematização de assistência técnica apresentam índices promissores.

Cooperação Bilateral no Brasil

Os esforços do Ministério das Relações Exteriores para conferir maior efetividade à assistência técnica bilateral recebida pelo Brasil tiveram prosseguimento, com excelentes resultados, em 1975. Todas as fontes importantes de assistência técnica bilateral passaram a aceitar os princípios da utilização sistemática da via diplomática, da concentração em áreas prioritárias nacionais (ou seja, aquelas constantes no II PND), e, de acordo com programas a médio prazo, da iniciativa do Governo brasileiro.

O programa de cooperação técnica teuto-brasileira ainda é o mais importante esquema de cooperação bilateral. Seu bom nível técnico continua a justificar a necessidade de sua ampliação ou de, pelo menos, a manutenção do presente nível dos recursos alemães destinados à cooperação técnica ao Brasil. Por sua qualidade, a assistência germânica tem assumido papel relevante na introdução do **know-how** no país, incidindo principalmente sobre a infra-estrutura tecnológica e científica.

Existem atualmente em execução, com a República Federal da Alemanha, seis projetos na área da educação, nove projetos na da agricultura, dois na da ciência, tecnologia e indústria, um em recursos naturais e dois em desenvolvimento regional e urbano. Em negociação, há dois em agricultura, três em ciência, tecnologia e indústria, e dois em recursos naturais.

Em estudos, existem dezoito projetos, sendo dez em desenvolvimento científico e tecnológico.

A cooperação com a **Espanha** teve alcance limitado, embora auspiciosa e recentíssima em sua extensão e modalidade. Havia-se concluído, em 1974, acordo que formaliza a participação espanhola em projeto sobre irrigação, de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste.

Logo a seguir, durante reunião da Comissão Mista Brasil—Espanha, acordou-se programa bastante amplo de cooperação técnica.

Com o **Canadá,** intensificou-se a cooperação técnica. Firmou-se em 1975, após longas negociações o Acordo Básico de Cooperação Técnica. Encontram-se em execução 29 projetos nas áreas da educação, agricultura, ciência, tecnologia e indústria, desenvolvimento urbano e recursos naturais.

Dinamizou-se, por sua vez, a cooperação com a **França.** Em reunião de acompanhamento do programa de cooperação cultural e técnica (março de 1975) e no decorrer da Reunião da Comissão Mista (junho de 1975), foram definidos os seguintes setores, como áreas prioritárias:

— Informática, Automação, Eletrônica e Eletrotécnica;

— Matemática e Ciências Físicas;

— Ciências da terra;

— Engenharia Civil e Mecânica de Solos;

— Hidráulica;

— Ciências Econômicas;

— Agronomia;

— Planificação e administração;

— Saúde (parasitologia, cancerologia, bio-informática);

— Oceanologia;

— Hidrologia;

— Telecomunicações;

— Obras Públicas;

— Comunicação.

Nas referidas reuniões, ficaram estabelecidas como medidas, modalidades de cooperação e regras de procedimentos, a serem seguidas doravante:

a) a cooperação francesa será realizada através do sistema interministerial brasileiro de coordenação da assistência técnica exterior, segundo as modalidades definidas pelo Decreto n.º 65 476, de 21 de outubro de 1969;

b) os projetos importantes, aceitos pelas duas partes, serão objeto de ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Esses Ajustes, que entrarão em vigor por troca de notas, deverão precisar os objetivos, a duração, a contribuição de cada parte e as modalidades de avaliação e de revisão periódicas;

c) a cooperação francesa será, na medida do possível, associada à formulação de projetos. A delegação francesa propôs, com esse objetivo, enviar em 1976 ao Brasil duas missões de peritos, uma no domínio da saúde e outra no da agropecuária;

d) as duas partes decidiram acertar um programa global, a se iniciar em 1977. Para o período transitório, em 1976, definirão e realizarão um certo número de projetos, segundo os critérios definidos anteriormente;

e) a parte francesa transmitirá, com a possível brevidade, informações que permitirão à parte brasileira medir a importância que a França poderá consagrar ao programa plurianual;

f) a parte francesa, em resposta à solicitação da parte brasileira, comunicou que ela aceitaria participar de projetos complementares a operações multilaterais;

g) a delegação brasileira informou a delegação francesa acerca do sistema brasileiro de pós-graduação coordenado pela CAPES. As duas partes estimariam que o apoio concedido pela França aos programas de pós-graduação deveria ser pro-

porcionado através dos projetos integrados de cooperação cultural e técnica. Com o objetivo de prepará-lo, a delegação francesa estava disposta a enviar a título exploratório, um ou dois especialistas em missão de curta duração, para setores a serem determinados pela parte brasileira.

As duas missões francesas, nas áreas de saúde e da agropecuária, já vieram ao Brasil e acertaram amplos programas de cooperação a curto prazo.

O sistema nacional de coordenação da cooperação técnica externa produziu 33 projetos, já aprovados totalmente ou em processamento final. Todos eles foram examinados em meados de outubro de 1975, com funcionários da Embaixada da França, de forma a se poder aplicar, desde princípios de 1976, as diretrizes acordadas em junho de 1975.

No curso de 1976, os dois países negociarão o programa a médio prazo, baseados nos projetos submetidos pela parte brasileira.

Com o **Reino Unido,** está em discussão a reformulação do sistema de cooperação técnica. O assunto foi tratado durante a visita em maio a Brasília dos Senhores Douglas Williams, Subsecretário Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Ultramarinho e C. R. O. Jones, Chefe do Departamento Latino-Americano do **Foreign Office.** Então, foram apresentados, em memorandum, às autoridades britânicas, as seguintes considerações:

a) programar a médio-prazo a cooperação técnica recebida pelo Brasil do Reino Unido, através de um elenco orgânico de projetos (PNCT), de onde seriam tirados os projetos a serem implementados. A aceitação do PNCT não implicaria compromisso de executar todos os projetos do PNCT, mas de **só executar os que nele estiverem incluídos;**

b) concentrar a cooperação técnica britânica em projetos de grande escala que envolvam transferência real de tecnologia sofisticada;

c) **concluir Ajustes Complementares** por troca de notas ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para cada projeto individual;

d) aumentar as possibilidades de treinamento do Reino Unido (atualmente são oferecidas cerca de 90 bolsas por ano);

e) institucionalizar o processo de concessão de bolsas através de maior influência do sistema interministerial na formação da demanda de bolsas. O Governo brasileiro passaria agora a indicar os candidatos que necessitam receber treinamento na Grã-Bretanha (entre professores universitários e funcionários da Administração Pública) em substituição ao tradicional sistema pelo qual uma comissão seleciona os candidatos inscritos individualmente junto ao Conselho Britânico (apenas em 1976 o Itamaraty participará desta Comissão).

Tais propostas encontram-se em estudo. Por ocasião da visita do Ministro Silveira a Londres foram assinalados a nossa satisfação com o desenvolvimento da cooperação, bem como o nosso interesse em ampliá-la, através de novos projetos de longa escala e dimensão nacional. Também a institucionalização do sistema de bolsas e a elevação dos recursos alocados à cooperação técnica com o Brasil foram encarecidos.

Existem, atualmente, treze projetos novos com o Reino Unido em execução, sobretudo nas áreas de educação e ciência, tecnologia e indústria.

Estão em fase de implementação ou de pré-implementação, no momento, cerca de 12 projetos no âmbito da cooperação técnica do **Japão** ao Brasil. Entre os projetos em execução destacam-se o do "desenvolvimento do Vale do Ribeira", no Estado de São Paulo, para o qual contribuem 11 peritos japo-

nesses em missão de longa duração e número ainda não fixado de peritos em missão de curta duração, estando previsto, além disso, o fornecimento de equipamento técnico ainda não existente no país. Espera-se para breve a aprovação do projeto **Escola Técnica de Pesca de Santos,** no valor de 15 milhões de dólares, e já está acertada a assistência técnica japonesa para projeto de grande vulto em transporte ferroviário (ligação Belo Horizonte—São Paulo).

Além dos projetos de cooperação técnica propriamente dito, estudam-se programas, englobando investimentos japoneses e assistência técnica, principalmente na área do desenvolvimento agrícola. Está em exame, nesse contexto, grande projeto de aproveitamento agrícola do cerrado.

Deve-se fazer menção especial ao programa de cursos de treinamento para técnicos realizados no Japão. Esses cursos divulgados e aprovados pelo Itamaraty, após gestões feitas em meados do ano passado, têm sido aproveitados por inúmeras instituições brasileiras.

Cooperação Multilateral no Brasil

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma agência semi-autônoma das Nações Unidas que objetiva assistir os países em desenvolvimento. Para tanto, programa, administra e financia projetos de assistência técnica e pré-investimento.

Os recursos empregados pelo Programa tomam a forma de doações, isto é, investimentos não reembolsáveis, e são distribuídos entre os países-membros, às áreas geográficas e projetos de alcance mundial. Após dedução das somas destinadas à administração e gastos gerais, 87% dos recursos se destinam à programação por país.

Ao Brasil foi alocada, no período de 1972-76, a quantia de US$ 30 milhões, o que nos assegurou o quarto lugar, entre os países beneficiados, depois da Índia (50 milhões), Indonésia e Nigéria (35 milhões cada).

PROGRAMA BRASIL-PNUD (1972-1976) US$ mil

I — EDUCAÇÃO 11,100

Hidrologia aplicada (935); educação agrícola (2,270); recursos humanos (1,270); treinamento vocacional (1,320); treinamento aeronáutico (950); telecomunicações (730);

II — SAÚDE — AMBIENTE — SANEAMENTO 2,200

controle de poluição S.P. (1,000); idem R. J. (900);

III — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 10,900

desenvolvimento florestal (2,400); pesca (1,500); pesquisa nuclear agrícola (1,200); produção de trigo (1,200); planejamento agrícola (1,000); irrigação Rio Jaguarão (500) etc.

IV — CIÊNCIA-TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 12,100

modernização de patentes (1,800); frutas tropicais (1,200); segurança de vôo (1,800); rodovias (1,200); siderurgia (200); telecomunicações (450); projetos industriais (800) etc.

TOTAL — PROGRAMA-PNUD (1972-1976) US$ 34,300.000

O Programa Nacional do Brasil foi aprovado em 1973, e elaborado pelo Itamaraty e a Subin (Secretaria de Cooperação Internacional da Seplan) com a colaboração do representante residente do PNUD. O Programa procurou canalizar a assistência do PNUD para as prioridades do Primeiro PND e, dentro dele, à expansão e aperfeiçoamento das estruturas tecnológicas do País. As quatro grandes áreas de aplicação do programa são a educação, saúde, ambiente e saneamento; agricultura e abastecimento; e ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial.

O impacto do programa nacional do Brasil transcende o simples investimento de US$ 6 milhões por ano feito pelo PNUD. Representa muito mais em termos de efeito multiplicador, de organização da pesquisa e do ensino no Brasil, de entrada de conhecimentos não-disponíveis no país, e de estruturação de instituições. A importância pode ser avaliada pelo fato de que, a cada unidade monetária concedida pelo Programa, corresponde contrapartida nacional cinco vezes superior. Os dispêndios anuais dos projetos do PNUD sobem, pois, a cerca de US$ 36 milhões por ano, concentrados no setor de ciência e tecnologia.

A lentidão na execução dos projetos e os conseqüentes atrasos nos desembolsos financeiros do PNUD poderiam fazer com que se chegasse ao fim do atual período de programação, sem que fosse efetivamente desembolsada a totalidade da CIP (cifra indicativa de planejamento) do Brasil (US$ 30 milhões). Para evitar essa situação realizou-se, a partir de 01.07.74, um esforço de sobreprogramação. O objetivo foi acelerar o processamento das prorrogações de projetos e a aprovação de novos, de modo que a atual CIP seja integralmente desembolsada até o final de 1976, despendendo-se também, se possível, US$ 1 milhão da nova CIP (1977/81). Para chegar a esse objetivo programaram-se projetos no valor total de US$ 39 milhões.

Programa Regional

Visitou o Brasil, em julho de 1975, o Senhor Gabriel Valdez, Diretor Regional do PNUD para a América Latina. Foi-lhe, então, expressada a nossa preocupação de que maior atenção fosse dispensada pelo organismo à assistência regional, que deveria ser sistematicamente relacionada com as prioridades de desenvolvimento dos países interessados. Enfatizou-se, outrossim, a firme intenção do governo brasileiro de participar ainda mais ativamente da programação regional, por meio de projetos baseados em instituições ou idéias brasileiras.

Em setembro de 1975, Valdez enviou ao Brasil seu assessor para projetos regionais, Patrício Silva. Em visita de uma semana, entrevistou-se com grande número de personalidades e entidades. No final da missão, em reunião no Itamaraty, identificaram-se 16 possibilidades de projetos regionais. Durante os próximos meses, o MRE e o PNUD estimularão, baseados nessas idéias, projetos daquela natureza.

Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

Há cerca de dois anos os membros em desenvolvimento do Conselho de Administração têm concentrado suas atenções nos meios e formas de colocar o PNUD a serviço da cooperação técnica entre países em desenvolvimento. O Programa dispõe de rede de 123 escritórios e de amplo **know-how** na área da transferência de tecnologia. Até agora eles vêm sendo utilizados apenas no plano das relações das regiões industrializadas com as em desenvolvimento.

Existem, contudo, conhecimentos tecnológicos em países em desenvolvimento que podem ser convenientemente utilizados em outros países em estágio similar, talvez até com maior proveito que técnicas demasiado sofisticadas e custosas disponíveis em outras áreas. Faltam meios de divulgação, bem como recursos humanos e financeiros para estimular a difusão

de conhecimentos dita horizontal. O PNUD poderia prover esses diversos elementos. Já se criou unidade especial, na sede do Programa, para apoiar a nova atividade.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

O UNICEF, responsável, no âmbito das Nações Unidas, pelos assuntos referentes à maternidade, à criança e à juventude, é órgão dos mais importantes na prestação de assistência aos países em desenvolvimento. Investe anualmente **à fonds perdu** aproximadamente US$ 100 milhões.

No UNICEF, ao contrário do que ocorre no PNUD, inexistem cifras indicativas para dispêndio nos países receptores de suas assistências. Os recursos para cada país são determinados pelas necessidades, pela eficiência na preparação e execução de projetos e pelo grau de interesse na Organização.

Esse grau de apoio pode ser mais facilmente aferido através de aumentos, embora limitados, no nível das contribuições voluntárias.

A partir de 1974, o Itamaraty imprimiu novos rumos à cooperação da agência, com a colaboração atuante de sua direção e de seus representantes em Brasília. Essa reorientação se baseia nas metas brasileiras de desenvolvimento social e visa a concentrar recursos em áreas e setores prioritários e em projetos de importância nacional. Como exemplo, citem-se os projetos de desenvolvimento do sistema nacional de educação pré-escolar para crianças de famílias mais pobres; educação profissionalizante de jovens ao longo da Transamazônica, e combate à marginalização do menor nas grandes cidades.

Fundo das Nações Unidas para Atividades Demográficas

O Fundo é administrado pelo Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e recebe

orientação política do Conselho Econômico e Social. O Brasil é membro de ambos os órgãos.

O Fundo não financia atividades a nível nacional sem haver um pedido formal e expresso do Governo interessado. Os projetos por ele auxiliados referem-se a toda a gama das atividades demográficas.

O Brasil dirigiu recentemente duas solicitações de financiamento de projetos: o primeiro para um Centro de Desenvolvimento Humano, ligado a sete universidades nacionais, e o segundo, relativo à dinâmica populacional, patrocinado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Sociais do Maranhão.

OEA

O VI Programa Nacional de Cooperação técnica Brasil—OEA, para o período 1974/76, continua sendo implementado.

O PNCT prevê quatro projetos na área do desenvolvimento urbano, dois sobre fortalecimento dos sistemas estatísticos nacionais, três acerca de desenvolvimento regional, seis no setor educação e cultura, quatorze em ciência e tecnologia, e mais dois na área econômico-social.

O Programa inclui também três centros regionais de treinamento, financiamentos por recursos da OEA e do Governo brasileiro:

— Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cetrede);

— Centro Interamericano de Promoção de Exportação (CIPE);
— Centro Interamericano de Comercialização (Cicom).

Devido, entretanto, às características especiais das disponibilidades de recursos da OEA, o PNCT concentra as atividades assistidas pela Organização na concessão de bolsas de estudo de pós-graduação.

Cooperação Técnica do Brasil ao Exterior

Foi dada seqüência às iniciativas anteriores para a criação de bases de um programa de cooperação técnica ao exterior. As atividades, nessa área, evoluem para a formulação de projetos integrados para as duas regiões prioritárias da cooperação técnica brasileira: América Latina e África Subsaárica.

Em 1975, foram negociados pelo Itamaraty acordos básicos de cooperação técnica com o Peru, Uruguai e Gabão.

Cooperação Técnica com a África e Oriente Médio

No momento, executam-se projetos de cooperação técnica com o Senegal, Mali, Gana, Nigéria, Zaire, Benim, Costa do Marfim, Camarões e Guiné-Bissau. Tais projetos vêm aumentando gradativamente e devem ser incentivados sistematicamente, de forma a assegurar resultados de caráter permanente.

O Itamaraty assinou, em maio de 1974, convênio com a Secretaria de Planejamento, pelo qual se obtiveram Cr$ 650 000,00 para aplicação, em 18 meses, em programas pioneiros na África Subsaárica.

Várias instituições e órgãos brasileiros têm prestado, com sucesso, cooperação técnica a países dessas duas regiões, em alfabetização de adultos, tecnologia de alimentos, construção de estradas, comercialização de produtos primários, planejamento nacional e regional.

Essas várias ações vêm sendo financiadas diretamente pelas próprias instituições e órgãos nacionais ou por agências especializadas das Nações Unidas. O Brasil deverá ampliar, em breve, suas atividades de assistência técnica além das áreas já tradicionais.

Por outro lado, os novos países de expressão portuguesa na África vêm, muito rapidamente, estabelecendo relações de cooperação técnica com o Brasil. Prevê-se a ida de missão interdisciplinar a cada um deles, a fim de nos familiarizarmos com as prioridades locais, e dessa forma, procurar os meios mais adequados para assisti-los dentro de programação ordenada e de elevado conteúdo tecnológico.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

ASSUNTOS CONSULARES

Transferência de Atribuições da Antiga DTBE

De acordo com o art. 2.º, letras **a, b, c** e **d** do Decreto n.º 75 047, foi transferida para o Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1.º de janeiro de 1975, a responsabilidade da guarda, distribuições e controle das estampilhas consulares, bem como do recolhimento da renda consular à conta da União, e de sua fiscalização, até então da competência da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior. Pela Portaria n.º 400, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores conferiu à Divisão Consular esses encargos.

De 1.º de janeiro a 10 de dezembro de 1975, foram atendidas as requisições de estampilhas dos diferentes postos no exterior, no valor de 459,481 cruzeiros-ouro e já recolheu à conta da União, a título de cobrança de emolumentos consulares, nos dez primeiros meses do ano, a importância de Cr$ 6 985 412,13, além de ter entregue à agência bancária para cobrança e posterior recolhimento à conta da União, cheques no valor de US$ 232,988.40.

Rede Consular Brasileira

Com vistas à melhoria das condições funcionais nas Repartições Consulares, procedeu-se a obras no próprio nacional do Consulado-Geral no Porto, foram alugados prédios para as Chancelarias dos Consulados em Santiago, Santa Cruz de la Sierra e Liverpool, bem como alugadas casas para residência dos Cônsules em Santa Cruz de la Sierra e Ciudad Bolívar. Adquiriu-se, outrossim, em Puerto Presidente Stroessner, terreno para a construção do Consulado do Brasil.

Dando seqüência às medidas acima, está em estudo a reestruturação da rede consular, de modo a assegurar apoio adequado para a política externa, bem como incrementar a sua capacidade de assistência ao cidadão brasileiro no exterior. Em consonância com a política governamental, dá-se atenção prioritária nesse trabalho à América Latina e, em particular, à América do Sul. O reaparelhamento consular será extendido, igualmente, à América do Norte e à Europa Ocidental.

No campo assistencial, deve ser assinalada a atividade do Consulado em Ciudad Bolívar (Venezuela) criado, instalado e colocado em funcionamento, para atender aos numerosos brasileiros que, atraídos pela garimpagem, trabalham na região de Guaniamo, o Consulado pôde regularizar a situação de boa parte desses nacionais, providenciando-lhes a necessária documentação.

Serviço Militar

Participou o Itamaraty do I Simpósio para o Serviço Militar, realizado em Brasília, de 23 a 30 de novembro, sob o patrocínio do Estado-Maior das Forças Armadas. A esse respeito, foram então apresentados subsídios com vistas ao eventual aperfeiçoamento da legislação sobre serviço militar, no que concerne ao seu aspecto consular.

Proteção a Brasileiros no Exterior e Repatriações

A assistência em geral a brasileiros no exterior, compreendendo as depatriações, importou em 1975 no dispêndio de Cr$ 485 774,00. Houve sensível aumento nas repatriações, em decorrência da situação no Líbano e em Portugal, Angola e Moçambique.

PASSAPORTES

No ano de 1975, foi iniciado em matéria de passaportes — além do desempenho funcional das rotinas pertinentes — uma reavaliação das estruturas do órgão competente, partindo para a modernização dos seus métodos operacionais, de forma a capacitar-se a responder dinamicamente às exigências decorrentes da rápida expansão dos vários setores de atividade do Brasil no campo internacional.

Essa iniciativa emergiu da conscientização da necessidade de enfocar o órgão encarregado dentro de uma perspectiva conceitualmente nova: a de integrá-lo dentro do universo sistemático do Ministério como um subsistema equiparado e relacionado às demais unidades — políticas, econômicas e técnicas — desse universo, tradicionalmente voltadas para a ação, exigindo-se assim a sua desburocratização; a superação de atitudes estáticas; a eliminação de rotinas cristalizadas; a incorporação de novos recursos técnicos e de segurança.

Entre as providências para tornar efetiva a nova orientação, incluiu-se o início da implantação de um sistema de controle numérico da emissão de passaportes, por processamento eletrônico. Desenvolvem-se atualmente esforços no sentido de reavaliar e eventualmente complementar, o programa, através de análise das possibilidades de conjugá-lo com um sistema de controle nominal e de coordenação com os sistemas de controle da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal.

Pelo Decreto n.º 76 096, de 7 de agosto de 1975, foi modificado o Regulamento de Passaportes, com a criação do passaporte de serviço — em substituição ao especial — e a importante determinação de que passariam a ser produzidos no Brasil todos os tipos de cadernetas de passaportes e o **laissez-passer,** tendo para tanto sido firmado um contrato entre o Ministério das Relações Exteriores e a Casa da Moeda. As cadernetas de passaporte fabricadas no Brasil pela Casa da Moeda obe-

decem a novos modelos, mais funcionais e dotados de melhores condições de segurança. A substituição das cadernetas importadas pelas de fabricação nacional — medida que atesta da nossa capacidade em matéria de confecção gráfica de segurança — representará uma poupança anual de divisas superior a US$ 200.000.

Através da cooperação Ministério das Relações Exteriores e Secretaria de Planejamento (MRE-Seplan-Semor), iniciou-se levantamento dos métodos de trabalho e de equipamento material e humano da Divisão de Passaportes, com vistas à sua reformulação interna.

Alguns números aproximativos completarão os dados sobre as atividades neste setor: em 1975, o Itamaraty emitiu e prorrogou cerca de 6 000 passaportes diplomáticos e oficiais; concedeu 1 800 vistos a Repartições estrangeiras no Brasil; importou e distribuiu aos órgãos policiais no Brasil 200 000 cadernetas de passaportes comuns; expediu 3 000 telegramas de autorizações para concessão e prorrogações de passaportes no exterior; emitiu 1 200 cadernetas de Identidade Especial para Estrangeiros; expediu ao exterior 750 telegramas de autorizações para concessão de vistos diplomáticos a oficiais e pessoal diplomático, administrativo e técnico estrangeiro que ingressou no Brasil; efetuou levantamento dos passaportes brasileiros extraviados, bem como informou regularmente às autoridades competentes e às Repartições no exterior as ocorrências de extravio e cancelamento de passaportes estrangeiros.

IMIGRAÇÃO

Em função da reestruturação do Departamento Consular e Jurídico, determinada pela Portaria n.º 398, de 9 de dezembro de 1974, foi criada a Divisão de Imigração. Em janeiro e 1975, procedeu-se à sua instalação.

No campo imigratório, verificou-se um afluxo de cerca de dezoito mil imigrantes, procedentes notadamente de Portugal, Angola e Moçambique. Parcela ponderável dessa corrente apresenta níveis bastante satisfatórios de qualificação para os diversos ramos da atividade econômica. Dado o caráter excepcional do afluxo em questão, o Governo determinou o estabelecimento de sistema de tramitação unificada, com ação integrada dos diferentes setores competentes em controle de estrangeiros, identificação civil e profissional, concessão de permanência, registro de estrangeiros e tratamento alfandegário.

Foram recebidos, durante o ano de 1975, 1931 formulários de pedidos de mão-de-obra estrangeira. A itemização de tais pedidos se acha relacionada no Anexo 1.

Já o Anexo 2 se ocupa da imigração espontânea, assinalando o número de candidatos, o grau de instrução (em termos percentuais) e a sua distribuição por nacionalidade.

Ainda classificadas sob a rubrica de imigração espontânea, encontram-se as solicitações oriundas de entidades religiosas, tanto católicas, quanto protestantes (Anexo 3).

Em matéria de imigração dirigida, o Anexo 4 relaciona as solicitações de mão-de-obra, regidas pelo Acordo de Migração e Colonização Brasil—Japão, e computadas por unidades individuais:

ANEXO 1

I) Pedidos de mão-de-obra procedente do exterior e processados pela Divisão de Migração do Ministério do Trabalho ... 1570

II) Imigração dirigida — Acordo de Migração e Colonização Brasil—Japão-MOPC/1 e MOP 142

III) Comitê Intergovernamental para Migrações Européias — MOP 219

ANEXO 2

Imigração Espontânea

I) Candidatos:

Imigrantes	1570
Dependentes	1214
Dependentes menores de 21 anos	1675
TOTAL	4459 pessoas

II) Grau de Instrução do imigrante:

Superior	65%
Médio e técnico	28%
Outros	7%

III) Quanto à nacionalidade do imigrante:

Norte-americana	296
Alemã	228
Portuguesa	170
Argentina	156
Italiana	85
Chilena	67
Francesa	59
Inglesa	66
Diversas	443

ANEXO 3

I) Missionários Católicos, através do Serviço de Colaboração Apostólica Internacional (SCAI):

Italianos	146
Espanhóis	30
Americanos	24
Belgas	19
Ingleses	13
Austríacos	11
Outras nacionalidades	52
TOTAL	295 missionários

II) Missionários Protestantes:

Americanos	51
Ingleses	7
Canadenses	4
Uruguaios	4
Outras nacionalidades	9
TOTAL	75 missionários

ANEXO 4

Imigração dirigida japonesa

AGRICULTORES	— 15 famílias, totalizando 47 pessoas 39 agricultores individuais	86
TÉCNICOS	— 25 famílias, totalizando 77 pessoas 53 técnicos individuais	130
	TOTAL	216

ASSUNTOS JURÍDICOS

Conferências Internacionais

Assinalem-se, em particular, a **Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado,** reunida no Panamá em Janeiro, e a **Conferência das Nações Unidas sobre a Representação dos Estados em suas Relações com as Organizações Internacionais,** reunida em Viena, em fevereiro e março. Na primeira, foram aprovadas seis Convenções, que o Brasil assinou: Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em matéria de Letras de Câmbio, Notas Promissórias e Faturas, Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em matéria de Cheques, Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias, Convenção Interamericana sobre Obtenção de Provas no Exterior e Convenção Interamericana sobre o Regime Legal das Procurações para serem utilizadas no Exterior. Na segunda Conferência, foi aprovada a Convenção de Viena sobre a Representação dos Estados em suas Relações com os Organismos Internacionais de Caráter Universal, também assinada pelo Brasil.

Atos bilaterais

O Itamaraty recebeu proposta de conclusão dos seguintes atos internacionais, cujos projetos se encontram em processo de negociação: com a **França:** Tratado de Extradição, Acordo sobre a Gratuidade Parcial das Cartas Rogatórias Extraídas de Autos de Ações Penais e Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial e Administrativa; com a **Itália:** Tratado de Extradição e Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial, de Transações Judiciais e de Atos Notariais.

Pareceres

Além de consultas de rotina, principalmente sobre questões de nacionalidade, de adoção, de concessão de passaportes e de problemas administrativos e de pessoal, sobressaem os seguintes pontos:

1) **Tribunal Marítimo**

Em fins de 1974, oficiou-se ao Tribunal Marítimo com o objetivo de ser interrompida prática irregular que vinha sendo seguida de longa data, através dos nossos Consulados, a saber, a citação de pessoas físicas ou jurídicas, estrangeiras ou domiciliadas nos países em que são citados e que, por essas condições, escapam à jurisdição do Agente consular como Capitão do Porto. O Tribunal acolheu as ponderações do Itamaraty, tendo terminado essa modalidade de citação.

2) **Perda de Nacionalidade por Prestação de Serviço Militar em Estado Estrangeiro**

Para efeitos de eventual perda de nacionalidade, a prestação, em Estado estrangeiro, de serviço militar, de caráter compulsório, deve ser distinguida do serviço militar prestado voluntariamente. Assim, enquanto a prestação voluntária implica a perda da nacionalidade, o serviço militar obrigatório não acarreta tal conseqüência.

3) **Perda de Nacionalidade Brasileira de Menores de Idade**

Em coordenação com o Ministério da Justiça, foram adotadas providências no sentido de coibir a prática de os pais promoverem, no estrangeiro, a perda da nacionalidade brasileira de seus filhos menores. Com o objeivo de resguardar a livre decisão do interessado, somente após a maioridade poderá o nacional brasileiro proceder à homologação de sua decisão anterior, tomada no período de incapacidade jurídica.

Extradição

Foram feitos ao Brasil 32 pedidos de extradição. Por sua vez, o Governo brasileiro formulou apenas um pedido de extradição a Estado estrangeiro.

Expulsão de Estrangeiros

Expediram-se as comunicações de praxe, relativas a 79 casos de expulsão, dirigidas às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, bem como às Embaixadas estrangeiras interessadas.

Cartas Rogatórias

Foi processado o encaminhamento de 195 cartas rogatórias, expedidas por Justiças estrangeiras, e a estas foram endereçadas 176 rogatórias brasileiras.

A propósito, cumpre informar que, de acordo com o novo Código do Processo Civil, deixou de ser obrigatória a remessa das rogatórias por intermédio do Ministério da Justiça.

Nacionalidade

Deu-se tramitação a 181 casos de perda de nacionalidade e 17 pedidos de naturalização.

Licença para Aceitar Comissão ou Emprego de Governo Estrangeiro

Foram informados 62 processos de licença a brasileiros para aceitarem comissão ou emprego de governo estrangeiro.

ATOS INTERNACIONAIS

O Setor competente prestou sua colaboração às diversas áreas geográficas e funcionais da Secretaria de Estado nos aspectos formais e processualísticos para a conclusão, ratificação, aprovação e promulgação dos atos internacionais.

Foram preparados para publicação cinqüenta e um novos fascículos da Coleção de Atos Internacionais, numerados de 769 a 820, com textos em dois idiomas.

No decorrer de 1975, foram concluídos, aprovados, ratificados ou promulgados os atos a seguir relacionados:

ACORDOS

I — BILATERAIS

A — ATOS ASSINADOS EM 1975

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola.
Concluído em Brasília, por troca de notas de 21 de janeiro de 1975.

Convênio Complementar do Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola de 21 de janeiro de 1975.

Concluído em Bonn, a 28 de janeiro de 1975.

Adendo ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, Relativo ao Adendo ao Convênio Especial entre o CNPq e a GMD.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 3 de abril de 1975.

Adendo ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Relativo ao Intercâmbio de Cientistas Alemães e Brasileiros.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 3 de abril de 1975.

Ajuste Complementar ao Ajuste para Ampliação das Atividades Metrológicas no Brasil.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de junho de 1975.

Ajuste Complementar ao Convênio sobre Pesquisas Geológicas e Geofísicas no Estado de Minas Gerais e em parte do Estado do Espírito Santo.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de junho de 1975.

Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

Concluído em Bonn, a 27 de junho de 1975.

Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.

Concluído em Bonn, a 27 de junho de 1975.

Ajuste Referente ao Envio de um Consultor Governamental para a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 25 de julho de 1975.

Ajuste Referente à Promoção da Economia de Pastos em Santa Catarina.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 25 de julho de 1975.

Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães.

Concluído em Brasília, a 18 de novembro de 1975.

Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 25 Milhões de Marcos Alemães.

Concluído em Brasília, a 18 de novembro de 1975.

Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 18 de novembro de 1975.

Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira no Montante de 25 milhões de Marcos Alemães.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 18 de novembro de 1975.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

Acordo de Comércio e Pagamentos.

Concluído em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

ARÁBIA SAUDITA

Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

Concluído em Jeddah, a 2 de abril de 1975.

ARGENTINA

Acordo sobre Isenção de Taxas de Armazenagem e Capatazia a Jornais e Revistas.

Concluído em Buenos Aires, por troca de notas de 4 de fevereiro de 1975.

ÁUSTRIA

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.

Concluída em Viena, a 24 de maio de 1975.

BARBADOS

Acordo sobre Pesca de Camarão.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de fevereiro de 1975.

BOLÍVIA

Acordo sobre a Supervisão e Execução dos Estudos e Projetos de Engenharia da Conexão ferroviária entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

Concluído em La Paz, por troca de notas de 24 de julho de 1975.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica sobre um Programa de Cooperação entre o Instituto Gleb Wataghin da Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Maior de Santo André para Pesquisas na Física do Estado Sólido.

Concluído em La Paz, a 30 de outubro de 1975.

CANADÁ

Acordo de Cooperação Técnica.

Concluído em Brasília, a 2 de abril de 1975.

Troca de Notas sobre Compra de Trigo.

Concluída no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1975.

CHILE

Acordo sobre Radioamadorismo.

Concluído, por troca de notas de 12 de fevereiro de 1975.

Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 11 de março de 1975.

COVEITE

Acordo de Cooperação.

Concluído em Brasília, a 25 de março de 1975.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Acordo sobre Pesca de Camarão.

Concluído em Brasília, a 14 de março de 1975.

FRANÇA

Acordo Marítimo.

Concluído em Paris, a 24 de outubro de 1975.

Acordo para a Constituição de uma Grande Comissão.

Concluído em Paris, a 24 de outubro de 1975.

Acordo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Centro Nacional de Pesquisa Científica da França.

Concluído em Paris, por troca de notas de 21 de outubro de 1975.

GABÃO

Acordo de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Acordo de Cooperação Cultural.

Concluído em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

GRÉCIA

Acordo de Comércio.

Concluído em Brasília, a 9 de junho de 1975.

IRÃ

Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 21 de novembro de 1975.

ITÁLIA

Troca de Notas que Estabelecem um Mecanismo de Consulta em Alto Nível.

Concluído em Roma, a 28 de outubro de 1975.

Troca de Notas sobre Incremento da Cooperação Econômica e Industrial.

Concluído em Roma, a 28 de outubro de 1975.

JORDÂNIA

Acordo sobre Transportes Aéreos.

Concluído em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

MARROCOS

Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.

Concluído em Brasília, a 30 de abril de 1975.

PAÍSES-BAIXOS

Acordo sobre Camarão.

Concluído em Brasília, a 4 de abril de 1975.

PARAGUAI

Acordo Administrativo Complementar sobre Higiene e Segurança do Trabalho Aplicável aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu e seus Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços.

Concluído em Brasília, a 8 de janeiro de 1975.

Acordo Administrativo Regulamentador da Prestação de Serviços Médicos aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu e seus Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços.

Concluído em Brasília, a 8 de janeiro de 1975.

Acordo sobre Estudos do Rio do Alto Paraná.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 8 de janeiro de 1975.

Acordo Modificativo do Anexo B do Tratado de Itaipu.

Concluído em Assunção, a 22 de abril de 1975.

Tratado de Amizade e Cooperação.

Concluído em Assunção, a 4 de dezembro de 1975.

Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927.

Concluído em Assunção, a 4 de dezembro de 1975.

PERU

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Brasília, a 8 de outubro de 1975.

Acordo sobre a Criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira.

Concluído em Lima, por troca de notas de 6 de outubro de 1975.

Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos de Ambos os Países.

Concluído em Lima, a 7 de novembro de 1975.

Convênio de Cooperação Turística.

Concluído em Lima, a 7 de novembro de 1975.

REINO UNIDO

Acordo sobre os Débitos Provenientes da Encampação e Desapropriação de Companhias.

Concluído em Brasília, a 1.º de março de 1975.

Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo para o Projeto de Eletrificação do Vale do Jequitinhonha.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 14 de julho de 1975.

ROMÊNIA

Acordo Relativo à Transferência de Tecnologia no Setor Farmacêutico.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

Protocolo de Entendimento no Campo da Mineração.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

Acordo Relativo à Abertura de Linha de Crédito para Cooperação no Campo Siderúrgico.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

Acordo de Comércio e Pagamentos.

Concluído em Brasília, a 5 de junho de 1975.

SUÉCIA

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda.

Concluída em Brasília, a 25 de abril de 1975.

SUÍÇA

Ajuste Modificativo de Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 23 de janeiro de 1975.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 26.04.68, que Regulamentou o Projeto de Cooperação entre a Caritas e Fundação Bahiana.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de maio de 1975.

Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26.04.68, sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto de Ingenbohl e o Senai (Bahia).

Concluído em Brasília, por troca de notas de 5 de agosto de 1975.

TRINIDAD E TOBAGO

Acordo sobre Pesca de Camarão.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 e 28 de fevereiro de 1975.

UNIÃO SOVIÉTICA

Acordo sobre o Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS.

Concluído em Brasília, a 24 de março de 1975.

URUGUAI

Acordo Relativo à Compra de Trigo.

Concluído em Brasília, por troca de notas de 7 de março de 1975.

Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Protocolo de Expansão Comercial.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975.

Acordo Relativo às Obras de Contenção do Trecho Final e da Barra do Arroio Chuí.

Concluído em Rivera, por troca de notas de 12 de junho de 1975.

Acordo sobre Financiamento para a Construção da Represa de Palmar.

Concluído em Rivera, por troca de notas de 12 de junho de 1975.

Acordo sobre Interconexão Energética.

Concluído em Rivera, por troca de notas de 12 de junho de 1975.

Acordo sobre Financiamento à Triticultura Uruguaia.

Concluído em Rivera, por troca de notas de 12 de junho de 1975.

B — ATOS APROVADOS PELO LEGISLATIVO, E/OU RATIFICADOS E/OU PROMULGADOS EM 1975

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Acordo sobre Co-produção Cinematográfica.

Concluído em Brasília, a 20 de agosto de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 75 de 31 de outubro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.668 de 28 de abril de 1975.

Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

Concluído em Bonn, a 27 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 85 de 20 de outubro de 1975. Promulgado pelo Decreto n.º 76.695 de 1.º de dezembro de 1975.

Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital e Protocolo Anexo.

Concluído em Bonn, a 27 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 92 de 5 de novembro de 1975. Ratificado a 30 de dezembro de 1975.

ARÁBIA SAUDITA

Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

Concluído em Jeddah, a 2 de abril de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 87 de 24 de outubro de 1975.

ÁUSTRIA

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.

Concluída em Viena, a 24 de maio de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 95 de 10 de novembro de 1975.

CANADÁ

Acordo de Cooperação Técnica.

Concluído em Brasília, a 2 de abril de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 82 de 30 de setembro de 1975.

CHILE

Convênio sobre Transportes Marítimos.

Concluído em Brasília, a 25 de abril de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 56 de 26 de agosto de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.246 de 20 de janeiro de 1975.

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

Concluído em Santiago, a 19 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 79 de 31 de outubro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.202 de 9 de janeiro de 1975.

COLÔMBIA

Acordo sobre Transportes Aéreos.

Concluído em Bogotá, a 28 de maio de 1958. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 15 de 25 de junho de 1964. Promulgado pelo Decreto n.º 75.929 de 2 de julho de 1975.

COVEITE

Acordo de Cooperação.

Concluído em Brasília, a 25 de março de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 91 de 5 de novembro de 1975.

ESPANHA

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.

Concluída em Brasília, a 14 de novembro de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 62 de 7 de agosto de 1975. Ratificado a 3 de dezembro de 1975.

GANA

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

Concluído em Acra, a 7 de novembro de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 60 de 30 de junho de 1975. Promulgado pelo Decreto n.º 76.250 de 12 de setembro de 1975.

GRÉCIA

Acordo de Comércio.

Concluído em Brasília, a 9 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 94 de 10 de novembro de 1975.

GUIANA

Acordo para Serviços Aéreos entre e Através do Brasil e Guiana.

Concluído em Georgetown, a 10 de maio de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 74 de 31 de outubro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.477 de 13 de março de 1975.

MARROCOS

Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.

Concluído em Brasília, a 30 de abril de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 86 de 24 de outubro de 1975.

MÉXICO

Convênio sobre Transportes Marítimos.

Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 93 de 4 de dezembro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 76.566 de 6 de novembro de 1975.

Acordo para Estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos.

Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 87 de 25 de novembro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.889 de 20 de junho de 1975.

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

Concluído em Brasília, a 24 de julho de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 97 de 5 de dezembro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.888 de 20 de junho de 1975.

PARAGUAI

Protocolo Adicional sobre Relações de Trabalho e Previdência Social Relativo aos Contratos de Trabalho dos Trabalhadores, dos Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviço.

Concluído em Assunção, a 10 de setembro de 1974. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 76 de 31 de outubro de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.242 de 17 de janeiro de 1975.

SUÉCIA

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda.

Concluída em Brasília, a 25 de abril de 1975. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 93 de 5 de novembro de 1975. Ratificado a 29 de dezembro de 1975.

Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo.

Concluído em Montevidéu, por troca de notas de 21 de julho de 1972. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 53 de 13 de agosto de 1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.891 de 23 de junho de 1975.

Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67 de 22 de agosto de 1975.

Protocolo de Expansão Comercial.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67 de 22 de agosto de 1975.

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 67 de 8 de setembro de 1975.

Convênio sobre Transporte Marítimo.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 78 de 11 de setembro de 1975.

Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre.

Concluído em Rivera, a 12 de junho de 1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 68 de 22 de agosto de 1975.

II — MULTILATERAIS

Atos assinados e/ou aprovados pelo Legislativo e/ou ratificados e/ou promulgados em 1975.

1) **Protocolo pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu.**

Montevidéu, 12.12.1966. Promulgado pelo Decreto n.º 76.424, de 10.10.1975 (D.O. de 13.10.1975).

2) **Oitavo protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias químicas derivadas do Petróleo, contendo a ampliação do setor industrial compreendido no ajuste.**

Montevidéu, 18.12.1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.390, de 18.2.1975 (D.O. de 20.2.1975).

3) **Terceiro protocolo adicional do Acordo de complementação n.º 18 sobre produtos da indústria fotográfica, contendo a revisão do programa de liberação.**

Montevidéu, 18.12.1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.483, de 18.3.1975 (D.O. de 20.3.1975).

4) **Sétimo protocolo adicional do ajuste de complementação n.º 16 sobre produtos das indústrias químicas derivadas do Petróleo.**

Montevidéu, 18.12.1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.389, de 18.2.1975 (D.O. de 20.2.1975).

5) **Segundo Protocolo adicional do Ajuste de complementação n.º 20, da Indústria de Matérias corantes e pigmentos.**

Montevidéu, 18.12.1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.391, de 18.2.1975 (D.O. de 21.2.1975).

6) **Resultado das negociações do XIV período de sessões ordinárias da conferência das partes contratantes do Tratado de Montevidéu, no tocante à lista Nacional do Brasil.**

Montevidéu, 18.12.1974. Promulgado pelo Decreto n.º 75.528, de 25.3.1975 (D.O. de 26.3.1975).

ANTÁRTIDA

7) **Tratado sobre a Antártida.**

Washington, 1.º.12.1959. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 56, de 29.6.1975. Promulgado pelo Decreto n.º 75.963, de 11.7.1975 (D.O. 14.7.1975).

BANCOS INTERNACIONAIS

8) **Modificações aos Textos dos Artigos II, Seção 1 (b) e IV, Seção 3 (b) do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.**

Washington, 5.7.1974. Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 64, de 8.8.1975.

CAFÉ

9) **Protocolo para a continuação em vigor do Convênio Internacional do Café de 1968 prorrogado.**

Londres, 26.9.1974. Assinado em 06.1.1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 57, de 30.6.1975. Instrumento de Ratificação depositado na ONU, em 06.8.1975. Promulgado pelo Decreto n.º 76.423, de 10.10.1975 (D.O. de 13.10.1975).

COMÉRCIO

10) **Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em perigo de extinção.**

Washington, 03.3.1973. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 54, de 24.6.1975. Instrumento de Ratificação depositado em Berna, a 06.8.1975. Promulgada pelo Decreto n.º 76.623, de 17.11.1975 (D.O. de 19.11.1975).

CULTURA

11) **Convenção para o Estabelecimento do Centro Internacional do Cálculo.**

Paris, 06.12.1951. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 63, de 07.8.1975. Promulgada pelo Decreto n.º 76.249, de 12.9.1975 (D.O. de 15.9.1975).

12) **Convenção Constitutiva da União Latina.**

Madrid, 15.5.1954. Promulgada pelo Decreto n.º 75.464, de 10.3.1975 (D.O. de 11.3.1975).

ENTORPECENTES

13) **Protocolo de Emendas à Convenção única sobre Entorpecentes, 1961.**

Genebra, 25.3.1972. Promulgado pelo Decreto n.º 76.248, de 12.9.1975 (D.O. de 15.9.1975).

GATT

14) **Protocolo de Emendas ao Gatt pela inserção de uma parte IV Sobre Comércio e Desenvolvimento.**

8.2.1965. Promulgado pelo Decreto n.º 76.032, de 25.7.1975 (D.O. de 28.7.1975).

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

15) **Convenção sobre um Código de Conduta para Conferência de Fretes.**

Genebra, 06.4.1974. Assinada em 23.6.1975.

OIT

16) **Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, 1972.**

Genebra, 22.6.1972. Promulgado pelo Decreto n.º 76.567, de 06.11.1975 (D.O. de 07.11.1975).

PROPRIEDADE INTELECTUAL

17) **Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).**

Estocolmo, 14.7.1967. Promulgada pelo Decreto n.º 75.541, de 31.3.1975 (D.O. de 02.4.1975).

18) **Convenção de Paris de 1883 para a proteção da Propriedade Industrial.**

Revisão de Estocolmo, 14.7.1967. Promulgada pelo Decreto n.º 75.572, de 8.4.1975 (D.O. de 10.4.1975).

19) **Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas.**

Revisão de Paris, 24.7.1971. Instrumento de Ratificação depositado em Genebra, a 14.1.1975. Promulgada pelo Decreto n.º 75.699, de 6.5.1975 (D.O. de 9.5.1975).

20) **Convenção Universal sobre Direito de Autor e Protocolos Anexos 1 e 2.**

Revisão de Paris, 24.7.1971. Instrumento de Ratificação depositado na UNESCO, em 11.9.1975. Promulgada pelo Decreto n.º 76.905, de 24.12.1975 (D.O. de 26.12.1975).

21) **Acordo sobre a Classificação Internacional de Patentes Aberto à assinatura em Estrasburgo.**

De 24.3 a 30.9.1971. Promulgado pelo Decreto n.º 76.472, de 17.10.1975 (D.O. de 21.10.1975).

22) **Convenção sobre Proteção de Produtores de Fonogramas contra a Reprodução não-autorizada de seus fonogramas.**

Genebra, 29.10.1971. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 59, de 30.6.1975. Instrumento de Ratificação depositado na ONU, em 06.8.1975. Promulgada pelo Decreto n.º 76.906, de 24.12.1975 (D.O. de 26.12.1975).

RELAÇÕES CONSULARES E DIPLOMÁTICAS

23) **Convenção de Viena sobre a Representação dos Estados em suas Relações com Organizações Internacionais de Caráter Universal.**

Viena, 14.3.1975. Assinada em 14.3.1975.

SAÚDE

24) **Emendas aos Artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde.**

Genebra, 23.5.1967. Promulgadas pelo Decreto n.º 75.946, de 7.7.1975 (D.O. de 8.7.1975).

TELECOMUNICAÇÕES

25) **Atas Finais da Conferência Administrativa Mundial de Telecomunicações Espaciais.**

Genebra, junho de 1971. Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 102, de 5.12.1975.

26) **Atas Finais da Conferência Administrativa Mundial de Telegrafia e Telefonia, da União Internacional de Telecomunicações.**

Genebra, 2 a 11.4.1973. Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.º 101, de 3.12.1975.

TRIGO

27) **Protocolo para a Nova Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo.**

Londres, 14.2.1975. Assinado em 31.3.1975. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 61, de 30.6.1975. Instrumento de Ratificação depositado em Washington, a 8.8.1975. Promulgado pelo Decreto n.º 76.425, de 10.10.1975 (D.O. de 13.10.1975).

UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS E ESPANHA

28) **Constituição da União Postal das Américas e Espanha.**

29) **Convenção da UPAE, Protocolo Final e Regulamento de Execução.**

30) **Regulamento Geral e Protocolo Final da UPAE.**

31) **Acordo Relativo a Encomendas Postais.**
Santiago do Chile, 26.11.1971. Instrumento de Ratificação depositado em Montevidéu, a 25.4.1975. Promulgados pelo Decreto n.º 75.827, de 09.6.1975 (D.O. de 11.06.1975).

ADMINISTRAÇÃO

ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de **capital e outros custeios** (i.e. todos os recursos, afora os destinados a pagamento de pessoal e de contribuições), que atingiram em 1974 Cr$ 229 508 000,00, subiram em 1975 para Cr$ 396 502 000,00 — representando um acréscimo de 73%. Os recursos para **pessoal** passaram de .... Cr$ 175 000 000,00 em 1974 para Cr$ 220 298 000,00 em 1975 (aumento de 26%).

Os recursos destinados ao pagamento de **contribuições a organismos internacionais,** embora com menor incremento porcentual (22%) — de Cr$ 84 060 000,00 em 1974 para Cr$ 102 600 000,00 em 1975 — permitiram, mediante a elaboração de Plano de Pagamentos em coordenação estreita com a Seplan, liquidar todas as contribuições em atraso e relativas a exercícios anteriores (1974, 1973, etc.).

Foram solicitados à Seplan cinco Créditos Suplementares: três dos quais exclusivamente para pessoal, no valor global de Cr$ 112 644 000,00 e por Reserva de Contingência (sem com-

pensação própria); e dois, para "Outros Custeios", no valor total de Cr$ 12 699 000,00, mediante compensação integral com recursos próprios do MRE.

O Orçamento do Itamaraty recebeu, portanto, em 1975, computando-se pessoal, "Outros Custeios e Capital", e contribuições a organismos internacionais, quer no Orçamento próprio quer em Encargos Gerais da União, e somando-se os créditos suplementares concedidos, um total de Cr$ 837 261 900,00, representando um aumento de 55% sobre o ano anterior .... (Cr$ 541 244 600,00).

O crescimento do Orçamento do Itamaraty em 1975, permitiu expansão dos recursos de vários Ordenadores de despesas, possibilitando-lhes a execução de programas de trabalho mais amplos e completos.

No tocante aos recursos para "Manutenção de Chancelaria" e "Manutenção de Residência", destinados à subsistência básica de toda a rede diplomática e consular brasileira no exterior, embora necessitando uma administração extremamente cuidadosa, foram suficientes para tornar possível a abertura de novos postos e aumentar as dotações de vários postos, sem que o MRE tivesse sido obrigado a solicitar recursos adicionais à Secretaria de Planejamento.

Finalmente, há a assinalar a extinção da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e a transferência de parte de suas atribuições ao Escritório do Conselheiro Financeiro, chefiado por diplomata lotado na Embaixada em Washington, o que obrigou a Secretaria de Estado a um considerável esforço de organização, e cujos resultados foram plenamente satisfatórios.

PATRIMÔNIO

Atividades no exterior

Como decorrência das crescentes exigências da política externa do Brasil, tem-se tornado imperiosa a ampliação das áreas de trabalho no exterior, seja através da instalação de novas Embaixadas, seja da reinstalação de Repartições ainda desprovidas de espaço adequado e de boas condições de funcionalidade em prédios que preencham de maneira satisfatória esses requisitos.

Dentro das disponibilidades orçamentárias para o exercício de 1975, foi elaborado plano de aplicação dos recursos alocados às dotações "Aquisição e Construção de Imóveis", no qual foi atribuída ênfase à compra e construção de imóveis em áreas consideradas prioritárias ou em cidades onde a aquisição ou construção se impusessem como solução para instalação ou reinstalação condigna da Missão.

Foram, em 1975, adquiridos prédios para as Residências em Bogotá, São José da Costa Rica e Lisboa, bem como dois terrenos destinados à futura construção da Chancelaria e da Residência consular para o Consulado em Puerto Presidente Stroessner, além do lote contíguo ao terreno doado pelo Governo da Guiné para construção da Embaixada em Bissau e da propriedade vizinha à Embaixada em Washington, resolvendo-se uma pendência judicial que durou cerca de três anos. Tiveram início, por outro lado, as negociações para compra dos imóveis onde se encontram instaladas as Residências das Embaixadas em Quito e São Salvador.

O imóvel adquirido para a Residência em Bogotá foi selecionado dentre quarenta prédios residenciais. Situa-se em amplo

terreno que mede 3 385,57 m². e sua área construída é de 543,20 m². Foram previstas obras de ampliação na parte social, que serão realizadas no decorrer de 1976.

Em São José da Costa Rica, foi adquirido o imóvel onde já se encontrava instalada a Residência. A casa está localizada em terreno que mede 3 411 m² e sua área construída é de 492 m².

A Residência da Embaixada em Lisboa estava, até maio de 1975, instalada em casa alugada que não se coadunava com a importância das relações diplomáticas entre os dois países. Foi adquirido excelente imóvel, situado na Avenida das Descobertas, em terreno de 17 000 m², com boa distribuição de espaço que possibilitará, como no caso de Bogotá, a construção, no futuro, de prédio próprio também para a Chancelaria. A Residência da Embaixada em Lisboa pode ser considerada como das melhores de que dispõe o Governo brasileiro.

Tendo em vista o projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu, verificou-se uma sensível escassez na oferta de imóveis na cidade de Puerto Presidente Stroessner, onde foi criado Consulado de carreira. A aquisição de dois terrenos para construção da Chancelaria e da Residência consular solucionará, em caráter definitivo, o problema de instalação do novo Consulado.

Em Buenos Aires, foi iniciado o projeto de construção da nova Chancelaria da Embaixada, em terreno adquirido em 1974. A instalação da Chancelaria em prédio mais amplo tornou-se imperativa, uma vez que as atuais dependências se ressentem de espaço e condições de trabalho satisfatórias.

Ainda à conta da dotação "Construção de Imóveis", foi providenciada a construção da Residência para a Embaixada em

Bissau, em casa pré-fabricada por firma brasileira, a ser implantada no terreno doado pelo Governo guineense.

Foram, outrossim, autorizados créditos para obras de ampliação, adaptação ou recuperação nos seguintes próprios nacionais: Embaixada em Camberra, Washington, Nova Delhi, Assunção, Madri, Ottawa, Roma, Dacar, Belgrado, Haia, Copenhague e Nairobi, bem como do Consulado-Geral no Porto.

Com vistas à sua reinstalação em locais mais condignos e funcionais, foram, durante o ano de 1975, autorizadas as mudanças para novos prédios alugados, das Embaixadas em Âncara (Chancelaria), Bagdá (Residência), Beirute (Chancelaria), Bonn (Chancelaria), Bruxelas (Chancelaria), Guatemala (Chancelaria), Estocolmo (Residência e Chancelaria), Manila (Residência e Chancelaria), Pretória (Chancelaria), Rabat (Chancelaria), Teerã (Chancelaria), Tóquio (Residência e ampliação da Chancelaria) e Vaticano (Chancelaria), além da Missão junto às Comunidades Européias (Chancelaria) e do Consulado-Geral em Santiago.

Foi, outrossim, objeto de preocupação prioritária a instalação e aparelhamento das novas Missões Diplomáticas em Pequim, Guiné, Trípoli, Luanda, Daca e Jacarta, bem como dos Consulados em Ciudad Bolívar, Puerto Presidente Stroessner e Paisandu.

A distribuição de recursos pela dotação "Instalação e Reequipamento" às Repartições no exterior obedeceu à criteriosa programação, que consistiu em compatibilizar as disponibilidades orçamentárias com as prioridades da rede de postos. Dentro dessa orientação, foi dado seguimento à política de fornecimento de material padronizado às Missões com artigos de fabricação nacional.

Finalmente, cabe acrescentar a expedição das Instruções de Serviço n.os 9 e 10, ambas de 12.12.75, que ditam novas nor-

mas para a elaboração do inventário de bens móveis das Repartições no exterior. Fruto de longos estudos do grupo-tarefa integrado por representantes da IGF, DA e DPA, as referidas Instruções de Serviço visam a simplificar e racionalizar os procedimentos sobre a matéria, procurando adaptá-los às disposições da legislação pertinente e levando em conta as peculiaridades do Itamaraty. Dentre as inovações adotadas, revelam a substituição do Livro de Inventário por um sistema de formulários simples, e a modificação da periodicidade dos inventários: pelo novo sistema, passará a ser elaborado um "Inventário Histórico" de cinco em cinco anos, com a remessa anual, à Secretaria de Estado e ao Escritório do Conselheiro Financeiro em Nova York, das "Variações Patrimoniais" ocorridas.

Atividades na Secretaria de Estado

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais atividades relacionadas com o patrimônio foram a reestruturação do Serviço de Compras (SCA), com vistas a facilitar e agilizar a aplicação da legislação vigente, e a realização de obras nos Blocos Administrativo e Representativo, visando à conservação e melhoria das atuais instalações, a fim de adaptá-las às crescentes atividades do Ministério.

Em decorrência da reestruturação do SCA, foram duplicados os empenhos e ordens de pagamentos emitidos pela divisão competente, se comparados aos anos de 1973 e 1974. Por outro lado, em cumprimento à orientação do Tribunal de Contas da União, o número de licitações (convites e tomadas de preços) realizadas ultrapassou em mais de cinco vezes o das levadas a efeito em cada um dos dois anos anteriores. Um exame comparativo dos totais das dotações orçamentárias, utilizadas em atividades relacionadas com o patrimônio, em cruzeiros, nos três anos considerados, dá bem idéia do incre-

mento verificado no exercício de 1975. Os dados abaixo são elucidativos da situação acima descrita:

Ano	Empenhos	Ordens de Pagamento	Convites	Tomadas de Preços	Dotação anual
1973	509	608	74	1	Cr$ 7 542 000,00
1974	507	600	79	0	Cr$ 13 042 600,00
1975	1 190	1 200	3 65	16	Cr$ 38 833 180,00

Estão itemizadas a seguir as principais obras relativas ao patrimônio levadas a efeito em 1975:

1) restaurante: reforma das instalações elétricas e hidráulicas; recondicionamento do equipamento existente; recuperação das três câmaras frigoríficas e das três geladeiras tipo comercial; recuperação do forro, piso e pintura do restaurante;

2) esquadrias: recuperação das esquadrias de ferro das fachadas norte e sul e da empena oeste do Bloco administrativo, inclusive da fachada do primeiro subsolo; colocação de janelas basculantes na fachada norte do Bloco administrativo (andar térreo); recuperação das esquadrias de alumínio anodizado no Bloco representativo; limpeza e substituição de cabos de aço em janelas guilhotina; recuperação de 41 janelas de guilhotina de alumínio anodizado no Bloco representativo;

3) instalação de pára-raio radioativo no Bloco administrativo para segurança de ambos os prédios;

4) remanejamento do estacionamento de veículos e escoamento das águas pluviais na área de estacionamento (parte sul);

5) acréscimo e modificações na área da garagem para instalação das oficinas antes localizadas no 1.º subsolo; impermea-

bilização de uma junta de dilatação na cobertura do Bloco administrativo; aumento da área de depósito do segundo subsolo;

6) obras de remanejamento de espaço nas seguintes áreas: Inspetoria Geral de Finanças, Assessoria da Imprensa do Gabinete, Departamento de Comunicações e Documentação, Divisão de Sistematização de Informação, Divisão de Imigração, Divisão de Transmissões Internacionais, Divisão de Política Financeira, Divisão do Pessoal; obras na Divisão de Sistematização de Informação e instalação do sistema de microfilmagem; adaptação de sala especial para funcionamento da Comissão Permanente de Licitações;

7) reformas no alojamento dos Fuzileiros Navais; construção de banheiro para o pessoal da segurança do Senhor Ministro de Estado;

8) Prevenção de incêndio: modificação das canalizações de abastecimento de água com reserva de 1/3 de sua capacidade para combate a incêndio; reposição de vidros nas tampas das caixas de incêndio em ambos os blocos, e pintura, com tinta fosforescente, da legenda "incêndio"; reparação do sistema de **sprinklers** automático do almoxarifado; ligação telefônica direta com o Corpo de Bombeiros; revisão do equipamento de extinção instalado;

9) obras do Ererio: reformas diversas no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro; pintura das fachadas das casas da rua Senador Pompeu.

CONSTRUÇÃO DO ANEXO E DE MORADIAS FUNCIONAIS

A assimilação da Codebrás pelo DASP, no decorrer de 1975, teve repercussões sobre as providências relacionadas com a **construção de moradias** para os funcionários do MRE, como

ocorreu com outras obras públicas empreendidas por aquela Coordenação em Brasília. Passado o período de ajustamento do DASP no que concerne às suas novas atribuições em matéria de edificações, ficou assegurada ao Itamaraty a construção das moradias funcionais de que necessita, nos exercícios 1976-1977.

Assim, ficou decidida a abertura de licitação, em março de 1976, para a construção de quatro blocos de apartamentos destinados aos funcionários diplomáticos lotados em Brasília. Trata-se de construções especificamente projetadas para o Itamaraty, com base em programa habitacional por este fornecido.

Foi obtida a doação de cinco projeções na SQN 212, e, com vistas à instalação dos funcionários administrativos, procedeu-se a elaboração de projeto de blocos também específico. Ao ser apresentado ao DASP, a alta direção do órgão solicitou ao Itamaraty a permissão de adotá-lo para o atendimento de servidores públicos de outros Ministérios. Ao mesmo tempo, propôs ao Itamaraty desfazer-se das cinco projeções na SQN 212, sendo compensado com outras tantas na SQN 108. Assim, naquele logradouro serão construídos onze blocos, dos quais cinco destinados aos funcionários administrativos. Através do DASP, conseguiu-se, também, uma quota de apartamentos para os alunos do Instituto Rio-Branco, os quais serão transferidos, para outros blocos, quando prontos, também projetados pelo Itamaraty.

Nessas condições, foram fornecidos ao DASP detalhados projetos de execução, compreendendo arquitetura, cálculo estrutural e instalações elétricas, hidráulico-sanitárias, pluviais e telefônicas, seja para os quatro blocos destinados a Diplomatas, na SQS 213, seja para os funcionários administrativos e alunos do Instituto Rio-Branco. O Itamaraty reelaborou, outrossim, a pedido da SEURI/DASP, desenhos cadastrais de locação de blocos de apartamentos, jardins de infância, escolas-classes

e demais equipamentos urbanos para as SQN's 108, 308 e 309, onde as obras terão início em março de 1976.

Com a execução dos planos acima referidos, o Ministério das Relações Exteriores parte, de modo decisivo, para dispor de unidades residenciais destinadas a uso de seus funcionários.

Por sua vez, só em outubro começaram a ser contratados pelo DASP os serviços de arquitetura e engenharia para a elaboração do **Projeto de Execução do Edifício Anexo** ao Conjunto imobiliário do Itamaraty. O descumprimento do cronograma anteriormente estabelecido foi também conseqüência da extinção do Gemud e da Codebrás, inicialmente encarregados de contratar aqueles serviços.

Foi dada continuidade à tarefa precípua do setor competente de programar o espaço arquitetônico a ser ocupado pelas unidades administrativas que serão transferidas para o futuro edifício. De outra parte, cuidou-se das especificações técnicas relativas às atividades de documentação, informática e telecomunicações, as quais exigem projetos complementares harmonizados ao Projeto de Execução. Assim, já foi decidido o detalhamento dos espaços a serem ocupados pela Biblioteca, Arquivo e Mapoteca Histórica e Instituto Rio-Branco.

Até setembro de 1976, receberá o DASP o Projeto de Execução completo, com o que a licitação será aberta. O futuro edifício poderá ser inaugurado, todo equipado e em funcionamento, em 1978.

PESSOAL

Implantação do Plano de Classificação de Cargos

Durante o ano de 1975 foi possível concluir virtualmente a implantação do Plano de Classificação de Cargos no Itamaraty quanto aos servidores do Ministério.

Observadas as normas do Decreto-lei n.º 1 341/74 e de sua regulamentação, foi encaminhada à apreciação do DASP a lotação, definindo-se a necessidade da força de trabalho do Ministério e pré-requisito para a implantação do PCC. A referida lotação logrou aprovação do Senhor Presidente da República conforme publicação do Diário Oficial de 30 de abril de 1975, prevendo um total de 4 254 cargos e empregos.

Em termos de composição estrutural, a lotação estabelece proporção levemente inferior a 1 para 5 entre os ocupantes de cargos do Grupo Diplomacia e a totalidade dos servidores.

Considerando o número de Diplomatas e de Oficiais de Chancelaria, classe de apoio direto aos primeiros, essa proporção passa a ser de 1 para 3. Com relação à distribuição dos servidores entre as unidades sediadas no Brasil e nos postos no exterior, a lotação compreende 1 servidor nos postos para 4 no país.

Completado o processo seletivo dos funcionários estatutários, foi submetida ao DASP a proposta de transformação ou transposição dos aprovados, tendo a respectiva inclusão do Plano no total de 958 funcionários, sido concretizada pelo Decreto n.º 75 986 de 17.7.75.

Paralelamente, foi sendo realizado o treinamento e seleção, mediante provas, dos servidores integrantes da Tabela Extinta de Empregos do Itamaraty. Sua inclusão no Plano, após a análise da proposta por parte do DASP, foi efetivada pelo Decreto n.º 76 154, de 28.8.75, num total de 431 empregos.

No ano de 1975, foram executados os trabalhos preparatórios para a transformação da clientela secundária e geral, incluindo o treinamento e, em direta coordenação com o DASP, aplicação de provas para 11 categorias funcionais.

Regulamentado o Decreto n.º 75 627, de 18.4.75, que dispôs sobre as Funções de Assessoramento Superior, foram adotadas

imediatamente as medidas respectivas para sua implantação, dotando dessa forma o Ministério de instrumento administrativo adequado para a valorização funcional.

Legislação Pertinente à Carreira de Diplomata

O Decreto n.º 75 430, de 27 de fevereiro, determinou a adequação de vencimentos e diárias do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior à inflação internacional e à desvalorização da moeda-padrão utilizada nas transações financeiras internacionais do Governo brasileiro.

O referido Decreto alterou a tabela de fatores de Conversão de Índice de Representação no exterior, anexa ao Decreto n.º 71 733, de 18 de janeiro de 1973, visando reajustar e compatibilizar o fator de conversão da Indenização de Representação no Exterior devida ao pessoal da União servindo em localidades onde maior foi a elevação do custo de vida e a desvalorização da moeda norte-americana no período de 1973/1975.

Em 29 de dezembro, foi assinado o Decreto n.º 76 931, que regulamentou no âmbito deste Ministério, o artigo 29, parágrafo 1.º, alínea **c**, n.º 1, da Lei n.º 5 809, de 10 de outubro de 1972, acerca da vinda periódica ao Brasil do Diplomata lotado em posto situado em áreas de condições peculiares. Foi prevista periodicidade de 12, 18 e 24 meses, em áreas a serem definidas anualmente pelo Senhor Ministro de Estado, de acordo com as peculiaridades do posto.

Estrutura da Carreira de Diplomata

Iniciou-se em 1975 a aplicação do Decreto-Lei n.º 1 354, de 5 de novembro de 1974, com o preenchimento de seis dos doze cargos de Ministro de Primeira Classe criados por aquele Decreto e com a extinção de seis cargos excedentes da classe

de Segundo-Secretário e de seis cargos da classe de Terceiro-Secretário. Foram igualmente preenchidas as vagas das classes de Ministro de Segunda Classe, de Conselheiro e de Primeiro-Secretário, decorrentes do preenchimento dos seis cargos de Ministro de Primeira Classe acima mencionado.

Foram igualmente aplicados nas promoções realizadas os critérios estabelecidos pelo Decreto n.º 74 724, de 18 de outubro de 1974, que reintroduziu o critério de antiguidade nas promoções, e pelo Decreto n.º 74 755, de 24 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o período de interstício.

No total, houve, em 1975, 85 progressões funcionais na Carreira de Diplomata, sendo 64 por merecimento e 21 por antiguidade.

Foram nomeados 22 Terceiros-Secretários em 1975, reduzindo para 60 o número de cargos vagos em 31 de dezembro na classe inicial. Com as nomeações decorrentes da formatura das turmas aprovadas no Concurso de Acesso Direto à Carreira de Diplomata, bem como no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, pode-se prever para 1977 o preenchimento de tais vagas.

Modernização Administrativa

Internamente, foram definidas normas e sistemas operacionais em áreas seletivas, visando obter os maiores resultados proporcionais no aumento da eficiência dos serviços finais prestados pelo órgão de pessoal. No âmbito externo, foram exploradas as várias formas de se obter, através de consultoria por empresa e/ou de órgão público, a modernização em nível agregado de divisão, implantando-se concomitantemente métodos mecânicos e eletrônicos para processamentos dos principais dados manuseados. A partir desses levantamentos, e com base nos diagnósticos submetidos por empresa de consultoria, o órgão de pessoal está capacitado a preparar o projeto inte-

grado de modernização no ano de 1976 e iniciar sua implantação.

Dentre as medidas internas, cabe mencionar os esforços de atualização dos registros do pessoal não-diplomático, o que permitiu se retomasse a publicação regular das listas de antiguidade.

No relativo à sistematização de normas, foi possível implantar, em coordenação com os órgãos competentes, um sistema de planejamento e execução orçamentária, de modo a agilizar as concessões financeiras derivadas de atos administrativos, bem como possibilitar recursos em volume e distribuição adequada para a execução das medidas administrativas necessárias.

Além de sistematizar as rotinas internas, foram estabelecidas normas operacionais relativas a assuntos específicos. Assim, foi revista a regulamentação relativa aos Auxiliares Administrativos e estabelecidas novas normas que dispõem sobre essa categoria de servidores.

O tratamento de assuntos decorrentes de remoções, sobretudo as comunicações, foi objetivo também de racionalização, assegurando maior simplicidade e precisão nas informações prestadas. Nesse contexto, foram simplificadas as rotinas relativas ao deslocamento de bagagem de servidores removidos, procurando assegurar melhor qualidade do serviço prestado ao servidor e reduzir substancialmente os custos para o Ministério.

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Rotinas de Trabalho

No contexto das rotinas de trabalho, em matéria de sistematização da informação, cabe assinalar:

1) Reexame e simplificação das rotinas de trabalho seguidas pelas diversas Seções;

2) Criação da "Guia de Retransmissão" (Gret), no intuito de facilitar a ampliação do fluxo de retransmissões recebidas pela Secretaria de Estado e que apresentam interesse para as Repartições no exterior;

3) Criação da "Guia de Encaminhamento de Documentação" (GED), que substitui o despacho como documento de remessa de documentação, reduzindo custos e dando maior velocidade ao processo de elaboração, tramitação e expedição.

Manual de Classificação da Correspondência

Três anos e meio de experiência com o atual "Índice Decimal de Classificação da Correspondência" determinaram algumas

modificações, com vistas a recuperação mais rápida e eficaz da informação, entre as quais cumpre assinalar a eliminação, a fusão e a criação de novas classes e a introdução do 007, que não é classe, mas um símbolo designativo de assuntos pessoais (pessoas físicas e jurídicas) para os quais há necessidade de maço individual para qualquer eventual consulta.

Convênio MRE/Seplan

Dando seguimento ao Convênio feito, em 24.3.75, entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o MRE com vistas à prestação de assistência técnica para projetos de modernização técnica e institucional do Itamaraty pelo desenvolvimento de um Sistema Integrado de Informações, assinou-se Carta Reversal com a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (Semor) definindo o Programa de Trabalho relativo ao "Projeto Documentação", que visa ao desenvolvimento de um sistema de arquivo de documentos correntes que inclua as etapas de coleta, expurgo, conservação, tratamento, recuperação e disseminação dos documentos que transitam pelo MRE. Os objetivos específicos desse projeto, em fase de execução desde abril de 1975, são: a) desenvolver formulários e forma de redação de correspondência com vistas a sua padronização, levando em consideração os métodos adequados para o seu tratamento arquivístico; b) unificar métodos de tratamento de documentos nas unidades administrativas da Secretaria de Estado e Repartições no Exterior; c) definir e desenvolver métodos e técnicas para indexar, classificar e distribuir os documentos no âmbito da SERE e das Repartições no exterior; d) estabelecer critérios e/ou métodos de análise, seleção, perecibilidade e expurgo dos documentos correntes e históricos; e) compatibilizar o sistema do órgão de sistematização de informação com projetos em andamento ou previstos nos demais setores do MRE; e f) desenvolver, em articulação com as chefias respectivas, em setores do MRE, projetos necessários à definição, desenvolvimento e implantação do Sistema de Informações.

Como objetivo a longo prazo foi decidida a implantação de um sistema integrado de informações para todas as áreas de atuação do MRE com base na utilização de modernos meios tecnológicos (computador eletrônico, microfilmagem) que permitam: a) eliminação de arquivamento paralelo, das mesmas informações, pelas várias unidades do MRE; b) unidade da informação armazenada sobre o mesmo assunto; c) maior rapidez na obtenção de informações; d) maior segurança no acesso às informações, quer no aspecto de confiabilidade, quer no aspecto confidencialidade; e) possibilitar maior flexibilidade no cruzamento de informações e obtenção de relatórios estatísticos; e f) racionalizar os procedimentos nas diversas unidades do MRE, tornando-os compatíveis com o sistema de informações e permitindo maior flexibilidade na gerência das informações que lhe são afetas.

Como objetivo a curto prazo, decidiu-se desenvolver e implantar subsistemas fechados em várias áreas prioritárias da SERE, tendo sido escolhidas, para atuação durante o ano de 1975, quatro áreas específicas.

Microfilmagem

Uma das etapas básicas do processo de modernização da sistematização da informação foi completada em 23 de dezembro com a inauguração, pelo Senhor Ministro de Estado, da Seção de Microfilmagem, cujas vantagens são, entre outras, as seguintes: 1) reduzir o espaço físico presentemente ocupado pela documentação. Cada arquivo convencional de 4 gavetas será eliminado e substituído por um rolo de microfilme. O arquivo da Secretaria de Estado ocupa atualmente uma área de 1 200 m², repartida em diversos andares, com um acervo total estimado em 55 000 000 de documentos, com a incorporação anual de 1 100 000 novos documentos; 2) tornar mais fácil e rápido o acesso, a recuperação e o manuseio das informações, proporcionando, simultaneamente, maior segurança no tratamento, na guarda e disseminação da informação.

Um arquivo de rolos microfilmados conterá cerca de 2 500 000 documentos; 3) viabilizar a integração, por processos eletrônicos, do sistema de transmissões telegráficas internacionais com o sistema central de informações. Futuramente as mensagens telegráficas serão impressas em microformas simultaneamente com sua expedição e recepção; 4) possibilitar o acesso a centros internacionais de informação que utilizam microformas.

Para 1976, estão previstas as seguintes atividades: a) microfilmagem de 600.000 documentos originais referentes ao período 1973/1975; b) microfilmagem da documentação recebida e expedida em 1976; c) início da microfilmagem do Arquivo Consolidado (arquivo morto), cujo acervo totaliza 50 000 000 de documentos; d) duplicação e remessa dos rolos microfilmados de interesse das repartições no exterior, o que lhes permitirá modernizar, nas mesmas linhas, seus arquivos convencionais; e) microfilmagem da correspondência transportada por correio diplomático; f) estudo sobre a viabilidade de microfilmagem da correspondência postal trocada com as repartições no exterior; e g) duplicação e disseminação seletiva de microformas de livros, jornais, revistas e mapas nacionais e estrangeiros de interesse direto do MRE.

TRANSMISSÕES INTERNACIONAIS

Foram processados em 1975 um total de 266 597 mensagens de política externa por via telegráfica contra 236 049 em 1974. Incremento de 13% após aumento de 30% em 1974. Média de mensagens por dia útil estabilizou-se em 1 075, incluindo expedidas e recebidas.

A maior disponibilidade financeira acompanhada de flexibilidade de planejamento e aplicação permitiu dinamizar as atividades de rotina do setor, com o aproveitamento máximo permitido dos recursos tecnológicos comercializados pela Embratel, tais como canais de voz e telegráficos diretos que foram contratados segundo as necessidades e prioridades maiores do Governo, que determinassem cobertura específica no sentido de assegurar a maior segurança das comunicações.

O programa de rotina de substituição do equipamento de comunicações avançou na proporção de 50% do parque de máquinas desgastadas.

Ênfase especial foi dada à execução de obras de infra-estrutura das instalações elétricas e telegráficas, cuja precariedade afetava as operações especiais saturadas pela expansão da rede externa e sua correspondente rede de transmissão e distribuição na Secretaria de Estado. Foi lançado um cabo privativo de 100 pares telegráficos entre o Itamaraty e a sede da Embratel, cuja utilização eliminará interferências perturbadoras da qualidade da recepção e transmissão de sinais.

Para tornar mais eficiente a operação do sistema de comunicações na Secretaria de Estado procedeu-se a reforma das instalações físicas do serviço de telegramas, agora em fase final, com vista a fluidez e facilidade de controles.

Quanto ao Projeto da Modernização do Sistema de Comunicações do MRE foram introduzidas melhorias qualitativas no equipamento de circulação de mensagens a nível de Departamento e de algumas Divisões, já com vista a uma futura distribuição seletiva das mensagens em velocidade adequada às necessidades atuais do Ministério.

Ainda dentro do mesmo Projeto foram ampliados os estudos para o emprego das técnicas conhecidas de comutação e distribuição automática de mensagens, já em parte utilizadas pelo Ministério nas suas comunicações com a Europa e África.

No ano de 1975, iniciou-se, para efeito de análise de custos atendidos com recursos financeiros do Itamaraty no campo das comunicações e documentação, um controle quantitativo do volume de correspondência expedida, já que os postos respondem pelos gastos com as malas recebidas na Secretaria de Estado.

O movimento expedido atingiu volume de 679 toneladas, o que permite estimar uma cifra aproximada de 1 000 toneladas processadas pelo serviço de malas, se computarmos o movimento recebido do exterior.

Afinal, no serviço de assistência técnica foi aperfeiçoado o sistema de cadastro de equipamentos e peças de reposição, com reforma total das instalações físicas.

Realizou-se curso de treinamento em nível médio do pessoal técnico, com um currículo propedêutico de eletricidade e eletrônica com vista a aquisição de equipamentos modernos, cuja manutenção exige conhecimentos técnicos básicos indispensáveis para seguir os cursos especializados dados pelos fabricantes.

DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Deu-se prosseguimento ao programa de publicações de periódicos e não-periódicos destinados à permanente atualização das repartições no exterior e da própria Secretaria de Estado.

Neste contexto, merece particular menção a **Resenha de Política Exterior do Brasil,** com quatro números editados em 1975. Através da publicação dos principais documentos da política

externa, a **Resenha** constitui importante base de referência não só para funcionários diplomáticos, mas também para meios universitários e culturais, nacionais e estrangeiros.

Por sua vez o **Informe**, destinado às repartições brasileiras no exterior, fornece um sumário das principais notícias publicadas em jornais do Rio, São Paulo e Brasília. Além de manter atualizados os funcionários brasileiros em serviço no estrangeiro, o semanário torna disponível material de divulgação para eventual utilização pela imprensa local. Em 1975, foram editados 44 números do **Informe.**

Os folhetos **Aquisições** e **Periódicos,** publicados regularmente, visam a informar, para fins de consulta, os funcionários lotados na Secretaria de Estado e no exterior sobre os novos títulos e artigos recebidos pela biblioteca. A esse propósito, foram incorporados ao acervo da biblioteca, em 1975, 1707 novos livros e 568 periódicos.

CERIMONIAL

Foram tratados os problemas relativos ao pagamento, pelo Corpo Diplomático, de taxas e impostos que eram inseridos nas contas de telefone (Funtel), telex, de Assistência e Previdência Social, de Armazenagem nos portos e aeroportos. O primeiro desses impostos já foi abolido pelo Ministério das Comunicações e os outros dois estão em estudo e em vias de solução, nos respectivos Ministérios, graças à solicitação do Itamaraty.

Para a falta de telefones nas Embaixadas, foi também encontrada solução, em combinação com o Ministério das Comunicações, que atende aos interesses do Governo e das Missões Diplomáticas. Hoje, os telefones são instalados com rapidez, graças à verba suplementar de 10 milhões de cruzeiros, obtida pelo Ministério das Comunicações e passada à Embratel.

A fim de permitir a aquisição e troca de imóveis em Brasília, por Governos estrangeiros — para residência de membros das respectivas Missões Diplomáticas, foram tomadas as providências necessárias para revigorar a Lei n.º 3 331, de 01.06.1964. Em 8 de setembro, foi a lei sancionada pelo Senhor Presidente da República e que tomou o n.º 6 235.

Com a transformação da Novacap em Terracap, não se cuidou, no contexto de suas atribuições, de autorizá-la a continuar as doações de terrenos às novas Embaixadas que se instalariam

no Distrito Federal. Em conseqüência, ficou o Governo brasileiro impedido de continuar a política seguida até então, por falta de amparo legal. O Itamaraty tomou as necessárias providências para dotar a Terracap de instrumento jurídico permitindo-lhe prosseguir a política das doações, na base da reciprocidade. E nesse sentido, o Presidente da República sancionou, a 15 de dezembro de 1975, a Lei n.º 6 294.

Uma das reivindicações do Corpo Diplomático em Brasília é a da instalação de um Armazém Alfandegado para a compra de mercadorias estrangeiras sem o pagamento de impostos. Depois de estudos feitos conjuntamente com a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, chegou-se à conclusão da viabilidade da instalação desse Armazém.

Procurou-se, outrossim, prestar toda a colaboração às Embaixadas estrangeiras no que concerne à limpeza, pavimentação, arruamento, arborização, enfim, a urbanização de suas Residências e Chancelarias. Além do auxílio e cooperação de parte da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, foi obtida por duas vezes suplementação financeira, através da Secretaria do Planejamento. Assim, foi possível urbanizar de modo adequado o SEN (Avenida das Nações) com asfalto, luz, água, esgoto, telefone, o que beneficiou as Embaixadas da Bulgária, Tailândia, Filipinas, e terrenos de várias Embaixadas do Oriente Próximo ainda não construídas. Foram também melhorados e concluídos os espaços verdes e urbanização de várias Embaixadas do SES (Avenida das Nações) entre os quais, Estados Unidos, França, União Sul-Africana, Países Baixos, Espanha, Peru, Japão e República Federal da Alemanha. O MRE providenciou, também, junto à Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, o asfaltamento das ruas de acesso às Embaixadas da Índia, Romênia e Espanha.

Nova Lista Diplomática foi editada em julho sob formato diferente, com folhas soltas, e atualizada em 15 de outubro de 1975. Com esse sistema, não será mais necessário promover

edições anuais da lista, bastando imprimir, cada 6 meses, as páginas que necessitam de correção.

Atendendo a pedidos dos Governadores estaduais, foram recebidos para estágio de treinamento os Chefes do Cerimonial dos Estados do Amazonas, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Visitas

Visitaram o Brasil as seguintes personalidades:

Ministro das Relações Exteriores da República do **Paraguai,** Senhor Raúl Sapena Pastor, dia 8 de janeiro;

Presidente da República do **Paraguai,** Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, dia 9 de março;

Vice-Presidente da República do **Panamá,** Senhor Arturo Sucre Pereira, de 17 a 18 de abril;

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do **Quênia,** Senhor Muniyua Waiyaki, de 21 a 26 de abril;

Presidente da República Socialista da **Romênia,** Senhor Nicolae Ceaucescu, de 4 a 7 de junho;

Ministro das Relações Exteriores da República da **Venezuela,** Senhor Ramon Escovar Salom, de 14 a 17 de julho;

Ministro das Relações Exteriores da República do **Peru,** Senhor General-de-Divisão Miguel Angel de La Flor Valle, dia 25 de julho;

Ministro dos Negócios Estrangeiros de **Lesoto,** Senhor J. R. L. Kotsokoane, dia 22 de agosto;

Ministro das Relações Exteriores de **Guiné-Bissau,** Senhor Victor Saúde Maria, dia 22 de agosto;

Vice-Primeiro Ministro do **Japão,** Senhor Takeo Fukuda, de 20 a 27 de agosto;

Ministro das Relações Exteriores da República de **Zâmbia,** Senhor Rupiah B. Banda, de 31 de agosto a 5 de setembro;

Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da **Argentina,** Senhor Angel Federico Robledo, de 6 a 8 de setembro;

Vice-Presidente da República da **Guatemala,** Senhor Mario Augusto Sandoval Alarcón, de 22 a 24 de setembro;

Vice-Presidente da **Comunidade Econômica Européia,** Sir Christopher Soames, de 27 de setembro a 1.º de outubro;

Presidente da **República Gabonesa,** Senhor Albert-Bernard Bongo, de 11 a 16 de outubro;

Vice-Presidente da República do **Panamá,** Senhor Gerardo González, de 19 a 20 de novembro;

Ministro das Relações Exteriores da República Federal da **Alemanha,** Senhor Hans-Dietrich Genscher, de 17 a 20 de novembro.

As seguintes personalidades foram recepcionadas pelo Ministério das Relações Exteriores:

Almoços

Senhor Embaixador da Argentina e a Senhora José Maria Alvarez de Toledo (despedida), 7 de janeiro.

Senhor Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, 8 de janeiro.

Missão da Canadian Wheat Board, 10 de janeiro.

Comissão Mista Brasil—Polônia, 14 de janeiro.

Senhor Vice-Chefe do EMFA, Secretário-Geral da SEPLAN e Secretário-Geral da Fazenda, 15 de janeiro.

Delegação de Barbados, 20 de janeiro.

Senhor Juan José Torres Landa, Embaixador do México, 24 de janeiro.

Delegação de Trinidad-e-Tobago, 27 de janeiro.

Delegação Uruguaia, 28 de janeiro.

Delegação da Bulgária, 29 de janeiro.

Senhor Marcello Alves de Abreu, Chefe do Gabinete do Diretor-Geral do DASP, 31 de janeiro.

Delegação Norte-Americana ao Acordo sobre a Pesca, 3 de fevereiro.

Senhor Emmanuel Dioulo, Chefe da Delegação da Costa do Marfim, 4 de fevereiro.

Senhor Coronel Darcy Duarte de Siqueira, Diretor-Geral do DASP, 20 de fevereiro.

Delegação do Suriname, 24 de fevereiro.

Comissão Mista Brasil—Tchecoslováquia, 5 de março.

Senhor Embaixador Júlio César Lupinacci, Chefe da Delegação do Uruguai à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 13 de março.

Senhor William Rogers, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América, 14 de março.

Comissão Interministerial de Estudo sobre Comunicação-Rádio, 17 de março.

Comissão Mista da Lagoa Mirim, 24 de março.

Senhor Georges Bokassa e Senhora, filho do Presidente da República Centro-Africana, 1.º de abril.

Embaixatriz Paul Fouchet, 10 de abril.

Senhor Embaixador Gustavo Magariños, Diretor de Comércio Exterior do Uruguai, 10 de abril.

Senhor Embaixador da França e a Senhora Paul Fouchet (despedida), 14 de abril.

Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados, 16 de abril.

Em 17 de abril, também no Itamaraty, Sua Excelência o Senhor General Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República, oferecu um almoço a Sua Excelência o Senhor Arturo Sucre Pereira, Vice-Presidente do Panamá.

Senhor Embaixador da Suécia e a Senhora Bengt Odevall (despedida), 18 de abril.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia e a Senhora Waiyaki, 22 de abril.

Em 23 de abril, o Senhor Ministro de Estado ofereceu ao Senhor Presidente da República General Ernesto Geisel um almoço, em comemoração ao Dia do Diplomata e aos formandos do Instituto Rio Branco. A parte inicial das comemorações constou de entrega de insígnias e diplomas correspondentes

aos agraciados com a Ordem de Rio-Branco, entrega de diplomas aos formandos da turma de 1974 e coquetel oferecido aos agraciados, formandos e seus convidados.

Senhor Olivier Long, Diretor-Geral do GATT, 28 de abril.

Senhor Embaixador da Nicarágua e a Senhora José Sansón-terán (despedida), 29 de abril.

Grupo de Peritos do Projeto de Integração Energética da Bacia do Prata, 30 de abril.

Senhor David Ennals, Ministro das Relações Exteriores e com a Comunidade da Grã-Bretanha, 22 de maio.

Senhor Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Itália e a Senhora Francesco Cattanei, 23 de maio.

Senhor Duran Dragic, funcionário das Nações Unidas Encarregado da Cooperação Técnica entre os países em desenvolvimento, 23 de maio.

Chefe do Departamento de Polícia Federal e aos Membros da Censura, 26 de maio.

Senhor Embaixador da Noruega e a Senhora Thorleif Lintrup Paus (despedida), 9 de junho.

Membros da Missão do Comitê Especial das Nações Unidas contra o Apartheid, 10 de junho.

Senhor Embaixador do Senegal e a Senhora Assane Bassirou Diouf (despedida), 17 de junho.

Delegação Polonesa à Reunião da Comissão Mista Brasil—Polônia, 20 de junho.

Senhor Stanislaw Dluglosz, Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia, 25 de junho.

Senhor Embaixador Gamal Mansour, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros do Egito, 26 de junho.

Missão de Parlamentares Colombianos, 4 de julho.

Senhor José E. Mindlin, Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e Senhor Rui Nogueira Martins, Presidente da Fundação Padre Anchieta, por ocasião da Assinatura de Convênio com a Fundação Padre Anchieta — TV Cultura de São Paulo, 9 de julho.

Reitor da Universidade da Costa do Marfim, 9 de julho

Delegação Venezuelana Demarcadora de Limites, 10 de julho.

Senhor Charles W. Robinson, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América, 11 de julho.

Missão Comercial Espanhola, 14 de julho.

Senhor Ramón Escovar Salom, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, 15 de julho.

Senhora Ramón Escovar Salom, 15 de julho.

Senhor Humberto Nigro Borbón, Embaixador da Costa Rica (despedida), 16 de julho.

Grupo de Trabalho Brasil—Uruguai para Palmar, 16 de julho.

Senhor Embaixador Gabriel Valdez, Diretor Regional para a América Latina do PNUD, 17 de julho.

Sua Eminência Dom Sebastiano Cardial Baggio, legado de Sua Santidade o Papa, 23 de julho.

Grupo da TV Cultura de São Paulo, 24 de julho.

Senhor Hans-Jürgen Wischnewski, Subsecretário de Estado da República Federal da Alemanha, 24 de julho.

Senhor General-de-Divisão Miguel Angel de La Flor Valle, Ministro das Relações Exteriores do Peru, 25 de julho.

Estagiários da Escola Superior de Guerra, 19 de agosto.

Senhor Victor Saúde Maria, Ministro das Relações Exteriores da Guiné-Bissau e Senhor J. R. L. Kotsokoane, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto, 22 de agosto.

Senhor Takeo Fukuda, Vice-Primeiro Ministro do Japão, 26 de agosto.

Senhor Embaixador do Líbano e a Senhora Jean Hadji-Thomas (despedida), 28 de agosto.

Senhor Rupiah B. Banda, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Zâmbia, 1.º de setembro.

Senhor Roderick Macfarquhar, Parlamentar Britânico, 4 de setembro.

Senhor Doutor Ramirez Solano, Encarregado do GEPLACEA, 4 de setembro.

O Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina e a Senhora Angel Federico Robledo, 8 de setembro.

Em 23 de setembro, Sua Excelência o Senhor General Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República, ofereceu um almoço a Sua Excelência o Senhor Mario Augusto Sandoval Alarcón, Vice-Presidente da República da Guatemala.

Senhor Embaixador da Bulgária e a Senhora Atanas Kalbov (despedida), 24 de setembro.

Sir Christopher Soames, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Européias, 30 de setembro.

Sir Patrick Jenkin, Parlamentar Britânico, 3 de outubro.

Missão Comercial Americana, 8 de outubro.

Senhor Emile Louis Constant Schife, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, 10 de outubro.

Delegação Canadense sobre o Acordo do Trigo, 31 de outubro.

Senhor Embaixador do Japão e a Senhora Atsushi Uyana (despedida), 3 de novembro.

Senhor Doutor Gerd Moenkemeyer, Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã, 4 de novembro.

Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha e a Senhora Hans-Dietrich Genscher, 18 de novembro.

Senhor Embaixador Bolker, da República Federal da Alemanha e comitiva, 21 de novembro.

Missão Comercial Filipina, 2 de dezembro.

Membros da Comissão Nacional para Assuntos da ALALC, 16 de dezembro.

Jantares

Em 4 de junho, Suas Excelências o Senhor Presidente da República e a Senhora Ernesto Geisel ofereceram um jantar a Suas Excelências o Senhor Presidente da República Socialista da Romênia e a Senhora Nicoale Ceausescu.

Senhor Ministro das Relações Exteriores da Venezuela e a Senhora Ramón Escovar Salom, 14 de julho.

Senhor Vice-Primeiro Ministro do Japão e a Senhora Takeo Fukuda, 26 de agosto.

Em 13 de outubro, também no Palácio Itamaraty, Suas Excelências o Senhor Presidente da República e a Senhora Ernesto Geisel ofereceram um jantar a Suas Excelências o Senhor Presidente da República Gabonesa e a Senhora Albert-Bernard Bongo.

Coquetéis

Em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Discriminação Racial, 21 de março.

Senhor Gumersindo Rodriguez, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República da Venezuela, 31 de março.

Delegação Alemã da Comunidade Econômica Européia, 7 de maio.

Comissão Mista Brasil—Romênia, 30 de maio.

Membros da 1.ª Reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasil—Suriname, 25 de junho.

Delegação Comercial Chilena, 22 de setembro.

Missão Comercial Italiana, 25 de setembro.

Delegação Uruguaia às Negociações complementares do Protocolo de Expansão Comercial Brasil—Uruguai, 29 de outubro.

Ministro do Comércio Exterior da França, Senhor Norbert Ségard, 31 de outubro.

Por ocasião da Assinatura de Convênio com as Universidades Federais da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, 20 de novembro.

Membros do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Itaipu, 10 de dezembro.

Recepções

Oferecida por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores e a Senhora Ramiro Saraiva Guerreiro e por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e a Senhora Antonio Jorge Corrêa em comemoração do Dia da Vitória (com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República), 9 de maio.

Oferecida por Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Antonio F. Azeredo da Silveira por ocasião do Sete de Setembro (presença de Suas Excelências o Senhor Presidente da República e a Senhora Ernesto Geisel) — Concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, 7 de setembro.

Cartas Credenciais Acreditando Chefes de Missões Brasileiras

Senhor André Teixeira de Mesquita — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República da Austria.

Senhor Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Popular da China.

Senhor Paulo da Costa Franco — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Popular de Bangladesh.

Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo de Trinidad e Tobago.

Senhor Murillo Gurgel Valente — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Estado de Catar.

Senhor Murillo Gurgel Valente — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo dos Emirados Árabes Unidos.

Senhor Murillo Gurgel Valente — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Estado de Bahrain.

Senhor Carlos Alfredo Bernardes — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República das Filipinas.

Senhor Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República da Colômbia.

Senhor Paulo Henrique de Paranaguá — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Estado do Coveite.

Senhor Donatello Grieco — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República da Tunísia.

Senhor Braulino Botelho Barbosa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Gabonesa.

Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquita — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Senhor Carlos dos Santos Veras — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Quênia.

Senhor Joayrton Martins Cahú — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República de Cabo Verde.

Senhor Espedito de Freitas Resende — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Chile.

Senhor Miguel Álvaro Ozório de Almeida — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Nova Zelândia.

Senhor Aluysio Guedes Regis Bittencourt — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República do Afeganistão.

Senhor Sérgio Luiz Portella de Aguiar — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo de Barbados.

Senhor Alfredo Teixeira Valladão — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo dos Países-Baixos.

Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo de Serra Leoa.

Cartas Revocatórias de Chefes de Missões Brasileiras

Senhor Aluysio Guedes Regis Bitteucourt — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Áustria.

Senhor Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Trinidad e Tobago.

Senhor Milton Telles Ribeiro — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República das Filipinas.

Senhor José Augusto de Macedo Soares — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República da Colômbia.
Senhor Murillo Gurgel Valente — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Estado do Coveite.

Senhor Adolpho Justo Bezerra de Menezes — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República da Tunísia.

Senhor Donatello Grieco — Embaixador Extraordinário e Pelenipotenciário na República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Senhor Franck Henri Teixeira de Mesquita — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República do Quênia.

Senhor Antônio Cândido da Câmara Canto — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República do Chile.

Senhor Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Barbados.

Senhor Paulo Braz Pinto da Silva — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República do Afeganistão.

Senhor Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Nova Zelândia.

Senhor Carlos Sette Gomes Pereira — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nos Países-Baixos.

Missões Especiais

Senhor Hélio de Burgos Cabal — Enviado Especial às exéquias solenes de Sua Excelência o Senhor Eisaku Sato.

Senhor General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial às comemorações do Sesquicentenário da Independência da Bolívia.

Senhor General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial às solenidades de Proclamação do Príncipe Don Juan Carlos de Bourbon y Bourbon como Rei da Espanha.

Senhor General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial às exéquias de Sua Excelência o Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde.

Senhor Almirante-de-Esquadra Geraldo de Azevedo Henning — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial às festividades de celebração da Independência da República do Suriname.

Credenciais e Revocatórias de Chefes de Missões Estrangeiras

MÉXICO

Credencial do Senhor Víctor Alfonso Maldonado.
Revocatória do Senhor Juan José Torres Landa.

ZÂMBIA

Credencial do Senhor Siteke Gibson Mwale.
Revocatória do Senhor Unia Gostel Mwila.

ÁUSTRIA

Credencial do Senhor Friedrich Hohenbühel.
Revocatória do Senhor Friedrich Hartlmayr.

PANAMÁ

Credencial do Senhor Jorge Emilio Castro Bendiburg.
Revocatória do Senhor José Manuel Watson D.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Credencial do Senhor Chan Te-Chun.

FINLÂNDIA

Credencial do Senhor Martti Ilmari Lintulahti.
Revocatória do Senhor Ake Johan Berndt Frey.

FRANÇA

Credencial do Senhor Michel Légendre.

Revocatória do Senhor Paul Fouchet.

VENEZUELA

Credencial do Senhor General-de-Divisão Humberto de Jesus Moret Arellano.
Revocatória do Senhor Doutor Alfredo Baldó Casanova.

REPÚBLICA DOMINICANA

Credencial do Senhor Doutor José Angel Saviñon.
Revocatória do Senhor Franz Emmanuel Baehr Cabral.

CATAR

Credencial do Senhor Jasim Yousif Jamal.

COVEITE

Credencial do Senhor Talib Jalal-Uddin Al-Nakib.
Revocatória do Senhor Abdulla Yacoub Bishara.

ARGENTINA

Credencial do Senhor Doutor Angel Federico Robledo.
Revocatória do Senhor José Maria Garcia Alvarez de Toledo

NICARÁGUA

Credencial do Senhor Doutor Alfonso Ortega Urbina.
Revocatória do Senhor Doutor José Sanson Teran.

SUÉCIA

Credencial do Senhor Gunnar Nicolaus Lonaeus.
Revocatória do Senhor Bengt Odevall.

NORUEGA

Credencial do Senhor Peter Michael Motzfeldt.
Revocatória do Senhor Thorleif Lintrup Paus.

LÍBIA

Credencial do Senhor Ali Sunni Muntasser.

HONDURAS

Credencial do Senhor Coronel Carlos Villanueva Doblado.
Recovatória do Senhor Guido Bacci di Capacci.

COSTA RICA

Credencial do Senhor Manuel Blanco Cervantes.
Revocatória do Senhor Humberto Nigro Borbón.

SENEGAL

Credencial do Senhor Simon Senghor.
Revocatória do Senhor Assane Diouf.

Foi providenciada resposta a todas as Credenciais e Revocatórias supramencionadas.

Apresentação de Credenciais de Chefes de Missões Brasileiras

Embaixador Milton Telles Ribeiro junto ao Governo da Guiana, em 8 de janeiro.

Embaixador Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva junto ao Governo da República da Indonésia, em 6 de fevereiro.

Embaixador Jorge D'Escragnolle Taunay junto ao Governo da Jordânia, em 20 de fevereiro.

Embaixador Antonio Delfim Netto junto ao Governo da República Francesa, em 20 de fevereiro.

Embaixador Murillo Gurgel Valente junto ao Governo de Oman, em 22 de fevereiro.

Embaixador Roberto de Oliveira Campos junto ao Governo da Grã-Bretanha, em 6 de março.

Embaixador Manoel Antônio Maria de Pimentel junto ao Governo da Suécia, em 11 de março.

Embaixador Sérgio Armando Frazão junto ao Governo da Espanha, em 13 de março.

Embaixador André Teixeira de Mesquita junto ao Governo da Áustria, em 19 de março.

Embaixador João Gracie Lampreia junto ao Governo da Dinamarca, em 4 de abril.

Embaixador Lyle Amaury Tarisse da Fontoura junto ao Governo da República do Togo, em 4 de abril.

Embaixador Manoel Emílio Pereira Guilhon junto ao Governo da República do Peru, em 8 de abril.

Embaixador Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo junto ao Governo da República Popular da China, em 10 de abril.

Embaixador Aluysio Guedes Regis Bittencourt junto ao Governo do Irã, em 20 de abril.

Embaixador Paulo Henrique de Paranaguá junto ao Governo do Coveite, em 9 de novembro.

Embaixador Franck Henri Teixeira de Mesquita junto ao Governo da Iugoslávia, em 13 de novembro.

Embaixador Espedito de Freitas Resende junto ao Governo do Chile, em 26 de novembro.

Embaixador Carlos dos Santos Veras junto ao Governo do Quênia, em 4 de dezembro.

Condecorações

Foram agraciados com a **Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul**:

— Por ocasição da visita oficial do Presidente da República ao Paraguai:

No grau de GRÃ-CRUZ — 10
No grau de GRANDE-OFICIAL — 11
No grau de COMENDADOR — 13
No grau de OFICIAL — 9
No grau de CAVALEIRO — 6

— Por ocasião da visita do Ministro de Estado à República Federal da Alemanha:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita do Ministro de Estado à República da Costa do Marfim:

No grau de GRANDE-OFICIAL — 1

— Por ocasião da visita do Ministro de Estado à Itália:

No grau de GRÃ-CRUZ — 5
No grau de GRANDE-OFICIAL — 3
No grau de COMENDADOR — 5
No grau de CAVALEIRO — 2

— Por ocasião da visita do Ministro de Estado ao Peru:

No grau de GRÃ-CRUZ — 3

— Por ocasião da visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do Coveite:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita oficial do Vice-Presidente da República do Panamá:

No grau de GRÃ-CRUZ — 2

— Por ocasião da visita oficial do Presidente da República Socialista da Romênia:

No grau de GRANDE-COLAR — 1
No grau de GRÃ-CRUZ — 6
No grau de GRANDE-OFICIAL — 3
No grau de COMENDADOR — 5
No grau de OFICIAL — 1
No grau de CAVALEIRO — 5

— Por ocasião da visita oficial do Presidente da República a República Oriental do Uruguai:

No grau de GRANDE-COLAR — 1

No grau de GRÃ-CRUZ — 7
No grau de COMENDADOR — 1
No grau de OFICIAL — 3

— Por ocasião da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita oficial do Ministro das relações Exteriores da República Argentina:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita oficial do Presidente da República Gabonesa:

No grau de GRANDE-COLAR — 1

— Por ocasião da visita oficial do Vice-Primeiro Ministro do Japão:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Ao Sr. Dr. Charles Francisque Paul Mérieux, Presidente do Instituto Mérieux Internacional:

No grau de COMENDADOR — 1

— Por reciprocidade (Membros do Corpo Diplomático estrangeiro):

No grau de GRÃ-CRUZ — 8
No grau de GRANDE-OFICIAL — 4
No grau de COMENDADOR — 5
No grau de OFICIAL — 6
No grau de CAVALEIRO — 13

TOTAL DE INSÍGNIAS CONCEDIDAS:

GRANDE-COLAR — 3
GRÃ-CRUZ — 47
GRANDE-OFICIAL — 22
COMENDADOR — 30
OFICIAL — 19
CAVALEIRO — 26

Por sua vez, foram agraciados com a **Ordem de Rio-Branco:**

— Por ocasião da visita do Ministro de Estado do Peru:

No grau de GRÃ-CRUZ — 5
No grau de GRANDE-OFICIAL — 3
No grau de OFICIAL — 5
No grau de CAVALEIRO — 8

— Por ocasião da visita do Ministro de Estado à Costa do Marfim:

No grau de GRÃ-CRUZ — 4
No grau de GRANDE-OFICIAL — 3
No grau de COMENDADOR — 5
No grau de OFICIAL — 3

— Por ocasião de visita oficial do Vice-Presidente da República do Panamá:

No grau de GRÃ-CRUZ — 3
No grau de COMENDADOR — 1

— Por ocasião da visita oficial do Vice-Primeiro Ministro do Japão:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita oficial do Presidente da República Gabonesa:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita oficial do Presidente da República do Uruguai:

No grau de GRÃ-CRUZ — 3

— Por ocasião da visita oficial do Senhor Major de Exército HERNÁN MOLINA GABÓN, da Escola de Armas de Cochabamba, da República da Bolívia:

No grau de OFICIAL — 1

— Por ocasião da visita oficial do Senhor Deputado FRANCESCO CATTANEI, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Itália:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

— Por ocasião da visita do General MARK WAINE CLARK ao Brasil:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1
No grau de GRANDE-OFICIAL — 2

— Por ocasião da visita oficial do Senhor Presidente Médici à Venezuela em 20.02.73, sendo condecorado com a Ordem de Rio Branco em 11.08.75:

No grau de GRÃ-CRUZ — 1

Foi realizada a Reunião da Ordem de Rio Branco, sendo admitidas e promovidas as seguintes personalidades, assim distribuídas nos diversos graus:

QUADRO ORDINÁRIO

No grau de GRÃ-CRUZ	— 6	(3 promovidos e 3 admitidos)
No grau de GRANDE-OFICIAL	— 6	(4 promovidos e 2 admitidos)
No grau de COMENDADOR	— 6	(2 promovidos e 4 admitidos)
No grau de OFICIAL	— 7	(admitidos)

INSÍGNIAS — Escola Naval, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (Batalhão Brasília), Base Aérea de Brasília e Base Aérea de Campo Grande.

QUADRO SUPLEMENTAR

No grau de GRÂ-CRUZ	— 13	(6 promovidos e 7 admitidos)
No grau de GRANDE-OFICIAL	— 68	(3 promovidos e 65 admitidos)
No grau de COMENDADOR	— 48	(5 promovidos e 43 admitidos)
No grau de OFICIAL	— 114	(admitidos)
No grau de CAVALEIRO	— 14	(admitidos)

MEDALHAS — 10

TOTAL DAS INSÍGNIAS EM TODOS OS GRAUS:

No grau de GRÃ-CRUZ	—	39
No grau de GRANDE-OFICIAL	—	82
No grau de COMENDADOR	—	60
No grau de OFICIAL	—	130
No grau de CAVALEIRO	—	22

MEDALHAS — 14

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

As relações com o Congresso se intensificaram durante o ano de 1975. Os novos parlamentares, eleitos em novembro de 1974, demonstraram acrescido interesse em matéria de política externa, o que necessitou presença mais atuante de parte do Itamaraty.

Por sua vez, além do habitual acompanhamento da tramitação no Congresso de atos internacionais firmados pelo Brasil e da aprovação pelo Senado de novos Chefes de Missão diplomática, o órgão competente do MRE prestou assessoria às duas Câmaras e a parlamentares em assuntos diretamente relacionados com a atividade diplomática. A esse respeito, assinalem-se a coordenação de visitas ao Congresso Nacional de Chefes de Estado ou de Governo, de Chanceleres, e de personalidades estrangeiras, bem como a assistência prestada às delegações do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar e do Parlamento Latino-Americano, que compareceram a conferências internacionais.

O Senhor Ministro de Estado, em duas oportunidades, compareceu ao Congresso Nacional. Assim, discursou no Senado Federal, a 18 de setembro, por convite conjunto das Comissões de Relações Exteriores, Minas e Energia, e economia acerca de temas relacionados com a assinatura do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e a integração

regional. Já na Câmara dos Deputados, inaugurou a 8 de outubro o "Painel de Assuntos Internacionais", organizado pela Comissão de Relações Exteriores, com palestra sobre o Brasil e a Nova Ordem internacional. Também participaram do Painel em apreço altos funcionários do Itamaraty, que pronunciaram conferências sobre assuntos de sua especialidade.

Mensagens Aprovadas em 1975 pelo Senado Federal

Mensagem	Diplomata	País	Data de Aprovação
50/75	Paulo da Costa Franco	Bangladesh	19.03.75
63/75	Sergio Luiz Portella de Aguiar	Trinidad e Tobago	03.04.75
65/75	Murillo Gurgel Valente	Emirados Árabes Unidos	15.04.75
66/75	Murillo Gurgel Valente	Bahrain	15.04.75
67/75	Murillo Gurgel Valente	Catar	03.04.75
80/75	Carlos Alfredo Bernardes	Filipinas	16.04.75
128/75	Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Colômbia	10.05.75
144/75	Paulo Henrique de Paranaguá	Coveite	06.08.75
221/75	Donatello Grieco	Tunísia	13.08.75
222/75	Franck Henri Teixeira de Mesquita	Iugoslávia	14.08.75
238/75	Braulino Botelho Barbosa	Gabão	21.08.75
248/75	Joayrton Martins Cahu	Cabo Verde	10.09.75
249/75	Espedito de Freitas Resende	Chile	28.08.75
258/75	Carlos dos Santos Veras	Quênia	24.09.75
259/75	Marcos Antonio de Salvo Coimbra	Serra Leoa	11.09.75

302/75	Sergio Luiz Portella de Aguiar	Barbados	23.10.75
303/75	Miguel Ozório de Almeida	Nova Zelândia	23.10.75
341/75	Alfredo Teixeira Valladão	Reino dos Países-Baixos	19.11.75
345/75	Aluysio Regis Bittencourt	Afeganistão	12.11.75

IMPRENSA

Conforme previsto no programa plurianual de trabalho aprovado em 1974, pôde o Itamaraty contar com dotação orçamentária substancialmente ampliada para os assuntos de imprensa, o que lhe permitiu dar continuidade às atividades relacionadas com a formação da imagem global do Brasil na imprensa estrangeira e da imagem setorial da política exterior do país nos meios de comunicação social nacionais e estrangeiros.

Nesse sentido, caberia destacar alguns programas de relevância para a consecução dos objetivos acima enunciados:

a) atendimento a jornalistas estrangeiros em visita ao Brasil, a convite oficial ou não do Itamaraty;

b) análise sistemática do conteúdo e tendências do noticiário sobre o Brasil aparecido na imprensa estrangeira;

c) ação junto à imprensa escrita, televisionada e falada brasileira no sentido de possibilitar a veiculação de notícias e comentários de interesse para a política externa brasileira;

d) remessa aos postos no exterior de documentação e publicações sobre a ação do governo e aspectos marcantes da atualidade nacional;

e) assinatura e início da implementação de convênio entre o MRE e a Fundação Anchieta de São Paulo com vistas a per-

mitir, a médio prazo, a criação de um sistema regular de programas de rádio e, principalmente, de televisão com emissoras de outuros países, assim como o desenvolvimento de projetos de aperfeiçoamento de pessoal de telerradiodifusão em centros no Brasil e no exterior;

f) coleta de informações pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras na América Latina, África e Oriente Médio sobre o interesse de emissoras locais por transmissões em ondas curtas procedentes do Brasil em espanhol, inglês, francês e árabe, o que trouxe suficientes elementos de convicção para um exame conjunto com a Rádio Nacional da exeqüibilidade da reformulação do atual sistema de transmissões internacionais daquela emissora com a finalidade de adequá-lo à demanda já identificada em tais áreas focais de nossa ação diplomática.

Quanto ao item **a**, foram realizados, no ano findo, 95 (noventa e cinco) programas de atendimento a representantes da imprensa estrangeira, incluídos nesse total 15 (quinze) visitas de jornalistas e/ou equipes cinematográficas e de televisão convidados oficialmente pelo Itamaraty. Tais programas-visita implicam numerosas providências logísticas, além da organização de calendário de contactos e entrevistas, normalmente em 3 a 5 cidades diferentes, para um período médio de permanência de 15 a 20 dias.

Esses programas têm por objetivo não apenas consolidar, e eventualmente retificar, a imagem do Brasil em áreas que já dedicam considerável atenção a nossos temas, como visam sobretudo a possibilitar a jornalistas procedentes de diversas regiões, em particular as prioritárias para a atuação do Itamaraty, contacto de primeira mão com aspectos relevantes da realidade nacional. A primeira consideração explica, por exemplo, a grande participação de representantes das imprensas japonesa, alemã ocidental, britânica, francesa e estadunidense (respectivamente, 22, 20, 14, 14 e 15 visitantes e/ou equipes) no programa. A segunda consideração respalda a presença de

jornalistas do Zaire, Iraque, Líbano, Venezuela, Argentina, México, Trinidad e Tobago, Colômbia, Chile, Uruguai, Holanda, Dinamarca, Suíça, Itália, Espanha, Canadá, Hungria e Romênia no projeto em exame.

Os resultados, segundo avaliação preliminar recebida dos principais postos, são de forma geral positivos no que diz respeito à rentabilidade em termos informativos desses projetos: cite-se, a título exemplificativo, a série de quarenta documentários sobre o Brasil ora sendo exibida, em horário nobre, pela televisão espanhola, que enviou equipe, em maio de 1975, ao nosso país e recebeu do Itamaraty orientação e apoio logístico para execução de plano de filmagens de cerca de dois meses; no Reino Unido, é digna de nota a repercussão francamente favorável de programa especial da BBC sobre o desenvolvimento tecnológico do Brasil, produzido por equipe enviada ao nosso país em julho passado e cuja grande receptividade popular, a Embaixada em Londres pôde sentir através das inúmeras consultas que lhe foram dirigidas.

De forma mais global, a linha de atividades mencionada no item **b** é a que permite avaliar os acertos, ou eventuais lacunas da programação supracitada, bem como — à luz das tendências observadas no noticiário da imprensa de determinados países em relação a aspectos particulares da atualidade nacional — fornece subsídios à permanente reavaliação de prioridades de política de informação do Itamaraty. A exemplo de 1974, manteve-se entre 35 e 40 mil o número de recortes da imprensa internacional objeto de leitura e classificação pelo setor competente no ano findo. Tal análise é mensalmente condensada em documento de trabalho que permite apreciar, por assuntos e áreas geográficas, a concentração do noticiário publicado na imprensa estrangeira em tópicos fundamentais da política interna e da ação diplomática brasileira.

Quanto aos itens **c** e **d**, desenvolveu-se em 1975 levantamento de fontes bibliográficas — ao nível de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e de casas editoras particula-

res — com vistas a dotar o Itamaraty de cadastro qualificado de publicações sobre o Brasil, cujo envio aos postos no exterior viesse de fato a preencher vácuos de informação sobre o nosso país. Como resultado inicial desse trabalho, as Missões Diplomáticas e Repartições consulares receberam no ano findo 22 (vinte e duas) publicações diversas, em português, espanhol, francês, inglês e italiano, num total de 28 000 exemplares. Dentro da mesma linha de atividades, o envio diário de informações aos postos através do Boletim Radiotelegráfico foi complementado pela pronta remessa de Circulares postais com a transcrição da íntegra dos mais importantes discursos, mensagens e conferências do Presidente da República e do Ministro de Estado.

No que concerne ao item **e**, o convênio com a Fundação Anchieta assinado em julho, teve a sua entrada em operação retardada, sobretudo por óbices institucionais e orçamentários decorrentes da mudança de subordinação daquela entidade dentro da estrutura do Governo do Estado de São Paulo, passando a depender diretamente da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Não obstante, algumas iniciativas pioneiras já demonstram as possibilidades a médio e longo prazos do Convênio: ainda em julho, representantes da TV-Cultura mantiveram em Abidjan entendimentos iniciais para estudar as bases de futuro acordo com a televisão da Costa do Marfim, registrando-se na oportunidade a primeira transmissão via satélite entre aquele país e o Brasil, com imagens da visita oficial do chanceler à Costa do Marfim; em decorrência de entendimentos mantidos em Lisboa em outubro entre o Presidente da Fundação Anchieta e o Chefe da Missão Diplomática brasileira, o programa da TV portuguesa "Presença do Brasil" disporá, no correr de 1976, de documentários recentemente produzidos sobre aspectos diversos da atualidade brasileira.

Quanto a alínea **f**, uma amostragem representativa das respostas recebidas dos postos consultados revela haver boa receptividade nos principais países da América Latina, África e Oriente Médio a uma série de transmissões em ondas curtas

sobre atualidades brasileiras geradoras de imagem positiva nas regiões consideradas. O progresso das tratativas sobre o assunto, iniciadas no final de 1974, está condicionado a mudanças, ainda não-concluídas, no estatuto legal das empresas de comunicação social incorporadas ao Patrimônio da União, como por exemplo a subordinação da Rádio Nacional ao Ministério das Comunicações e a criação da Radiobrás. As perspectivas, no entanto, afiguram-se animadoras, na medida em que, de um lado, deverá estar em breve definido o novo quadro legal e, por outra parte, já existe um levantamento preliminar de interesses manifestados por emissoras latino-americanas, africanas e do Oriente Médio.

Registre-se, por fim, que a execução do programa ampliado de atividades cujas linhas principais estão acima descritas exigiu a melhoria das condições de infra-estrutura do órgão competente de forma a adaptá-lo às novas necessidades. Assim, foram praticamente concluídas as obras de ampliação das respectivas instalações que passaram a contar com Sala de Imprensa para uso exclusivo dos jornalistas credenciados junto ao Itamaraty e dependência própria para cada um dos setores de que se compõe a Assessoria de Imprensa do Gabinete.

INSTITUTO RIO-BRANCO

Em 1975, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata foi reconhecido como curso de graduação de nível superior, tendo sido atribuída ao Instituto Rio-Branco a designação de estabelecimento de nível superior (Parecer n.º 1 842/75 do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura, em 05.07.75).

Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

Quanto ao Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, procedeu-se à modernização dos programas e eliminaram-se alguns requisitos que tendiam a dificultar maior representatividade regional e social dos integrantes da Carreira.

Assim, no Exame Vestibular para o ano de 1976, cuja primeira Fase, Provas Vestibulares Iniciais, realizou-se em novembro de 1975, manteve-se apenas uma língua estrangeira com caráter eliminatório (Inglês), ao mesmo tempo que se ofereceu, pela primeira vez, a possibilidade de opção com relação à segunda (Francês, Espanhol ou Alemão), de caráter classificatório. Na 3.ª Fase, Provas Vestibulares Finais, a se realizar em 1976, apenas a prova de História do Brasil é eliminatória, sendo as

demais — Geografia, História Mundial e Direito — classificatórias.

Ainda, em 1975, foi elaborado novo Regulamento para o Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Senhor Ministro de Estado através da Portaria n.º 426, de 26 de dezembro de 1975, publicada no Diário Oficial de 2 de janeiro de 1976.

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)

O exame vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1975, iniciou-se a 27 de novembro de 1974 e estendeu-se até 3 de março de 1975. Regeu-se pelas instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 385, de 19 de junho de 1974 e baixadas no Edital do Diretor do IRBr, de 20 de junho de 1974, publicados, respectivamente, nos Diários Oficiais de 19 de junho e 10 de julho de 1974.

Inscreveram-se, em todo o território nacional, 238 candidatos, dos quais 172 se apresentaram às provas de seleção prévia, tendo 14 logrado aprovação. Transcreve-se, a seguir, o quadro de distribuição regional de apresentação dos candidatos por cidades onde se realizaram as provas de seleção prévia:

Rio de Janeiro	87
Brasília	19
Belo Horizonte	9
Porto Alegre	22
Recife	4
Salvador	5
São Paulo	26

A 2.ª fase do vestibular, composta de exames de capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista, efetuados no Rio de Janeiro, contaram com a colaboração do Centro de

Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica e do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Submeteram-se aos exames da 2.ª fase 14 candidatos, dos quais um foi declarado inapto.

As provas vestibulares finais realizaram-se de três de fevereiro a três de março de 1975, no Rio de Janeiro. Doze candidatos foram aprovados.

Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata

A existência de vagas na classe inicial da Carreira de Diplomata levou o Instituto Rio-Branco a realizar, em 1975, o Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira. Trata-se do 5.º Concurso de Provas realizado desde a criação do Instituto sendo que os demais foram efetuados em 1954, 1955, 1962 e 1967.

Regeu-se o Concurso pela Portaria Ministerial n.º 401, de 4 de março de 1975 (Diário Oficial de 11.03.75), que altera dispositivos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, Decreto n.º 60 355, de 10 de maio de 1967, e pela Portaria Ministerial n.º 402 (Diário Oficial de 11.03.75) da mesma data, que aprova as instruções e programas. Compreendeu três fases:

1.ª Fase: provas eliminatórias escritas de Português, Francês e Inglês e orais de Francês e Inglês, sendo de 50 (cinqüenta) a nota mínima para aprovação em cada uma delas.

2.ª Fase: exames de sanidade e capacidade física e psíquica; investigação acerca dos costumes e do conceito corrente do candidato, entrevista;

3.ª Fase: provas escritas subdivididas em dois grupos:

(A): **eliminatórias**: Economia, Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado. Nota mínima de 50 (cinqüenta) para aprovação em cada uma delas.

(B): **classificatórias**: Geografia, História do Brasil, História Mundial, Direito Civil e Comercial e Direito Constitucional.

As condições para a inscrição foram as mesmas exigidas para o Exame Vestibular ao CPCD, exceto a faixa etária máxima que foi ampliada para 32 anos na data da abertura da inscrição.

As inscrições para as provas eliminatórias de línguas, que deveriam permanecer abertas de 5 de maio a 30 de junho, foram prorrogadas até 31 de julho (Portaria Ministerial n.º 406, de 20 de junho de 1975).

Transcreve-se, a seguir, o quadro de distribuição regional de apresentação dos candidatos por cidades onde se realizaram as provas da 1.ª Fase:

Rio de Janeiro	83
Brasília	28
Belo Horizonte	9
Porto Alegre	12
Recife	5
Salvador	10
São Paulo	65

As provas se efetuaram de 9 a 11 de setembro, no Distrito Federal e nas cidades acima referidas.

Foi o seguinte o movimento geral:

Inscritos	293
Desistentes	81
Submeteram-se às provas ...	212
Aprovados	53

(Rio de Janeiro 39, Belo Horizonte 2, Brasília 5, Recife 2, São Paulo 5).

As provas orais de Francês e de Inglês foram realizadas de 7 a 11 de outubro, na sede do Instituto Rio-Branco. Dos 52 candidatos que se apresentaram, 43 foram aprovados e 9 reprovados.

Os exames de **2.ª Fase** tiveram início em 13 de outubro: compreenderam exames de sanidade e capacidade física, realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados no Instituto de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como entrevista de avaliação das aptidões funcionais dos candidatos.

Submeteram-se aos exames da 2.ª Fase os 43 candidatos aprovados nas provas da 1.ª Fase do Concurso, dos quais 3 foram declarados inaptos.

As provas da **3.ª Fase** realizaram-se de 17 de novembro a 5 de janeiro de 1976.

Compareceram à primeira prova os 40 candidatos aprovados na 2.ª Fase do Concurso. Ao final, foram aprovados 26 candidatos.

Os candidatos aprovados farão estágio intensivo de treinamento profissionalizante após a nomeação.

Funcionamento dos Cursos

1. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

O ano letivo de 1975 iniciou-se em 17 de fevereiro. Foi realizada revisão dos programas do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com o objetivo de torná-los mais adequados às atuais necessidades da profissão.

Por determinação do Senhor Ministro de Estado, o ano letivo do 2.º ano do CPCD, que se iniciou a 17 de fevereiro, foi encerrado, excepcionalmente, a 29 de agosto, tendo sido compensada a redução do período letivo com a intensificação do número de aulas semanais.

2. Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas

O Curso de Prática Diplomática e Consular (CPCD), destinado aos Terceiros-Secretários graduados pelo Instituto Rio-Branco em 1974, realizou-se de 13 de outubro a 19 de dezembro. Dele participaram dezesseis diplomatas. As dez semanas do Curso foram assim distribuídas: três para as disciplinas de Prática Diplomática I (Cerimonial), Prática Consular e Assuntos Administrativos, e as demais para as cadeiras de Prática Diplomática II (Assuntos Políticos, Econômicos, Culturais, e de Promoção Comercial).

Por sua vez, dezoito diplomatas e um oficial de Chancelaria beneficiaram-se, em 1975, de ajuda financeira, concedida pelo Programa de Aperfeiçoamento Profissional no Exterior, para a realização de cursos de pós-graduação de interesse funcional.

3. Cursos Especiais

Os Cursos de Língua Alemã, subvencionados pelo Instituto Rio-Branco, foram ministrados tanto no Rio de Janeiro como em Brasília, na sede do Instituto Cultural Brasil—Alemanha. Foi adotado o sistema de concessão de bolsas de estudo para os cursos regulares mantidos pelo ICBA, tendo sido concedidas setenta bolsas em 1975.

4. Solenidade de Formatura

Como tradicionalmente ocorre, realizou-se a 20 de abril solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação

à Carreira de Diplomata da turma de 1974, com a presença do Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Na oportunidade, foram distribuídos o "Prêmio Rio-Branco", aos dois primeiros lugares do CPCD e o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", aos dois primeiros classificados no Exame Vestibular.

Usou da palavra durante a cerimônia o Ministro Azeredo da Silveira.

5. O Plano de Reforma e Implantação do Instituto Rio-Branco em Brasília

Nos últimos dias do ano, o Ministro de Estado das Relações Exteriores aprovou o Plano de Reforma e Implantação do IRBr em Brasília, que lhe foi apresentado pelo novo Diretor do Instituto. O Plano prevê, entre outras medidas, a transferência do Instituto para a Capital Federal no curso de 1976, com o início das aulas do Primeiro Ano do CPCD em abril; a reforma do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e a implantação do Curso de Altos Estudos (CAE); o recebimento de estudantes estrangeiros no CPCD; a reforma do currículo e da organização do CPCD.

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

Primeiro ano, assim, de controle pelo Itamaraty de todos os recursos que lhe foram concedidos pela Lei de Meios, 1975 foi também o primeiro ano de implementação do Decreto n.º 74 439, de 1974, que determinou que o acompanhamento da execução orçamentária seja realizado pelas Inspetorias-Seccionais de Finanças, criadas obrigatoriamente, pelo mesmo Decreto, no Distrito Federal. Conseqüência desse ato do Executivo foi a passagem, para a área da IGF, do órgão único de Contabilidade Analítica da Secretaria de Estado, que fazia parte da Divisão de Orçamento e Programação Financeira.

Somou-se, desse modo, à quintuplicação dos recursos controlados, o problema de sua acurada contabilização analítica e do desenvolvimento que, para o integral cumprimento das disposições regulamentares, a nova unidade da IGF requeria. Dentre as medidas tomadas para atender à questão merece especial referência a instalação do sistema de controle da despesa orçamentária e plano de contas em equipamento eletrônico. Adotou-se na escolha da aparelhagem, a mesma linha já utilizada pela Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda — Órgão Central do Sistema — evitando-se, com economia de cursos e proveito para o serviço, o emprego de métodos diferentes na contabilização e no preparo dos balancetes por computador.

O uso eficiente do equipamento requereu a seleção e o treinamento dos funcionários que o devem operar. Para tanto, a firma fornecedora ministrou cursos intensivos, que foram complementados por treinamentos dados, no próprio serviço, pela equipe técnica da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, que durante um mês procedeu à implementação do sistema e ao treinamento dos funcionários da IGF do Itamaraty. Assegurou-se, portanto, desde o início, uma perfeita coordenação com o Órgão Central do Sistema.

Conseqüência, ainda, da extinção da Delegacia do Tesouro, foi a constituição, no âmbito da IGF, de uma seção de Receita, à qual incumbe o exercício de todas as atribuições anterior-

A ênfase dada pelo Governo ao papel desempenhado pelo sistema de controle interno na Administração Pública coincidiu com as medidas que haviam sido tomadas pelo Senhor Ministro de Estado, desde o início da atual gestão, para que a Inspetoria-Geral de Finanças do Itamaraty desempenhasse plenamente suas atribuições legais.

Assim, em 1975, como conseqüência da implementação do Decreto que extinguiu a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e embora com sérias limitações impostas pela deficiência indiscutível de pessoal técnico especializado, a IGF recebeu e absorveu, a contento para o Ministério, a multiplicação, quase desproporcional, de seu volume de trabalho.

De fato, órgão incumbido da Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria exclusivamente das unidades integrantes da Secretaria de Estados, a IGF em 1975 teve seu campo de ação ampliado de modo a abranger toda a atividade do Ministério, não só no Brasil mas também no exterior.

O acréscimo de responsabilidades conferidas pode ser avaliado pelo fato de que, se em 1974 coube à IGF o controle da execução orçamentária correspondente à aplicação de .... Cr$ 141 229 000,00 então alocados à Secretaria de Estado, no Orçamento do Itamaraty e em Encargos Gerais da União, em 1975 nosso controle se exerceu sobre recursos que alcançaram a cifra de Cr$ 891 719 000,00.

Primeiro ano, assim, de controle pelo Itamaraty de todos os recursos que lhe foram concedidos pela Lei de Meios, 1975 foi também o primeiro ano de implementação do Decreto n.º 74 439, de 1974, que determinou que o acompanhamento da execução orçamentária seja realizado pelas Inspetorias-Seccionais de Finanças, criadas obrigatoriamente, pelo mesmo Decreto, no Distrito Federal. Conseqüência desse ato do Executivo foi a passagem, para a área da IGF, do órgão único de Contabilidade Analítica da Secretaria de Estado, que fazia parte da Divisão de Orçamento e Programação Financeira.

Somou-se, desse modo, à quintuplicação dos recursos controlados, o problema de sua acurada contabilização analítica e do desenvolvimento que, para o integral cumprimento das disposições regulamentares, a nova unidade da IGF requeria. Dentre as medidas tomadas para atender à questão merece especial referência a instalação do sistema de controle da despesa orçamentária e plano de contas em equipamento eletrônico. Adotou-se na escolha da aparelhagem, a mesma linha já utilizada pela Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda — Órgão Central do Sistema — evitando-se, com economia de cursos e proveito para o serviço, o emprego de métodos diferentes na contabilização e no preparo dos balancetes por computador.

O uso eficiente do equipamento requereu a seleção e o treinamento dos funcionários que o devem operar. Para tanto, a firma fornecedora ministrou cursos intensivos, que foram complementados por treinamentos dados, no próprio serviço, pela equipe técnica da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, que durante um mês procedeu à implementação do sistema e ao treinamento dos funcionários da IGF do Itamaraty. Assegurou-se, portanto, desde o início, uma perfeita coordenação com o Órgão Central do Sistema.

Conseqüência, ainda, da extinção da Delegacia do Tesouro, foi a constituição, no âmbito da IGF, de uma seção de Receita, à qual incumbe o exercício de todas as atribuições anterior-

mente conferidas à Delegacia em Nova York, no que diz respeito à contabilização da renda consular e ao levantamento das tomadas de contas respectivas. Para o desempenho dessas tarefas, fez-se mister implantar sistemática própria para o efetivo controle da arrecadação da renda consular, adotando-se, inclusive, novos e mais racionais modelos dos documentos de trabalho.

A IGF prestou aos ordenadores de despesa, durante o ano, a assistência e a orientação indispensáveis para o bom cumprimento das normas legais, particularmente no que diz respeito à classificação das despesas, à observância dos princípios e regras de licitações, a prestações de contas de suprimentos e subvenções e à assinatura de convênios e contratos.

Toda essa atividade foi desenvolvida sem prejuízo dos trabalhos técnicos, que lhe competem, de acompanhamento da execução orçamentária, de elaboração dos balancetes e quadros demonstrativos mensais destinados ao Tribunal de Contas da União e à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e do levantamento e auditoria das tomadas de contas de todos os responsáveis por dinheiros e bens públicos. É de ressaltar-se, a propósito, que, como no ano anterior, em 1975 a IGF voltou a encaminhar, ao Tribunal de Contas, todas as tomadas de contas dos ordenadores de despesa do Itamaraty estritamente dentro do prazo legal. Correspondendo, plenamente, a esse esforço, aquela Corte, pela primeira vez, julgou-as e aprovou-as dentro do próprio exercício.

Em colaboração com o Departamento-Geral de Administração e com a Divisão do Patrimônio, a IGF presidiu o grupo de trabalho para a elaboração da nova sistemática dos inventários de bens móveis das Repartições no exterior, adaptando-os ao disposto na legislação em vigor. Como resultado dos trabalhos do grupo, em que a IGF participou intensamente, foram baixadas as IS n.os 9 e 10, de 12 de dezembro de 1975, que instituem normas para a simplificação e racionalização das instruções anteriores.

Cumprido o disposto na legislação vigente, a IGF continuou a efetuar, no decorrer de 1975, inspeções de administração financeira e de contabilidade nos órgãos do Ministério sediados no exterior; cuja importância como fator de controle e de orientação é desnecessário ressaltar.

O Itamaraty, através da Inspetoria-Geral de Finanças, participou regularmente de todas as sessões da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças — Ingecor. Nessas reuniões foram tratados assuntos de grande interesse para a uniformização da execução orçamentária e para a interpretação e aplicação de normas legais relativas ao Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria da União.

Finalmente, o Itamaraty, participou a convite da Subsecretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do segundo Seminário Nacional de Orçamento Público, realizado em dezembro, em Fortaleza.